GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIV - Nº 48 SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2000 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE-GOVERNADORIA	30
SECRETARIA DE GOVERNO	31
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	31
SECRETARIA DE FAZENDA	31
SECRETARIA DE SAÚDE	32
SECRETARIA DE OBRAS	33
SECRETARIA DE TRANSPORTES	33
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	33
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	33
SECRETARIA DE CULTURA	34
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	34

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	34
VICE-GOVERNADORIA	44
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	45
SECRETARIA DE FAZENDA	45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	46
SECRETARIA DE SAÚDE	49
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	50
SECRETARIA DE OBRAS	50
SECRETARIA DE TRANSPORTES	50
SECRETARIA DE AGRICULTURA	50
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	51
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	51
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	51
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	51

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	52
VICE-GOVERNADORIA	52
SECRETARIA DE FAZENDA	52
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	54
SECRETARIA DE SAÚDE	55
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56
SECRETARIA DE OBRAS	56
SECRETARIA DE TRANSPORTES	57
SECRETARIA DE AGRICULTURA	58
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	58
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	58
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	59
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	59
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	60
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	60
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	60
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	61
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	61
INEDITORIAIS	61
ÍNDICE	63

ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATERIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Secretaria de Segurança Pública Governo do Distrito Federal

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 20.944, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999(*)

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 183.818.751,00 (cento e oitenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e cinqüenta e um reais), para reforço de *dotações orçamentárias consignadas no vigente* orçamento.

O VICE - GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNDADOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 4º, da Lei nº 2.460, de 15 de outubro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à diversas Unidades Orçamentárias, crédito suplementar, no valor de R$ 183.818.751,00 (cento e oitenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e cinqüenta e um reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos V e VI.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos dc art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação total e parcial das dotações orçamentárias constantes dos Anexos VII e VIII.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, as receitas das Unidades interessadas ficam alteradas na forma do anexo I, II, III e IV.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1999
111º da República e 40º de Brasília
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

(*) Republicado por ter saído com incorreção no DODF, nº 250 (suplemento), de 31 dè dezembro de 1999, página 43.

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
18201 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	88.474.702	
	1712.00.00	101	8.454.892	
	1712.00.00	102	2.428.647	
	1712.00.00	104	34.213.249	
	1712.00.00	106	94.758	
	1712.00.00	109	84.000	
	1712.00.00	130	1.416.853	
				135.167.101
18901 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.	1712.00.00	100	85.496.856	
	1712.00.00	101	8.454.892	
	1712.00.00	102	3.371.025	
	1712.00.00	104	34.303.249	
	1712.00.00	106	94.758	
	1712.00.00	109	84.000	
	1712.00.00	130	1.416.853	
				133.221.633*
01089/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	135.167.101

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
23201 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	14.525.796	
				14.525.796
23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	14.094.321	
				14.094.321*
01089/2 * As transferências não constam do Total			TOTAL	14.525.796

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO DA RECEITA

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
14201 FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	812.456	812.456
14203 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1712.00.00	100	419.250	
	2412.00.00	100	5.000	424.250
16902 FUNDO DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER	1712.00.00	100	25.000	
	2412.00.00	100	25.000	50.000
18201 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	2412.00.00	100	3.074.671	
	2412.00.00	102	392.800	
	2412.00.00	109	9.000	3.476.471
18901 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.	2412.00.00	100	3.283.403	
	2412.00.00	102	7.000	3.290.403*
19201 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL	1712.00.00	100	1.705.936	
	1712.00.00	104	235.161	1.941.097
19901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	10.000	
	2412.00.00	100	1.280.083	
	2412.00.00	101	1.366.000	
	2412.00.00	104	216.056	2.872.139
19904 FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ-DF	1712.00.00	104	123.664	
	2412.00.00	102	55.503	
	2412.00.00	104	15.463	194.630
21201 FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	651.714	
	1712.00.00	104	2.114.588	
	2412.00.00	100	24.164	2.790.466
21202 INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	190.347	
	2412.00.00	100	38.952	229.299
21203 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	1712.00.00	100	6.846.683	
	1712.00.00	109	75.000	6.921.683
21204 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	1712.00.00	100	260.444	
	2412.00.00	100	29.424	289.868
22201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	1712.00.00	100	2.802.420	2.802.420
24202 FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	1712.00.00	100	13.700	
	1712.00.00	130	84.160	
	2412.00.00	130	14.777	112.637
25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1712.00.00	100	2.265.956	
	1712.00.00	104	52.324	
	2412.00.00	100	12.500	2.330.780
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	956.496	
	1712.00.00	101	655.000	
	2412.00.00	100	3.621.691	5.233.187
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	1712.00.00	100	241.083	
	2412.00.00	100	1.000.000	1.241.083
26204 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	1.759.680	
	2412.00.00	100	96.736	1.856.416
01089/3				

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO DA RECEITA

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
28202 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	252.226	
	2412.00.00	100	68.335	320.561
28203 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	471.360	
	2412.00.00	100	200.258	671.618
01089/4 * As transferências não constam do Total			TOTAL	34.571.061

ANEXO IV

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

CANCELAMENTO DA RECEITA

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
17201 FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	100	1.416.808	
	1712.00.00	104	3.691.552	
	2412.00.00	104	793.229	5.901.589
17902 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1712.00.00	100	420.462	
	2412.00.00	100	17.616	438.078
23201 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	104	150.000	
	2412.00.00	100	787.021	937.021
23202 FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	1712.00.00	100	278.251	
	1712.00.00	104	300.000	578.251
23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	1712.00.00	130	48.516	
	2412.00.00	100	962.592	1.011.108*
01089/5 * As transferências não constam do Total			TOTAL	7.903.455

ANEXO V

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 **18201** **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				89.227.921
08.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002435 0038 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL	31.90.04	300	1.558.785	
	31.90.04	330	1.416.853	
	31.90.11	300	52.144.384	
	31.90.11	304	910.000	56.030.022
08.042.0188.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002461 0044 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	31.90.04	300	2.212.467	
	31.90.11	300	29.402.726	
	31.90.11	304	1.582.706	33.197.899
160901/16901 **18901** **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
08.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 502435 0038 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	53.703.169	
	31.11.41	104	910.000	
	31.11.41	130	1.416.853	56.030.022*
08.042.0188.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 502461 0044 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	31.615.193	
	31.11.41	104	1.582.706	33.197.899*
220104/00001 **24104** **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				2.284.483
06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002370 0029 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS	31.90.12	130	2.284.483	2.284.483
01089/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	91.512.404

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (0XX61) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312.
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

ANEXO VI

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 **18201** **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				57.012.533
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002468 0010 *PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA* FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.01	300	9.168.605	
	31.90.01	301	9.754.374	
	31.90.01	302	6.190.253	
	31.90.01	304	29.788.210	
	31.90.01	306	94.758	
	31.90.01	309	84.000	
	31.90.03	304	1.932.333	
				57.012.533
160901/16901 **18901** **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC, BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 502468 0010 *PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA* FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	9.168.605	
	31.11.41	101	9.754.374	
	31.11.41	102	6.190.253	
	31.11.41	104	31.720.543	
	31.11.41	106	94.758	
	31.11.41	109	84.000	
				57.012.533*
170201/17201 **23201** **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL**				23.876.072
13.075.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002440 0039 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	31.90.04	300	316.964	
	31.90.08	300	1.832	
	31.90.11	300	12.316.368	
	31.90.11	330	643.068	
				13.278.232
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000711 0002 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	31.90.01	300	10.597.840	
				10.597.840
170901/17901 **23901** **FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**				1.000
13.075.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 502440 0039 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	12.635.164	
				12.635.164*
13.075.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002442 0040 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE SAÚDE	31.90.11	130	1.000	
				1.000
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 500711 0002 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	31.11.41	100	10.597.840	
				10.597.840*
220103/00001 **24103** **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				6.881.184
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000855 0012 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	31.90.01	100	293.319	

ANEXO VI

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ***ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL***

SUPLEMENTAÇÃO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 000855 0012 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	31.90.01	130	6.406.902	
	31.90.03	130	180.963	
				6.881.184
220104/00001 **24104** **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				4.535.558
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002374 0006 PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVOS E PENSIONISTAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	*31.90.01*	*130*	4.151.236	
	31.90.03	130	384.322	
				4.535.558
01089/3 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	92.306.347

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
100101/00001 **10101** **GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**				1.124.377
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002350 0004 FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	34.90.14	100	5.000	
	34.90.15	100	5.183	
	34.90.30	100	26.043	
	34.90.33	100	13.015	
	34.90.36	100	500	
	34.90.39	100	91.457	
	45.90.52	100	81.702	
				222.900
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002352 0004 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	31.90.08	100	3.770	
	31.90.11	100	29.392	
	31.90.12	100	9.295	
	31.90.13	100	4.409	
	31.90.16	100	7.020	
	31.90.92	100	321	
	31.90.93	100	5.626	
				59.833
10.058.0323.8508 *MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E* AJARDINADAS				
Ref: 004030 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.39	100	831.841	
				831.841
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002353 0003 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	31.90.08	100	1.853	
	34.90.39	100	7.950	
				9.803
110101/00001 **11101** **SECRETARIA DE GOVERNO**				2.122.314
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003122 0084 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE GOVERNO	34.90.14	100	23.570	
	34.90.15	100	18.346	
	34.90.30	100	58.942	
	34.90.30	104	20.000	
	34.90.32	100	2.000	
	34.90.33	100	5.700	
	34.90.36	100	39.150	
	34.90.39	100	418.868	
	34.90.39	104	371.295	
	34.90.92	100	4.070	
	34.90.93	100	1.903	
	45.90.52	100	99.666	
	45.90.52	104	166.220	
				1.229.730
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003149 0086 REALIZAÇÃO DO CERIMONIAL DO GOVERNADOR	34.90.39	100	1.442	
	34.90.39	104	39.226	
				40.668
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 003123 0081 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GOVERNO	31.90.09	100	1.356	
	31.90.11	100	324.775	
	31.90.12	100	24.059	
	31.90.13	100	23.503	
	31.90.16	100	70.336	
	31.90.92	100	20.000	
	31.90.93	100	83.064	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				547.093
03.007.0024.1569 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 003148 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.30	100	5.000	
	34.90.39	100	14.818	
	45.90.52	100	86.000	
	45.90.52	104	100.000	
				205.818
15.081.0483.2275 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
Ref: 003649 0001 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	34.90.36	100	11.106	
				11.106
15.081.0485.2272 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE				
Ref: 003145 0001 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE	34.90.39	100	275	
				275
15.081.0486.2274 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 003648 0001 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	34.90.32	100	470	
				470
15.081.0486.2277 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				
Ref: 003651 0001 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS PARA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	34.90.36	100	1.000	
	45.90.52	100	5.000	
				6.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003146 0077 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE GOVERNO	31.90.08	100	52.820	
	34.90.39	100	28.334	
				81.154
190103/00001 **11103** **REGIÃO ADMINISTRATIVA I - PLANO PILOTO**				831.682
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002498 0055 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMIINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	34.90.30	100	57.431	
	34.90.39	100	70.601	
	34.90.92	100	96.892	
	45.90.52	100	65.000	
				289.924
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002499 0052 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	31.90.08	100	828	

		31.90.09	100	2.831		
		31.90.11	100	162.571		
		31.90.13	100	52.901		
		31.90.16	100	18.171		
		31.90.92	100	25.236		
		31.90.93	100	13.437		
						275.988
03.007.0025.1108	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 000447 0002	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO	45.90.51	100	15.000		
						15.000

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0025.2090 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000451 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.39	100	50.269	
				50.269
08.046.0228.2092 MANUTENÇÃO DO PARQUE RECREATIVO E TURÍSTICO				
Ref: 000454 0001 MANUTENÇÃO DO PARQUE RECREATIVO E TURÍSTICO	34.90.39	100	91.088	
				91.088
08.048.0247.2093 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 001696 0002 REALIZAÇÃO DA MARCHA PARA JESUS	34.90.36	100	10.000	
	34.90.39	100	10.000	
				20.000
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000466 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	29.635	
	34.90.36	100	5.926	
	34.90.39	100	20.000	
				55.561
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002500 0047 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO	31.90.08	100	14.310	
	34.90.39	100	19.542	
				33.852
190104/00001 11104 **REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA**				354.842
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002939 0081 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	34.90.30	100	34.325	
	34.90.39	100	11.000	
	34.90.92	100	2.286	
	45.90.52	100	17.773	
				65.384
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002938 0078 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	31.90.08	100	200	
	31.90.09	100	1.840	
	31.90.11	100	28.821	
	31.90.13	100	8.038	
	31.90.16	100	69.487	
	31.90.92	100	3.545	
				111.931
03.007.0024.1552 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002960 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	16.000	
				16.000
03.007.0025.1238 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003673 0010 REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DO SETOR NORTE DO GAMA	45.90.51	100	772	
				772
03.007.0025.2045 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000188 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.30	100	47.467	
				47.467
08.046.0228.1049 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS				
Ref: 003016 0008 RECUPERAÇÃO DO CENTRO DESPORTIVO E RECREATIVO DO SETOR CENTRAL DO GAMA	45.90.51	100	34.100	
				34.100

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
08.046.0228.1049 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS				
Ref: 003665 0011 REFORMA DO ESTÁDIO BEZERRÃO DO GAMA	34.90.39	100	1.000	
				1.000
10.058.0323.1052 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 003374 0028 REFORMA DA PRAÇA LIONS NA QUADRA 02 DO SETOR NORTE	45.90.51	100	16.500	
				16.500
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000210 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	10.000	
	34.90.39	100	3.656	
	34.90.92	100	24.376	
	45.90.52	100	10.000	
	45.90.92	100	50	
				48.082
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000209 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.92	100	1.600	
				1.600
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002940 0074 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA	31.90.08	100	5.461	
	34.90.39	100	6.545	
				12.006
190105/00001 11105 **REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA**				482.794
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002675 0068 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	34.90.30	100	20.000	
	34.90.36	100	500	
	34.90.39	100	110.919	
				131.419
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002674 0064 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	31.90.09	100	774	
	31.90.11	100	55.856	
	31.90.13	100	14.489	
	31.90.16	100	15.000	
	31.90.92	100	15.055	
				101.174
03.007.0025.2186 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000883 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.30	100	35.040	
				35.040
08.048.0247.2187 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000884 0001 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.36	100	100	
	34.90.39	100	325	
				425
10.046.0228.1243 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS				
Ref: 003685 0036 CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM PARQUE INFANTIL NA QS 05 PRAÇA A AC2 - ÁGUAS CLARAS - TAGUATINGA	45.90.51	100	100.000	
				100.000
10.058.0323.1206 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000888 0001 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	34.90.39	100	113	
	45.90.51	100	100	
				213
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000895 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	1.005	
	34.90.36	100	100	
	34.90.39	100	37.545	
				38.650
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002676 0058 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	31.90.08	100	63.385	
	34.90.39	100	12.488	
				75.873
190106/00001 11106 **REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA**				97.740
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002802 0075 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	34.90.39	100	12.228	
				12.228
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002803 0072 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	31.90.09	100	906	
	31.90.11	100	6.360	
	31.90.13	100	7.480	
	31.90.16	100	2.000	
	31.90.92	100	1.798	
	31.90.93	100	13.663	
				32.207
03.007.0024.1526 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002799 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	5.352	
				5.352
05.007.0021.2256 MANUTENÇÃO DA TORRE RETRANSMISSORA DE SINAL DE TELEVISÃO				
Ref: 002820 0001 MANUTENÇÃO DA TORRE RETRANSMISSORA DE SINAL DE TELEVISÃO	45.90.52	100	2.000	
				2.000
08.046.0224.2085 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS				
Ref: 000422 0001 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	34.90.32	100	4.475	
				4.475
08.048.0247.2086 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000424 0001 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.30	100	201	
	34.90.32	100	317	
	34.90.36	100	200	
	34.90.39	100	600	
				1.318
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000421 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.39	100	12.483	
				12.483

10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000420	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	2.292	
						2.292
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002805	0067	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA	31.90.08	100	18.092	
			34.90.39	100	7.293	
						25.385
190107/00001	11107	**REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO**				403.359
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002827	0077	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	34.90.30	100	10.059	
			34.90.39	100	12.802	
			34.90.92	100	119	
						22.980
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002824	0074	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	31.90.08	100	156	
			31.90.09	100	405	
			31.90.11	100	2.948	
			31.90.92	100	310	
			31.90.93	100	19.361	
						23.180
03.007.0025.1543		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002840	0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	45.90.51	100	70.000	
						70.000
08.048.0247.2170		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000662	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.39	100	1.779	
						1.779
08.048.0247.2170		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 003713	0002	APOIO À FESTA DO BUMBA-MEU-BOI DE SOBRADINHO	34.90.30	100	1.995	
						1.995
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000673	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.36	100	962	
						962
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000672	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	270.781	
						270.781
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002825	0069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO	31.90.08	100	978	
			34.90.39	100	10.704	
						11.682
190108/00001	11108	**REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA**				282.643
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002679	0069	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	34.90.30	100	30.949	
			34.90.36	100	1.720	
			34.90.39	100	3.317	
			45.90.52	100	43.075	
						79.061
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002680	0065	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	31.90.08	100	344	
			31.90.09	100	88	
			31.90.11	100	17.786	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002680	0065	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	31.90.13	100	11.847	
			31.90.16	100	3.407	
			31.90.92	100	50.599	
			31.90.93	100	47.027	
						131.098
03.007.0025.1060		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000229	0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	100	19.746	
			34.90.39	100	241	
			45.90.51	100	3.219	
						23.206
08.046.0224.2049		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS				
Ref: 000224	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	34.90.36	100	5.000	
			34.90.39	100	207	
						5.207
08.048.0247.2048		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000223	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.39	100	186	
						186
08.048.0247.2048		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 001750	0005	APOIO A FESTA FOLIA DE REIS	34.90.39	100	453	
						453
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000222	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	116	
			34.90.39	100	22.204	
						22.320
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000221	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	15.309	
						15.309
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002681	0059	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA	31.90.08	100	2.268	
			34.90.39	100	3.535	
						5.803
190109/00001	11109	**REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOÁ**				191.725
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002645	0061	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	34.90.30	100	44.214	
			34.90.39	100	22.259	
			45.90.52	100	5.933	
						72.406
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002644	0058	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	31.90.08	100	1.000	
			31.90.11	100	7.000	
			31.90.13	100	5.321	
			31.90.16	100	5.000	
			31.90.93	100	3.227	
						21.548
03.007.0024.1503		IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002651	0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	1.096	
						1.096
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000104	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	2.461	
						2.461
10.060.0327.1241		AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 003118	0004	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.90.92	100	21.601	
						21.601
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000103	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	46.528	
						46.528
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002646	0053	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ	31.90.08	100	12.855	
			34.90.39	100	13.230	
						26.085
190110/00001	11110	**REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE**				167.932
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002532	0058	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	34.90.30	100	10.113	
			34.90.39	100	15.194	
						25.307
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002530	0055	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	31.90.11	100	31.042	
			31.90.13	100	14.973	
			31.90.16	100	5.000	
			31.90.92	100	2.796	
						53.811
03.007.0025.2073		CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000352	0001	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.30	100	10.950	
			34.90.39	100	1.807	
						12.757
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000363	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	10.000	
			34.90.39	100	32.076	
						42.076
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000364	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	23.678	
						23.678
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002533	0050	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE	31.90.08	100	8.000	
			34.90.39	100	2.303	
						10.303
190111/00001	11111	**REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA**				600.627
03.007.0021.1433		AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA A REGIÃO ADMINISTRATIVA				

Ref: 001767	0001	MECANIZAÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	45.90.52	100	5.000	5.000

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002724	0065	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	34.90.14	100	1.000	
			34.90.30	100	36.505	
			34.90.36	100	1.000	
			34.90.39	100	84.717	
			45.90.52	100	16.000	
						139.222
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002725	0062	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	31.90.08	100	1.441	
			31.90.09	100	1.143	
			31.90.11	100	64.000	
			31.90.13	100	21.440	
			31.90.16	100	3.924	
			31.90.92	100	719	
			31.90.93	100	18.812	
						111.479
03.007.0024.1509		IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002726	0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.30	100	2.000	
			34.90.39	100	1.921	
			45.90.52	100	5.000	
						8.921
03.007.0025.1518		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002727	0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	45.90.51	100	19.900	
						19.900
03.007.0025.1518		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000592	0003	REFORMA DO AUDITÓRIO DO CENTRO EDUCACIONAL PARA O TRABALHO-CET	45.90.51	100	900	
						900
08.046.0224.2141		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS				
Ref: 000590	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	34.90.30	100	1.000	
			34.90.39	100	1.000	
			45.90.52	100	1.000	
						3.000
10.058.0323.1150		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000587	0001	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	45.90.51	100	4.000	
			45.90.92	100	4.000	
						8.000
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000598	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.39	100	99.899	
			34.90.92	100	105.685	
			45.90.52	100	15.000	
						220.584
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000597	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	31.863	
			34.90.92	100	30.000	
						61.863
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002728	0065	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	31.90.08	100	3.078	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002728	0065	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA	34.90.39	100	18.680	
						21.758
190112/00001	11112	**REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ**				292.500
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003045	0082	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	34.90.30	100	1.500	
			34.90.39	100	25.028	
			34.90.92	100	3.892	
						30.420
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 003047	0079	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	31.90.11	100	53.715	
						53.715
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000262	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	36.011	
			34.90.39	100	35.289	
						71.300
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000261	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	84.573	
						84.573
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003049	0075	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ	31.90.08	100	4.976	
			34.90.39	100	47.516	
						52.492
190113/00001	11113	**REGIÃO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO**				57.254
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002719	0073	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO	34.90.30	100	2.389	
			45.90.52	100	5.680	
						8.069
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002718	0070	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO	31.90.16	100	7.000	
			31.90.93	100	15.000	
						22.000
03.007.0025.2266		CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000120	0001	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.39	100	2.000	
						2.000
08.048.0247.2038		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000152	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.36	100	7.500	
			34.90.39	100	1.140	
						8.640
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000164	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	1.379	
			45.90.52	100	1.000	
						2.379
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000162	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	5.500	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
						5.500
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002717	0064	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO	34.90.39	100	8.666	
						8.666
190114/00001	11114	**REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA**				829.413
03.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002670	0066	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	34.90.30	100	91.563	
			34.90.36	100	3.600	
			34.90.39	100	35.279	
			34.90.92	100	15.550	
			45.90.52	100	38.000	
						183.992
03.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002671	0063	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	31.90.08	100	1.700	
			31.90.09	100	300	
			31.90.11	100	3.330	
			31.90.13	100	10.223	
			31.90.16	100	6.970	
			31.90.93	100	53.762	
						76.285
03.007.0025.2294		CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000124	0001	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓRPIOS	34.90.30	100	2.326	
			34.90.39	100	5.000	
						7.326
08.046.0224.2033		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS				
Ref: 000126	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	34.90.30	100	1.000	
			34.90.32	100	1.000	
			34.90.36	100	1.000	
			34.90.39	100	2.500	
						5.500
08.048.0247.2034		PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000128	0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.39	100	9.238	
						9.238
10.058.0323.1025		EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000132	0001	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	45.90.51	100	1.504	
						1.504
10.058.0323.8508		MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000137	0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	49.721	
			34.90.36	100	5.489	
			34.90.39	100	54.785	
			45.90.52	100	20.000	
						129.995
10.060.0327.8507		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000142	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	335.763	
			34.90.92	100	36.818	
						372.581
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002672	0057	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	31.90.08	100	38.980	
			34.90.39	100	4.012	
						42.992

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190115/00001 **11115 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA**				173.863
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002656 0063 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA	34.90.30	100	8.918	
	34.90.39	100	6.156	
				15.074
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002652 0059 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA	31.90.11	100	7.813	
	31.90.13	100	15.000	
	31.90.16	100	1.739	
	31.90.92	100	3.000	
				27.552
10.058.0323.1291 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 003753 0003 DUPLICAÇÃO DA AVENIDA SANTA MARIA	45.90.51	100	100.000	
				100.000
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 002791 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.39	100	5.600	
				5.600
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000036 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	7.836	
				7.836
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002653 0054 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA	31.90.08	100	16.475	
	34.90.39	100	1.326	
				17.801
190116/00001 **11116 REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO**				142.552
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002706 0071 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	34.90.30	100	2.530	
	34.90.39	100	43.135	
	45.90.52	100	2.821	
				48.486
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002705 0068 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	31.90.11	100	50.731	
	31.90.13	100	5.852	
	31.90.16	100	3.914	
				60.497
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 001819 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	3.200	
	34.90.39	100	20.600	
				23.800
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000498 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	3.090	
				3.090
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002715 0062 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	31.90.08	100	6.675	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				6.679
190117/00001 **11117 REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS**				350.857
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002654 0062 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS	34.90.30	100	13.028	
	34.90.39	100	44.117	
	34.90.92	100	1.235	
	45.90.52	100	12.166	
				70.546
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002655 0060 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS	31.90.11	100	27.265	
	31.90.13	100	1.360	
	31.90.92	100	9.442	
				38.067
03.007.0025.1171 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000631 0001 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	45.90.51	100	10.000	
				10.000
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000634 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	9.088	
	45.90.52	100	15.400	
				24.488
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000635 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	95.989	
	34.90.92	100	89.600	
				185.589
15.081.0483.2284 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS NO RECANTO DAS EMAS				
Ref: 003764 0001 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS VISANDO DAR ATENDIMENTO AO MENOR CARENTE	34.90.39	100	400	
				400
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003653 0079 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO RECANTO DAS EMAS	31.90.08	100	20.135	
	34.90.39	100	1.632	
				21.767
190118/00001 **11118 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI - LAGO SUL**				67.985
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003010 0080 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL	34.90.14	100	2.000	
	34.90.30	100	9.069	
	34.90.36	100	1.000	
	34.90.39	100	10.250	
	34.90.92	100	636	
				22.955
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 003007 0077 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL	31.90.11	100	8.845	
	31.90.13	100	7.000	
				15.845
03.007.0025.2273 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000077 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	45.90.52	100	5.000	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				5.000
08.048.0247.2018 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS				
Ref: 000076 0001 PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.30	100	1.000	
	34.90.32	100	2.000	
				3.000
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000075 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.36	100	3.710	
	34.90.39	100	10.000	
				13.710
10.060.0327.1268 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 001503 0001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	1.000	
	45.90.51	100	1.000	
				2.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003008 0072 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO SUL	31.90.08	100	2.470	
	34.90.39	100	3.005	
				5.475
190119/00001 **11119 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO**				175.903
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002832 0078 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO	34.90.30	100	3.532	
	34.90.39	100	44.636	
	34.90.92	100	1.432	
	45.90.52	100	4.400	
				54.000
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002833 0075 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO	31.90.08	100	1.000	
	31.90.11	100	8.508	
	31.90.13	100	21.404	
	31.90.16	100	9.900	
	31.90.92	100	5.000	
	31.90.93	100	21.301	
				67.113
03.007.0025.1125 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000501 0001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	100	7.552	
				7.552
10.058.0575.2108 RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES				
Ref: 000505 0001 RECAPEAMENTO DE VIAS PÚBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES	45.90.51	100	289	
				289
10.060.0327.8507 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000513 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	3.412	
	34.90.92	100	9.428	
				12.840
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002834 0070 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO	31.90.08	100	26.529	
	34.90.39	100	7.580	
				34.109

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190120/00001 **11120 REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NORTE**				363.550
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002629 0059 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE	34.90.30	100	22.901	
	34.90.36	100	5.000	

		34.90.39	100	36.763		
					64.666	
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002628 0056	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE	31.90.11	100	47.614		
		31.90.13	100	6.693		
		31.90.16	100	9.000		
		31.90.92	100	7.000		
					70.307	
03.007.0025.2066	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS					
Ref: 000303 0001	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.39	100	3.298		
					3.298	
08.046.0224.2064	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS					
Ref: 000289 0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS	34.90.39	100	2.100		
					2.100	
08.048.0247.2065	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS					
Ref: 000290 0001	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.39	100	8.000		
					8.000	
10.058.0323.8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS					
Ref: 000298 0001	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.30	100	8.272		
		34.90.36	100	1.000		
		34.90.39	100	3.139		
					12.411	
10.060.0327.8507	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Ref: 000297 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	48.308		
		34.90.92	100	149.268		
					197.576	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002630 0051	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE	31.90.08	100	1.024		
		34.90.39	100	4.168		
					5.192	
190121/00001 11121	**REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA**				119.308	
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002808 0076	FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA	34.90.30	100	17.250		
		34.90.39	100	16.483		
					33.733	
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002807 0073	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CANDANGOLÂNDIA	31.90.11	100	12.625		
		31.90.13	100	14.763		
		31.90.16	100	13.297		
		31.90.92	100	3.937		
		31.90.93	100	6.848		
					51.470	
03.007.0025.1007	RESTAURAÇÃO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS					

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 000048	0001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	100	14.231	
					14.231
10.058.0323.1274	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 004001	0019 URBANIZAÇAÔ DA PRAÇA DO BOSQUE RUA DOS TRANSPORTES	45.90.92	100	1.000	
					1.000
10.060.0327.8507	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000058	0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	34.90.39	100	18.874	
					18.874
120101/00001 12101	**PROCURADORIA GERAL**				492.189
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002340	0005 FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL	34.90.14	100	1.559	
		34.90.30	100	3.441	
		34.90.30	104	25.500	
		34.90.33	100	1.524	
		34.90.39	100	2.414	
		34.90.39	104	19.733	
		45.90.52	100	12.819	
					66.990
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002342	0005 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL	31.90.08	100	100.000	
		31.90.09	100	1.716	
		31.90.11	100	158.570	
		31.90.13	100	8.774	
		31.90.16	100	12.188	
		31.90.92	100	988	
					282.236
03.007.0024.2006	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000027	0001 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	95.362	
		45.90.52	100	38.153	
					133.515
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002344	0004 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL	31.90.08	100	1.254	
		34.90.39	100	8.194	
					9.448
					4.476.488

140101/00001 13101	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**					
03.007.0021.2060	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO					
Ref: 000279 0001	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	34.90.30	100	91.752		
					91.752	
03.007.0021.2061	COORDENAÇAO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS					
Ref: 000280 0001	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS TRANSPORTES INTERNOS	34.90.30	100	621.569		
		34.90.39	100	177.299		
		34.90.92	100	288.163		
					1.087.031	
03.007.0021.2255	COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO					
Ref: 002792 0001	COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	34.90.36	100	21.591		
					21.591	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002794	0007 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	34.90.14	100	12.938	
		34.90.30	100	114.011	
		34.90.33	100	6.349	
		34.90.39	100	362.833	
		34.90.92	100	20.852	
		45.90.52	100	37.106	
		45.90.52	101	25.578	
					579.667
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002795	0007 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	31.90.09	100	179	
		31.90.11	100	63.934	
		31.90.13	100	5.173	
		31.90.16	100	1.526	
		31.90.93	100	5.336	
					76.148
03.007.0022.2062	MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA				
Ref: 000281 0001	MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA	34.90.30	100	6.599	
		34.90.39	100	1.440	
					8.039
03.007.0024.2063	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000282 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	3.024	
		34.90.39	101	306.293	
		34.90.92	100	7.829	
					317.146
03.007.0025.2032	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000274 0001	CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.39	100	1.203	
		34.90.39	101	979.130	
		34.90.39	104	82.974	
		34.90.92	101	1.131.265	
					2.194.572
03.007.0043.1523	MODERNIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002793 0001	MODERNIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	100	7.000	
		34.90.39	100	1.600	
					8.600
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002800 0005	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	31.90.08	100	20.733	
		34.90.39	100	71.209	
					91.942
140103/00001 13103	**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**				98.024
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002371 0008	FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	34.90.30	100	5.693	
		34.90.33	100	2.243	
		34.90.39	100	13.785	
		34.90.39	101	886	
		45.90.51	101	1.131	
		45.90.52	101	3.318	
					27.056
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002369 0008	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	31.90.08	100	9.598	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002369 0008	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	31.90.09	100	1.894	
		31.90.11	100	32.055	
		31.90.13	100	2.212	
		31.90.16	100	3.546	
		31.90.92	100	476	
		31.90.93	100	7.157	
					56.938
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002373 0006	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	31.90.08	100	12.133	

			34.90.39	100	1.897	
						14.030
210101/00001 **14101**	**SECRETARIA DE AGRICULTURA**					348.407
04.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002469	0048 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		34.90.14	100	6.869	
			34.90.30	100	6.683	
			34.90.33	100	10.561	
			34.90.35	100	1.500	
			34.90.36	100	4.000	
			34.90.39	100	25.562	
			34.90.92	100	2.000	
			34.90.93	100	2.000	
			45.90.52	100	41.555	
			46.90.64	100	5.000	
						105.730
04.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002470	0045 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA		31.90.08	100	500	
			31.90.09	100	159	
			31.90.11	100	50.286	
			31.90.13	100	29.972	
			31.90.16	100	15.335	
			31.90.92	100	10.955	
			31.90.93	100	40.346	
						147.553
04.007.0024.1008	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS					
Ref: 000473	0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		34.90.30	100	5.000	
			34.90.39	100	260	
			45.90.52	100	1.070	
						6.330
04.014.0075.1120	PREVENÇÃO, ERRADICAÇÃO E COMBATE AS DOENÇAS/PRAGAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL					
Ref: 000486	0001 PREVENÇÃO, ERRADICAÇÃO E COMBATE AS DOENÇAS/PRAGAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL		34.90.30	100	1.960	
			34.90.39	100	3.000	
			45.90.52	100	10.000	
						14.960
04.015.0087.1113	PREVENÇÃO, ERRADICAÇÃO E COMBATE AS DOENÇAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO PECUÁRIA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL					
Ref: 000476	0001 PREVENÇÃO, ERRADICAÇÃO E COMBATE AS DOENÇAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO PECUÁRIA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL		45.90.52	100	2.500	
						2.500

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
04.016.0097.1114	INSPEÇAO E FISCALIZAÇAO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL					
Ref: 000477	0001	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	34.90.30	100	2.000	
			34.90.39	100	2.939	
			45.90.52	100	5.000	
						9.939
04.016.0097.1114	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL					
Ref: 000478	0002	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	34.90.30	100	1.550	
			34.90.39	100	2.250	
			45.90.52	100	1.630	
						5.430
04.016.0098.1115	VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA					
Ref: 000479	0001	VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	34.90.30	100	2.000	
			34.90.35	100	3.000	
			34.90.39	100	9.360	
			45.90.52	100	5.000	
						19.360
15.081.0486.2104	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL					
Ref: 000481	0001	AÇÃO CONTRA A FOME E O DESEMPREGO	34.90.30	100	5.000	
			34.90.35	100	1.000	
			34.90.36	100	1.000	
			34.90.39	100	7.000	
			45.90.52	100	1.000	
						15.000
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002471	0041	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	31.90.08	100	12.774	
			34.90.39	100	8.831	
						21.605
210201/21201 **14201**	**FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**					562.110
04.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002476	0050	FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	3.489	
			34.90.36	100	16.163	
			34.90.39	100	29.305	
			34.90.41	100	3.881	
						52.838
04.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002478	0047	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.09	100	4.080	
			31.90.11	100	246.047	
			31.90.16	100	34.242	
			31.90.92	100	13.830	
			31.90.93	100	106.946	
						405.145
04.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
Ref: 000555	0001	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	16.127	
						16.127
04.018.0078.2134	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS MECANIZADOS EM ÁREAS RURAIS					
Ref: 000561	0001	DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS MECANIZADOS EM ÁREAS RURAIS	34.90.30	100	20.800	
						20.800

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002479	0043	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	62.500	
			34.90.39	100	4.700	
						67.200
210203/21203 **14203**	**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**					424.250
04.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002484	0053	FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	34.90.30	100	31.890	
			34.90.37	100	19.415	
			34.90.39	100	3.462	
			45.90.52	100	5.000	
						59.767
04.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002482	0049	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	31.90.08	100	18.477	
			31.90.11	100	251.589	
			31.90.13	100	40.625	
			31.90.16	100	8.000	
			31.90.93	100	23.000	
						341.691
04.018.0111.2173	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL					
Ref: 000726	0001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	15.392	
						15.392
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002486	0045	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	31.90.08	100	3.900	
			34.90.39	100	3.500	
						7.400
260101/00001 **15101**	**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**					175.900
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002366	0009	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	34.90.14	100	9.733	
			34.90.30	100	7.879	
			34.90.33	100	10.915	
			34.90.39	100	96.912	
			45.90.52	100	2.755	
						128.194
03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002360	0009	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	31.90.11	100	7.716	
			31.90.13	100	365	
			31.90.16	100	2.313	
						10.394
03.007.0023.2056	EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL					
Ref: 000240	0001	EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	34.90.39	100	1.745	
						1.745
03.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
Ref: 000239	0001	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	104	5.584	
						5.584
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002363	0007	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	31.90.08	100	1.154	
			34.90.39	100	28.829	
						29.983
230101/00001 **16101**	**SECRETARIA DE CULTURA**					1.572.782
03.007.0247.1590	REFORMA DO CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES DE SOBRADINHO					
Ref: 003772	0001	REFORMA DO CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES DE SOBRADINHO	45.90.51	100	50.000	
						50.000
08.007.0024.1084	INFORMATIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA					
Ref: 000326	0001	INFORMATIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA	34.90.30	100	44.610	
			45.90.52	100	30.000	
						74.610
08.048.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002390	0010	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE CULTURA	34.90.14	100	14.227	
			34.90.30	100	32.446	

		34.90.33	100	3.119		
		34.90.36	100	5.000		
		34.90.39	100	90.340		
		34.90.92	100	157.799		
		45.90.52	100	3.038		
					305.969	
08.048.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002391 0010	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE CULTURA	31.90.08	100	655		
		31.90.09	100	985		
		31.90.11	100	145.180		
		31.90.13	100	3.308		
		31.90.16	100	11.434		
		31.90.92	100	3.380		
					164.942	
08.048.0031.2304	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER					
Ref: 004016 0001	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER	34.90.39	100	70.000		
					70.000	
08.048.0247.1606	CRIAÇÃO DA CASA DE CULTURA DA VILA PLANALTO					
Ref: 003773 0001	CRIAÇÃO DA CASA DE CULTURA DA VILA PLANALTO	34.90.39	100	20.000		
		45.90.51	100	100.000		
					120.000	
08.048.0247.1664	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA SECRETARIA DE CULTURA					
Ref: 004017 0001	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA SECRETARIA DE CULTURA	34.90.39	100	79.784		
					79.784	
08.048.0247.2072	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESPACOS CULTURAIS E DE MEMÓRIA					
Ref: 000327 0001	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS CULTURAIS E DE MEMÓRIA	34.90.30	100	65.253		
		34.90.36	100	14.536		
		34.90.39	100	2.732		
					82.521	
08.048.0247.2305	PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS					
Ref: 004019 0001	PROMOÇÃO E INCENTIVO DE PROGRAMAS CULTURAIS	34.90.30	100	2.884		
		34.90.33	100	41.000		
		34.90.35	100	5.000		
		34.90.36	100	3.200		
		34.90.39	100	317.579		
					369.663	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
08.048.0247.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 004022	0103	FUNCIONAMENTO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	34.90.30	100	8.000	
			34.90.33	100	42.000	
			34.90.36	100	17.745	
			34.90.39	100	5.167	
						72.912
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002392	0008	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE CULTURA	31.90.08	100	80.007	
			34.90.39	100	102.374	
						182.381
230103/00001	16103	**ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL**				83.940
08.048.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002511	0011	FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	3.000	
			34.90.30	100	10.086	
			34.90.33	100	1.000	
			34.90.36	100	500	
			34.90.39	100	34.717	
			34.90.92	100	504	
			34.90.93	100	500	
			45.90.52	100	11.264	
						61.571
08.048.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002513	0011	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.11	100	7.876	
			31.90.13	100	2.299	
			31.90.16	100	648	
			31.90.92	100	250	
						11.073
08.048.0246.1481		MEMÓRIA FILMOGRÁFICA				
Ref: 002528	0001	MEMÓRIA FILMOGRÁFICA	34.90.30	100	1.000	
			34.90.39	100	1.000	
						2.000
08.048.0246.2059		RECOLHIMENTO, PRESERVAÇÃO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000264	0001	DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	2.095	
			45.90.52	100	500	
						2.595
08.048.0246.2059		RECOLHIMENTO, PRESERVAÇÃO, PESQUISA E DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000267	0003	RECOLHIMENTO E PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PERMANENTE	34.90.39	100	500	
			45.90.52	100	500	
						1.000
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002514	0009	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	5.701	
						5.701

230902/23902	16902	**FUNDO DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER**				50.000
08.046.0223.2113		APOIO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER NO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000519	0001	APOIO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER NO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	25.000	
			45.90.52	100	25.000	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
						50.000
160201/16201	18201	**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				14.549.824
08.007.0021.2224		IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS				
Ref: 002159	0001	FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS	34.90.14	300	649	
			34.90.30	300	470.340	
			34.90.36	300	15.000	
			34.90.39	300	30.270	
			45.90.52	300	392.700	
						908.959
08.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002434	0040	FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.50.39	300	206	
			34.90.14	300	12.556	
			34.90.30	300	533.508	
			34.90.36	300	480	
			34.90.39	300	1.185.202	
			34.90.41	300	38.779	
			34.90.92	300	59.450	
			45.90.51	300	22.194	
			45.90.52	300	764.470	
			45.90.92	300	126.046	
						2.742.891
08.007.0023.8505		PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 000656	0001	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	300	122.784	
			34.90.92	300	1.120	
						123.904
08.007.0024.2223		SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002165	0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	300	19.088	
			34.90.36	300	50.000	
			34.90.39	300	382.865	
			45.90.52	300	396.222	
						848.175
08.007.0217.2219		QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL				
Ref: 002166	0001	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	34.90.30	300	57.850	
			34.90.36	300	175.316	
			34.90.39	300	56.296	
			45.90.52	300	100.000	
						389.462
08.041.0185.2227		MANUTENÇÃO DE CRECHE				
Ref: 002168	0001	MANUTENÇÃO DE CRECHE	34.90.30	300	84.104	
			45.90.52	300	500	
						84.604
08.041.0190.1453		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR				
Ref: 002510	0008	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	45.90.52	300	500	
			45.90.52	309	9.000	
						9.500
08.041.0190.1453		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR				
Ref: 003801	0024	CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESCOLA AGRÍCOLA DO NÚCLEO RURAL PONTE ALTA DE CIMA NO GAMA	45.90.51	100	100.000	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
						100.000
08.041.0190.2228		MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR				
Ref: 002175	0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR	34.90.30	300	100.000	
			34.90.39	300	10.000	
			45.90.52	300	500	
						110.500
08.042.0188.2226		MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref: 002249	0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	34.90.14	302	4.500	
			34.90.30	301	1.234.768	
			34.90.30	302	2.217.369	
			34.90.36	302	64.000	
			34.90.39	301	63.697	
			34.90.39	302	343.197	
			45.90.52	302	7.000	
						3.934.531
08.043.0188.1452		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO MÉDIO				
Ref: 002252	0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO MÉDIO	45.90.52	300	100.000	
						100.000

08.043.0188.1452	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO MÉDIO					
Ref: 003800	0064 CONSTRUÇÃO DE MURO NO CENTRO DE ENSINO 21 NA QNP 13 EM CEILÂNDIA	45.90.51	100	200.000		
					200.000	
08.043.0188.2221	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO					
Ref: 002289	0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	45.90.52	300	500		
					500	
08.043.0188.2221	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO					
Ref: 002462	0002 MANUTENÇÃO DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE BRASÍLIA	45.90.51	300	270.039		
		45.90.52	300	500		
					270.539	
08.043.0188.2221	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO					
Ref: 002463	0003 MANUTENÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE BRASÍLIA	45.90.51	300	300.000		
					300.000	
08.046.0223.2160	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA					
Ref: 000647	0001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	34.90.30	102	180.000		
		34.90.32	102	48.190		
		34.90.36	102	42.002		
		34.90.39	102	150.000		
		45.90.52	102	70.000		
					490.192	
08.047.0188.2218	PROGRAMAS SUPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO					
Ref: 002292	0001 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SUPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO	34.90.30	300	12.210		
		34.90.30	302	190.162		
		34.90.33	300	29.909		
		34.90.39	300	63.539		
		45.90.52	300	500		
					296.320	
08.048.0247.1638	CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO NO CENTRO INTERESCOLAR DE CEILÂNDIA					
Ref: 003805	0001 CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO COBERTO NO CENTRO INTERESCOLAR DE CEILÂNDIA	45.90.51	100	300.000		
					300.000	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
08.049.0188.1279 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO ESPECIAL				
Ref: 002466 0004 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO ESPECIAL	45.90.51	102	86.800	
	45.90.52	102	229.000	
				315.800
08.049.0188.2162 MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL				
Ref: 000649 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	34.90.30	102	445.186	
	34.90.36	102	77.000	
				522.186
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002467 0040 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	300	2.500.744	
	34.90.39	301	1.017	
				2.501.761
160901/16901 18901 **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				3.706.780
08.007.0021.2224 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS				
Ref: 502159 0001 FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	516.259	
	45.11.42	100	392.700	
				908.959*
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002382 0034 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	34.90.14	100	5.596	
	34.90.30	100	170.188	
	34.90.33	100	1.600	
	34.90.36	100	35.762	
	34.90.39	100	870.670	
	34.90.92	100	324.969	
	34.90.93	100	100.000	
	45.90.52	100	298.366	
				1.807.091
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 502434 0040 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	1.830.181	
	45.11.42	100	912.710	
				2.742.891*
08.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002383 0031 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	31.90.13	100	6.066	
	31.90.16	100	984	
	31.90.92	100	148	
	31.90.93	100	162.341	
				169.539
08.007.0023.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 500656 0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	123.904	
				123.904*
08.007.0024.2016 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002302 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	34.90.30	100	51.228	
	34.90.39	100	300.000	
	45.90.52	100	150.000	
				501.228
08.007.0024.2223 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 502165 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	451.953	
	45.11.42	100	396.222	
				848.175*
08.007.0217.2219 QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL				
Ref: 502166 0001 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	289.462	
	45.11.42	100	100.000	
				389.462*
08.041.0185.2227 MANUTENÇÃO DE CRECHE				
Ref: 502168 0001 MANUTENÇÃO DE CRECHE (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	84.104	
	45.11.42	100	500	
				84.604*
08.041.0190.1453 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR				
Ref: 502510 0008 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	500	
	45.11.42	109	9.000	
				9.500*
08.041.0190.2228 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR				
Ref: 502175 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	110.000	
	45.11.42	100	500	
				110.500*
08.042.0188.2226 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref: 502249 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	101	1.298.465	
	34.11.41	102	2.629.066	
	45.11.42	102	7.000	
				3.934.531*
08.042.0188.2232 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				
Ref: 002304 0001 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	34.90.30	100	193.278	
	34.90.39	100	98.450	
	45.90.51	100	4.000	
	45.90.52	100	220.366	
	45.90.93	100	1.000	
				517.094
08.043.0188.1452 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO MÉDIO				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 502252 0001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO MÉDIO (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	100.000	
				100.000*
08.043.0188.2221 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO				
Ref: 502289 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	500	
				500*
08.043.0188.2221 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO				
Ref: 502462 0002 MANUTENÇÃO DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE BRASÍLIA (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	270.539	
				270.539*
08.043.0188.2221 MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO				
Ref: 502463 0003 MANUTENÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE BRASÍLIA (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	300.000	
				300.000*
08.047.0188.2218 PROGRAMAS SUPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO				
Ref: 502292 0001 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SUPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	105.658	
	34.11.41	102	190.162	
	45.11.42	100	500	
				296.320*
08.047.0235.2015 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO				
Ref: 002305 0001 BOLSA AUXÍLIO NORMALISTA	34.90.10	100	268.623	
				268.623

08.047.0235.2015	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO					
Ref: 003806	0002 BOLSA-AUXÍLIO ENFERMAGEM	34.90.10	100	2.730		
					2.730	
08.047.0235.2172	CONCESSÃO DE BOLSA					
Ref: 002306	0001 BOLSA ESCOLA	34.90.30	100	45.305		
		34.90.36	100	100.000		
		34.90.39	100	50.000		
		45.90.52	100	135.000		
					330.305	
08.047.0252.2264	ESCOLA EM CASA					
Ref: 003112	0001 ESCOLA EM CASA	34.90.36	100	100.000		
					100.000	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002384	0028 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	34.90.39	100	10.170		
					10.170	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 502467	0040 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	2.500.744		
		34.11.41	101	1.017		
					2.501.761*	
130103/00001	**19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				48.849.926	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0021.1002 FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA FISCAL DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000014 0001 FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ÁREA FISCAL.	34.90.14	100	40.378	
	34.90.30	100	178.000	
	34.90.33	100	47.574	
	34.90.39	100	1.789.734	
	34.90.92	100	7.964	
	45.90.51	100	708.231	
	45.90.52	100	436.312	
				3.208.193
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002355 0017 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	34.90.14	100	7.896	
	34.90.14	101	1.826	
	34.90.30	100	290.334	
	34.90.30	101	77.261	
	34.90.33	100	23.940	
	34.90.33	101	175	
	34.90.35	100	54.000	
	34.90.36	100	9.850	
	34.90.39	100	1.245.215	
	34.90.39	101	422.047	
	34.90.92	100	7.300	
	34.90.93	100	293.014	
	45.90.51	100	206.557	
	45.90.52	100	203.002	
				2.842.417
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002356 0017 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	31.90.08	100	228	
	31.90.11	100	542.386	
	31.90.13	100	14.044	
	31.90.16	100	393	
	31.90.93	100	8.284	
				565.335
03.007.0023.2001 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO				
Ref: 000011 0001 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO	34.90.34	100	32.748	
				32.748
03.007.0024.2416 COORDENAÇÃO DO SISTEMA GERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000015 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA GERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	782.809	
	34.90.39	101	3.302.500	
	34.90.92	100	2.561.295	
	45.90.52	100	4.000	
				6.650.604
03.007.0024.2416 COORDENAÇÃO DO SISTEMA GERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002359 0002 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	34.90.39	100	700.000	
				700.000
03.008.0032.2002 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO				
Ref: 000016 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	34.90.39	100	40.000	
	45.90.52	100	30.000	
				70.000
03.008.0033.2419 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA				
Ref: 000020 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	32.90.21	100	7.435	
	32.90.21	104	11.684.828	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.008.0033.2419 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA				
Ref: 000020 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	47.90.71	100	9.669.536	
	47.90.71	104	13.382.373	
				34.744.172
03.008.0033.2004 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS				
Ref: 000216 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	33.90.21	100	27	
	48.90.71	104	183	
				457
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002357 0014 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	31.90.08	100	36.000	
				36.000
130201/13201 **19201 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL**				1.941.097
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002607 0018 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL	31.90.11	100	180.890	
	31.90.11	104	42.925	
	31.90.13	100	30.336	
	31.90.13	104	17.236	
	31.90.16	100	57.370	
	31.90.92	100	344.947	
	31.90.92	104	175.000	
				848.704
03.009.0044.2240 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES				
Ref: 002608 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	34.90.39	100	990.000	
				990.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002611 0015 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL	31.90.08	100	102.393	
				102.393
130901/13901 **19901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL**				2.872.139
08.048.0247.2196 APOIO À ARTE E À CULTURA DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 001627 0001 DIFUSÃO E ESTÍMULO À AÇÃO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	34.12.41	100	10.000	
				10.000
11.062.0346.1013 APOIO AO SETOR PRODUTIVO				
Ref: 000068 0001 APOIO ÀS MICROEMPRESAS E AOS MINIPRODUTORES	46.90.66	100	438.317	
				438.317
11.062.0346.1013 APOIO AO SETOR PRODUTIVO				
Ref: 000069 0002 APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS E AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	46.90.66	100	428.318	
				428.318
11.062.0347.1012 APOIO À PRODUÇÃO INDUSTRIAL				
Ref: 000067 0001 APOIO A EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS CONFORME DISPOSTO NO ART. 2, INCISO II, ALÍNEA B, DA LEI Nº 409 DE 15/01/93	46.90.66	100	413.448	
	46.90.66	101	1.366.000	
	46.90.66	104	216.056	
				1.995.504
130904/13904 **19904 FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ-DF**				194.630

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 000019 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	32.90.21	104	123.664	
	47.90.71	102	55.503	
	47.90.71	104	15.463	
				194.630
240101/00001 **20101 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL**				372.334
11.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002472 0049 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	2.300	
	34.90.33	100	18.900	
	34.90.36	100	5.000	
	34.90.39	100	136.627	
	34.90.92	100	6.287	
	34.90.93	100	2.000	
	45.90.52	100	75.686	
				246.800
11.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002473 0046 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.09	100	264	
	31.90.11	100	62.143	
	31.90.13	100	8.832	
	31.90.16	100	1.840	
	31.90.92	100	8.058	
				81.137
11.062.0346.1097 CRIAÇÃO DE ÁREAS E PÓLOS ECONÔMICOS PARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO				
Ref: 000377 0001 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE BRASÍLIA	34.90.35	100	6.000	
	34.90.39	100	20.000	
				26.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002474 0042 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	3.603	
	34.90.39	100	14.794	
				18.397
150101/00001 **21101 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**				441.399
03.017.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				

Ref: 002809	0019 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34.90.14	100	8.503		
		34.90.30	100	59.788		
		34.90.33	100	9.855		
		34.90.36	100	3.000		
		34.90.39	100	75.485		
		34.90.92	100	3.597		
		34.90.93	100	2.062		
		45.90.52	100	61.969		
						224.259
03.017.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002816	0019 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	31.90.08	100	246		
		31.90.09	100	184		
		31.90.11	100	83.305		
		31.90.13	100	3.577		
		31.90.16	100	4.950		
		31.90.92	100	12.766		
		31.90.93	100	18.815		
						123.843

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.077.0021.1549	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
Ref: 002893	0001 DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34.90.39	100	10.000	
					10.000
04.017.0103.1536	AMPLIAÇÃO DO BANCO DE GERMOPLASMA DE PLANTAS ORNAMENTAIS DO CERRADO				
Ref: 002826	0001 AMPLIAÇÃO DO BANCO DE GERMOPLASMA DE PLANTAS ORNAMENTAIS DO CERRADO	45.90.51	100	15.000	
					15.000
08.077.0103.1130	EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E POPULAR				
Ref: 000525	0001 EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL E POPULAR	34.90.30	100	15.000	
		45.90.52	100	15.000	
					30.000
13.077.0103.1545	COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002860	0001 COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	7.500	
		45.90.52	100	22.500	
					30.000
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002822	0016 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	31.90.08	100	1.501	
		34.90.39	100	6.796	
					8.297
150104/00001 21104	**INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL**				260.060
03.010.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002542	0020 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	6.000	
		34.90.30	100	45.123	
		34.90.32	100	2.000	
		34.90.33	100	17.649	
		34.90.35	100	10.000	
		34.90.36	100	20.000	
		34.90.39	100	35.185	
		34.90.92	100	2.000	
		34.90.93	100	1.000	
		45.90.51	100	1.000	
		45.90.52	100	20.225	
					160.182
03.010.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002543	0020 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.11	100	9.615	
		31.90.13	100	3.707	
		31.90.16	100	1.748	
		31.90.92	100	621	
		31.90.93	100	6.659	
					22.350
03.010.0057.1156	REALIZAÇÃO DA FEIRA EDUCATIVA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
Ref: 000604	0001 REALIZAÇÃO DA FEIRA EDUCATIVA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34.50.39	100	50.100	
					50.100
03.010.0057.1162	PROGRAMA BRASÍLIA CONSERVAR - IMPLANTAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 000611	0001 PROGRAMA BRASÍLIA CONSERVAR - IMPLANTAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL	34.90.36	100	3.000	
		34.90.39	100	5.000	
		45.90.52	100	2.000	
					10.000
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002544	0017 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	2.650	
		34.90.39	100	14.778	
					17.428
150106/00001 21106	**JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA**				336.874
03.017.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002483	0021 FUNCIONAMENTO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	34.90.14	100	3.846	
		34.90.30	100	24.769	
		34.90.33	100	4.847	
		34.90.39	100	6.599	
		34.90.92	100	500	
					40.561
03.017.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002488	0021 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	31.90.08	100	3.357	
		31.90.11	100	7.216	
		31.90.13	100	13.538	
		31.90.16	100	5.903	
		31.90.92	100	17.207	
					47.221
04.017.0106.2089	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL				
Ref: 000423	0001 PROTEÇÃO DA BIOTA	34.90.30	100	29.000	
		34.90.37	100	500	
		45.90.51	100	49.500	
		45.90.52	100	2.000	
		45.90.52	101	149.702	
					230.702
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002481	0018 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	31.90.08	100	10.949	
		34.90.39	100	7.441	
					18.390
150201/15201 21201	**FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL**				2.790.466
03.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 000331	0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	32.762	
					32.762
03.010.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002396	0022 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	5.288	
		34.90.30	100	10.527	
		34.90.33	100	7.521	
		34.90.36	100	1.000	
		34.90.39	100	52.382	
		34.90.41	100	3.547	
		45.90.52	100	24.164	
					104.429
03.010.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002398	0022 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.11	100	11.346	
		31.90.13	100	7.852	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.010.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002398	0022 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.16	100	1.945	
					21.143
03.010.0057.2076	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO				
Ref: 000332	0001 EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE FOMENTO À PESQUISA	34.90.18	104	8.392	
		34.90.20	100	516.000	
		34.90.20	104	1.940.191	
		34.90.92	104	1.135	
					2.465.718
03.010.0057.2076	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO				
Ref: 000333	0002 APOIO A EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	34.90.20	104	164.870	
					164.870
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002400	0019 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	513	
		34.90.39	100	1.031	
					1.544
150203/15203 21202	**INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**				259.898
03.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 000474	0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	30.000	
					30.000
03.017.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002818	0023 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	34.50.39	100	17.780	
		34.90.30	100	22.703	
		34.90.30	101	14.423	
		34.90.39	100	17.320	
		34.90.39	101	16.176	
		34.90.41	100	1.399	
		45.90.52	100	4.500	
					94.301
03.017.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002823	0023 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	1.311	
		31.90.09	100	477	
		31.90.11	100	6.619	
		31.90.13	100	851	
		31.90.16	100	4.895	
		31.90.92	100	7.834	
		31.90.93	100	26.924	
					48.911
04.017.0103.2105	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL				

Ref: 000488	0001	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	2.700	
			45.90.52	100	3.000	
						5.700
04.017.0103.2258		MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE PARQUES ECOLÓGICOS				
Ref: 002856	0001	MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE PARQUES ECOLÓGICOS	34.90.30	100	1.300	
			34.90.39	100	9.100	
			45.90.51	100	21.452	
						31.852

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
09.054.0296.1116		GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000482	0001	GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL	34.90.35	100	14.000	
			34.90.39	100	5.000	
						19.000
13.077.0456.1544		PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002841	0001	PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	800	
			45.90.52	100	10.000	
						10.800
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002821	0020	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	4.740	
			34.90.39	100	14.594	
						19.334
150205/15205	21203	**SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA**				6.921.683
10.060.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002430	0024	FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	34.90.30	100	298.056	
			34.90.39	100	303.627	
			34.90.41	100	33.805	
			34.90.93	100	2.000	
						637.488
10.060.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002431	0024	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	31.90.08	100	34.636	
			31.90.09	100	15.604	
			31.90.11	100	574.071	
			31.90.13	100	8.138	
			31.90.16	100	118.044	
			31.90.92	100	44.163	
			31.90.93	100	189.274	
						983.930
10.060.0325.1095		BRASÍLIA VERDE E LIMPA				
Ref: 000365	0001	BRASÍLIA VERDE E LIMPA	34.90.35	100	75.000	
						75.000
10.060.0325.2079		EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA				
Ref: 000370	0001	EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	34.90.30	100	285.833	
			34.90.36	100	194.161	
			34.90.37	100	89.888	
			34.90.39	100	4.267.315	
						4.837.197
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002432	0021	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA	31.90.08	100	158.602	
			34.90.39	100	229.466	
						388.068
150204/15204	21204	**FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				285.694
03.007.0023.8505		PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 002541	0001	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	2.850	
						2.850
03.017.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002534	0025	FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	34.90.30	100	82.253	
			34.90.32	100	200	
			34.90.36	100	11.839	
			34.90.39	100	58.865	
			34.90.41	100	8.703	
			34.90.92	100	37.264	
			45.90.51	100	28.469	
			45.90.52	100	955	
						228.548
03.017.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002531	0025	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	31.90.09	100	419	
			31.90.11	100	12.088	
			31.90.13	100	4.341	
			31.90.16	100	14.553	
			31.90.92	100	2.521	
			31.90.93	100	2.788	
						36.710
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002536	0022	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA	31.90.08	100	12.639	
			34.90.39	100	4.947	
						17.586
190101/00001	22101	**SECRETARIA DE OBRAS**				6.430.773
03.009.0447.1627		ELABORAÇÃO DO ESTUDO E PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO RIO MARANHÃO				
Ref: 003843	0001	ELABORAÇÃO DO ESTUDO, PROJETO E CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO RIO MARANHÃO	45.90.51	100	1.000	
						1.000
10.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003109	0083	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE OBRAS	34.90.14	100	4.961	
			34.90.30	100	7.155	
			34.90.33	100	2.400	
			34.90.35	100	151.000	
			34.90.39	100	24.048	
			34.90.92	100	1.000	
			45.90.52	100	212.272	
						402.836
10.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 003110	0080	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE OBRAS	31.90.08	100	2.326	
			31.90.09	100	1.951	
			31.90.11	100	24.591	
			31.90.13	100	1.960	
			31.90.16	100	2.911	
			31.90.92	100	5.289	
			31.90.93	100	182.113	
						221.141
10.007.0025.1187		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DO PODER PÚBLICO				
Ref: 000843	0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DO PODER PÚBLICO	45.90.51	100	1.000.000	
						1.000.000
10.057.0323.1626		IMPLANTAÇÃO DA ÁREA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL E TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 003842	0001	IMPLANTAÇÃO DA ÁREA HABITACIONAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL E TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	45.90.51	104	1.000	
						1.000

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
10.058.0575.1101		IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 001984	0001	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO	45.90.51	100	1.452.457	
			45.90.92	100	740	
						1.453.197
10.058.0575.1101		IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000897	0003	IMPLANTAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, QUADRAS DE ESPORTES E CAMPOS DE FUTEBOL	45.90.51	100	1.000	
						1.000
10.058.0575.1101		IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 001223	0005	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO NO SETOR RESIDENCIAL NORTE - JARDIM RORIZ E NO SETOR RESIDENCIAL OESTE - VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA EM PLANALTINA	45.90.51	100	1.111.158	
						1.111.158
10.058.0575.1101		IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 003807	0165	CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA QNL 13 BLOCO A EM TAGUATINGA	45.13.51	100	8.000	
						8.000
10.058.0575.2050		MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000849	0001	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	1.922.000	
						1.922.000
15.081.0486.8504		CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003111	0076	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE OBRAS	31.90.08	100	12.708	
			34.90.39	100	2.500	
						15.208
16.088.0537.1612		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E RECAPEAMENTO NA QUADRA 04 DA CANDANGOLÂNDIA				
Ref: 003836	0001	EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E RECAPEAMENTO NA QUADRA 04 DA CANDANGOLÂNDIA	45.90.51	100	1.000	
						1.000
16.091.0572.1169		IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO				
Ref: 000840	0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO METROPOLITANO	45.13.51	102	293.233	
						293.233
190201/19201	22201	**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL**				2.802.420
10.007.0021.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002642	0060	FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	34.90.36	100	20.480	
						20.480
10.007.0021.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002643	0057	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	31.90.08	100	13.330	

		31.90.11	100	692.530	
		31.90.13	100	3.613	
		31.90.16	100	397.199	
		31.90.92	100	25.675	
					1.132.347

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
10.058.0025.1654 CONSTRUÇÃO DE PONTES				
Ref: 003848 0001 CONSTRUÇÃO DE PONTE NA ESTRADA QUE LIGA A DF 240 A BR 070	45.90.51	100	14.780	
				14.780
10.058.0575.2148 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000653 0001 MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	34.90.30	100	262.791	
	34.90.36	100	93.900	
	34.90.39	100	111.100	
				467.791
10.060.0328.2163 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES E DO CERRADO				
Ref: 000650 0001 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES E DO CERRADO	34.90.30	100	369.899	
	34.90.36	100	94.220	
	34.90.39	100	383.150	
				847.269
10.076.0448.2149 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BOCAS DE LOBO E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Ref: 000654 0001 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BOCAS DE LOBO E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	34.90.36	100	7.300	
	34.90.39	100	8.300	
				15.600
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002650 0052 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	31.90.08	100	78.271	
	34.90.46	100	225.882	
				304.153
220101/00001 **24101** **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**				2.871.246
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002354 0029 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	34.90.14	100	3.062	
	34.90.15	100	4.269	
	34.90.30	100	68.326	
	34.90.30	130	719	
	34.90.33	100	10.830	
	34.90.36	100	585	
	34.90.39	100	77.938	
	34.90.39	130	2.034	
				167.763
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002361 0030 MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	34.90.14	100	6.149	
	34.90.30	100	7.563	
	34.90.30	130	668	
	34.90.33	100	6.532	
	34.90.33	130	494	
	34.90.39	100	510.367	
	34.90.39	130	459	
				532.232
06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002364 0028 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	31.90.04	130	15.500	
	31.90.08	130	4.750	
	31.90.11	130	93.719	
	31.90.13	130	5.582	
	31.90.16	130	12.566	
	31.90.92	130	20.012	
	31.90.93	130	10.364	
				162.493

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
06.007.0024.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002362 0031 INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.	34.90.30	100	14.454	
	34.90.39	100	3.444	
	45.90.52	100	80.000	
				97.898
06.030.0025.1045 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS				
Ref: 000196 0001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	45.90.51	100	411.343	
				411.343
06.030.0025.1045 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS				
Ref: 002367 0004 CONSTRUÇÃO DO SETOR "C" DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	45.90.51	100	131.609	
				131.609
06.030.0174.1046 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.				
Ref: 000198 0001 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.	45.90.52	100	25.948	
	45.90.52	102	1.300.000	
	45.90.52	130	40	
				1.325.988

15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002365 0025 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	31.90.08	130	6.014		
	34.90.39	100	27.719		
	34.90.46	100	8.187		
					41.920
220103/00001 **24103** **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**					10.824.583
06.007.0021.2208 GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE MILITAR - GAM					
Ref: 001990 0001 GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE MILITAR - GAM	31.90.92	100	105		
					105
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 003888 0094 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	34.90.15	100	16.772		
	34.90.30	100	290.000		
	34.90.30	130	51		
	34.90.36	100	39.307		
	34.90.39	100	1.738.546		
	34.90.39	104	100.000		
	34.90.39	130	106		
					2.184.782
06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002433 0037 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR	31.90.11	100	83.500		
	31.90.12	100	769.515		
	31.90.12	130	7.754.338		
	31.90.92	100	30.910		
	31.90.92	130	1.052		
					8.639.315
06.007.0024.2182 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO COMANDO DE POLICIAMENTO E DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES					
Ref: 000861 0001 PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS APLICATIVOS	45.90.52	130	61		
					61

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
06.030.0177.1202 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR				
Ref: 000858 0001 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	45.90.52	130	320	
				320
220104/00001 **24104** **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				6.205.665
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002368 0032 FUNCIONAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	34.90.30	100	162.000	
	34.90.30	130	63.098	
	34.90.36	100	38.000	
	34.90.36	130	10	
	34.90.39	100	380.000	
	34.90.39	130	3.135	
	34.90.93	130	855	
	45.90.51	100	20.000	
	45.90.52	100	100.000	
	45.90.92	100	100	
				767.198
06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002370 0029 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS	31.90.09	130	22.515	
	31.90.11	130	4.056	
	31.90.12	100	47.522	
	31.90.13	130	43.549	
	31.90.16	130	5.600	
	31.90.17	130	3.534.200	
	31.90.19	130	528.009	
	31.90.92	130	1.012.009	
				5.197.460
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002372 0026 CONCESSÃO DE BENEFÍCIO AOS SERVIDORES DO CORPO DE BOMBEIROS	31.90.08	130	241.007	
				241.007
220105/00001 **24105** **POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				3.772.288
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002393 0036 FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	34.90.30	104	4.493	
	34.90.30	130	66	
	34.90.33	100	308	
				4.867
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003901 0096 FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA DO DNA	34.90.30	100	14.454	
				14.454
06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002394 0033 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL	31.90.92	100	3.719.025	
				3.719.025
06.030.0174.1208 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL				
Ref: 000900 0001 REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	45.90.52	100	21.745	
	45.90.52	104	2.186	
	45.90.52	130	4.394	
				28.325
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002397 0030 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL	34.90.46	104	5.617	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				5.617
220202/22202 **24202 FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO**				112.637
06.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002425 0039 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	34.90.30	100	5.000	
	34.90.36	100	6.700	
	34.90.39	100	2.000	
	45.90.52	130	9.911	
				23.611
06.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002424 0036 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	31.90.09	130	500	
	31.90.11	130	36.052	
	31.90.13	130	22.947	
	31.90.16	130	23.000	
				82.499
06.081.0486.2191 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO				
Ref: 000908 0001 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO	34.90.39	130	56	
	45.90.52	130	4.866	
				4.922
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002427 0033 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO.	31.90.08	130	728	
	34.90.39	130	727	
	34.90.46	130	150	
				1.605
300101/00001 **25101 SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**				4.950.077
14.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002638 0026 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	34.90.14	100	56.342	
	34.90.30	100	6.622	
	34.90.33	100	9.527	
	34.90.36	100	500	
	34.90.39	100	303.023	
	34.90.92	100	12.909	
	34.90.93	100	28.317	
	45.90.52	100	187.773	
				605.013
14.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002639 0026 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	31.90.08	100	5.397	
	31.90.09	100	882	
	31.90.11	100	84.764	
	31.90.13	100	1.966	
	31.90.16	100	3.073	
	31.90.92	100	20.211	
	31.90.93	100	63.720	
				180.013
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002315 0001 INTERMEDIAÇÃO DE EMPREGO	34.90.35	100	488.721	
	34.90.35	104	280.000	
	34.90.36	100	42.320	
	34.90.39	100	8.485	
	45.90.52	100	50.000	
				869.526
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002316 0002 APOIO OPERACIONAL AO SEGURO DESEMPREGO	34.90.30	100	30.000	
	34.90.33	100	10.000	
	34.90.35	100	20.000	
	34.90.36	100	7.500	
	34.90.39	100	2.204	
	45.90.52	100	40.000	
				109.704
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002317 0003 APOIO AO PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	34.90.39	100	10.000	
	45.90.52	100	10.000	
				20.000
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002318 0004 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE EMPREGO	34.90.39	100	250.000	
				250.000
14.078.0470.2044 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Ref: 002319 0005 CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO-DE-OBRA	34.90.39	100	2.779.470	
				2.779.470
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002640 0023 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	31.90.08	100	90.000	
	34.90.39	100	46.351	
				136.351
300901/30901 **25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**				2.330.780
14.008.0031.2051 APOIO E FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS				
Ref: 000211 0001 FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	46.90.66	100	12.500	
				12.500
14.008.0031.2051 APOIO E FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS				
Ref: 000212 0002 ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE EMPREENDEDORES	34.90.39	100	390.956	
				390.956
14.008.0031.2051 APOIO E FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS				
Ref: 000213 0003 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS PARA O PRIMEIRO EMPREGO	34.90.39	100	12.500	
				12.500
14.008.0031.2051 APOIO E FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS				
Ref: 000214 0004 CONCESSÃO DE GARANTIA A EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	34.90.39	100	12.500	
				12.500
14.008.0235.2052 CONCESSÃO DE POUPANÇA ESCOLA AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA				
Ref: 000215 0001 POUPANÇA- ESCOLA	34.90.08	100	1.850.000	
	34.90.08	104	52.324	
				1.902.324
200101/00001 **26101 SECRETARIA DE TRANSPORTES**				320.651
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002387 0029 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	31.90.08	100	11.818	
	34.90.39	100	70.350	
				82.168

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
16.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002388 0035 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	34.90.14	100	9.735	
	34.90.30	100	26.451	
	34.90.33	100	7.504	
	34.90.35	100	8.000	
	34.90.36	100	1.741	
	34.90.39	100	9.923	
	34.90.92	100	9.797	
	45.90.51	100	5.500	
	46.90.64	100	1.500	
				80.151
16.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002389 0032 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	31.90.09	100	771	
	31.90.11	100	43.268	
	31.90.13	100	13.965	
	31.90.16	100	11.239	
	31.90.92	100	5.791	
				75.034
16.091.0571.2233 CONCESSÃO E PERMISSÃO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL E ALTERNATIVO				
Ref: 002386 0001 CONCESSÃO E PERMISSÃO DO TRANSPORTE INDIVIDUAL E ALTERNATIVO	34.90.30	100	3.000	
	34.90.39	100	3.660	
	45.90.52	100	1.600	
				8.260
16.091.0575.2054 CONSERVAÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO				
Ref: 000234 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO	34.90.30	100	63.358	
	34.90.39	100	10.164	
	45.90.52	100	1.516	
				75.038
200202/20202 **26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**				5.233.187
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002464 0045 FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	500	
	34.90.30	100	28.000	
	34.90.33	100	11.000	
	34.90.39	100	185.070	
	34.90.93	100	5.555	
				[illegible]
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002459 0039 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	132.846	
				132.846
16.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002465 0043 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	31.90.09	100	5.502	
	31.90.11	100	203.130	
	31.90.13	100	31.044	
	31.90.16	100	2.740	
	31.90.92	100	15.313	
	31.90.93	100	93.360	
				351.089
16.007.0021.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 002460 0006 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	4.737	
				4.737

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
16.088.0537.1486 AMPLIAÇÃO E EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO				
Ref: 002612 0050 OBRAS EM PARCERIA	45.90.51	100	1.000	
				1.000

16.088.0538.1475	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL					
Ref: 002457	0001 RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL	45.90.51	100	3.620.691		
		45.90.51	101	655.000		
					4.275.691	
16.088.0538.2067	CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS					
Ref: 000315	0001 CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	34.90.30	100	150.603		
		34.90.39	100	87.096		
					237.699	
200203/20203	**26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS**				1.241.083	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002413	0032 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	31.90.08	100	3.846		
					3.846	
16.007.0021.2234	MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS					
Ref: 002417	0001 MANUTENÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	34.90.39	100	85.404		
					85.404	
16.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002419	0035 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	31.90.09	100	9.997		
		31.90.11	100	22.836		
		31.90.16	100	10.000		
					42.833	
16.091.0571.1568	INTERVENÇÕES FISICAS DE APOIO AO SISTEMA					
Ref: 003143	0001 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS E POSTOS DE CONTROLE	34.90.39	100	109.000		
		45.90.51	100	1.000.000		
					1.109.000	
200204/20204	**26204 COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL**				1.856.416	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002505	0048 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	14.282		
		34.90.39	100	77.209		
		34.90.46	100	50.387		
					141.878	
16.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002509	0056 FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	25.562		
		34.90.30	100	214.627		
		34.90.33	100	40.681		
		34.90.35	100	3.984		
		34.90.36	100	22.592		
		34.90.39	100	769.730		
		34.90.41	100	10.556		
		34.90.92	100	1.962		
		34.90.93	100	1.425		
					1.091.119	
16.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002506 0053 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.11	100	297.376	
	31.90.13	100	12.000	
	31.90.16	100	13.726	
	31.90.93	100	25.356	
				348.458
16.007.0023.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 002508 0009 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	178.225	
				178.225
16.091.0572.1167 CONSTRUÇÃO, AUTOMAÇÃO, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA O METRÔ				
Ref: 000624 0001 OBRAS, INSTALAÇÕES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	45.90.51	100	64.192	
	45.90.52	100	27.087	
	45.90.92	100	5.457	
				96.736
310101/00001 **27101 SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE**				1.916.554
11.065.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002626 0027 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	34.50.39	100	250.000	
	34.90.14	100	10.247	
	34.90.30	100	51.966	
	34.90.33	100	27.176	
	34.90.39	100	978.706	
	34.90.92	100	99.393	
	34.90.93	100	4.278	
	45.90.52	100	92.089	
				1.513.855
11.065.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002625 0027 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	31.90.08	100	6.041	
	31.90.09	100	381	
	31.90.11	100	29.302	
	31.90.13	100	62.548	
	31.90.16	100	8.424	
	31.90.92	100	44.781	
	31.90.93	100	2.353	
				153.830
11.065.0363.1036 REALIZAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS TURÍSTICOS E TURISMO DE NEGÓCIOS				
Ref: 000148 0001 REALIZAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS TURÍSTICOS E TURISMO DE NEGÓCIOS	34.90.30	100	17.446	
	34.90.33	100	35.000	
	34.90.36	100	18.800	
	34.90.39	100	8.619	
				79.865
11.065.0363.2203 REALIZAÇÃO DO CARNAVAL				
Ref: 002060 0001 REALIZAR O CARNAVAL DE BRASILIA DE 1999	34.90.36	100	14.100	
	34.90.39	100	525	
				14.625
11.065.0363.2244 PROGRAMA DE ESTÍMULO E ARTICULAÇÃO DO LAZER NO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002623 0001 ESTIMULAR E ARTICULAR O LAZER NO DISTRITO FEDERAL	45.90.52	100	20.000	
				20.000
11.065.0363.2245 PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO PARA A JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002624 0001 PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO PARA A JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL	34.90.35	100	10.000	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
11.065.0363.2245 PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO PARA A JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002624 0001 PROGRAMA DE INCENTIVO AO TURISMO PARA A JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	40.000	
				50.000
11.065.0364.1038 PROJETO ORLA DO LAGO PARANOÁ				
Ref: 000150 0001 PROJETO ORLA DO LAGO PARANOÁ	34.90.30	100	10.000	
				10.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002627 0024 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	31.90.08	100	23.788	
	34.90.39	100	50.591	
				74.379
280101/00001 **28101 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO**				137.002
10.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002661 0064 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	34.90.14	100	4.888	
	34.90.30	100	7.025	
	34.90.33	100	3.820	
	34.90.39	100	4.396	
	34.90.92	100	525	
	45.90.52	100	2.230	
				22.884
10.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002659 0061 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	31.90.09	100	255	
	31.90.11	100	57.026	
	31.90.13	100	6.064	
	31.90.16	100	1.860	
	31.90.92	100	756	
	31.90.93	100	5.689	
				71.650
10.007.0323.2213 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO URBANO				
Ref: 002064 0001 DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO	34.90.35	100	2.500	
	34.90.39	100	22.508	
	45.90.52	100	5.831	
				30.839
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002658 0056 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA E DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	31.90.08	100	5.112	
	34.90.39	100	6.517	
				11.629
190205/19205 **28202 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL**				320.561
10.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002691 0067 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	2.865	
	34.90.30	100	20.153	
	34.90.36	100	15.000	
	34.90.39	100	33.306	
	34.90.41	100	4.225	
	45.90.52	100	58.335	
	45.90.92	100	10.000	
				143.884
10.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS**

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002699 0066 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.11	100	29.289	
	31.90.13	100	17.191	
	31.90.16	100	12.417	
	31.90.92	100	34.000	
	31.90.93	100	45.000	
				137.892

10.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
Ref: 000167 0001	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	8.600		
					8.600	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002700 0060	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO	31.90.08	100	8.283		
		34.90.39	100	21.902		
					30.185	
					1.058.729	
180202/18202 28203	**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**					
10.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 002877 0079	FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	90.120		
		34.90.39	102	387.111		
					477.231	
10.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 002883 0076	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	10.000		
		31.90.11	100	75.982		
		31.90.13	100	52.346		
		31.90.16	100	9.472		
		31.90.92	100	16.629		
		31.90.93	100	135.203		
					299.632	
10.007.0023.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA					
Ref: 002887 0011	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	35.777		
					35.777	
10.057.0316.1524	PROGRAMA MORAR LEGAL - OCUPAÇÕES IRREGULARES E HISTÓRICAS					
Ref: 002842 0003	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO RIACHO FUNDO II - HABITAR BRASIL	45.90.51	100	32.529		
					32.529	
10.057.0316.1528	PROGRAMA MORAR LEGAL - SERVIDOR PÚBLICO					
Ref: 002866 0002	PRODUÇÃO DE LOTE URBANIZADO PARA ATENDIMENTO AO SERVIDOR PÚBLICO NA CIDADE DO RECANTO DAS EMAS	45.90.51	100	167.729		
					167.729	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 002886 0071	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	35.913		
		34.90.39	100	9.918		
					45.831	
					1.322.327	
320101/00001 32101	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**					
03.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 004004 0102	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	34.90.14	100	7.415		
		34.90.30	100	73.180		
		34.90.33	100	3.201		

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 004004 0102 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	34.90.36	100	65.000	
	34.90.39	100	154.437	
	34.90.92	100	9.000	
	45.90.51	100	30.000	
	45.90.52	100	85.813	
				428.046
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 004005 0086 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	31.90.08	100	468	
	31.90.11	100	5.415	
	31.90.13	100	414	
	31.90.16	100	4.026	
				10.323
03.007.0040.2300 COORDENAÇÃO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO				
Ref: 004008 0001 FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	34.90.39	100	421.568	
	34.90.39	104	200.000	
	45.90.52	100	230.000	
	45.90.52	104	30.000	
				881.568
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 004007 0085 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	34.90.39	100	2.390	
				2.390
330101/00001 33101 **SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE**				3.452.055
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003997 0101 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE	34.90.14	100	5.529	
	34.90.30	100	99.151	
	34.90.33	100	4.136	
	34.90.36	100	2.000	
	34.90.39	100	510.384	
	45.90.51	100	100.000	
	45.90.52	100	72.542	
				793.742
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 003988 0085 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE	31.90.08	100	936	
	31.90.09	100	1.000	
	31.90.11	100	17.813	
	31.90.13	100	8.068	
	31.90.93	100	2.093	
				29.910

03.007.0024.1659	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA					
Ref: 003996 0001	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA.	34.90.30	100	1.000		
		34.90.39	100	225.605		
		45.90.52	100	50.000		
					276.605	
14.078.0486.1667	PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AO DISTRITO FEDERAL					
Ref: 004029 0001	PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL	34.90.04	100	101.298		
					101.298	
15.081.0478.2299	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA					
Ref: 003990 0001	DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS PARA FAMÍLIAS	34.90.30	100	373.282		
		34.90.39	100	35.837		

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				409.119
15.081.0478.2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA				
Ref: 003991 0002 DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PARA FAMÍLIAS	34.90.30	100	959.782	
	34.90.39	100	304.404	
				1.264.186
15.081.0478.2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA				
Ref: 003992 0003 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO PARA FAMÍLIAS	34.90.30	100	231.302	
	34.90.39	100	307.457	
				538.759
15.081.0478.2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA				
Ref: 003993 0004 ISENÇÃO DE TARÍFAS DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA	34.90.39	100	10.000	
				10.000
15.081.0478.2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA				
Ref: 003994 0005 DISTRIBUIÇÃO DE PÃO E LEITE PARA ENTIDADES	34.90.30	100	4.000	
	34.90.39	100	2.000	
				6.000
15.081.0478.2299 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA				
Ref: 003995 0006 MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA	34.90.30	100	1.670	
	34.90.32	100	7.499	
	34.90.39	100	6.400	
				15.569
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003989 0084 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE	31.90.08	100	2.817	
	34.90.39	100	4.050	
				6.867
340101/00001 34101 **SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE**				645.731
08.046.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003969 0098 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	34.90.14	100	2.257	
	34.90.30	100	29.670	
	34.90.33	100	10.000	
	34.90.36	100	3.119	
	34.90.39	100	472.944	
	34.90.39	101	2.181	
	45.90.52	100	70.052	
				590.223
08.046.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 003970 0082 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	31.90.08	100	5.000	
	31.90.09	100	393	
	31.90.11	100	2.808	
	31.90.13	100	358	
	31.90.92	100	669	
	31.90.93	100	28.302	
				37.530
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003974 0081 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	31.90.08	100	10.166	
	34.90.39	100	7.812	

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				17.978
350101/00001 35101 **SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS**				359.310
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003984 0099 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	34.90.14	100	3.665	
	34.90.30	100	9.182	
	34.90.32	100	21.000	
	34.90.33	100	14.109	
	34.90.36	100	7.000	
	34.90.37	100	2.000	
	34.90.39	100	29.729	
	45.90.52	100	106.731	
				193.416

03.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 003985 0083	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	31.90.08	100	2.988		
		31.90.09	100	999		
		31.90.11	100	16.456		
		31.90.13	100	9.300		
					29.743	
03.009.0183.1658	PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL					
Ref: 003986 0001	PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	34.90.35	100	28.000		
		34.90.36	100	47.000		
		34.90.39	100	30.000		
		45.90.52	100	28.000		
					133.000	
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES					
Ref: 003977 0082	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	31.90.08	100	1.896		
		34.90.39	100	1.255		
					3.151	
360101/00001 36101	**SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**				214.793	
07.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Ref: 003980 0100	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	4.687		
		34.90.30	100	21.298		
		34.90.33	100	5.000		
		34.90.36	100	1.400		
		34.90.39	100	25.317		
		34.90.93	100	5.000		
		45.90.52	100	49.646		
					112.344	
07.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL					
Ref: 003981 0084	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	2.000		
		31.90.09	100	198		
		31.90.11	100	23.548		
		31.90.13	100	2.750		
		31.90.16	100	5.126		
		31.90.93	100	3.000		
					36.622	
07.039.0183.2297	COORDENAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL					

ANEXO VII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 003982	0001 EXECUÇÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.35	100	25.000	
		34.90.36	100	3.720	
		34.90.39	100	18.580	
					47.300
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003983	0083 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	6.610	
		34.90.39	100	11.917	
					18.527
130101/00001 90101	**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**				1.000.000
99.999.9999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
Ref: 499999	0001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	90.00.00	100	1.000.000	
					1.000.000
01089/53 - 200042	* As transferências não constam do Total			TOTAL	160.678.982

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
120101/00001 12101	**PROCURADORIA GERAL**				235.580
15.082.0495.8503	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002345	0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	128.826	
		31.90.03	100	18.837	
		31.90.03	106	689	
		31.90.08	106	86.189	
		31.90.09	106	862	
		31.90.92	106	177	
					235.580
140101/00001 13101	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**				471.592
15.082.0495.8503	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002074	0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	362.968	
		31.90.03	100	101.375	
		31.90.09	106	5.000	
		31.90.92	100	408	
		31.90.92	106	1.841	
					471.592
210201/21201 14201	**FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**				250.346
15.082.0495.8503	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002480	0011 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL	31.90.01	100	202.146	
		31.90.03	100	18.800	
		31.90.09	100	500	
		31.90.92	100	28.900	
					250.346
180101/00001 17101	**SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**				212.924
15.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002504	0014 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.90.14	100	341	
		34.90.30	100	5.377	
		34.90.33	100	3.764	
		34.90.36	100	1.000	
		34.90.39	100	11.973	
		34.90.92	100	1.000	
		45.90.52	100	7.706	
					31.161
15.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002349	0015 FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.90.30	100	1.500	
		34.90.36	100	2.400	
		34.90.39	100	35.530	
					39.430
15.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002502	0014 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	31.90.08	100	2.000	
		31.90.09	100	207	
		31.90.11	100	4.650	
		31.90.13	100	426	
		31.90.16	100	2.325	
		31.90.92	100	9.624	
		31.90.93	100	5.000	
					24.232
15.007.0024.2005	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000018	0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.30	100	6.592	
		34.90.39	100	24.218	

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.007.0024.2005	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000018	0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	45.90.52	100	49.958	
					80.768
15.081.0486.8504	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002507	0012 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	31.90.08	100	17.132	
		34.90.39	100	20.201	
					37.333
180201/18201 17201	**FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL**				5.901.589
15.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002635	0016 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	100	2.703	
		34.90.30	100	205.604	
		34.90.33	100	5.311	
		34.90.35	104	328.572	
		34.90.36	100	8.400	
		34.90.37	100	619.948	
		34.90.37	104	100.000	
		34.90.39	100	169.943	
		34.90.41	100	73.220	
		34.90.92	100	15.008	
		34.90.93	100	4.829	
					1.533.538
15.007.0021.8501	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002631	0046 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.36	100	12.980	
		34.90.39	100	70.410	
					83.390
15.007.0021.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002634	0016 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.09	100	4.672	
		31.90.11	100	66.869	
		31.90.11	104	12.243	
		31.90.13	100	449	
		31.90.16	100	5.011	
		31.90.92	100	17.825	
		31.90.92	104	93.710	
		31.90.93	104	42.000	
					242.779
15.007.0021.8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 000381	0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	100	33.000	
					33.000
15.007.0024.2109	SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000504	0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	188	
					188
15.081.0486.1495	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002637	0010 REFORMA, MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	45.90.51	104	768.229	
					768.229
15.081.0486.2246	APOIO E ORIENTAÇÃO AOS PARCEIROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 002648	0001 APOIO E INCREMENTO A ENTIDADES NÃO	34.50.39	104	514.889	

	GOVERNAMENTAIS	34.50.43	104	73.036	

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
				587.925
15.081.0486.2246 APOIO E ORIENTAÇÃO AOS PARCEIROS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 002994 0002 FOMENTO A AÇÕES DE INTERESSE COMUNITÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES	34.90.35	104	50.640	
	45.50.42	104	25.000	
				75.640
15.081.0486.2260 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - ASSEGURANDO A VIDA				
Ref: 002997 0001 PROMOÇÃO DA MELHORIA DA HABITABILIDADE	34.90.08	104	103.872	
	34.90.32	104	49.000	
				152.872
15.081.0486.2260 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - ASSEGURANDO A VIDA				
Ref: 002998 0002 INSTRUTRUMENTALIZAÇÃO PARA O TRABALHO	34.90.08	104	43.755	
				43.755
15.081.0486.2260 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - ASSEGURANDO A VIDA				
Ref: 002999 0003 GERAÇÃO DE RENDA E INICIAÇÃO PROFISSIONAL	34.90.08	104	102.553	
				102.553
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003002 0001 APOIO A ATIVIDADE SÓCIO EDUCATIVA EM MEIO ABERTO	34.50.39	104	731.055	
	34.50.43	104	270.488	
	34.90.08	104	47.393	
	34.90.30	104	117.641	
	34.90.39	104	168.639	
				1.335.216
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003003 0002 APOIO AOS PRIVADOS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR	34.50.39	104	134.839	
	34.90.08	104	15.652	
	34.90.39	104	2.009	
				152.500
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003004 0003 PROTEÇÃO AOS AMEAÇADOS DE PERDA DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	34.90.08	104	26.396	
	34.90.30	104	215.732	
	34.90.36	104	10.348	
				252.476
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003005 0004 APOIO E ORIENTAÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRA E EXTRA FAMILIAR	34.90.08	104	7.200	
	34.90.30	104	64.944	
				72.144
15.081.0486.2262 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA - RECONSTRUINDO VÍNCULO				
Ref: 003006 0005 APOIO E ORIENTAÇÃO A PESSOAS EM CONFLITO COM A LEI	34.90.08	104	12.738	
	34.90.30	104	213.691	
	34.90.36	104	16.460	
	34.90.39	104	121.010	
				363.899
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002633 0013 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.08	100	29.761	

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002633 0013 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	63.196	
				92.957
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002632 0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	888	
	31.90.01	104	1.047	
	31.90.03	100	6.593	
				8.528
180902/18902 **17902 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**				438.078
15.081.0483.2025 APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
Ref: 000108 0001 APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	34.50.39	100	225.000	
	34.50.43	100	5.000	
	34.90.39	100	15.000	
	45.50.42	100	10.000	
	45.90.51	100	4.295	
				259.295
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000115 0001 APOIO E PROMOÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS, COMUNITÁRIAS E DE GERAÇÃO DE RENDA	34.50.39	100	10.500	
	34.90.39	100	2.083	
	45.50.42	100	2.300	
	45.90.51	100	1.021	
				15.904
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000116 0002 APOIO A ATIVIDADES PERMANENTES DE ESTUDOS, PESQUISAS E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	34.90.39	100	83.000	
				83.000
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000117 0003 APOIO E ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO, MENTAL E SENSORIAL	34.50.39	100	47.443	
				47.443
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000118 0004 APOIO E PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO	34.50.39	100	20.533	
				20.533
15.081.0486.2030 PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Ref: 000119 0005 APOIO E PROGRAMAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO DEPENDENTE QUÍMICO E DOENTE CRÔNICO	34.50.39	100	6.027	
				6.027
15.081.0486.2035 BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS SOCIAIS				
Ref: 000120 0001 BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS SOCIAIS	34.90.08	100	5.876	
				5.876
160901/16901 **18901 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				79.798
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002385 0008 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	31.90.03	100	74.798	
	31.90.08	100	5.000	
				79.798
130103/00001 **19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				76.044

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002358 0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	12.124	
	31.90.03	100	63.579	
	31.90.92	100	341	
				76.044
150204/15204 **21204 FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**				4.174
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002529 0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	31.90.01	100	2.681	
	31.90.03	100	500	
	31.90.08	100	500	
	31.90.09	100	493	
				4.174
170201/17201 **23201 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL**				10.287.297
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002439 0041 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	300	606.068	
	34.90.41	300	120.713	
				726.781
13.075.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002440 0039 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	31.90.11	100	500.000	
	31.90.13	330	235.569	
	31.90.16	330	407.499	
				1.143.068
13.075.0023.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 000679 0003 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	300	650.000	
				650.000
13.075.0235.2011 BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES				
Ref: 000682 0001 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES	34.90.18	300	157.366	
				157.366
13.075.0428.1556 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE				
Ref: 003139 0048 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS, CENTROS E POSTOS DE SAÚDE	45.90.92	300	260.021	
				260.021
13.075.0428.1556 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE				
Ref: 003137 0052 CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ	45.90.51	300	400.000	
				400.000
13.075.0428.1556 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE				
Ref: 003857 0090 AQUISIÇÃO DE MAMÓGRAFO PARA O HOSPITAL DE BASE	45.90.52	100	82.000	
				82.000
13.075.0428.1618 REEQUIPAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DA VILA PLANALTO				
Ref: 003860 0001 REEQUIPAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DA VILA PLANALTO	45.90.52	100	45.000	
				45.000
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 000702 0003 SAÚDE EM CASA	34.90.39	300	1.280.946	
				1.280.946
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 000703 0004 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR EM SERVIÇOS DE NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO	34.90.39	300	5.392.115	
				5.392.115
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 002096 0006 APOIO NUTRICIONAL A FAMÍLIAS CARENTES COM DEPENDENTES EM IDADE ESCOLAR	34.90.39	104	150.000	
				150.000
170202/17202 **23202 FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**				578.251
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002455 0044 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	34.90.39	300	68.432	
	34.90.39	304	300.000	
	34.90.41	300	43.819	
				412.251
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002454 0038 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	34.90.39	300	166.000	
				166.000
170901/17901 **23901 FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**				783.562
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 502439 0041 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	726.781	
				726.781*
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002444 0042 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE	34.90.14	100	4.628	
	34.90.30	100	14.521	
	34.90.36	100	500	
	34.90.39	100	1.203	
	34.90.92	100	203	
	45.90.52	100	15.694	
				36.749
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002445 0043 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	48.845	
	34.90.39	100	47.244	
	34.90.92	100	1.621	
	45.90.52	100	56.520	
				154.230
13.075.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 502455 0044 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA (Unidade = FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA)	34.11.41	100	112.251	
	34.11.41	104	300.000	
				412.251*
13.075.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002442 0040 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE SAÚDE	31.90.08	130	3.126	
	31.90.09	130	900	
	31.90.13	130	11.057	
	31.90.92	130	18.129	
	31.90.93	130	8.000	
				41.212
13.075.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				

ANEXO VIII

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
Ref: 002446 0041 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	31.90.92	100	262.092	
				262.092
13.075.0023.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref: 500679 0003 PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	650.000	
				650.000*
13.075.0025.1143 AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS INSTALAÇÕES				
Ref: 000804 0001 AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO ISDF	34.90.30	100	5.000	
	34.90.39	100	5.000	
	45.90.51	100	219.857	
				229.857
13.075.0217.2116 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
Ref: 002105 0003 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE SAÚDE	34.90.39	100	15.000	
				15.000
13.075.0235.2011 BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES				
Ref: 500682 0001 CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	157.366	
				157.366*
13.075.0428.1555 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSPETORIAS DE SAÚDE				
Ref: 003138 0005 REFORMA DAS INSPETORIAS DE SAÚDE	34.90.39	100	500	
				500
13.075.0428.1556 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE				
Ref: 503139 0048 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS, CENTROS E POSTOS DE SAÚDE (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	260.021	
				260.021*
13.075.0428.1556 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE				
Ref: 503137 0052 CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DO PARANOÁ (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	100	400.000	
				400.000*
13.075.0428.2121 GERÊNCIA DE BIOLOGIA MÉDICA				
Ref: 000796 0001 DESENVOLVIMENTO DA BIOLOGIA MÉDICA	34.90.30	100	6.377	
	45.90.52	100	10.000	
				16.377
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 500702 0003 SAÚDE EM CASA (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	1.280.946	
				1.280.946*
13.075.0428.2154 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA				
Ref: 500703 0004 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR EM SERVIÇOS DE NÍVEIS SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO (Unidade = FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	100	5.392.115	
				5.392.115*
13.075.0429.2122 GERÊNCIA DE CONTROLE DE ZOONOSES				
Ref: 000797 0001 DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE DE ZOONESES	34.90.30	100	13.976	
				13.976
13.075.0430.2118 VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA				
Ref: 000741 0002 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	34.90.30	100	500	
	34.90.33	100	500	
	34.90.39	100	500	
	45.90.52	100	500	
				2.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002443 0036 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE	31.90.08	130	7.369	
	34.90.39	100	2.878	
				10.247
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002447 0037 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	387	
				387
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 502454 0038 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA (Unidade = FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA)	34.11.41	100	166.000	
				166.000*
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002129 0003 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE	31.90.09	130	935	
				935
220103/00001 **24103 POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				29.038
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000855 0012 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	31.90.03	100	5.475	
	31.90.92	100	23.563	
				29.038
220104/00001 **24104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				2.229.130
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002374 0006 PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVOS E PENSIONISTAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	31.90.01	100	1.966.507	
	31.90.09	130	22	
	31.90.92	130	262.601	
				2.229.130
220105/00001 **24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				1.562.366
15.082.0495.8503 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002395 0009 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL	31.90.01	130	829.847	
	31.90.08	130	3.473	
	31.90.92	100	539.035	
	31.90.92	130	190.011	
				1.562.366

01089/61 - 200042 * As transferências não constam do Total — TOTAL 23.139.769

DECRETO Nº 21.057, DE 9 DE MARÇO DE 2000

Aprova Projeto de Parcelamento na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII, e dá outras providências.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 92 e incisos VII e XXVI, do Artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 77, da Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, e tendo em vista a Decisão nº 36/99 – CONPLAN, e considerando o que consta do processo nº 030.010.403/97, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto Urbanistico de Parcelamento do Lote 1 da Quadra 16 do Trecho 1 do Setor Meireles, localizado na DF – 290, na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII, consubstanciado no Projeto de Urbanismo – Parcelamento URB 55/98 e no Memorial Descritivo MDE 55/98.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo MDE 55/98 é parte integrante deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º - Os dispositivos normativos aplicáveis ao lote em referência serão os constantes das Normas de Edificação, Uso e Gabarito NGB 35/94.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 2000
112º da República e 40º de Brasília
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

PROCESSOS: **030.010.403/97**

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO (Nº) OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em (data)

PARTE A

I – APRESENTAÇÃO

A COENCIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, através do desenvolvimento de estudos e pesquisas, elaborou este projeto para definir a criação de um lote para Posto de Abastecimento de Combustíveis.
Localiza-se na DF-290, no Setor Meireles RA - XIII - Região Administrativa de Santa Maria.
A norma que rege o PAC criado é a NGB–035/94.
Está composto dos seguintes documentos:

MDE – 55/98 - Memorial Descritivo,
Anexo I – Quadro Demonstrativo das Unidades Imobiliárias,
URB – 55/98 – fl.01/02 – SICAD - 233 - I - 1 – C,
URB - 55/98 - fl.02/02 – SICAD - 233 – I – 4 – A.
TOP – 55/98 - Planta Geral.

COENCIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA — R.T.:CARLOS ORLANDO, CREA 38923/D - RJ

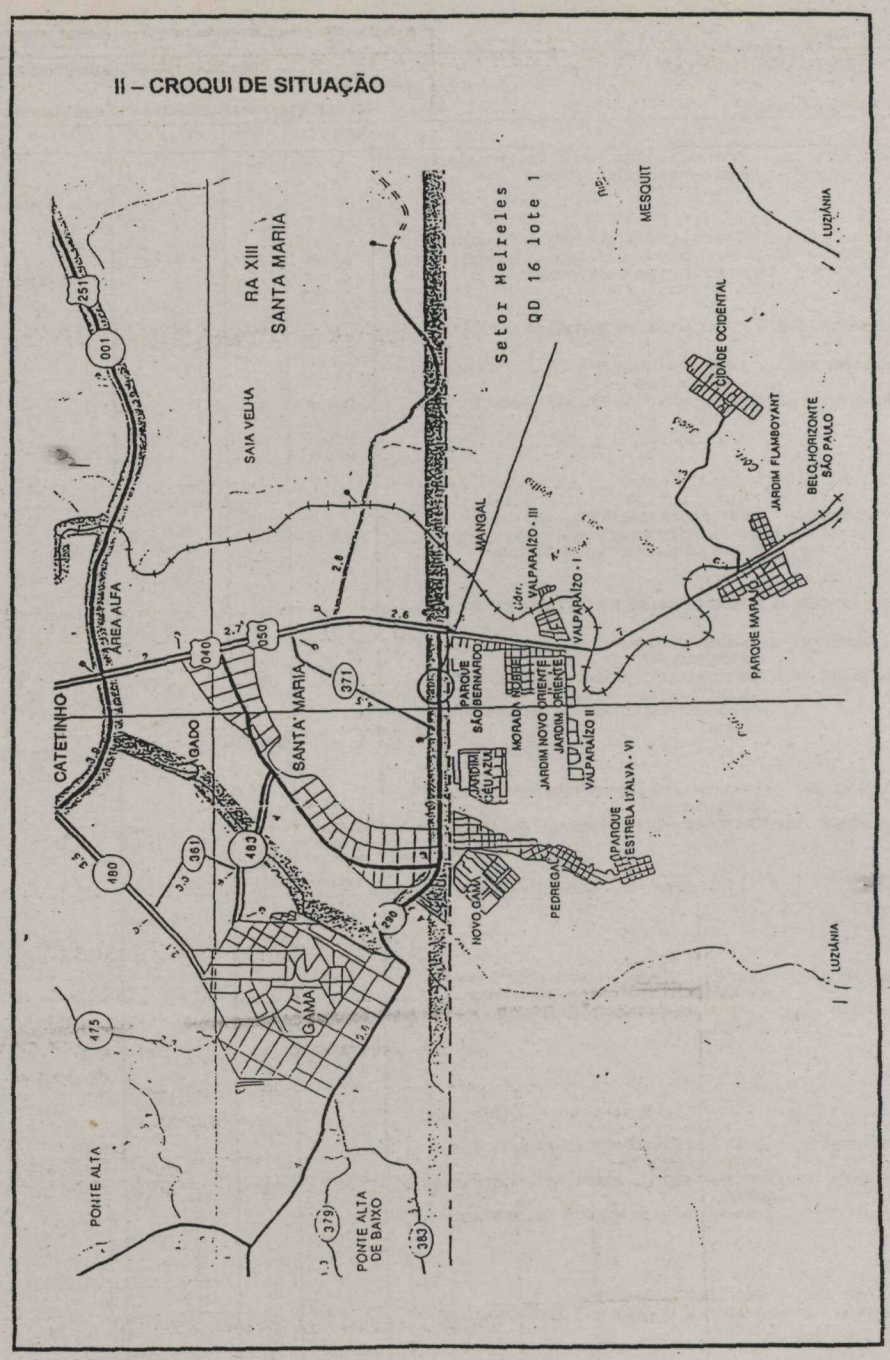
M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 055/98

RA-XIII – SANTA MARIA
DF-290 – Setor Meireles – Trecho 1
Quadra 16 lote 1

FOLHA: 01/11	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVADO:
DATA: 03/03/99	Carlos Orlando	João Eustaquio	Diretor IPDF	Presidente IPDF

II – CROQUI DE SITUAÇÃO



QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

IPDF

Kr =

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
P1	8223420.5057	179369.6053	-	-	ÁREA=3 400,00m²
			85,00	269°13´3.7´´	
P2	8223419.3445	179284.5558			
			40,00	359°13´3.7´´	
P3	8223459.3678	179248.0093			
			85,00	89°13´3.7´´	
P4	8223460.5291	179369.0588			
			40,000	179°13´3.7´´	
P1	8223420.5057	179369.6053	-	-	

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

COENCIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA R.T.: CARLOS ORLANDO CREA 38923/D – RJ

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 055/98

RA – XIII – SANTA MARIA
DF – 290 – Setor Meireles – Trecho 1
Q u a d r a 16 l o t e 1

FOLHA: 04/11	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: 03/03/99	Carlos Orlando	João Eustáquio	Diretor IPDF	Presidente IPDF

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: RA-XIII – Região Administrativa de Santa Maria
DF-290 – Setor Meireles

REFERÊNCIAS: URB 055/98
Planta Nº: SICAD 233-I-1-A e 233-I-1-C
Data: março/99

Esquerda FRENTE Direita
VIA

Endereço		Superfície (m^2)	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra ou Conjunto	Lote		Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
QD-16	01	34 000,00	85,00	85,00	40,00	40,00		DF-290	AR	Lote 15	AP	-	PAC
TOTAIS	01	3 400,00	LEGENDA E OBSERVAÇÕES: VP –Via Pública AP – Área Pública....AR – Área Rural Lt – Lote PAC – Posto Abastecimento e Combustível DF – Rodovia do Distrito Federal sob jurisdição do DER/DF										

PROCESSOS: **030.010.403/97**

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO (Nº) OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em (data)

PARTE B

I – CROQUI DE LOCAÇÃO.

II – JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DE PROJETO.

III – PROPOSIÇÕES.

IV – ALTERAÇÕES DE PROJETO.

COENCIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA R.T.:CARLOS ORLANDO CREA 38923/D RJ

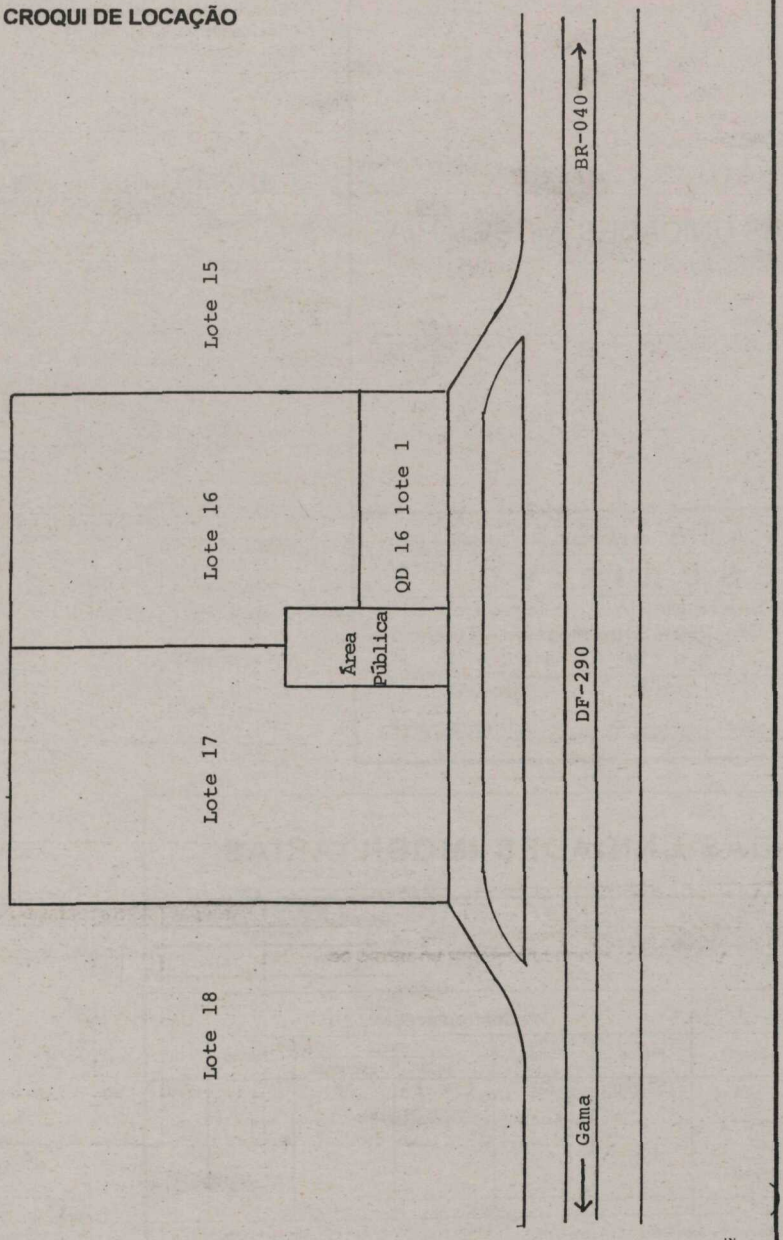
M E M O R I A L D E S C R I T I V O

MDE – 055/98

RA-XIII-SANTA MARIA
DF-290-Setor Meireles – Trecho 01
Quadra 16 lote 1

FOLHA: 06/11	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: 03/03/99	Carlos Orlando	João Eustáquio	Diretor IPDF	Presidente IPDF

I - CROQUI DE LOCAÇÃO



II – JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DE PROJETO

O projeto está localizado em Zona Urbana de Dinamização, definida pelo PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, aprovado pela Lei Complementar Nº 17 de 28/10/97.

O lote criado – lote 1 Quadra 16 – é oriundo do desmembramento do lote rural 16, pertencente ao parcelamento da Fazenda Santa Maria. E' de propriedade particular e adquirido de acordo com a Escritura Pública de Compra e Venda de Imóveis, registrada no Cartório do 5º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, no Livro Protocolo 1-B fl. 166 sob o número 9050, em 30 de dezembro de 1996.

Área do lote criado é de 3.400m^2. Limita-se ao norte com áreas remanescentes dos lotes 16, ao Sul com a Rodovia DF-290, a oeste com área pública oriunda do desmembramento do lote 17 e a oeste com o lote15 do loteamento rural Fazenda Santa Maria.

O lote se destina a posto de abastecimento de combustíveis – PAC e será regido pelas normas de edificação, usos e gabarito da NGB-35/94, definida pelo IPDF para Posto de Lavagem e Lubrificação localizados nas RA-II - Gama, Vila DVO e RA-XIII - Santa Maria..

Como previsto em lei, no que se refere a destinação de 35% da área da poligonal para atividades comunitárias, o projeto cria uma área de 1.830m^2 para abertura de uma Avenida de Atividades, quando da aprovação de projetos futuros de parcelamento..

O terreno tem declividade moderada com média de 4,5% no sentido sul/norte.

Encontra-se cercado e a vegetação do cerrado existente no local esta totalmente degradada.

As áreas remanescentes deste desmembramento dos lotes 16 e 17 deverão permanecer, até aprovação de proposta de parcelamento pelo IPDF, com uso de chácara de lazer e com acesso pela via interna existente no loteamento rural.

CONDICIONANTES DE PROJETO

Quanto a possibilidade de ocupação da área com os usos pretendidos , foram consultados os seguintes órgãos:

- **CAESB:** – informa que não há interferência com redes de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário na área de projeto.
- **CEB**: - informa que o projeto não interfere com as redes de energia elétrica existente.
- **TELEBRASILIA**: - informa não haver interferência com redes de telefonia, na área de projeto.
- **NOVACAP:** - informa não haver interferência com redes coletoras de águas pluviais, na área de projeto.
- ***DER/DF***: - *aprova o layout apresentado para definição do acesso* viário aos lotes a serem criados e determina que o projeto executivo seja apresentado ao órgão competente, para aprovação. Informa que a faixa de domínio a ser respeitada é de 65m,contadas a partir do eixo do canteiro central da rodovia DF-290, ou de 50m a partir do eixo da pista norte desta mesma rodovia. Em obediência às determinações da Lei Federal 6766/79, será recomenda a reserva de faixa de servidão com 15mde largura, além da faixa de domínio da rodovia.
- **SEMATEC/IEMA**: - considera a área viável à localização das atividades pretendidas e informa a necessidade de Licenciamento Ambiental para as atividades.
- **TERRACAP**: - informa que a gleba a ser desmembrada encontra-se em terras não desapropriadas.

III - PROPOSIÇÕES

MEDIDAS PREVENTIVAS QUE DEVERÃO SER IMPLANTADAS NA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA PREVENÇÃO DE IMPACTO AO MEIO AMBIENTE

1 – Instalações

- Todos os equipamentos de venda e armazenagem de combustíveis atenderão às normas vigentes da ABNT, SINDICON, FEEMA, IEMA legislação ambiental em vigor.
- Os tanques de armazenagem serão em aço, protegidos contra corrosão, conforma ABNT, com dispositivos de sensores para *monitoramento e prevenção de possíveis vazamentos*. As tubulações de descarga serão guarnecidas de coletores para captarem eventuais pequenos derrames durante a descarga de produtos, evitando o contato do mesmo com o solo.
- As bombas de abastecimentos serão dotadas de válvulas (check control), de forma a impedir seu funcionamento em caso ruptura ou furos nas tubulações.
- Todas instalações elétricas das áreas classificadas deverão ser blindadas, atendendo às especificações da ABNT (equipamentos à prova de explosões ou TGVP).

2 – Lubrificação

- Os dejetos advindos dessas atividades serão armazenados separadamente das demais atividades, em containers metálicos, coletados periodicamente, com destinação final a ser estabelecida pelos órgãos competentes.
- As águas de lavagem do piso deste compartimento serão captadas através de grelhas e tubulações de ferro, lançadas em caixas separadoras e coletoras, conforme padrão da CAESB. As águas isentas de óleo ou graxa serão lançadas na rede pública, conforme especificação e determinação dos órgãos competentes (CAESB/NOVACAP).
- Os óleos usados serão armazenados em tanques metálicos subterrâneos, com capacidade para 3m^3 e coletados periodicamente por empresas especializadas.

3 – Lavagem

- Espaço a ser ocupado por esta atividade será protegido por grelhas de captação de águas servidas que, após captadas, serão destinadas às caixas separadoras de areia, barro e óleos.

4 – Pista de Abastecimento

- Toda a pista será concretizada e nivelada de tal forma a permitir o escoamento de águas para grelhas de captação e, finalmente, para as caixas separadoras de barro e óleo.

5 – Outros cuidados

- As divisas do terreno com ruas e calçadas serão dotadas de grelhas ou solução de níveis, de tal forma que impeça o derramamento de águas servidas nas vias e passeios públicos.

COENCIL COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA		R.T.:CARLOS ORLANDO CREA 38 923/D RJ		
MEMORIAL DESCRITIVO - ALTERAÇÕES DE PROJETO				
MDE – 055/98	**RA-XIII-SANTA MARIA DF-290-Setor Meireles – Trecho 01 Quadra 16 lote 1Trecho 01**			
FOLHA: 11/11	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: 03/03/99	CARLOS ORLANDO	João Eustáquio	Diretor IPDF	Presidente IPDF

DECRETO Nº 21.058, DE 9 DE MARÇO DE 2000

Renova o Título de Utilidade Pública da entidade Lar de São José.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do Cargo de Governador, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 1º do Decreto n.º 19.004, de 22 de janeiro de 1998, e o Decreto n.º 20.959, de 17 de janeiro de 2000, tendo em vista o que consta do Processo n.º 030.012.218/93, DECRETA:

Art. 1º - Fica renovado o Título de Utilidade Pública da entidade **Lar de São José**, situada na Área QNM 32, Módulo "B", Área Especial - Ceilândia - DF.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 2000
112º da República e 40º de Brasília
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

DECRETO Nº 21.059, DE 9 DE MARÇO DE 2000

Revoga o Decreto nº 21.049, de 3 de março de 2000, publicado em 8 de março de 2000.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 92 e inciso VII do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:
Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 21.049, de 3 de março de 2000, publicado no DODF nº 46, de 8 de março de 2000, que abre à Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central crédito suplementar, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 2000
112º da República e 40º de Brasília
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

DECRETO Nº 21.060, DE 9 DE MARÇO DE 2000

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 92 e inciso VII, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 10, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.428, de 21 de julho de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Fazenda crédito suplementar, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo III.
Art. 3º Em virtude do disposto nos artigos anteriores, a receita do Fundo de Liquidez do Metrô do Distrito Federal fica alterada na forma do Anexo I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de março de 2000
112º da República e 40º de Brasília
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

ANEXO I R$1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO DA RECEITA

ANEXO AO DECRETO N.º RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130904/13904	19904	FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL	2412.00.00	102	2.000.000	2.000.000
		* As transferências não constam do Total			TOTAL	2.000.000

ANEXO II R$1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO AO DECRETO N.º RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001	**19101**	**SECRETARIA DE FAZENDA**				2.000.000
04.126.2000.1826		MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref.: 005386	0001	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SECRETARIA DE FAZENDA	34.14.41	102	2.000.000	2.000.000
200035		* As transferências não constam do Total			TOTAL	2.000.000

ANEXO III R$1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO N.º RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130904/13904	**19904**	**FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL**				2.000.000
28.843.0000.9032		AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA				
Ref.: 005244	0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	47.90.71	102	2.000.000	2.000.000
200042		* As transferências não constam do Total			TOTAL	2.000.000

DESPACHOS DO GOVERNADOR
Em 9 de março de 2000

REFERÊNCIA : Processo nº 150.000.801/99
ASSUNTO : Manutenção das instalações do Teatro Cláudio Santoro
INTERESSADO : Secretaria de Governo

AUTORIZO a Secretaria de Cultura do Distrito Federal a realizar contrato emergencial de prestação de serviços, com fulcro no disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Encaminhe-se o presente processo àquela Pasta para os fins pertinentes.

PROCESSO N.º : 020.002.925/99 - **INTERESSADO:** SEF/SUREC - **ASSUNTO :** Competência da DOT e da SUREC

Aprovo, em caráter normativo, o Parecer nº 8.042/99-2ª SPR/PRG. Publique-se, na íntegra, no Diário Oficial do Distrito Federal.

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº: 8042/99-2ª SPR
PROCESSO Nº: 020.002.925/99
ORIGEM: Secretaria de Fazenda e Planejamento
OBJETO: Competências da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária - SSP/DF - e da Subsecretaria de Receita – SUREC/SEFP/DF.

EMENTA: CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. *NOTITIA CRIMINIS.* SIGILO FISCAL. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. DELEGACIA ESPECIALIZADA – DOT. COMPETÊNCIA. PRECEDÊNCIA.

1. Os crimes contra a ordem tributária são delitos especialíssimos, daí por que sua apuração demandar o concurso da Administração Tributária e da Delegacia Especializada.
2. O sigilo fiscal constitui garantia constitucional da inviolabilidade da intimidade do contribuinte, razão pela qual somente pode ser quebrado por ordem judicial, quando as circunstância evidenciarem a existência de interesse público superior.

3. A *Notitia Criminis* relativa a delitos tributários deve ser encaminhada à Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária e ao Ministério Público após o trânsito em julgado da matéria na esfera administrativa, a teor do que estabelecem os arts. 83 da Lei federal 9.430/96 e 3º da Lei Distrital 779/94.
4. À Administração Tributária compete a apuração da infração fiscal e, constatada a ocorrência de crime, a posterior comunicação dos fatos Ao Ministério Público e a DOT.
5. À Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária compete a apuração da autoria e materialidade da infrações penais fiscais, bem como colaborar com a Administração Tributária nas ações de fiscalização e comprovação de infração fiscais.
6. A Administração Fazendária e seus servidores têm, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, procedência sobre os demais setores administrativos.
7. Se não dispuser a Autoridade Policial de elementos bastantes à instauração e à instrução do Inquérito Policial, deve, antes de iniciá-lo, solicitar o concurso da Administração Tributária para que esta comprove a infração fiscal e a suposta ocorrência de crime.

1 - RELATÓRIO

Consulta-nos a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal sobre a definição das competências da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária e da Subsecretaria da Receita no que pertine à apuração das infrações fiscais e das infrações penais fiscais, estas definida, entre outras, na Lei federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1996.

Deseja a Consulente, em curtas palavras, saber se a competência reservada à Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária tem prevalência sobre a competência privativa que detém a Administração Tributária para constituir o crédito tributário e apurar infrações fiscais.

Instruem a Consulta cópias de correspondências oficiais trocadas entre as duas Secretarias, memorandos e outros documentos relacionados à questão, dentre os quais os Pareceres nºs 7.973/98 e 8.008/99 aprovados nesta Casa.

É o sucinto relatório.

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - INTRÓITO

O tema posto à exame desta Procuradoria-Geral tem gerado polêmica na Administração distrital, em especial entre as Secretarias de Fazenda e Planejamento e de Segurança Pública do Distrito Federal, porquanto a Lei distrital que criou a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária, qual a de nº 779, 13 de outubro de 1994, estabeleceu, em seu art. 2º, ser da competência exclusiva da DOT a apuração da autoria e materialidade das infrações penais fiscais, ao passo que em seu art. 3º comandou que a apuração de infrações fiscais competiria à Administração Tributária.

A questão que se impõe é a de saber se pode a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária instaurar Inquéritos policias para apurar infrações penais fiscais, sem que a Administração Tributária tenha constituído o crédito tributário e apurado a respectiva infração fiscal.

As perguntas que ficam no ar são as seguintes: Existe infração penal fiscal sem que o Fisco tenha constituído o crédito tributário e constatado a infração fiscal? Pode a Ação penal, ou mesmo o Inquérito Policial, ser iniciada(o) sem o trânsito em julgado da decisão administrativa sobre a exigência tributária?

Esses temas já foram objeto de apreciação pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, qual enfrentando pedido de liminar em Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADIn 1.571/DF) apresentada pelo Procurador Geral da República para impugnar os comandos inscritos no art. 83 da Lei federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, entendeu de indeferir a cautela buscada, ao argumento de que não havia inconstitucionalidade no precitado dispositivo da Lei federal.

Naquele julgamento, todavia, entendeu o Supremo Tribunal Federal que o Ministério Público não está obrigado a aguardar o esgotamento da Instância Administrativa Tributária para propor a competente Ação Penal. A única ressalva feita pelo STF foi a de que o MP deveria estar de posse de suficientes elementos de convicção para iniciar a Ação Penal.

Pode-se afirmar, pois, que resultaram do precitado julgamento os seguintes entendimentos: (1) se o Ministério Público dispuser de provas bastantes à inauguração da Ação Penal, pode propô-la, sem necessidade de aguardar o esgotamento da instância administrativa fiscal; (2) antes de transitada em julgado a decisão administrativa respectiva, não está a Administração Tributária obrigada a noticiar o Ministério Público sobre suposto cometimento de infração penal fiscal; (3) antes do trânsito em julgado da decisão administrativa, as peças que compõem o processo administrativo fiscal não podem ser fornecidas ao Ministério Público, sob pena de quebra do sigilo fiscal insculpido no art. 198 do Código Tributário Nacional; (4) para ter acesso aos autos do processo administrativo fiscal, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão administrativa, o Ministério Público tem que solicitar tal medida ao Poder Judiciário, ao qual compete autorizar a quebra do sigilo fiscal daquele que se pretende denunciar.

A exegese que foi conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao art. 83 da Lei federal nº 9.430/96 é a chave para a deslinde da Consulta submetida à apreciação desta Procuradoria-Geral, valendo destacar, desde de logo, que, a exemplo do que ocorre com o representante do Ministério Público, o Delegado de Polícia só pode instaurar o Inquérito Policial quando estiver de posse de elementos probatórios suficientes à instrução do mesmo.

2.2 – O ARTIGO 83 DA LEI FEDERAL Nº 9.430/96

Estabelece o art. 17 da lei nº 8.137/97 que qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos naquela lei, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção. De outra parte, comanda o art. 66, I, do Decreto-Lei nº 3.688/41 configurar infração penal deixar de comunicar à autoridade competente crime de ação pública de que teve conhecimento no exercício da função pública, desde que a ação penal não dependa de representação. Há que se destacar ainda, neste ponto, os mandamentos insertos no art. 319 do Código Penal, no qual está escrito constituir crime de prevaricação retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Visando unificar o momento de comunicação da suposta infração penal fiscal ao Ministério Público (art. 16 – Lei nº 8.137/90), bem como proteger os servidores dos Fiscos, federal, estaduais, distrital e municipais quanto a eventuais problemas relacionados aos tipos previstos nos arts 319 do CP e 66 da LCP, foi editada norma de conduta específica, qual veio insculpida no art. 83 da Lei federal nº 9.430/96, cuja a redação é a seguinte:

> Art. 83 – A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, será encaminhada ao Ministério Público após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.
>
> Parágrafo único – As disposições contidas no *caput* do art. 34 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, aplicam-se aos processos administrativos e aos inquéritos e processos em curso, desde que não recebida a denúncia pelo juiz".

O *caput* do art. 34 da lei nº 9.249/95 tem a seguinte redação:

> Art. 34 - Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de dezembro de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia."

Após a edição do art. 83 da Lei nº 9.430/96, restou pacificado que os servidores de quaisquer dos Fiscos somente deveriam encaminhar ao Ministério Público a representação (*notitia criminis*) fiscal relativa a crimes contra a ordem tributária após o trânsito em julgado da decisão administrativa correspondente à suposta infração penal fiscal.

Ante o comando legislativo antes transcrito, já se pode afirmar que o primeiro pilar necessário ao deslinde da questão sub examinen já se encontra fincado, qual o de que o servidor da Administração Tributária distrital somente deve noticiar a ocorrência de suposta infração penal fiscal ao Ministério Público após o encerramento do debate da respectiva infração fiscal na esfera administrativa.

2.2.1 - O ARTIGO 83 DA LEI Nº 9.430/96 É NORMA GERAL

Não há dúvidas de que o art. 83 da Lei nº 9.430/96 é norma de caráter geral, sendo, portanto, aplicável aos servidores do Fisco distrital. Nesse particular, vale destacar que o comando inserido naquele imperativo legal está diretamente relacionado à Lei nº 8.137/90, qual define os crimes contra a ordem tributária. Ajunte-se, ademais, que o parágrafo único daquele dispositivo legal estabelece causa extintiva da punibilidade, o que vem de corroborar ser o norma em estudo de caráter penal. De efeito, seria incoerente admitir-se que *caput* do art. 83 da Lei nº 9.430 está dirigido tão-somente aos servidores do Fisco federal, se o seu parágrafo único reflete comando penal de ordem geral e abstrata, qual seja extinção da punibilidade.

Ora, se a norma do art. 83 da Lei nº 9.430/96 é de cunho penal, não há negar ser ela aplicável a todas as esferas administrativas, porquanto somente à União compete legislar sobre direito penal, a teor do que preceitua o art. 24, I, da Constituição Federal.

Em sendo assim, sobressai cristalino que a orientação normativa inscrita no art. 83 da Lei nº 9.430/96 deve ser seguida pelos servidores da Administração Tributária do Distrito Federal.

2.2.2 – NÃO HÁ INCONSTITUCIONALIDADE NO ARTIGO 83 DA LEI Nº 9.430/96

Já foi assentado, linhas volvidas, que o Supremo Tribunal Federal considerou, embora em caráter liminar (ADIn 1.571/DF) constitucional as disposições insertas no art. 83 da Lei nº 9.430/96. O Acórdão da Ação Direita de Inconstitucionalidade, relatado pelo douto Ministro Néri da Silveira, tem a seguinte redação:

> "1. Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei nº 9.430, de 27/12/96, art. 83. 3. Argüição de inconstitucionalidade de norma impugnada por ofensa ao art. 129, I, ao condicionar a *notitia criminis* contra a ordem tributária "a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário", do que resultaria limitar o exercício da função institucional do Ministério Público para promover a ação penal pela prática de crime contra a ordem tributária. 4. Lei 8.137/1990, arts. 1º e 2º. 5. Dispondo o art. 83, da lei 9.430/1996, sobre a representação fiscal, há de ser compreendido nos limites da competência do Poder Executivo, o que significa dizer, no caso, reger atos da administração fazendária, prevendo o momento em que as autoridades competentes dessa área da Administração Federal deverão encaminhar ao Ministério Público Federal os expedientes contendo *a notitia criminis*, acerca de delitos contra a ordem tributária, previstos nos arts. 1º e 2º, da Lei 8.137/1990. 6. Não cabe entender que a norma do art. 83, da Lei 9.430/1996, coacte a ação do Ministério Público Federal, tal como prevista no art. 129, I, da Constituição, no que concerne à propositura da ação penal, pois, tomando o MPF, pelos mais diversificados meios de sua ação, conhecimentos de atos criminosos na área tributária, não fica impedido de agir, desde logo, utilizando-se, para isso, dos meios de provas a que tiver acesso. 7. O art. 83, da lei 9.430/1996, não define condição de procedibilidade para instauração da ação penal pública pelo Ministério Público. 8. Relevância dos fundamentos do pedido não caracterizada, o que é bastante ao indeferimento da cautelar. 9. Medida cautelar indeferida."

Vê-se, pois, que o Supremo Tribunal Federal fincou o entendimento segundo o qual o Ministério Público não está obrigado a aguardar o esgotamento do debate sobre o crédito tributário na esfera administrativa para propor a correspondente Ação Penal. Também sobressai daquele julgado, contudo, que ao propor a Ação Penal o representante ministerial deve fazê-lo utilizando-se dos meios de provas que estiverem ao seu alcance

Certo mesmo é que, por não estar maculada por qualquer eiva de inconstitucionalidade, tem o art. 83 da Lei federal nº 9.430/96 eficácia plena, pelo que deve ser observado pelos servidores da Administração Tributária do Distrito Federal.

2.3 - A ORIENTAÇÃO NORMATIVA CONTIDA NO ARTIGO 5º DO DECRETO LOCAL Nº 16.106, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1994.

O art. 5º do Decreto local nº 16.106/94 impõe ao Julgador de Primeira Instância Administrativa Fiscal o dever encaminhar ao Ministério Público os elementos probatórios necessários ao procedimento criminal cabível. É a seguinte a redação do precitado dispositivo:

> "Constatada, em processo administrativo de exigência de crédito tributário, a ocorrência de crime de sonegação fiscal, a autoridade competente para julgamento do processo administrativo em primeira instância encaminhará, sob pena de responsabilidade funcional, os elementos provatórios ao Ministério Público, para o procedimento criminal cabível, independentemente da cobrança do crédito."

O cotejo do mandamento contido no Decreto 16.106/94 com a orientação estampada no art. 83 da Lei federal nº 9.430/94 leva a indubitável ilação de que o primeiro dispositivo legal encontra-se revogado em face do dispõe o segundo.

Em sendo assim, a *notitia criminis* fiscal para fins penais relativa a crimes tributários somente deve ser encaminhada ao Ministério Público (art. 83 da Lei federal 9.430/94) e à Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (art. 3º da lei nº 779/94) após o encerramento do respectivo debate na esfera administrativa, cabendo ao Julgador de Primeira Instância formalizar a *notittia* em autos separados do Processo Administrativo Fiscal e anexá-la a este.

3 - SIGILO FISCAL

O Código Tributário Nacional "garante ao sujeito passivo e a terceiros o sigilo a respeito de sua respectiva situação financeira ou econômica, a natureza e ao estado de seus negócios ou atividades", sendo "vedado a Pessoa Jurídica de Direito Público divulgar informação obtida em razão do ofício, o mesmo se aplicando às autoridades, estas como órgãos da Pessoa de Direito Público, e aos funcionários, estes como agentes técnicos e jurídicos dela" (Aliomar Baleeiro, *in* DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO. 11ª Ed. Ed. Forense, 1999, pág. 1001).

Essa orientação normativa pode ser extraída da atenta leitura do art. 198 do Estatuto Tributário Nacional, cuja redação é a seguinte:

> "Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza, o estado de seus negócios ou atividade.
>
> Parágrafo único – Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente, os casos previstos no artigo seguinte, e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça."

O art. 199 do Código Tributário Nacional determina que:

> "A fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização de tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral e específico, por lei ou convênio."

A análise dos comandos legislativos antes transcritos deixa claro que somente nos casos excetuados pela própria lei pode o sigilo fiscal ser quebrado, tal implicando dizer que "a Fazenda pública e seus servidores estão proibidos de divulgar, seja qual for a finalidade, qualquer informação obtida em razão de ofício, sobre a situação financeira ou econômica, a natureza e ao estado de seus negócios ou atividades". (Luciano Amaro, *in* DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO. 3ª Ed. ED. Saraiva, 1999, pág. 454).

"A proibição se dirige à Fazenda Pública, vale dizer, à pessoa Jurídica de Direito Público, e também a seus funcionários. Violada a proibição, responde a Fazenda Pública civilmente. É obrigada a indenizar os danos que porventura a divulgação venha a causar, e pode agir regressivamente contra o funcionário, se houver dolo ou culpa deste (Constituição Federal, art. 37, § 6º). Já o funcionário, além de responder civilmente perante a Fazenda Pública, que, como dito, pode acioná-lo regressivamente, tem ainda a responsabilidade criminal, posto que o Código Penal, no capítulo em que cuida dos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral, considera crime "revelar foto de que tem ciência em razão do cargo e que deve permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação" (Código Penal Brasileiro, art. 325). Assim, como o CTN impõe o sigilo quanto aos fatos dos quais a autoridade e os funcionários da Administração Tributária tenham conhecimento em razão da atividade fiscal, a divulgação desses fatos configura *violação de sigilo fiscal* , delito previsto na norma penal referida." (Hugo de Brito Machado, in CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO. 14 ª Ed. ED Malheiros, 1999, pág. 174).

Os apontamentos doutrinários colacionados revelam que os funcionários do Fisco estão impedidos de fornecer a outrem quaisquer informações obtidas em razão do ofício, informações essas que venham de expor a situação financeira ou econômica do sujeito passivo ou de terceiros e a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Essa proibição somente sofre exceções quando se tratar de regular requisição pela autoridade judiciária, mútua cooperação entre as Fazendas e solicitações feitas pelas Comissões Parlamentares de Inquéritos, quais possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias.

Assentada essa premissa, pode-se afirmar que o representante do Ministério Público e o Delegado de Polícia não possuem poderes para requisitar diretamente à Administração Tributária informações relativas a situação financeira ou econômica do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

A jurisprudência tem se manifestado nesse sentido, como se vê das decisões a seguir transcritas:

> "CONSTITUCIONAL. PROTEÇÃO DA INTIMIDADE. SIGILO FISCAL E BANCÁRIO. REGIME LEGAL.
> 1. A garantia constitucional da inviolabilidade da intimidade, onde se insere o sigilo fiscal e bancário, pode ser quebrada por ordem judicial, quando as circunstâncias – investigação policial sobre crimes contra o sistema financeiro e a ordem tributária – evidenciarem a existência de interesse público superior: a busca da verdade material.
> 2. Ordem de segurança que se denega".
> (TRF 1ª Região. MS 1999.01.00.023668-8-RR. Relator Juiz Olindo Menezes. DJ de 06/09/99, pág. 09).
>
> "PETIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. QUEBRA DE SIGILO FISCAL.
> 1. Preliminarmente, por maioria, conheceu-se do pedido por entender que o Ministério Público Federal necessita de autorização judicial para requisitar os documentos referentes às declarações do imposto de renda"
> (TRF 2ª Região. Petição nº 99.0203705-4. Relator Juiz Alberto Nogueira. DJ 27/05/99, pág. 073).
>
> "TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL.
> 1. A garantia legal do sigilo bancário e fiscal não é absoluta, podendo o juiz determinar a sua quebra, a pedido do Ministério Público Federal, quando houver, de forma atual e objetiva, indícios da prática de crimes.
> .....(TRF 1ª Região. MS 1998.01.00.004490-2/MT. Relator Juiz Olindo Menezes. DJ 19/04/99, pág. 073).
>
> "MANDADO DE SEGURANÇA. SIGILO FISCAL E BANCÁRIO. QUEBRA. DECISÃO JUDICIAL ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA E CERCADA DE PRUDÊNCIA E CAUTELA DEVIDAS. ILEGALIDADE. INOCORRÊNCIA.
> 1. O direito ao sigilo bancário e fiscal não é absoluto, devendo ceder ao interesse maior do Estado de apurar os ilícitos penais.
> 2. Estando, a decisão judicial, adequadamente fundamentada e cercada da prudência e cautela devidas, não há eiva de ilegalidade a autorizar a segurança.
> 3. Mandado de segurança denegado."
> (TRF 1ª Região. MS 1998.01.00.004441-2/MT. Relator Juiz Estáquio Silveira. DJ 05/10/98, pág. 134).
>
> "TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ANULAÇÃO DE ATO JUDICIAL. QUEBRA DE SIGILO FISCAL E BANCÁRIO AUTORIZADA POR JUIZ FEDERAL A REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. NECESSIDADE.
> 1. A situação vertente certamente inclui-se entre aquelas que a CF e a lei autorizam a quebra do sigilo.
> 2. Nesse sentido, os fatos apontados impõe o reconhecimento do acerto do édito insurrecionado. Há precedentes.
> 3. Ordem denegada"
> (TF 1ª Região. MS 1998.01.00.028320-3/DF. Relator juiz Hilton Queiroz. DJ 19.04.99, pág. 073).

Escrevendo sobre a possibilidade de o Ministério Público requisitar diretamente informações aos órgãos da Receita, o Professou Hugo de Brito Machado, *in* Artigo Publicado na Revista Dialética de Direito Tributário nº 44, págs. 87/88, com o Título A ação penal nos crimes contra a ordem tributária, assinaloù o seguinte:

> "Admitindo-se que o Ministério Público pode promover a ação penal, por crime contra a ordem tributária, antes da decisão final da autoridade administrativa, fica em aberto a questão de saber se esta é obrigada a fornecer-lhe informações e documentos sobre o fato.
> Se o dever de fazer a representação ao Ministério Público depois da decisão definitiva no âmbito da Administração, não é razoável admitir-se que a autoridade administrativa seja obrigada a atender requisição, pelo Ministério Público, antes daquela decisão, de meios indispensáveis à propositura da ação.
> É claro que o Ministério Público pode requisitar informações e documentos à autoridade administrativa, mesmo antes de qualquer decisão desta, se houver indícios de prevaricação, Não existindo, porém, tais indícios, a requisição do Ministério Público será incabível."

Como se colhe pela leitura dos arestos colacionados, bem assim pelo pronunciamento do Professor Hugo de Brito Machado, somente por expressa determinação judicial pode a Administração Tributária fornecer ao Representante Ministerial e à Autoridade Policial informações sobre a situação financeira ou econômica do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, pois que tal conduta, quando não precedida de ordem judicial, importa quebra de sigilo fiscal, bastante a configurar prática de ilícito penal.

4 - COMPETÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Constituição Federal concedeu à administração fazendária e a seus servidores fiscais, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos (art. 37,XVIII).

A Lei Orgânica do Distrito Federal, por seu turno, além de reafirmar a precedência estampada na Constituição Federal, estabeleceu ser competência privativa da Administração Fazendária a fiscalização de tributos do Distrito Federal.

O Código Tributário distrital, Lei Complementar nº 04, de 03 de dezembro de 1994, a exemplo do Código Tributário Nacional (art. 142), comandou, em seu art. 28, competir "privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, aplicar a penalidade cabível".

A Lei distrital nº 779 de 13 de outubro de 1994, que veio de criar a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, reafirmou, em seu art. 3º, ser de competência da Administração Tributária a apuração de infrações fiscais. Esse mesmo dispositivo de lei, estabeleceu ainda que, constatada a existência dos elementos de convicção de crime contra a ordem tributária, deverá o órgão fazendário enviar à DOT as peças probatórias destinadas à instauração de Inquérito Policial.

Os imperativos legais antes aludidos deixam claro que à competência para constituição do crédito tributário é unicamente da Administração Tributária, daí resultando que esta tem precedência sobre as ações da Delegacia de Crimes Contra a Ordem, a qual, salvo hipóteses especiais, só deverá agir quando receber do órgão fazendário elementos probatórios que indicarem o cometimento de infração penal fiscal.

O Parágrafo único do art. 3º da Lei distrital nº 779/94 corrobora o entendimentos antes esposado, na medida em que estabelece que "a DOT e a administração tributária realização diligências e investigações conjuntas, observadas as respectivas competências legais e o disposto nos artigos 37, inciso XVIII, e 144, 4º da Constituição Federal, e no artigo 19, inciso XVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal". Ora, se os arts. 37, XVIII, da Constituição Federal e 19, XVII, da Lei Orgânica local determinam que os agentes do Fisco têm precedência sobre os demais setores administrativos, avulta límpido que a DOT tem que aguardar a apuração da infração fiscal, para, ao depois, dar início ao mister investigatório de suposta infração penal fiscal.

Assentado deve ficar, portanto, que somente à Administração Fazendária compete constituir o crédito tributário e apurar eventual infração fiscal, até porque tal prerrogativa vem estampada no art. 142 do Código Tributário Nacional, Lei Complementar Nacional.

5 – COMPETÊNCIA DA DELEGACIA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Estabelece a Constituição Federal (art. 144) que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para conservação da ordem pública, e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através, dentre outros órgãos, das polícias Civis, às quais (art. 144, § 4º - CF), dirigidas por Delegados de Polícia de Carreira, incumbem, ressalvadas as competências da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

O *Caput* do artigo 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal reproduz a competência reservada pela Constituição da República à Polícia Civil.

O Código de Processo Penal pátrio, a seu turno, dita, em seu art. 4º, que "a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e de sua autoria. O parágrafo único desse mesmo dispositivo legal estabelece que a competência ali definida não excluíra a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Outro comando importante ao deslinde do tema ora em exame encontra-se insculpido no § 3º do art. 5º do Código de Processo Penal, qual estabelece que "qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito".

Conjugado aos dispositivos de lei já referidos deve estar o 2º da Lei nº 779/94, qual diz competir à DOT, exclusivamente, a apuração da autoria e materialidade das infrações penais fiscais, através das funções de polícia judiciária, bem como colaborar com a administração tributária nas ações de fiscalização e comprovação de infrações fiscais.

A competência da Polícia Judiciária, como sobressai da leitura dos dispositivos legais acima citados, é a de apurar infrações penais, donde há de se incluir necessariamente os crimes de natureza tributária.

Ocorre que os crimes contra a ordem tributária, especialmente os previsto no art.1º da Lei nº 8.137/90 (a doutrina diverge quanto algumas figuras descritas no art. 2º da mesma Lei) são daqueles para o qual o legislador exigiu a produção do resultado como necessário à sua consumação. São os chamados crimes materiais. E é justamente aqui - na classificação do tipo penal - que reside a diferença que há de nortear a apuração de infrações penais contra a ordem tributária e os demais crimes também classificados como materiais.

Merece ser destacado, desde logo, que nos demais crimes materiais, a exemplo do homicídio, a Autoridade Policial, por seu próprios meios, é capaz de certificar a produção do resultado necessário à consumação do delito. Nos crimes contra a ordem tributária, na maior das vezes, a certificação do resultado (supressão ou redução de tributo) há que ser feita pelos Técnicos da Receita, daí por que a apuração deste tipo penal revestir-se de certas peculiaridades.

Escrevendo sobre a classificação dos crimes fiscais, *in* obra intitulada Crimes Contra a Ordem Tributária, ED. Brasília Jurídica, 1999, págs. 27/28, o Professor e Procurador Regional da República José Alves Paulino, pontifica:

> "O crime de sonegação fiscal é crime de resultado, não bastando para sua concretização a simples conduta descrita, há a necessidade de coexistirem a ação, o resultado e o fim.
> A lei versa, sem dúvida, sobre crime de dano, crime material, eis que o resultado danoso se realiza posteriormente à conduta do agente, a qual se constitui simples meio.
> O STF admite a tese de que se trata de "infração material", pois a conduta, "omissão da informação devida ou prestação da informação falsa" tem de resultar em "efetiva supressão ou redução de tributo", como "circunstância elementar" do tipo.
> Acerca dos debates se se tratava de crime formal e de mera conduta e de crime material ou de resultado, o precedente do STF afastou tal dúvida, ao firmar como sendo crime material ou de resultado:
>
> > "É que – diferentemente do que ocorria no art. 1º, I, da Lei nº 4.729/65 – na lei nº 8.137/90, o tipo deixa de constituir tipo formal ou de mera conduta e a sonegação ou redução do tributo – que antes figurava no tipo como dolo específico – passam a ser elementos materiais da sua consumação".
>
> Mais adiante (pág. 30/31), assenta o douto Professor:
>
> "Tudo isso leva a crer, com segurança, de que os delitos de que trata a lei 8.137/90 são crimes materiais e de resultado.
> Conclui-se, seguramente, que para que o crime de sonegação fiscal de mera conduta seja considerado formal, é imprescindível a existência de um "tributo devido", porque a conduta material é a "supressão" ou a "redução" de "tributo devido".

Em anotação de rodapé (pág. 30), o douto Procurador da República, citando o festejado o Professor Damásio E. de Jesus, *in* Del Rey Revista Jurídica, maio 1997, p. 26, salientou:

> "Os crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei 8.137/90, salvo as hipóteses do art. 2º, I e III, "são materiais, de conduta e resultado, com exigência de sua produção. Normal, pois, que, havendo recurso, somente após a decisão final no plano administrativo se apresente o `resultado` da sonegação total (supressão) ou parcial (redução) de tributos".

A classificação dos crimes fiscais definidos na lei nº 8.137/90, bem assim o procedimento a ser adotado para apuração de infrações penais fiscais, foi apreciada pela Segunda Câmara de Coordenação e Registro do Ministério Público Federal, órgão encarregado da matéria criminal e controle externo da atividade policial, qual concluiu o seguinte:

> "Sonegação fiscal. Art. 1º, I, e art. 2º, I, da Lei nº 8.137/90. Condição de procedibilidade. Processo Administrativo. Tempo de lançamento do crédito tributário. A Lei nº 8.137/90 não estipula condições específicas de procedibilidade para a propositura da ação penal, no entanto, sendo o delito descrito no art. 1º da lei, de resultado, há que existir o "tributo devido". O tributo devido é apurado pela Administração Tributária, que, após, processo administrativo em que se discute a própria existência do crédito tributário, poderá manifestar-se acerca da subsistência do tributo. Parecer pela ratificação do pedido de arquivamento". (PRG/DF – Proc. 08100.005078/96-74. DJU de 17/07/98, Seção I).

Fincada essa premissa, qual a da peculiaridade que envolve os crimes fiscais, pode-se afirmar que a Delegacia de Crimes contra à Ordem Tributária do Distrito Federal deverá sempre atuar em conjunto com a Administração Tributária, solicitando desta gestões no sentido de apurar se houve a produção do resultado com a conduta praticada pelo sujeito passivo.

A competência da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária resume-se, pois, a apuração das infrações penais fiscais efetivamente consumadas e a colaborar com a administração tributária nas ações de fiscalização e comprovação de infrações fiscais, tal qual estabelecido no art. 2º da Lei distrital nº 779, de 13 de outubro de 1994.

Deve ser assentado, por outro lado, que, tomando a Autoridade Policial conhecimento de eventual cometimento de infração penal fiscal, deverá, se não dispuser dos elementos necessários a comprovação da consumação do delito, informar à Administração Tributária sobre os fatos para que esta promova as diligências necessárias a certificar a ocorrência de infração fiscal e, sendo o caso, a eventual consumação da ocorrência de infração penal fiscal.

6 - INQUÉRITO POLICIAL

6.1 – DO DEVER DE OFÍCIO

Extrai-se do art. 5º, § 3º do Código de Processo Penal pátrio que a Autoridade Policial, tomando conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação penal pública, verificada a procedência das informações, está obrigada a instaurar o Inquérito Policial. Essa obrigatoriedade à qual está sujeita a Autoridade Policial decorre do Princípio da Obrigatoriedade que informa o processo penal.

O Princípio da Obrigatoriedade, todavia, não é intransponível, porquanto o próprio comando legislativo que o rege estabelece que a Autoridade Policial somente mandará instaurar o Inquérito quando verificada a procedência das informações que lhe foram ofertadas.

No Caso específico dos crimes contra a ordem tributária, a verificação da procedência das informações - supressão ou redução de tributo devido, na maior das vezes -, depende da realização de Auditoria por parte da Administração Tributária, o que afasta a aplicação do Princípio da obrigatoriedade, haja vista que sem a efetiva constatação da procedência das informações, qual se revela com a certificação da ocorrência de supressão ou redução de tributo devido, não está a Autoridade Policial obrigada a mandar instaurar o respectivo Inquérito.

Dito isso, conclui-se que a Autoridade Policial, ao tomar conhecimento da ocorrência de suposta infração penal fiscal, deverá comunicar os fatos à Administração Tributária e aguardar a conclusão do trabalho de Auditoria, o que significa dizer que não deve o Inquérito Policial ser instaurado antes de que seja constatado pelo Órgão competente da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal a efetiva supressão ou redução do tributo devido.

De outra parte, se a Autoridade Policial já estiver de posse dos elementos probatórios suficientes à Constatação da supressão ou redução do tributo, deverá mandar instaurar o Inquérito, valendo aqui relembrar que, em respeito ao sigilo fiscal (art. 198 – CTN), salvo por determinação judicial, não pode o Delegado de Polícia requisitar à Administração Tributária documentos que revelem a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiro e a natureza e estado de seus negócios.

O Inquérito Policial, portanto, somente deverá ser instaurado de ofício quando as informações recebidas pela Autoridade Policial foram suficientes à constatação da efetiva ocorrência da infração penal fiscal, aplicando-se aqui o mesmo princípio que rege a atuação do Ministério Público, qual o de que pode esse propor a Ação Penal quando dispuser de elementos suficientes (STF - ADIn 1.571/DF).

6.2 – REQUISIÇÃO JUDICIAL OU MINISTERIAL

Quando o Inquérito Policial for requisitado pela Autoridade Judiciária ou pelo Ministério Público (art. 5º, II, do CPP), o Delegado de Polícia não pode deixar de instaurá-lo. Esse entendimento está assentado na jurisprudência pátria, sendo exemplo a decisão encontrável na Revista dos Tribunais nº 498, página 356.

A questão da requisição deve ser resolvida da seguinte formar: instaura-se o Inquérito Policial, em obediência à Requisição Judiciária ou Ministerial, e, ato, contínuo, comunica-se à Autoridade requisitante que as informações relativas à situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiro e sobre a natureza e estado de seus negócios, se necessárias à instrução do respectivo Inquérito, somente poderão ser obtidas mediante ordem judicial.

Aqui deve ser observado que uma Requisição Judicial ou Ministerial, presume-se, deve estar sempre acompanhada de elementos bastantes à caracterização da supressão ou redução do tributo devido, motivo por que a instrução de tais Inquéritos não deverá gerar maiores problemas. Caso a Requisição esteja desnuda de provas básicas necessárias à instauração do procedimento, nada impede seja oficiada à Autoridade Requisitante para que esta melhor instrua a Requisição.

Vale lembrar, por fim, que no seio do Ministério Público Federal já há entendimento segundo o qual o Inquérito Policial somente deve ser instaurado quando presente a prova do tributo devido, qual é apurado pela Administração Pública (PRG/DF – Proc. 08100.005078/96-74. DJU de 17/07/98, Seção I).

7 – CONCLUSÃO

Ante tudo o que foi expendido, afloram límpidas as seguintes ilações:

a) Aplica-se ao Distrito Federal a orientação normativa estampada no art. 83 da Lei federal nº 9.430/96, razão por que somente após o encerramento do Processo Administrativo Fiscal deverá a Administração Tributária enviar ao Ministério Público e à Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária do DF (art. 3º da Lei local 779/94) a Representação Fiscal (*notitia criminis*) para fins penais relativas aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/90;

b) os documentos que revelem a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros ou a natureza e o estado de seus negócios estão protegidos pelo sigilo fiscal, razão por que, antes do encerramento do processo administrativo fiscal, esses somente poderão ser fornecidos ao Ministério Público ou à Autoridade Policial mediante ordem judicial;

c) a Administração Tributária e seus Agentes, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, têm precedência sobre os demais setores administrativos (Art. 37, XVIII – CF);

d) em estrita obediência aos comandos insculpidos no art. 3º da lei distrital nº 779, de 13 de outubro de 1994, compete à Administração Tributária a apuração de infrações fiscais;

e) a delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária tem como competência a apuração das infrações penais fiscais e a prestação de auxílio ao Fisco para comprovação de infrações fiscais (art. 2º, Lei nº 779/94);

f) somente nos casos em que a Autoridade Policial disponha de elementos probatórios bastantes a caracterizar a ocorrência do crime fiscal, poderá ela instaurar inquérito sem o concurso da Administração Tributária;

g) a competência para certificar a ocorrência de supressão ou redução de tributo devido, nos termos da lei 8.137/90, é da Administração Tributária;

h) quando o inquérito Policial for requisitado pelo Ministério Público ou pelo Juiz, deverá a Autoridade Policial instaurá-lo, desde que esteja a Requisição munida de elementos de provas suficientes a atestar a autoria e a materialidade do crime; Caso a Requisição esteja indevidamente instruída, deverá a Autoridade Policial solicitar novas informações ao Requisitante, certificando-o, desde logo, que os dados relacionados a situação econômico ou financeira do sujeitos passivos e de terceiros e sobre a natureza e estado de seus negócios e atividades somente poderão ser requisitadas ao Fisco após o encerramento do respectivo Processo Administrativo Fiscal ou mediante ordem judicial, tudo em respeito ao sigilo fiscal.

i) quando a Autoridade Policial não puder comprovar, por seus próprios meios, a procedência das informações recebidas, em outras palavras, não puder comprovar a efetiva consumação do crime fiscal, não está ela obrigada a instaurar o Inquérito, tudo em respeito ao que estabelece o § 3º do art. 5º do Código de Processo penal.

8 - RESPOSTAS ÀS INDAGAÇÕES FORMULADAS

Primeira Indagação

"Em se tratando de autoridade especializada em crimes contra a ordem tributária, e considerando o disposto no art. 34 da Lei 9249/95 e 20 do CPP, qual a interpretação deve ser dada ao disposto o art. 198 do CTN, acima citados, em relação às solicitações da DOT referentes a financeiro de empresas, para instrução de inquérito policial, que é a base do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público?"

Resposta

Considerando que o sujeito passivo tem o direito de aguardar o encerramento do Processo Administrativo Fiscal para efetuar o pagamento e evitar o processo criminal, considerando, ainda, os termos do art. 83 da Lei federal nº 9.430/96, conclui-se que somente após o transito em julgado da decisão administrativa deve ser encaminhado ao

Ministério Público e à DOT a Representação Fiscal (*Notitia Criminis*) para fins penais relativas aos crimes definidos nos arts. 1º e 2º da lei 8.137/90;

Como conseqüência do acima exposto, tem-se que o fornecimento de informações à DOT ou ao Ministério Público referente a financeiro de empresas, antes do trânsito em julgado da Decisão Administrativa, somente pode operar-se mediante ordem judicial, em respeito ao que preceitua o art. 198 do Código Tributário Nacional.

Segunda Indagação

"Considerando o exposto na primeira indagação, constituiria quebra do sigilo fiscal o fornecimento para a DOT de extrato financeiro de empresa ou estaríamos à informação pontual, exigindo dela a especificação exata do período em referência no inquérito policial?"

Resposta

As informações sobre a situação econômico ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão administrativa, só poderão ser fornecidos ao MP ou à DOT mediante ordem judicial, sob pena de quebra de sigilo fiscal.

Após o encerramento do debate da matéria na instância administrativa é a própria lei que determina o envio das peças ao Ministério Público (art. 83 da Lei federal nº 9.430/96) e à DOT (art. 3º da Lei nº 779/94), daí por que não configurar este ato (*Notitia Criminis*) quebra de sigilo fiscal.

Terceira indagação

"Constitui quebra do sigilo fiscal a prestação de informações à DOT, quando na fase de investigação, antes da abertura do inquérito policial?"

Resposta

Se o Processo Administrativo Fiscal estiver em curso, ou ainda não tiver sido iniciado, e não houver ordem judicial, sim.

Quarta Indagação

"Fornecer à DOT acesso ao sistema da SEF para obter quaisquer informações financeira de qualquer contribuinte com ou sem inquérito policial, seria quebra de sigilo fiscal?"

Resposta

Sim. Em respeito ao comando insculpido no art. 198 do Código Tributário Nacional, combinado com os art. 83 da Lei federal 9.430 e arts. 2º e 3º da lei distrital 779/94, somente após o transito em julgado da decisão administrativa poderão ser fornecidos à DOT ou ao Ministério Público informações sobre a situação econômico ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

Quinta Indagação

"Considerando ser a DOT polícia judiciária especializada no combate aos crimes contra a ordem tributária, regida pelo CPP, estaria sujeita, para agir, à precedência da Administração Tributária, prevista constitucionalmente, no citado art. 37, XVIII?"

Resposta

Já foi assentado que os servidores da Administração Tributária têm precedência sobre os demais setores administrativos, tal não implicando afirmar, todavia, que a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária não possa agir sem o concurso do Fisco, porquanto se dispuser ela dos elementos necessários à instauração e instrução do respectivo Inquérito Policial, não só pode, como deve atuar.

Sexta Indagação

"Compete à DOT abrir inquéritos só com base em denúncias de outras pessoas que não o Fisco?"

Resposta

Desde que a denúncia (*notitia criminis*) esteja instruída com elementos suficientes a caracterizar a ocorrência da infração penal fiscal, pode e deve a DOT agir.

Sétima Indagação

"Compete à DOT tomar a iniciativa de verificar denúncias de sonegação fiscal, solicitando ou não a participação conjunta do Fisco?"

Resposta

O ideal é que DOT convoque a Administração Tributária para certificar a ocorrência de sonegação fiscal, mas nada impede que ela promova investigação para chegar a essa conclusão, desde que respeite o sigilo fiscal do investigado e de terceiros.

Oitava Indagação

"A DOT tem competência para solicitar ações fiscais ou auditorias para a Administração Tributária?"

Resposta

Também já foi assentado linhas passadas que a DOT, recebendo noticia de suposta infração penal fiscal, se não dispuser dos elementos que a caracterizam, deve informar à Administração Tributária, a qual, diante da das informações, avaliará se o caso reclama auditoria.

Cabe aqui relembrar que, nestes casos, a não abertura de fiscalização deve estar devidamente fundamentada, sob pena de posterior responsabilização por omissão.

Nona Indagação

"A DOT tem competência para notificar o contribuinte exigindo do mesmo a apresentação de livros e documentos fiscais?"

Resposta

Nada impede que a DOT solicite dos contribuintes a apresentação de seus livros e documentos fiscais. Contudo, pelo que dispõe o art. 198 do Código Tributário Nacional, não estão os contribuintes obrigados a atender tal pedido, face ao sigilo fiscal. Nessas hipóteses, cabe à DOT informar os fatos à Auditoria à Administração Tributária para que esta avalie a necessidade de abertura de auditoria.

Décima Indagação

"O art. 6º, inc. I, II e III, do CPP aplica-se aos crimes contra a ordem tributária?"

Resposta

Em sede de crimes contra a ordem tributária, as providências previstas no art. 6º, I, II e III do CPP, devem ser adotadas sempre respeitando o sigilo fiscal, posto que a autoridade policial, salvo determinação judicial ou liberalidade do investigado, não pode ter acesso aos dados fiscais do contribuinte, tudo em decorrência do disposto no art. 198 do CTN.

Décima Primeira Indagação

"Considerando o disposto nos citados arts. 5º, XXXV, da CF, 16 da Lei 8.137/90 e jurisprudência do STF relativa a livre convicção do MP para o oferecimento da denúncia (não necessidade do inquérito policial), até que ponto é aplicada, em se tratando de crimes contra a ordem tributária, a mencionada precedência da Administração Tributária sobre as demais autoridades administrativas?"

Resposta

A jurisprudência, não só do Supremo Tribunal Federal, mas também a do Superior Tribunal de Justiça e muitos outros Tribunais federais e estaduais, tem entendido que o Ministério Público pode propor a ação penal independentemente do encerramento do debate do tema respectivo na esfera administrativa, daí por que afirmar-se que não há confundir-se a precedência da Administração Tributária com a competência do Ministério Público para propor a ação penal, posto que a primeira não obsta o exercício da segunda.

É Parecer
À Superior análise.

Brasília–DF, 5 de novembro de 1999.

EVALDO DE SOUZA DA SILVA
Procurador do Distrito Federal

Despacho da Procuradora-Chefe da 2ª Subprocuradoria
Em 10/11/99

PROCESSO Nº: 020.002.925/99
INTERESSADO: SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E DA DELEGACIA DE CRIMES CONTRA À ORDEM TRIBUTÁRIA-DOT.

Excelentissimo Senhor Procurador-Geral,

Apresento à apreciação de Vossa Excelência, o bem elaborado Parecer nº 8.042/99-2ª SPR, da lavra do ilustre Procurador Dr. Evaldo de Souza da Silva, inserto às fls. 49/81, que analisou as indagações formuladas pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, sobre o âmbito de atuação da Administração Fazendária e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária-DOT e, especialmente, quanto a competência para a apuração das infrações fiscais e das infrações penais fiscais.

Como postas as discussões, o Parecer pacifica a controvérsia no que concerne aos atos da Administração Fazendária e da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, uma vez que os questionamentos foram examinados e respondidos à luz das legislações específicas, de cada um desses órgãos, da melhor doutrina e, da jurisprudência, as quais identificam as ações a serem desenvolvidas por cada uma dessas entidades.

Nesse sentido, a questão que pode ser traduzida em conflito de competências, foi amplamente analisada pelo ilustre parecerista, cujo orientação judiciosa, se mostra irrepreensível, razão pela qual aprovo o Parecer em referência, por seus próprios e jurídicos fundamentos, submetendo-o ao elevado descortínio de Vossa Excelência.

ROSANA TEIXEIRA DE CARVALHO FONSECA

Despacho do Procurador-Geral
Em 12/11/99

PROCESSO Nº: 020.002.925/99
INTERESSADO: SUREC/SEF
ASSUNTO: Administração tributária. Competência institucional da Administração Fazendária e da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária-DOT.

Cuida-se de consulta feita pela SUREC/SEF por meio do ofício nº 685/99, de 11 de outubro de 1999, sobre a competência na distribuição de atribuições da Administração Tributária e da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (DOT).

A consulta foi exaustiva e conclusivamente examinada pelo Parecer nº 8.042/99-2ª SPR – da lavra do ilustre Procurador do Distrito Federal, Dr. Evaldo de Souza da Silva, que respondeu aos questionamentos formulados na melhor forma do Direito. Tal Parecer foi aprovado por sua chefia imediata que o submeteu ao meu descortino.

Ante o exposto, **aprovo o Parecer nº 8.042/99-2ª SPR/PRG** pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Encaminhem-se os autos à Subsecretaria da Receita da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, para as providências complementares que se fizerem necessárias.

MIGUEL ANGELO FARAGE DE CARVALHO

PROCESSO : 030.006.472/99
INTERESSADO : Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal
ASSUNTO : Regularização de Bem Patrimonial

DELEGO competência ao Secretário da Criança e Assistência Social para firmar, em nome do Distrito Federal, o ajuste de que trata o presente processo.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Em Exercício

CONSELHO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 9-CPDI, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2000

Homologa decisão de cancelamento de incentivo Econômico do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ/DF, pela Câmara Temática competente.

O CONSELHO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL - CPDI/DF, nos termos da Lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 20.460, de 29 de julho de 1999 e, ainda, votação ocorrida em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2000, resolve:

Art. 1º Homologar decisão de cancelamento do incentivo econômico, concedido às seguintes empresas:

1- PROCESSO: 160.000.191/95 – **ELÉTRICA M.R.C LTDA**

2- PROCESSO: 160.000.323/93 – **METALÚRGICA ARAGÃO LTDA**

3- PROCESSO: 160.000.123/93 – **REFRIGERANTES BRASÍLIA LTDA**

4- PROCESSO: 160.000.017/94 – **EURANDIR RODRIGUES CARDOSO**

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de fevereiro 2000. (Republicada por haver saído com incorreção no DODF nº 41, de 28 de fevereiro de 2000 página 02).

LAZARO MARQUES NETO
Coordenador Executivo

RESOLUÇÃO Nº 12-CPDI, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2000

Homologa decisão de acolhimento do Incentivo Creditício, do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ/DF, pela Câmara de Incentivos, Crédito e Financiamento.

O CONSELHO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL - CPDI/DF, nos termos da Lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 20.460, de 29 de julho de 1999 e, ainda, votação ocorrida em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro 2000, resolve:

Art. 1º Homologar decisão de acolhimento do Incentivo Creditício concedido à seguinte empresa:

1- PROCESSO: 160.000.223/2000 – **CUISINE SOLUTIONS BRASIL LTDA**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de fevereiro 2000. (Republicada por haver saído com incorreção no DODF nº 41, de 28 de fevereiro de 2000 página 03).

LAZARO MARQUES NETO
Coordenador Executivo

RESOLUÇÃO Nº 14-CPDI, DE 24 DE FEVEREIRO 2000

Homologa decisão de acolhimento do Incentivo Creditício para o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro Oeste - FCO, do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ/DF, pela Câmara de Incentivos, Crédito e financiamento.

O CONSELHO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL - CPDI/DF, nos termos da Lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 20.460, de 29 de julho de 1999 e, ainda, votação ocorrida em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro 2000, resolve:

Art. 1º Homologar decisão de acolhimento do Incentivo Creditício para o FCO, concedido às seguintes empresas:

1- **SÓ FRANGO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**
2- **ESFERA METALÚRGICA LTDA**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de fevereiro 2000.

LAZARO MARQUES NETO
Coordenador Executivo

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 07/00 – CPDI/DF, de 24 de fevereiro de 2000, publicada no DODF nº 41, de 28 de fevereiro de 2000, página 01,

Onde se lê: Processo: 160.000.441/99 – MANOEL NASCIMENTO TRAJANO - ME.

Leia-se: Processo: 160.000.411/99 – MANOEL NASCIMENTO TRAJANO - ME. Brasília, 28 de fevereiro de 2000.

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

RETIFICAÇÃO

Conforme publicação no DODF nº 42 de 29 de fevereiro de 2000, página 03 – Processos nº 135.000.379/99, 135.000.526/99 e 135.000938/99, ONDE SE LÊ : COMPANHIA DE SANEAMENTO DE BRASÍLIA - CAESB, LEIA-SE:COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB.



SECRETARIA DE GOVERNO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO : 030.006.191//98 (*)
INTERESSADO : ELEVADORES ATLAS S.A
ASSUNTO : MANUTENÇÃO ELEVADORES.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso I, do artigo 25, do citado diploma legal, conforme Nota de Empenho n. 0175/2000-SEG, emitida em 18/02/2000 a favor de **ELEVADORES ATLAS S.A** referente a despesas com contrato de manutenção dos elevadores de Palácio do Buriti.

(*) Republicado por haver saído, com incorreção, no original no DODF nº 44, de 2-3-00, pág. 6.

PROCESSO : 030.001.176/2000 (*)
INTERESSADO : BANCO DE BRASÍLIA S.A
ASSUNTO : RESSARCIAMENTO DESPESAS DE IMÓVEL CEDIDO.

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso I, do artigo 25, do citado diploma legal, conforme Nota de Empenho n. 0174/2000-SEG, emitida em 18/02/2000 a favor do **BANCO DE BRASÍLIA S.A** referente ao ressarcimento de despesas inerentes à Cessão de Uso de Imóveis nº 01/98 – BRB/SEG.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original, no DODF nº 44, de 02/03/2000, pág. 06

Em23 de fevereiro de 2000

PROCESSO : 030.005006/99
INTERESSADO : SEAPS
ASSUNTO : LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a Inexigibilidade de licitação, com fulcro no Caput do artigo 25, do citado diploma legal, conforme Nota de Empenho n.º 0195/2000-SEG, emitida em 23/02/2000 a favor da Secretaria de Fazenda do DF., para atender despesas com o recolhimento do IPTU/TLP do ano 2000 do imóvel alugado para funcionamento da Secretaria Extraordinária para Assunto da Previdência Social, na SEPN 504, bloco-A salas 101 a 106 - Asa Norte - Brasilia/DF.

PROCESSO : 030.003574/99
INTERESSADO : OUVIDORIA GERAL
ASSUNTO : LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a Inexigibilidade de licitação, com fulcro no Caput do artigo 25, do citado diploma legal, conforme Nota de Empenho n.º 0194/2000-SEG, emitida em 23/02/2000 a favor da Secretaria de Fazenda do DF., para atender despesas com o recolhimento do IPTU/TLP do ano 2000 do imóvel alugado para funcionamento da Ouvidoria Geral do DF., na SEPN 504, bloco-A salas 107 a 112 - Asa Norte - Brasília/DF.

PROCESSO : 030-006.191//98
INTERESSADO : ELEVADORES ATLAS S.A
ASSUNTO : MANUTENÇÃO ELEVADORES

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico **a inexigibilidade** de licitação, com fulcro no inciso I, do artigo 25, do citado diploma legal, conforme Nota de Empenho n.º **0175/2000**, emitida em **18/02/2000** emitida a favor de **ELEVADORES ATLAS S.A**, referente a despesas com contrato de manutenção dos elevadores do Palácio do Buriti.

Em 9 de março de 2000

REFERÊNCIA : Processo nº 030.000.012/2000
ASSUNTO : Consultoria Técnica de Terceiros
INTERESSADO : Escritório de Advocacia Prof. Inocêncio M. Coêlho e Associados

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a ***inexigibilidade de licitação****, com fulcro* ***no art. 25, inciso II, § 1º*** *do citado diploma legal, conforme* ***Nota de Empenho nº 00257/2000****, emitida em 03/03/2000, em favor de* ***Escritório de Advocacia Prof. Inocêncio M. Coelho Advogados Associados****, referente a serviços de consultoria técnica de terceiros para análise do PL 872/99*

BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO (*)
Em 22 de fevereiro de 2000

PROCESSO Nº : 030.008.470/99
INTERESSADO : SEA
ASSUNTO : Aquisição de material de expediente
LICITAÇÃO : TP Nº 35/99

De acordo com o julgamento da Comissão de Licitação, Serviço e Material da Central de Compras//SEF:
ADJUDICO a presente licitação, com base no inciso II do art. 55 do decreto 15.057 de 24 de setembro de 1993, em favor das empresas abaixo:

Nº ORD.	EMPRESAS	ÍTENS	VALORES
13	DATA PRINT IND. E COM. DE FITAS E PAPÉIS	377	1.390,00
16	CÁSSIA P. DA ANUNCIAÇÃO M.E.	373 E 374	160,00
	TOTAL		1.550,00

Em 24 de fevereiro de 2000

PROCESSO Nº : 030.001.274/2000
INTERESSADO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
ASSUNTO : Dispensa de Licitação
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Dispensa de Licitação a favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT, conforme Nota de Empenho nº 2000NE00111, para fazer face às despesas com expedição de correspondência para a Secretaria de administração, durante o ano 2000, cujo valor inicial estimativo é de R$ 21.137,09 (vinte e um mil, cento e trinta e sete reais e nove centavos). A Dispensa foi fundamentada de acordo com o Artigo 24, Inciso VIII, da referida Lei, tendo em vista a documentação constante do processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Divisão de Administração Geral/SEA para os demais procedimentos administrativos.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

(*)Republicado por haver saído com incorreção no original public. no DODF Nº 41, de28/02/2000,pág. 04.

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHOS DO CHEFE
Em 24 de fevereiro de 2000(*)

PROCESSO Nº : 030.001.159/2000
INTERESSADO : TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação a favor da empresa TELEBRASÍLIA CELULAR S/A, conforme Nota de Empenho nº 2000NE00088, para fazer face às despesas com assinaturas de telefonia móvel para a Secretaria de Administração, durante o ano 2000, cujo valor inicial estimativo é de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). A Inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o Artigo 25, inciso II, da referida Lei, tendo em vista a documentação constante do processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Divisão de Administração Geral/SEA para os demais procedimentos administrativos.

SEVERINO DE SOUSA OLIVEIRA

(*)Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no DODF nº 41 de 28/02/2000 pág. 04.

Em 9 de março de 2000

PROCESSO Nº : 030.003.580/98
INTERESSADO :ROSA CÉLIA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Art. 38, combinado com os incisos II e IV do Art. 39 do citado diploma legal e, ainda, de conformidade com o item "m" da Portaria nº 20, de 14.04.99, determino a emissão de Nota de Empenho e autorizo o pagamento no valor de R$ 13.674,68 (treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), a favor de ROSA CÉLIA, para atender despesas com locação de imóvel situado na C 01 lote 06 – TAGUATINGA/DF. A presente despesa correrá à conta da Dotação do Elemento de Despesa 3.4.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, Atividade 8501-0007 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos, do Orçamento desta Secretaria.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Divisão de Administração Geral/SEA para os demais procedimentos administrativos.

SEVERINO DE SOUSA OLIVEIRA

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA Nº 55, DE 8 DE MARÇO DE 2000

Altera a Portaria nº 48, de 22 de fevereiro de 2000, que disciplina a concessão dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 277, de 13 de janeiro de 2000.

O SECRETARIO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12 da Lei Complementar nº 277, de 13 de janeiro de 2000, resolve:
Art. 1º A Portaria nº 48, de 22 de fevereiro de 2000, fica alterada como segue:
I – fica acrescentado o § 1º ao art. 9º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 2º, com a seguinte redação:
"Art. 9º .....

§ 1º Na hipótese do requerimento tratar de crédito tributário decorrente de auto de infração, o pedido será decidido pelo Secretário da Fazenda do Distrito Federal.
§ 2º Após as decisões de que trata este artigo, os processos serão encaminhados às agências de atendimento ao contribuinte das respectivas circunscrições fiscais."
II – ficam acrescentados ao art. 11 os seguintes incisos V e VI:
"Art. 11. .....
.....
V – ITBI;
VI – ITCD."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO : 040.009.554/99 (*)
INTERESSADO : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o item I do artigo 38, combinado com o item II e IV do artigo 39 e artigo 50 do citado diploma legal, reconheço a dívida e autorizo a emissão da Nota de Empenho e pagamento, no valor R$ 274,76 (duzentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos), em favor da AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL., referente à taxa de fiscalização de instalação das estações de rádio comunicação, referente ao exercício de 1999.

Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho e pagamento, à conta do elemento 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, Subatividade 8.501.0017 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria de Fazenda.

(*)Republicado por ter saído com incorreção no original no DODF Nº 42 de 29/2/2000, página 04.

PROCESSO Nº : 040.000.386/96
INTERESSADO : IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA
ASSUNTO : RENOVAÇÃO DE ASSINATURA

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA, com o objetivo de atender despesas com a renovação de 01 (uma) assinatura anual do Boletim IOB com Suplementos Especiais, para a Subsecretaria de Auditoria/SEF, no valor total de R$ 930,00 (novecentos e trinta reais).
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEF, para demais providências.

PROCESSO Nº : 040.001.244/2000
INTERESSADO : CENTRAL DE COMPRAS/SEF
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE ASSINATURA

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Editora NDJ Ltda e da Livraria Edições Jurídicas Ltda, objetivando atender despesas com a aquisição de uma assinatura anual do Boletim de Licitações e Contratos, no valor de R$ 1.990,00 (um mil, novecentos e noventa reais) e uma do Informativo de Licitações e Contratos, no valor de R$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais), ambas para a Central de Compras/SEF.
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEF, para as devidas providências.

Em 9 de março de 2000

PARECER GAB/SEF N.º 022/2000.
PROCESSO N.º : 040.016.692/96
INTERESSADO : RACIMEC INFORMÁTICA BRASILEIRA S.A.
ASSUNTO : Recurso Voluntário
EMENTA : Concessão de Regime Especial
A requerente solicita concessão de regime especial para emissão de documentos em substituição às notas fiscais para o trânsito de bens de seu ativo fixo, bem como peças e materiais de consumo para prestação de assistência técnica em diversos Postos Volantes de Atendimento.
Pedido negado, tendo em vista a exigência legal de emissão de nota fiscal para acobertar a prestação de serviços ou operações com mercadorias.
Recurso conhecido e improvido.
Aprovo o Parecer GAB/SEF n.º 022/2000.
Publique-se. Após, encaminhe-se o presente processo à Subsecretaria da Receita para ciência à interessada e demais providências complementares.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

ATO DO SUBSECRETÁRIO
Em 23 de fevereiro de 2000

O SUBSECRETÁRIO DA SUBSECRETARIA DE RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 096 - Surec, de 11/09/95, AUTORIZA as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Tributo	Valor em R$
040.011.865/98	JEOVÁ DANTAS DE JESUS	IPTU/TLP	102,46
040.001.179/00	MARIA TERESA MARIANO MACHADO	IPVA	714,14

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 2 de março de 2000

Processo : 121.159.514/99
Interessado : Instituto Candango de Solidariedade
Assunto : Reconhecimento de Dívida

À vista do contido nos autos, reconheço a dívida no valor de R$ 278.423,79 (duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos), com amparo nos artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, em favor do Instituto Candango de Solidariedade, referente prestação de serviços nos meses de agosto, setembro e outubro de 1999, bem como autorizo a realização da despesa, a emissão de nota de empenho e o respectivo pagamento, com base nos artigos 38, inciso I e 39, incisos II e IV, do supramencionado diploma legal, correndo a despesa por conta do elemento – 349092 – Despesas de Exercícios Anteriores, da Atividade 2688 – Subatividade 0001 – Informação e Manutenção dos Sistemas de Informação.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria Administrativa e Financeira para as providências cabíveis.

DURVAL BARBOSA RODRIGUES

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 3 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o artigo 3º do Decreto nº 20.931 de 11 de janeiro de 1932 e artigos 4º, 5º e 6º do Decreto nº 24.492, de 28 de junho de 1934, resolve:

1. Ficam os estabelecimentos dos ramos de óptica e optometria, obrigados a apresentarem certificado de habilitação legal, expedida pelo respectivo Conselho, por ocasião da solicitação da Licença para funcionamento e/ou renovação.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO Nº 2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e considerando o contido na alínea "d", artigo 23 do Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº 4.643, de 02.05.79,
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a realização de Juntas Médicas e exames especializados, bem como o fornecimento de laudos, relatórios, pareceres, boletins e atestados médicos pelas diversas Unidades Hospitalares e Assistenciais da FHDF, por solicitação de diversos interessados (pacientes, sucessores legais, entidades ou profissionais médicos e/ou órgãos externos), resolve:
Estabelecer as seguintes normas de procedimentos administrativos:
1. O fornecimento oficial de laudos, relatórios, pareceres e boletins médicos, solicitados por escrito por pacientes, sucessores legais, entidades ou profissionais médicos e/ou órgãos externos somente poderá ser feito através da Direção das Unidades Hospitalares e Assistenciais (Responsável Técnico) por si ou mediante delegação de competência, observadas as normas regulamentares e as disposições contidas no Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1246/88).
2. Os médicos investidos na função de perito e/ou Assistente Técnico, designados oficialmente, terão livre acesso aos registros e prontuários médicos, através da Direção das Unidades Hospitalares.
3. Os atestados médicos, inclusive de comparecimento, saúde, afastamento para tratamento da própria saúde e para assistência à familiares e/ou dependentes deverão ser fornecidos pelo médico assistente.
4. Nos termos dos Artigos 102/ 103/ 105 e 106 e Código de Ética Médica e demais disposições legais (Artigos 154 do C.P.B., 144 do C.C., 207 do C.P.P. e 406 – II do C.P.C.) que tratam do segredo profissional, não será permitido às Unidades Hospitalares e Assistenciais prestarem quaisquer informações a respeito de pacientes ali atendidos.
5. A comunicação de ocorrências criminais à autoridade competente e a prestação de informações orais ou escritas que por acaso venham a ser solicitadas por parte das autoridades policiais, militares, promotores, juizes e Instituto de Medicina Legal, somente serão procedidas desde que a comunicação ou informação não exponha o paciente a procedimento criminal.
6. As juntas médicas somente serão realizadas quando solicitadas ou determinadas por autoridade judiciárias, devidamente esclarecidos os motivos do pedido visando o resguardo das disposições legais contidas no item 1.
7. O Núcleo de Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho (NHMST/DESAT) poderá solicitar a qualquer uma das Direções das Unidades Hospitalares e Assistenciais da rede FHDF, a indicação e designação de Assistente (s) Técnico (s), visando subsidiar a Junta Médica Oficial de Perícia.
8. Nos processos sindicante e administrativo prevalecerá o disposto nos itens 100 à 103 da Instrução/FHDF nº 04/99, de 05/02/99.
9. As solicitações de juntas médicas de qualquer órgão médico da área do Poder Público Federal, somente serão atendidas se encaminhadas por intermédio da Junta Médica Federal

do Ministério da Saúde, por ser o órgão competente para o trato de problema de saúde dos servidores públicos federais.

10. A presente Instrução entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada a OS/DE nº 22 de 23/10/79 e as demais disposições em contrário.

JOFRAN FREJAT

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

ATA DA 3.245ª SESSÃO , REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2000

PROCESSO Nº : 112.007.660/99
INTERESSADO : FRANCISCO DAS CHAGAS A. DE OLIVEIRA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
A Diretoria com o voto do Relator, tendo em vista do que consta os autos, autoriza o Reconhecimento de Dívida no valor de R$ 321,43 (trezentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), referente a complementação de faturamento do mês de novembro/99, do Departamento de Transportes – DETRA/DA, previsto no Orçamento do exercício de 1999, na Dotação Orçamentária 10.007.0021.8501.0060 – Funcionamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, natureza da despesa 34.90.36 e Fonte 220 – Diretamente Arrecadados, devendo a presente despesa ser empenhada a favor de FRANCISCO DAS CHAGAS A. DE OLIVEIRA, no seguinte Programa de Trabalho: 15.122.0100.1678.0001 – Manutenção de Serviços de Transporte, natureza da despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, Fonte 220 – Diretamente Arrecadados. RELATOR: ARINO OTON DE LIMA – Diretor Financeiro.

PROCESSO Nº : 112.007.662/99
INTERESSADO : JOÃO ORIVALDO DE OLIVEIRA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista do que consta os autos, autoriza o Reconhecimento de Dívida no valor de R$ 157,16 (cento e cinqüenta e sete reais e dezesseis centavos), referente a complementação de faturamento do mês de novembro/99, do Departamento de Transportes – DETRA/DA, previsto no Orçamento do exercício de 1999, na dotação orçamentária 10.007.0021.8501.0060 – Funcionamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, natureza da despesa 34.90.36 e Fonte 220 – Diretamente Arrecadados, devendo a presente despesa ser empenhada a favor de JOÃO ORIVALDO DE OLIVEIRA, no seguinte Programa de Trabalho: 15.122.0100.1678.0001 – Manutenção de Serviços de Transporte, natureza da despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, Fonte 220 – Diretamente Arrecadados. RELATOR: ARINO OTON DE LIMA – Diretor Financeiro.

PROCESSO Nº : 112.007.683/99
INTERESSADO : FRANCISCO DAS CHAGAS A. DE OLIVEIRA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista do que consta os autos, autoriza o Reconhecimento de Dívida no valor de R$ 389,09 (trezentos e oitenta e nove reais e nove centavos), referente a complementação de faturamento do mês de dezembro/99, do Departamento de Transportes – DETRA/DA, previsto no Orçamento do exercício de 1999, na dotação orçamentária 10.007.0021.8501.0060 – Funcionamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, natureza da despesa 34.90.36 e Fonte 220 – Diretamente Arrecadados, devendo a presente despesa ser empenhada a favor de FRANCISCO DAS CHAGAS A. DE OLIVEIRA, no seguinte Programa de Trabalho: 15.122.0100.1678.0001 – Manutenção de Serviços de Transporte, natureza da despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, Fonte 220 – Diretamente Arrecadados. RELATOR: ARINO OTON DE LIMA - Diretor Financeiro.

PROCESSO Nº : 112.007.685/99
INTERESSADO : JOÃO ORIVALDO DE OLIVEIRA
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista do que consta os autos, autoriza o Reconhecimento de Dívida no valor de R$ 278,04 (duzentos e setenta e oito reais e quatro centavos), referente a complementação de faturamento do mês de dezembro/99, do Departamento de Transportes – DETRA/DA, previsto no Orçamento do exercício de 1999, na dotação orçamentária 10.007.0021.8501.0060 – Funcionamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, natureza da despesa 34.90.36 e Fonte 220 – Diretamente Arrecadados, devendo a presente despesa ser empenhada a favor de JOÃO ORIVALDO DE OLIVEIRA, no seguinte Programa de Trabalho: 15.122.0100.1678.0001 – Manutenção de Serviços de Transporte, natureza da despesa 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, Fonte 220 – Diretamente Arrecadados. RELATOR: ARINO OTON DE LIMA – Diretor Financeiro.

PROCESSO Nº : 112.000.615/2000
INTERESSADO : INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida

A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista do que consta dos autos, autoriza o Reconhecimento da Dívida no valor de R$ 54.825,27 (cinqüenta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos), referente a despesa com serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos, durante o mês de dezembro de 1999, do Departamento de Transportes, da Diretoria Administrativa, conforme Contrato de Gestão ASJUR/PRES 701/99, prevista no orçamento do exercício de 1999 na dotação orçamentária 10.058.0575.2050.0001 – Conservação e Manutenção da Infra-estrutura Urbanística do Distrito Federal, elemento da despesa: 34.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que tem como credor INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS, devendo a despesa ser empenhada na natureza 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, na dotação orçamentária 15.451.3300.2050.0001 – Conservação e Manutenção da Infra-estrutura Urbanística do Distrito Federal, Fonte 100. RELATOR: ARINO OTON DE LIMA - Diretor Financeiro.

PROCESSO Nº : 112.000.616/2000
INTERESSADO : INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista do que consta dos autos, autoriza o Reconhecimento da Dívida no valor de R$ 13.210,60 (treze mil, duzentos e dez reais e sessenta centavos), referente a despesa com serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos, durante o mês de dezembro de 1999, do Departamento de Transportes, da Diretoria Administrativa, conforme Contrato de Gestão ASJUR/PRES 701/99, prevista no orçamento do exercício de 1999 na dotação orçamentária 10.058.0575.2050.0001 – Conservação e Manutenção da Infra-estrutura Urbanística do Distrito Federal, elemento da despesa: 34.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que tem como credor INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS, devendo a despesa ser empenhada na natureza 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, na dotação orçamentária 15.451.3300.2050.0001 – Conservação e Manutenção da Infra-estrutura Urbanística do Distrito Federal, Fonte 100. RELATOR: ARINO OTON DE LIMA - Diretor Financeiro.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 9 DE MARÇO DE 2000

Dispõe Sobre Votação da 6ª Reunião Plenária Ordinária

A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL-JARI/DMTU-DF no exercício de suas atribuições legais e regimentais; com a presença dos Membros Sr. EDSON TAVARES BELEZA, Membro Representante do DMTU na qualidade de Presidente ; Sr.ª. LÚCIA SOARES DE SILVA, Membro Representante dos Usuários; Sr. BALTASAR ANTÔNIO DE PAULO, Membro Representante do Serviço de Transporte Autônomo; Sr. JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, Membro Representante do Serviço de Transporte Público Alternativo; Sr. MAURÍCIO JOSÉ GONDIM BORGES MOREIRA, Membro Representante do Serviço de Transporte Público Convencional; e a minha presença ÉRICA DE J. P. DE OLIVEIRA como Secretária-Administrativa considerando o resultado da 6ª (sexta) Reunião Plenária Ordinária da Câmara de Julgamento do SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO ALTERNATIVO-STPA, realizada no dia 8 de março de 2000, resolveu:

1- Deferir os Recursos referentes aos processos N.º: 096.003.936/95 - PERM. N.º111-2; 096.003.941/95 - PERM. N.º111-2; 096.004.199/95 - PERM. N.º118-0; 096.002.072/95 PERM. N.º077-9; 096.004.069/95 - PERM. N.º002-7; 096.003.929/95 - PERM. N.º057-4; 096.004.474/95 - PERM. N.º001-9; 096.001.640/95 - PERM. N.º084-1.
2- Indeferir os Recursos referentes aos processos N.º: 096.002.164/95 - PERM. 086-8; 096.000.842/95 - PERM. N.º081-7; 096.001.696/95 - PERM. Nº093-1; 096.000.262/95 - PERM. Nº022-1; 096.002.506/95 - PERM. Nº072-8; 096.000.435/95 - PERM. Nº138-4; 096.002.498/95 - PERM. Nº111-2; 096.002.271/95 - PERM. Nº135-0; 096.000.624/95 - PERM. Nº138-4; 096.000.744/95 - PERM. Nº113-9.
3- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON TAVARES BELEZA
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRTEOR-GERAL

Processo nº 055.0024112/1999 - Interessado: BANCO DE BRASÍLIA S/A - Assunto: Reconhecimento de Dívida - RECONHEÇO A DIVIDA, com amparo nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento do valor de R$ 8.540,00(Oito mil, quinhentos e quarenta reais), em favor do BANCO DE BRASÍLIA S/A, correndo a despesa a conta do elemento 349092 - Despesas de Exercícios Anteriores.

Processo nº 055.002696/2000 - Interessado: INEPAR S/A - Assunto: Reconhecimento de Dívida - RECONHEÇO A DIVIDA, com amparo nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento do valor de R$ 69.345,15(Sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), em favor da INEPAR S/, correndo a despesa a conta do elemento 349092 - Despesas de Exercícios Anteriores

ALMIR MAIA RIBEIRO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

COMANDO GERAL

DESPACHOS DO COMANDANTE GERAL
Em 1º de março de 2000

Referência: Processo nº 054.001.026/99 (CONTRATO)
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de inexigibilidade de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à inexigibilidade de licitação fundamentada no Inciso I do art. 25 do referido Diploma Legal, em favor da CB Telecomunicações Ltda, para fazer face ao pagamento das despesas com serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos transceptores fixos e móveis e repetidoras de UHF , da marca Relm Chatral, pertencentes à carga da PMDF, durante o exercício de 2.000, conforme Nota de Empenho nº 099/2000.

Referência: Processo nº 054.000.127/2000 (CONTRATO)
Interessado: Polícia Militar do Distrito Federal
Assunto: Ratificação de ato de dispensa de licitação
Com base no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifico os atos praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal, referente à dispensa de licitação fundamentada no Inciso IV do art. 24 do referido Diploma Legal, em favor do Hospital Santa Helena S/A, para fazer face ao pagamento das despesas com a prestação de serviços médico-hospitalares, em todas as áreas médicas clínicas e ou cirúrgicas para os policiais militares, dependentes e pensionistas militares, conforme Nota de Empenho nº 110/2000.
Publique-se.

ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA – CEL QOPM

SECRETARIA DE CULTURA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 2 de março de 2000

PROCESSO N.º 151.000.002/2000
ASSUNTO: Aquisição de vales-transporte

Ratifico, para os fins do artigo 26, da Lei n.º 8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor da VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA no valor de R$ 117,60 (cento e dezessete reais sessenta centavos), relativo a Nota de Empenho n.º 00058/2000, ordinário, para fazer face às despesas com a aquisição de vales-transporte para os servidores deste ArPDF, referente o mês de março de 2000.
A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante do processo acima citado.
Publique-se e devolva-se ao Arquivo Público do Distrito Federal para as demais providências.

PROCESSO N.º 151.000.001/2000
ASSUNTO: Aquisição de vales-transporte

Ratifico, para os fins do artigo 26, da Lei n.º 8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor do BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB, no valor de R$ 3.320,10 (três mil, trezentos e vinte reais e dez centavos), relativo a Nota de Empenho n.º 00057/2000, ordinário, para fazer face às despesas com a aquisição de vales-transporte para os servidores deste ArPDF, referente o mês de março de 2000.
A inexigibilidade foi fundamentada no caput do artigo 25, da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante do processo acima citado.
Publique-se e devolva-se ao Arquivo Público do Distrito Federal para as demais providências.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 23 de fevereiro de 2000

PROCESSO N.º : 030.001.067/2000
INTERESSADO: CENTRO DE TECNOLOGIA DE SOFTWARE DE BRASÍLIA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
DESPACHO:
Em cumprimento ao disposto no Inciso I do Artigo 25, combinado com o Artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação, em favor do credor acima, no valor de R$ 959,96 (novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos), relativo a despesas com contribuição de associado referente ao 1º quadrimestre de 2000.
Publique-se e encaminhe-se ao SOF/DAG/ICT, para providências complementares.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 49, DE 3 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 062.000.067/2000, resolve:
I - Promover, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Fundo de Saúde do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 351 de 30 de dezembro de 1999.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

A C R É S C I M O

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
170901/17901	**23901**	**FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**				25.000
10.122.0100.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref.: 004272	0043	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	34.90.33 34.90.92	100 100	5.000 20.000	25.000
200080					TOTAL	25.000

ANEXO II

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL

R E D U Ç Ã O

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
170901/17901	**23901**	**FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL**				25.000
10.122.0100.8501		COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref.: 004272	0043	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	25.000	25.000
200081					TOTAL	25.000

PORTARIA Nº 51, DE 3 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 054.000.280/2000, resolve:
I - Promover, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 351 de 30 de dezembro de 1999.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220103/00001	**24103**	**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				503.000
06.181.0100.2687		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS				
Ref.: 005350	0001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	34.90.92	100	503.000	503.000
200080					TOTAL	503.000

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220103/00001	**24103**	**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				503.000
06.181.0100.2687		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS				
Ref.: 005350	0001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	100	503.000	503.000
200081					TOTAL	503.000

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 9 DE MARÇO DE 2000

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 92 e incisos VII e XXVII do Artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e artigo 50, inciso II, da Lei nº 4.878/65, e tendo em vista o que consta do Processo Disciplinar nº 10/98-CPD-SSP/DF, protocolado sob o nº 050.000.798/98-SSP, resolve:

DEMITIR o servidor **IRAPUAN LEITE SALES,** matrícula nº 36.183-6, Agente de Polícia, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por infringência ao preceito do artigo 48, inciso I, da Lei nº 4.878/65, bem como do artigo 132, inciso IV, da Lei nº 8.112/90, em combinação com o artigo 11, caput, da Lei nº 8.429/92.
Publique-se e restituam-se os autos à Secretaria de Segurança Pública.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do Artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 031.000.283/98, em cumprimento ao artigo 35, da Lei nº 8.112/90, resolve:

CONVERTER a exoneração do servidor JOSUÉ BISPO DOS SANTOS, matrícula nº 80.210-7, do Cargo em Comissão Símbolo DFG-12, de Chefe da Divisão de Administração Geral, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, publicada no DODF nº 242, de 22 de dezembro de 1998, em DESTITUIÇÃO de Cargo em Comissão, por ter infringido o artigo 117, inciso IX e artigo 132, incisos I, IV, VIII e X, combinado com o artigo 137, parágrafo único, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos VII e XXVII do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 031.000.129/99, resolve:

CONVERTER a exoneração do servidor **GILMAR MAURÍCIO DA SILVA,** matrícula nº 80.235-2, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº106, de 04 de junho de 1999, em DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO de Chefe da Seção de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, por infringência do inciso I, do artigo 132, combinado com os parágrafos únicos dos artigos 135 e 137 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:.

Nomear, **SHIRLEY CRISTINE ROSA MUNIZ,** para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem em Centro Obstêtrico da Seção de Enfermagem do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-03 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **ALESSANDRA DE MOURA LIMA,** para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência Divisão de Recursos Médico-Assistenciais do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **JALMIR ALVES DE ARAÚJO,** para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência do Serviço de Emergência do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFG-06, do Quadro de cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **DANIELA OLIVEIRA LINS,** para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFA-03 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **JORGE LUIZ GOMES DE OLIVEIRA**, Assistente Intermediário de Saúde, Artífice Op. de Caldeira, Matrícula nº 132.147-1, do Cargo em Comissão de Encarregado da Lavanderia e Costuraria da Divisão de Administração Geral do Hospital de Apoio, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **GILCELIA OLIVEIRA DA SILVA**, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula nº 134.205-3, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada da Lavanderia e Costuraria da Divisão de Administração Geral do Hospital de Apoio, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **MARÍLIA MARIA AUGUSTO COELHO,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente de Saúde Pública, Matrícula 118.676-0, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Divisão de Recursos Humanos do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFA-03 do Quadro de cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **MIRIAN CRISTINA FELIPE LUCENA**, Assistente Superior de Saúde, Enfermeiro, Matrícula nº 136.498-7, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem em Berçário do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

Nomear, **MIRIAN ELIZABETH CARVALHO GUIMARÃES,** Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula nº 132.550-7, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem em Berçário do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **EUDES DEL FIACO,** Matrícula 300.599-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Coleta de Dados e Aprov. de Despesas da Divisão de Contabilidade de Custos do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **EUDES DEL FIACO,** para o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Contabilidade de Custos do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **MARCELO CARNEIRO DA SILVA**, Assistente Superior de Saúde, Médico – Anestesiologista, Matrícula 132.660-0, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado do Centro Cirúrgico do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, **PAULO DE TARSO MELO DA CUNHA**, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Medicina Complementar da Divisão de Recursos Médicos do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **MARIA CRISTINA ALENCASTRO RABELLO FARIA,** Assistente Superior de Saúde, Médica Radiologiata, Matrícula nº 137.415-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Medicina Complementar da Divisão de Recursos Médicos do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, à pedido, **SILVANA ALVES SANTANA,** Assistente Superior de Saúde, Enfermeiro, Matrícula 127.848-7, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem em Saúde da Comunidade da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **JANNETE CARVALHO F. DE ALCÂNTARA,** Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, Matrícula 128.857-1, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Enfermagem em Saúde da Comunidade da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, à pedido, **CLÁUDIA APARECIDA ALVES SANTANA,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 125.021-3, do Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Contabilidade de Custos do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **CARLA APARECIDA DEL DUCA DE ALMEIDA,** Assistente Superior de Saúde, Médico – Clínica Médica, Matrícula 128.285-9, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Unidade Regional de Clínica Médica do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Tornar sem efeito ato de nomeação de **EMANUELLE COELHO DE LIMA SOUZA,** do Cargo em Comissão de Secretária da Unidade de Internação, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFA-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, publicado no DODF nº 37 de 22.02.2000, pág. 84.

Nomear, **LUCIANA MARIA AVELINO DE AZEVEDO,** para exercer o Cargo em Comissão de Secretária do Centros Cirúrgicos da Divisão de Recursos Médicos do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFA-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, **ADMILSON GONÇALVES DE MACENA,** Assistente Superior de Saúde, Médico - Ginecologia e Obstetrícia, Matrícula nº 131.197-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Medicina Integrada do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-06 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **RONALDO BEZERRA DA SILVA,** Assistente Superior de Saúde, Médico - Clínica Médica, Matrícula nº 131.829-2, para o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Medicina Integrada do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-06 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **RONALDO BEZERRA DA SILVA,** Assistente Superior de Saúde, Médico - Clínica Médica, Matrícula nº 131.829-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Unidade Regional de Clínica Médica do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-06 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, **JOÃO RICARDO LOPES MENDES,** Assistente Superior de Saúde, Médico - Pediatria, Matrícula nº 127.920-3, do Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-06 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, **CLÁUDIA MARIA FERREIRA MOREIRA,** Assistente Superior de Saúde, Médico - Pediatria, Matrícula 136.534-7, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde de Ceilândia nº 09 da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **MARIA DE FÁTIMA REZENDE SILVA QUEIROZ,** Assistente Superior de Saúde, Médico – Ginecologia e Obstetrícia, Matrícula 128.217-4, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde de Ceilândia nº 09 da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por motivo de aposentadoria, **FRANCISCO FERREIRA SOARES SOBRINHO,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 107.675-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Registro e Movimentação da Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 28.02.2000.

Nomear **FRANCISCO FERREIRA SOARES SOBRINHO**, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Registro e Movimentação da Divisão de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 28.02.2000.

Exonerar, **ANTONIO ALENCAR ARARIPE NETO**, Matrícula 136.896-6, do Cargo em Comissão de Diretor do Hospital São Vicente de Paulo, Símbolo DFG-09, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 12.02.2000.

Nomear, **ANTONIO ALENCAR ARARIPE NETO**, Assistente Superior de Saúde, Médico – Biometria Perícia Médica, Matrícula 137.531-8, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Hospital São Vicente de Paulo, Símbolo DFG-09, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 12.02.2000.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, **SANDRA MARIA COELHO DA SILVA CASARI,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 124.742-5, do Cargo em Comissão de Encarregada de Matrícula, Internação e Alta da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Administração Geral do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **CARLOS NETO COUTO BACELLAR,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 124.721-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Administração Geral do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, **LEUSIMAR ALVES DOS SANTOS,** Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Enfermagem, Matrícula 121.765-8, do Cargo em Comissão de Encarregada do Plantão Administrativo do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **ADALBERTO GONÇALVES MONTEIRO,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 135.293-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração Geral do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, **LUIZ OTAVIO DA CUNHA BARROS**, Assistente Intermediário de Saúde, Motorista, Matrícula 131.947-7, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Manutenção e Transportes da Divisão de Administração Geral do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **CARLOS FERNANDES DE OLIVEIRA,** para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada do Plantão Administrativo do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **HELENA ALVES PEREIRA DOS SANTOS,** para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração Geral do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear, **HONORO NEVES DA SILVA**, Téc. Adm. Pública, matrícula 22.694-7, do Quadro de Pessoal da SES, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Manutenção e Transportes da Divisão de Administração Geral do Hospital Regional do Guará, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **ANA PAULA GRANJA LIMA DE VASCONCELOS,** para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Emissão de Nota de Empenho da Divisão de Orçamento do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **JOSÉ ARMANDO RODRIGUES DE S. JÚNIOR,** Assistente Superior de Saúde, Médico – Ginecologia e Obstetrícia, Matrícula 133.260-0, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde de Planaltina nº 02 da Direção Regional de Saúde de Planaltina, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **MAYCKE LIMA DOS SANTOS,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 135.402-7, do Cargo em Comissão de Secretário da Unidade de Internação do Hospital Regional da Asa Norte , Símbolo DFA-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **MANOEL FRANCISCO MARINHO,** Assistente Superior de Saúde, Administrador, Matrícula 112.936-8, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário da Unidade de Internação do Hospital Regional da Asa Norte , Símbolo DFA-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, à pedido, **MARIA GERLANDA DE OLIVEIRA,** do cargo em Comissão de Secretária da Seção Regional de Clínica de Pediátrica do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFA-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 23.02.2000.

Exonerar, **JOSÉ PEREIRA DA SILVA,** Matrícula 201.698-2, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Material, Patrimônio e Farmácia da Direção Regional de Saúde São Sebastião, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear, **RINALDO DE SOUZA NEVES,** Assistente Superior de Saúde, Enfermeiro, Matrícula 123.702-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Enfermagem do Centro de Saúde de Taguatinga nº 03 da Direção Regional de Saúde de Taguatinga, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **ROSÂNGELA FALEIRO DOS SANTOS,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula nº 123.968-6, do Cargo em Comissão de Assistente do Departamento de Tecnologia, Símbolo DFG-09 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, **ROSÂNGELA FALEIRO DOS SANTOS,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula nº 123.968-6, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente do Serviço de Registro de Orientação aos Doadores, Símbolo DFG-05 do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hemocentro de Brasília.

Nomear, **NILTON FAGUNDES VIRIATO,** Assistente Intermediário de Saúde, Agente Administrativo, Matrícula 132.981-2, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado do Setor de Matrícula da Seção de Informação da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar **ALCIBÍADES CASTILHO CALDERON,** Assistente Superior de Saúde, Médico – Ginecologia e Obstetrícia, Matrícula 123.061-1, do Cargo em Comissão de Diretor do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **SÉRGIO HITOSHI MIYAZAKI,** Assistente Superior de Saúde, Médico – Cirurgia Geral, Matrícula 124.403-5, do Cargo em Comissão de Encarregado do Centro Cirúrgico do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **SÉRGIO HITOSHI MIYAZAKI**, Assistente Superior de Saúde, Médico – Cirurgia Geral, Matrícula 124.403-5, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do Artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR, a pedido, **JOSÉ MÁRIO COSTA,** matrícula nº 211-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Serviço Médico, da Divisão de Habilitação e Controle de Condutores da Diretoria de Controle de Veículos e de Condutores, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
1- Promover, por mérito, o servidor do Quadro de Pessoal do Distrito Federal constante na relação nominal abaixo;
2- Revogam-se as disposições em contrário.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

MAT.	NOME	CATEG.	SIT. ATUAL	PTOS. OBTIDOS			SIT. PROP.	A CONTAR
				P.M.	A.D.	T.P.		
35.263-2	RENATO BATISTA OBLIZINER	INSP.OBRAS	3ª IV	33,50	40,00	73,50	2ª I	01.07.98

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a MARIA ALICRIM DOURADO PENA, viúva do ex-servidor LAERCIO LAGE DE CASTRO PENA, matrícula nº 60.391-0, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, a contar de 12 de dezembro de 1999. Processo n.º 030.010.747/99.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a HILDA FERREIRA DE ARAÚJO, viúva do ex-servidor JOSÉ FERNANDES DE ARAÚJO, matrícula nº 15.130-0, Analista de Finanças e Controle, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 05 de dezembro de 1999. Processo n.º 040.001.081/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ZENAIDE BARBOSA DOS SANTOS, viúva do ex-servidor JOSÉ DOS SANTOS, matrícula nº 09.326-2, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Classe Especial, Padrão II, de acordo com o previsto no artigo 184, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, contar de 24 de janeiro de 2000. Processo n.º 030.000.709/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a MARIA APARECIDA DE REZENDE SILVA, viúva, e temporária a WELLINGTON DE REZENDE SILVA e WALISSON DE REZENDE SILVA , filhos do ex-servidor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA, matrícula nº 64.326-2, Técnico de Atividades Rodoviárias, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a contar de 13 de janeiro de 2000. Processo n.º 030.000.339/2000.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA PINHEIRO DE SOUZA, viúva, e temporária a MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO DE SOUZA, filha do ex-servidor CÍCERO FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº 16.284-1, Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 16 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 35, de 17 de fevereiro de 1993, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.015.118/92.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a LACY ALVES PINTO, viúva, e temporária a TANIA LUCIA PINTO e THAÍS MARIA PINTO, filhas do ex-servidor AGENOR PINTO, matrícula nº 13.035-4, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 24 de setembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 196, de 29 de setembro de 1992, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.007.520/92

REVER a pensão especial vitalícia concedida a COSMA SANTOS DA SILVA, viúva, do ex-servidor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA, matrícula nº 05.109-8, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 30 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 21, de 31 de janeiro de 1994, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.010.358/93.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARGARIDA XAVIER DA SILVA, viúva ex-servidor ANTONIO CIPRIANO DA SILVA, matrícula nº 16.332-5, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 07 de novembro de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 214, de 10 de novembro de 1989, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.006.314/89.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a LOURDES ALVES TEIXEIRA, viúva, e temporária a ELIANA MENDES TEIXEIRA, filha do ex-servidor VALDEMIRO MENDES TEIXEIRA, matrícula nº 17.566-8, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 21 de setembro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 193, de 23 de setembro de 1993, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.008.805/92.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARLENE CAVALCANTE FERNANDES, viúva do ex-servidor MANOEL GALDINO FERNANDES, matrícula nº 14.303-0, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 13 de agosto de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 157, de 15 de agosto de 1990, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.Processo nº 030.013.274/90.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA SEVERINA QUEIROZ, viúva, e temporária a BETHÂNIA MARIA QUEIROZ, filha do ex-servidor MANOEL QUEIROZ, matrícula nº 00.694-7, Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria Coletiva de 28 de março de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 65, de 05 de abril de 1994, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.Processo nº 030.000.883/94.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ANA ISABEL RIBEIRO FEITOSA SILVA, viúva do ex-servidor CREDES MALAQUIAS DA SILVA, matrícula nº 16.665-0, Técnico de Finanças e Controle, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 30 de janeiro de 2000. Processo n.º 040.000.812/2000

REVER a pensão temporária vitalícia concedida a MARIA GLÓRIA DE OLIVEIRA e MÔNICA DE OLIVEIRA, filhas do ex-servidor PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA, matrícula nº 14.265-4, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 18 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 169, de 20 de agosto de 1992, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.Processo nº 030.004.953/92.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DA SILVA, viúva, e temporária a LUANA JOSÉ DA SILVA, LENO JOSÉ DA SILVA e EDER JOSÉ DA SILVA, filhos do ex-servidor VANTUIL JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 05.589-1, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 10 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 240(suplemento), de 11 de dezembro de 1990, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.019.077/90.

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 17 de outubro de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 204, de 21 de outubro de 1994, o ato que concedeu pensão vitalícia a DALVINA PEREIRA NICOLAU, viúva e temporária a VERÔNICA PEREIRA TORRES, filha do ex-servidor LOVINO NICOLAU TORRES, matrícula nº 00.530-4, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na 1ª Classe, Padrão IV, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.008.376/94.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a LUCI GUERIN CATELAN, viúva, e temporária a ROSANGELA MARIA GUERIN CATELAN, filha do ex-servidor NATAL CATELAN, matrícula nº 15.657-4, Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 09 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 31, de 13 de fevereiro de 1990, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.Processo nº 030.014.339/89.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a DULCE ROSA DA SILVA VASCONCELOS, viúva, e temporária a MARTA ROSA DE VASCONCELOS, MÁRCIA ROSA DE VASCONCELOS, MARISA REGINA DE VASCONCELOS, MARCELO ROSA DE VASCONCELOS, MARCONDES ROSA DE VASCONCELOS, MÁRCIO CLAYTON DA SILVA VASCONCELOS, MAISA ROSA DE VASCONCELOS e MAGNA ROSA DE VASCONCELOS, filhos do ex-servidor JOÃO FERREIRA DE VASCONCELOS, matrícula nº 01.782-5, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 25 de fevereiro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 41, de 01 de março de 1991, e pela Portaria Coletiva de 29 de janeiro de 1997, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 21, de 30 de janeiro de 1997, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.000.760/91

RETIFICAR a Portaria de 10 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 231(suplemento), de 13 de novembro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a ANA SANTANA PEREIRA, viúva, e CORACI DA SILVA CONCEIÇÃO, companheira, e temporária a ELIANE PEREIRA DA SILVA e TELMA PEREIRA DA SILVA, filhas do ex-servidor ALCIDES RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 02.330-2, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir o item "b" do artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como a beneficiária da pensão vitalícia, ANA SANTANA PEREIRA, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.012.706/92.

RETIFICAR a Portaria de 14 de outubro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 204, de 16 de outubro de 1991, que concedeu pensão especial temporária a JAMIL ANTONIO, irmão da ex-servidora FRANCISCA MIGUEL, matrícula nº 00.869-9, Analista de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.012.556/91.

RETIFICAR a Portaria de 07 de novembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 222, de 08 de novembro de 1991, que concedeu pensão vitalícia a MARIA EMÍLIA DE OLIVEIRA FONSECA, viúva do ex-servidor JOÃO DA SILVA FONSECA, matrícula nº 12.512-1, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.014.104/91.

1- RETIFICAR a Portaria de 03 de setembro 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177 (suplemento), de 09 de setembro de 1991, que concedeu pensão especial vitalícia a MARIA DE JESUS ALVES, viúva, e temporária a ELZA PEREIRA ALVES SANTOS, NEUMA PEREIRA ALVES, OMAR PEREIRA ALVES e FÁTIMA MARIA ALVES, filhos do ex-servidor OTAVIANO PEREIRA ALVES, matrícula nº 11.820-6, Agente de Portaria, Código TP-602.S, referência NM-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir a vantagem do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA DE JESUS ALVES, viúva, e temporária a NEUMA PEREIRA ALVES e FÁTIMA MARIA ALVES, filhas do ex-servidor OTAVIANO PEREIRA ALVES, matrícula nº 11.820-6, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 03 de setembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177(suplemento), de 09 de setembro de 1991, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.009.644/91.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a JOANA MACHADO DE SOUSA, viúva, e temporária a MARIA DE FÁTIMA SOUSA e SILVANI MACHADO SOUSA, filhas do ex-servidor FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA, matrícula nº 60.877-7, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, a contar de 31 de janeiro de 2000. Processo n.º 094.000.122/2000

REVER a pensão especial temporária concedida a JOAQUIM EDUARDO DE SOUSA MACHADO, filho do ex-servidor MANOEL CARLOS MACHADO, matrícula nº 10.510-4, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 14 de dezembro de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 237, de 15 de dezembro de 1989, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.015.192/89.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a TEREZINHA CIPRESSO NORONHA RIBEIRO, viúva, do ex-servidor LUIZ GUILHERME ROMANCINI, matrícula nº 09.214-2, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 10 de maio de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 92, de 11 de maio de 1993, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.002.245/93.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a AURORA RIBEIRO MACHADO, genitora da ex-servidora AUREA MACHADO, matrícula nº 08.180-9, Professora, Nível 02, 40 horas, Classe Única, Padrão X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 17 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236(suplemento), de 20 de novembro de 1992, e pela Portaria de 15 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 36, de 18 de fevereiro de 1993, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.012.877/92.

1-RETIFICAR a Portaria Coletiva de 25 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 102, de 29 de maio de 1995, o ato que reviu a pensão vitalícia concedida a RAIMUNDA MACEDO DE ARAÚJO, viúva do ex-servidor ALDEMIR SAMPAIO DE ARAÚJO SOBRINHO, matrícula nº 25.197-6, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 2º e 3º, da Medida Provisória nº 993, de 11 de maio de 1995, e incluir o artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e ainda SIMONE MACÊDO DE ARAÚJO, como beneficiária da pensão temporária.
2-REVER a pensão especial vitalícia concedida RAIMUNDA MACEDO DE ARAUJO, viúva, e temporária a SIMONE MACÊDO DE ARAÚJO, filha do ex-servidor ALDEMIR SAMPAIO DE ARAÚJO SOBRINHO, matrícula nº 25.197-6, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria Coletiva de 25 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 102, de 29 de maio de 1995, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.017.818/90

1-RETIFICAR a Portaria de 08 de janeiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 08, de 12 de janeiro de 1993, que concedeu pensão especial vitalícia a GENI PAIVA RODRIGUES, viúva, e temporária a ALMIR PAIVA RODRIGUES e ALCINEIA PAIVA RODRIGUES, filhos do ex-servidor JOSÉ RODRIGUES FILHO, matrícula nº 16.249-3, Agente de Serviços de Engenharia, Código NM-808.C, referência NM-22, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir os filhos ADÃO PAIVA RODRIGUES e ADNELIA PAIVA RODRIGUES MENDES, como beneficiários da pensão temporária, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-REVER a pensão especial vitalícia concedida a GENI PAIVA RODRIGUES, viúva e temporária a ALCINEIA PAIVA RODRIGUES E ADNELIA PAIVA RODRIGUES MENDES, filhas do ex-servidor JOSÉ RODRIGUES FILHO, matrícula nº 16.249-3, Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 08 de janeiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 08 de 12 de janeiro de 1993, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.
3-TORNAR SEM EFEITO na Portaria Coletiva de 16 de abril de 1996, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 74, de 17 de abril de 1996, o ato que retificou a pensão especial vitalícia concedida a GENI PAIVA RODRIGUES, viúva, e temporária a ALMIR PAIVA RODRIGUES e ALCINEIA PAIVA RODRIGUES, filhos do ex-servidor JOSÉ RODRIGUES FILHO, matrícula nº 16.249-3, Agente de Serviços de Engenharia, Código NM-808.C, referência NM-22, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.013.773/92.

REVER a pensão vitalícia concedida a FRANCISCA LUCENA DA SILVA, companheira do ex-servidor JOSÉ FELIPE DA SILVA, matrícula nº 02.691-3, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto Coletivo de 30 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 250, de 31 de dezembro de 1999, para incluir nos termos do artigo 217, item II, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, TIAGO FELIPE NASCIMENTO SILVA, filho do ex-servidor como beneficiário de pensão temporária, a contar de 11 de fevereiro de 2000, conforme Parágrafo Único do artigo 219, do mesmo dispositivo legal. Processo nº 030.009.448/99.

RETIFICAR a Portaria de 05 de junho de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 107, de 06 de junho de 1990, que concedeu pensão especial vitalícia a ERONDINA LOPES DE OLIVEIRA, viúva do ex-servidor INÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 13.098-2, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na Classe Única, Padrão V, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.005.817/90.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a FRANCISCA ASSIS DE ALMEIDA, viúva, e temporária a LUCIMAR ASSIS DE ALMEIDA e GINOMAR ASSIS DE ALMEIDA, filhas do ex-servidor JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 01.324-2, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 06 de setembro de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 172, de 08 de setembro de 1989, e pela Portaria Coletiva de 18 de dezembro de 1996, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 246, de 19 de dezembro de 1996, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.009.764/89

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 19 de maio de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 98, de 20 de maio de 1994, e na Portaria Coletiva de 21 de julho de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 25 de julho de 1994, os atos referentes a pensão vitalícia de LEONORA MARIA DE JESUS, viúva do ex-servidor FABRICIANO JOSÉ RODRIGUES, matrícula nº 13.261-6, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: viúva; LEIA-SE: companheira, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 030.002.796/94.

1- RETIFICAR a Portaria de 08 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 07, de 10 de janeiro de 1990, que concedeu pensão especial vitalícia a ROSALINA IDELFONSO DA ANUNCIAÇÃO, viúva e temporária a MARLENE APARECIDA DA ANUNCIAÇÃO, MARIA LUIZA DA ANUNCIAÇÃO, MARIA HELENA DA ANUNCIAÇÃO, MARIA LOURDES DA ANUNCIAÇÃO e MARIA JOSÉ DAS DORES, filhas do ex-servidor VIRGÍLIO MÁRIO DA ANUNCIAÇÃO, matrícula nº 09.905-8, Apontador Fiscal, nível 10-C, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para excluir as filhas MARIA LOURDES DA ANUNCIAÇÃO e MARIA JOSÉ DAS DORES, como beneficiárias da pensão temporária, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- REVER a pensão especial vitalícia concedida a ROSALINA IDELFONSO DA ANUNCIAÇÃO, viúva, e temporária a MARLENE APARECIDA DA ANUNCIAÇÃO, MARIA LUIZA DA ANUNCIAÇÃO e MARIA HELENA DA ANUNCIAÇÃO, filhas do ex-servidor VIRGILIO MARIO DA ANUNCIAÇÃO, matrícula nº 09.905-8, Técnico de Administração Pública 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 08 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 07, de 10 de janeiro de 1990, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.015.195/89.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a RAIMUNDA AUGUSTA DE ARAÚJO, viúva, e temporária a MARIA AUXILIADORA DE ARAÚJO e MARIA SÃO MIGUEL ARCANJO DE ARAÚJO, filhas do ex-servidor JOÃO VICENTE DE ARAÚJO, matrícula nº 10.953-3, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 15 de agosto de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 157, de 17 de agosto de 1989, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.008.905/89.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a GERALDA DO NASCIMENTO, viúva, e temporária a ANTONIO DO NASCIMENTO LOPES e ANA CRISTINA DO NASCIMENTO LOPES filhos do ex-servidor JOSÉ PEREIRA LOPES, matrícula nº 02.737-5, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 05 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 91(suplemento), de 08 de maio de 1992, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e § 5º do artigo 40 da constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.001.598/92

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 10 de outubro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 197 de 11 de outubro de 1995, o ato que concedeu pensão temporária a TIAGO OLIVEIRA PROVASI, FABRÍCIO OLIVEIRA PROVASI, RODRIGO OLIVEIRA PROVASI e WANESSA OLIVEIRA PROVASI, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item II, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.007.338/95.

1-TORNAR SEM EFEITO a Portaria de 03 de setembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177(suplemento), de 09 de setembro de 1991, que retificou a pensão vitalícia de RILDA TECHMEIER, viúva, e temporária de MAYA BIANCA TECHMEIER, filha do ex-servidor DONAR TECHMEIER, matrícula nº 04.524-1, Arquiteto, Código NS-711, Classe Especial, referência NS-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, que incluiu ELZA MARIA DE AGUIAR SILVA, como beneficiária da pensão especial vitalícia.
2-TORNAR SEM EFEITO a Portaria de 22 de setembro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 193(suplemento), de 23 de setembro de 1993, que retificou a pensão vitalícia de RILDA TECHMEIER, viúva, e temporária de MAYA BIANCA TECHMEIER, filha do ex-servidor DONAR TECHMEIER, matrícula nº 04.524-1, Arquiteto, Código NS-711, Classe Especial, referência NS-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, que incluiu MARIA NEIDE VIEIRA, como beneficiária da pensão especial vitalícia.
3-REVER a pensão especial vitalícia concedida a RILDA TECHMEIER, viúva, e temporária a ALICE MARIANNE VIEIRA, filha do ex-servidor DONAR TECHMEIER, matrícula nº 04.524-1, Analista de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 18 de outubro de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 199, de 19 de outubro de 1989, e pela Portaria de 24 de maio de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 99, de 25 de maio de 1990, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.011.390/89.

1-RETIFICAR a Portaria de 20 de julho de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 140 de 24 de julho de 1990, que concedeu pensão especial vitalícia a CONCEIÇÃO LAURA DE FREITAS, viúva, e temporária a ELIAS DE FREITAS e MARLENE DE FREITAS, filhos do ex-servidor RAIMUNDO BENEDITO DE FREITAS, matrícula nº 29.690-2, Mestre de Obras, Nível 12-A, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal o artigo 1º, da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, e incluir o artigo 242, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e considerar a contar de 18 de dezembro de 1962, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-REVER a pensão especial vitalícia concedida a CONCEIÇÃO LAURA DE FREITAS, viúva e temporária a MARLENE DE FREITAS, filha do ex-servidor RAIMUNDO BENEDITO DE FREITAS, matrícula nº 29.690-2, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.016.517/89

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 02 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 169 de 03 de setembro de 1997, o ato que reviu a pensão temporária concedida a ANA ELVIRA DE ARAÚJO, efetivada através da Portaria de 15 de julho de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 137 (suplemento) de 17 de julho de 1991, para incluir em sua fundamentação legal a expressão: "filha do ex-servidor JOAQUIM LINO FILHO, matrícula nº 02.646-8, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal", ficando ratificados os demais termos da revisão. Processo nº 030.006.500/91.

1-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 18 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 54, de 19 de março de 1999, o ato que retificou a pensão especial vitalícia de ANASTACIA MARIA DOS SANTOS, viúva, e temporária de MARIA GLÓRIA DOS SANTOS e MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, filhas do ex-servidor JOSÉ LEONEL DOS SANTOS, matrícula nº 01.650-0, Agente de Portaria, Código TP-602.A, referência NM-01, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, que incluiu a filha MARIA JOSÉ DOS SANTOS.
2-RETIFICAR a Ordem de Serviço de 28 de maio de 1984, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 104 de 31 de maio de 1984, que concedeu pensão especial vitalícia a ANASTACIA MARIA DOS SANTOS, viúva, e temporária a MARIA GLÓRIA DOS SANTOS e MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, filhas do ex-servidor JOSÉ LEONEL DOS SANTOS, matrícula nº 01.650-0, Agente de Portaria, Código TP-602.A, referência NM-01, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir a filha MARIA JOSÉ DOS SANTOS, como beneficiária da pensão temporária, a contar de 06 de janeiro de 1994, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
3-RETIFICAR no Decreto Coletivo de 18 de março de 1999, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 54, de 19 de março de 1999, o ato que reviu a pensão especial vitalícia de ANASTACIA MARIA DOS SANTOS, viúva, e temporária de MARIA GLÓRIA DOS SANTOS, MARIA DE LOURDES DOS SANTOS e MARIA JOSÉ DOS SANTOS, filhas do ex-servidor JOSÉ LEONEL DOS SANTOS, matrícula nº 01.650-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir a filha MARIA JOSÉ DOS SANTOS, ficando ratificados os demais termos da revisão.
4-REVER pensão temporária concedida a MARIA JOSÉ DOS SANTOS, filha do ex-servidor JOSÉ LEONEL DOS SANTOS, matrícula nº 01.650-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 06 de janeiro de 1994. Processo nº 030.005.064/84.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a MARIA DO PERPETUO SOCORRO ALVES DE FRANÇA, companheira, e temporária a HOLLAVO FRANÇA BRANDÃO e EULLER ALBUQUERQUE BRANDÃO, filhos do ex-servidor JOÃO DA SILVA BRANDÃO, matrícula nº 50.033-X, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, com as vantagens o artigo 7º, da Lei n.º 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto n.º 17.182, de 06 de março de 1996, a contar de 13 de novembro de 1999. Processo n.º 102.165.101/2000

1-RETIFICAR no Decreto Coletivo de 18 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 34, de 19 de fevereiro de 1999, o ato que concedeu pensão temporária a JOANA D'ARC BELTÃO DO NASCIMENTO e WASHINGTON BELTRÃO DO NASCIMENTO, filhos do ex-servidor MANOEL IRINEU DO NASCIMENTO, matrícula nº 21.253-9, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na 2ª Classe, Padrão II, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-REVER a pensão temporária concedida a JOANA D'ARC BELTÃO DO NASCIMENTO e WASHINGTON BELTRÃO DO NASCIMENTO, filhos do ex-servidor MANOEL IRINEU DO NASCIMENTO, matrícula nº 21.253-9, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir nos termos dos artigos 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "a", ANGELA DE CARNEIRO NASCIMENTO, viúva e o filho JOÃO BATISTA CARNEIRO DO NASCIMENTO, como beneficiários da pensão, a contar de 26 de novembro de 1999, conforme Parágrafo Único do artigo 219, do mesmo dispositivo legal. Processo 030.009.505/98.

1-RETIFICAR na Portaria Coletiva de 08 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 237, de 12 de dezembro de 1994, o ato que concedeu pensão temporária a CLAUDIA DEOLINDO DA SILVA, CLEISSON DOS SANTOS SILVA, PATRÍCIA DOS SANTOS SILVA, AGDA DEOLINDO LINO, MAGDA KEISE DEOLINDO LINO e PEDRO MAGDO LINO DA SILVA, filhos do ex-servidor PEDRO DEOLINDO DA SILVA, matrícula nº 39.105-0, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: item I, alínea "a"; LEIA-SE: item II, alínea "a", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-RETIFICAR na Portaria Coletiva de 19 de janeiro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 17, de 23 de janeiro de 1995, o ato que retificou a pensão temporária de CLAUDIA DEOLINDO DA SILVA, CLEISSON DOS SANTOS SILVA, PATRÍCIA DOS SANTOS SILVA, AGDA

DEOLINDO LINO, MAGDA KEISE DEOLINDO LINO e PEDRO MAGDO LINO DA SILVA, filhos do ex-servidor PEDRO DEOLINDO DA SILVA, matrícula nº 39.105-0, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, que incluiu ALAIDE LINO, companheira como beneficiária da pensão vitalícia, para inserir em sua fundamentação legal o artigo 217, item I, alínea "c", da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ficando ratificados os demais termos. Processo n.º 030.011.029/94.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governado, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, e incisos VII, XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

1-TORNAR SEM EFEITO, na Portaria coletiva de 21/08/95, publicada no DODF nº 163, de 23/08/95, o ato que concedeu aposentadoria a MANOEL ONILSON DO NASCIMENTO, matrícula nº 19.136-1, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2-CONCEDER 30 dias para que o servidor reassuma o exercício do cargo. Processo nº 050.002.103/95.

RETIFICAR a Portaria de 28/11/91, publicada no DODF nº 236(suplemento), de 29/11/91, que reviu os proventos da aposentadoria de AGACY FERNANDES VENTURA, matrícula nº 11.392-1, no cargo de Fiscal de Obras, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal o parágrafo 3º, do artigo 2º da lei nº 6.732, de 04/12/79, bem como considerar seus efeitos retroativos a contar de 09/10/91, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 134.000.041/91.

RETIFICAR a Portaria de 09/11/92, publicada no DODF nº 228, de 10/11/92, que concedeu aposentadoria a ANTÔNIO LUIZ DOS SANTOS, matrícula nº 15.971-9, no cargo de Fiscal de Concessões e Permissões, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no cargo de Fiscal de Obras, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 141.002.874/92.

1-TORNAR SEM EFEITO, na Portaria coletiva de 09/05/95, publicada no DODF nº 89, de 10/05/95, o ato que reviu os proventos da aposentadoria de HIDEO SUMIHARA, matrícula nº 06.674-5, no cargo de Técnico de Administração, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2-RETIFICAR na Portaria coletiva de 03/03/95, publicada no DODF nº 45, de 06/03/95, o ato que concedeu aposentadoria a HIDEO SUMIHARA, matrícula nº 06.674-5, no cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens do § 2º, do artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 2º, da Medida Provisória nº 892, de 16 de fevereiro de 1995 e incluir as vantagens do artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 6.732, de 04/12/79, combinado com o artigo 8º da Lei nº 8.911, de 11/07/94, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 134.000.094/95.

REVER os proventos da aposentadoria de OSVALDO XAVIER DA SILVA, matrícula nº 02.226-8, no cargo de Analista de Orçamento, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 07/12/90, publicada no DODF nº 239(suplemento), de 10/12/90, para considerá-lo com base no artigo 190 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, a contar de 09/12/99. Processo nº 030.008.265/99.

1-TORNAR SEM EFEITO a Portaria de 08/01/93, publicada no DODF nº 007(suplemento), de 11/01/93, que reviu os proventos da aposentadoria de ODILON RAMOS MARIANI, matrícula nº 15.873-9, no cargo de Motorista Oficial, Código TP-601.S, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

2-TORNAR SEM EFEITO a Portaria de 14/04/93, publicada no DODF nº 75, de 15/04/93, que retificou a Portaria de 08/01/93, publicada no DODF nº 007, de 11/01/93, referente a aposentadoria de ODILON RAMOS MARIANI, matrícula nº 15.873-9, no cargo de Motorista Oficial, Código TP-601.S, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.003.651/89.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governado, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, e incisos VII, XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
RETIFICAR, na Portaria coletiva de 29/12/94, publicada no DODF nº 251, de 30/12/94, o ato que concedeu aposentadoria a MARINA B ALMEIDA, matrícula nº 28.570-6, no cargo de Auditor Tributário, 4ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens da Função de Chefe da Divisão de Contabilidade, símbolo EC-03 da Codeplan, de acordo com o artigo 193, da Lei nº 8.112/90, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.003.776/94.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 17/02/95, publicada no DODF nº 37, de 20/02/95, o ato que reviu os proventos da aposentadoria de JOSÉ GERALDO OSÓRIO, matrícula nº 02.128-8, no cargo de Auditor Tributário, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "para incluir em sua fundamentação legal as vantagens do artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11/12/90", LEIA-SE: "para incluir em sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.001.209/94.

1-TORNAR SEM EFEITO, a Portaria de 17/07/92, publicada no DODF nº 146, de 22/07/92, o ato que concedeu aposentadoria a VICENTE PEREIRA LIMA, matrícula nº 16.885-8, no cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2-CONCEDER aposentadoria a VICENTE PEREIRA LIMA, matrícula nº 16.885-8, no cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a", e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112, de 11/12/90, combinados com o artigo 40, inciso III, alínea "a" e parágrafo 4º da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com as vantagens previstas no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 6.732, de 04/12/79, alterada pelos Decretos-lei nºs 1.746, de 27/12/79, e 2.153, de 24/07/84, e pela Lei nº 62, de 12/12/89. Processo nº 030.007.556/92.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 25/04/95, publicada no DODF nº 81, de 27/04/95, o ato que reviu os proventos da aposentadoria de JOÃO AIRES PIMENTA, matrícula nº 10.318-7, no cargo de Fiscal de Obras, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo na 1ª Classe, Padrão II, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.007.207/94.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 22/10/96, publicada no DODF nº 206, de 23/10/96, o ato que concedeu aposentadoria a TEREZINHA ANDRADE SILVA, matrícula nº 21.545-7, no cargo de Analista de Finanças e Controle, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "Acrescidos da vantagens dos artigos 1º, 6º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996", LEIA-SE: "Acrescidos das vantagens dos artigo 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.013.525/96.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 19/07/96, publicada no DODF nº 140, de 22/07/96, o ato que concedeu aposentadoria a RUTE DOS SANTOS RIBEIRO, matrícula nº 13.330-2, no cargo de Técnico de Finanças e Controle, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens do § 2º, do artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 7º da Lei nº 1.004, de 09/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.006.577/96.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 25/03/98, publicado no DODF nº 58, de 26/03/98, o ato que concedeu aposentadoria a MARIA DE NAZARÉ LESSA PARENTE SOARES, matrícula nº 28.597-8, no cargo de Auditor Tributário, 4ª Classe, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, mantidas pelo artigo 4º, da Lei nº 1.141, de 10/07/96", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96, e artigo 4º, parágrafo único da Lei nº 1.864/98", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.002.417/98.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 27/12/94, publicada no DODF nº 249, de 28/12/94, o ato que concedeu aposentadoria a JOSÉ BANDEIRA DA ROCHA NETO, matrícula nº 28.803-9, no cargo de Subprocurador Geral, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens do artigo 62, Parágrafo 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 020.000.040/94.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 21/11/97, publicado no DODF nº 226, de 24/11/97, o ato que concedeu aposentadoria a HERMES DIAS DOS SANTOS, matrícula nº 28.937-X, no cargo de Analista de Orçamento, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "acrescidos das vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.012.925/97.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 05/12/97, publicado no DODF nº 236, de 08/12/97, o ato que concedeu aposentadoria a JOSÉ ALEIXO DE OLIVEIRA FILHO, matrícula nº 34.609-8, no cargo de Analista de Orçamento, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "acrescidos das vantagens dos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96", LEIA-SE: "Acrescidos da vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.013.331/97.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 07/03/96, publicada no DODF nº 47, de 08/03/96, o ato que concedeu aposentadoria a ORANDO ABRAHÃO VENEROSO, matrícula nº 00.894-X, no cargo de Técnico de Finanças e Controle, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens do § 2º, do artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 7º da Lei nº 1.004, de 09/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.000.863/96.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 28/04/98, publicado no DODF nº 79, de 29/04/98, o ato que concedeu aposentadoria a CELESTINO RUCHINSKI, matrícula nº 38.871-8, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o artigo 4º, parágrafo único da Lei nº 1.864/98, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.013.472/97.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 22/07/97, publicado no DODF nº 139, de 23/07/97, o ato que concedeu aposentadoria a ACHILLES DE SANTANA, matrícula nº 33.681-5, no cargo de Analista de Orçamento, 3ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão II, bem como ONDE SE LÊ: "acrescidos das vantagens dos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96", LEIA-SE: "Acrescidos da vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.005.504/97.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 21/11/97, publicado no DODF nº 226, de 24/11/97, o ato que concedeu aposentadoria a VALDEMAR ALVES DE MIRANDA, matrícula nº 22.543-6, no cargo de Analista de Orçamento, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96", LEIA-SE: "Acrescidos da vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 142.000.921/97.

ANULAR, na Portaria coletiva de 20/02/95, publicada no DODF nº 38, de 21/02/95, o ato que tornou sem efeito na Portaria de 18/12/92, publicada no DODF nº 258, de 21/12/92, referente a aposentadoria de JOAQUIM OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 02.651-4, no cargo de Fiscal de Concessões e Permissões, 3ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.014.062/92.
RETIFICAR na Portaria coletiva de 15/08/94, publicada no DODF nº 159, de 1608/94, o ato que concedeu aposentadoria a ROSALINA MIRANDA DA SILVA, matrícula nº 04.352-4, no cargo de Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o artigo 8º da Lei nº 8.911, de 11/07/94, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.007.721/94.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 25/04/95, publicada no DODF nº 80, de 26/04/95, o ato que reviu os proventos da aposentadoria de NILZA BARBOSA DE ARAÚJO, matrícula nº 08.619-3, no cargo de Professor Nível-03, Classe Única, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar seus efeitos retroativos a contar de 01/11/92, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.011.090/88.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 06/01/95, publicada no DODF nº 07, de 09/01/95, o ato que concedeu aposentadoria a GERALDO MEDEIROS DOS SANTOS, matrícula nº 12.434-6, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no cargo de Assistente de Apoio às Atividades Jurídicas, e ONDE SE LÊ: "com as vantagens do artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no

artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 020.001.076/94.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 05/12/97, publicado no DODF nº 236, de 08/12/97, o ato que concedeu aposentadoria a MARIA EDNA MONTEIRO, matrícula nº 19.507-3, no cargo de Analista de Apoio às Atividades Jurídicas, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens previstas nos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 020.001.417/97.

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 23/09/97, publicado no DODF nº 184, de 24/09/97, o ato que concedeu aposentadoria a TEREZINHA BATISTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 30.902-8, no cargo de Técnico de Finanças e Controle, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "acrescidos das vantagens dos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 194.000.813/97

RETIFICAR, no Decreto coletivo de 26/09/97, publicado no DODF nº 187, de 29/09/97, o ato que concedeu aposentadoria a ANIBAL SALES BASTOS, matrícula nº 46.315-9, no cargo de Auditor Tributário, 4ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "acrescidos das vantagens dos artigos 1º e 7º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 1º, da Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 040.011.675/97.

1-REVER, os proventos da aposentadoria de MANOEL CAMBRAIA BERNARDES, matrícula nº 05.211-6, no cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-30, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 14/01/86, publicada no DODF nº 10, de 15/01/86, para incluir em sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 6.732, de 04/12/79, alterada pelos Decretos-lei nºs 1.746, de 27/12/79, e 2.153, de 24/07/84, a contar de 30/01/86.
2-RETIFICAR, a Portaria de 26/02/93, publicada no DODF nº 44(suplemento), de 03/03/93, que reviu os proventos da aposentadoria de MANOEL CAMBRAIAS BERNARDES, matrícula nº 05.211-6, no cargo de Técnico de Orçamento, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 6.732, de 04/12/79, alterada pelos Decretos-lei nºs 1.746, de 27/12/79, e 2.153, de 24/07/84", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.012.052/86.

RETIFICAR, na Portaria coletiva de 30/01/95, publicada no DODF nº 23, de 31/01/95, o ato que concedeu aposentadoria a SAU FERREIRA SANTOS, matrícula nº 32.234-2, no cargo de Assistente Jurídicos Especial, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: "com as vantagens do artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", LEIA-SE: "com as vantagens previstas no artigo 62, parágrafo 2º da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 020.000.010/95.

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no exercício do cargo de Governador, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92 e incisos XXVI e XXVII, do artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ISMÂNIA DE OLIVEIRA AZEVEDO, viúva, e temporária a CARMEN LÚCIA DE OLIVEIRA AZEVEDO, filha do ex-servidor HENRIQUE DE AZEVEDO NETTO, matrícula nº 10.102-8, Analista de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 7º, da Lei n.º 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto n.º 17.182, de 06 de março de 1996, a contar de 02 de janeiro de 2000. Processo n.º 030.000.224/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a FRANCELINA HORTA RIBEIRO PAIVA, viúva do ex-servidor RUBENS PEDROSA PAIVA, matrícula nº 05.531-X, Analista de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 14 de janeiro de 2000. Processo n.º 060.000.134/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a JURACY PEREIRA DA SILVA, viúva do ex-servidor JOSÉ MARQUES DA SILVA, matrícula nº 60.304-X, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 184, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, a contar de 29 de novembro de 1999. Processo n.º 030.010.710/99.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a CONCEIÇÃO DE MARIA DA SILVA, companheira, e temporária a LEANDRO JOSÉ DA SILVA, enteado do ex-servidor LIDIO RODRIGUES BEZERRA SANTOS, matrícula nº 60.874-2, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, a contar de 08 de janeiro de 2000. Processo n.º 094.000.030/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "b", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a WILLIAM COELHO BORGES, menor sob guarda do ex-servidor IZAÚ BENÍCIO COÊLHO, matrícula nº 15.241-2, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 03 de janeiro de 2000. Processo n.º 030.000.176/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a CLEVERSON RIBEIRO CARDOSO, filho do ex-servidor ANTONIO PEREIRA CARDOSO, matrícula nº 64.067-0, Técnico de Atividades Rodoviárias, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, a contar de 26 de junho de 1999. Processo n.º 030.005.487/99.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ROSIMEIRY BRITO PEREIRA, companheira do ex-servidor FERNANDO ARTHUR BAPTISTA DE CARVALHO, matrícula nº 05.804-1, Analista de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 22 de dezembro de 1999. Processo n.º 060.002.997/99.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a IOLANDA FERREIRA DE MORAIS, viúva, e temporária a WALDEMIR FERREIRA DE MORAIS, CLÁUDIO ALEXANDRE DE MORAIS, CRISTIANO RODRIGUES DE MORAIS, CATIANE RODRIGUES DE MORAIS, CÍNTIA RODRIGUES DE MORAIS E CRISTIANA RODRIGUES DE MORAIS e CARLOS ANTONIO RODRIGUES DE MORAIS, filhos do ex-servidor MANOEL RODRIGUES DE MORAIS, matrícula nº 10.017-X, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 10 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 09, de 12 de janeiro de 1990, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.013.911/89.

1-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 07 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 233, de 08 de dezembro de 1999, o ato que retificou a pensão vitalícia de TEREZINHA DA SILVA PEREIRA, viúva, e temporária de ELAINE CRISTINA PEREIRA, filha do ex-servidor JOSÉ ABEL PEREIRA, matrícula nº 12.941-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2-RETIFICAR a Portaria de 20 de setembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 189(Suplemento), de 25 de setembro de 1991, que concedeu pensão vitalícia a TEREZINHA DA SILVA PEREIRA, viúva, e temporária a ELAINE CRISTINA PEREIRA filha do ex-servidor JOSÉ ABEL PEREIRA, matrícula nº 12.941-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.010.967/91.

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 15 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 242, de 18 de dezembro de 1995, o ato que concedeu pensão temporária a NICOLE GONÇALVES, filha da ex-servidora REGILENE MARIA GONÇALVES, matrícula n.º 03.517-3, Professor, Nível 03-40 horas, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens do artigo 184, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei n.º 6.701, de 24 de outubro de 1979, e incluir a Classe Única do cargo de Professor, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 082.026.652/95.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 28 de abril de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 79, de 29 de abril de 1998, o ato que concedeu pensão vitalícia a MANOEL NASCIMENTO PINTO, viúvo da ex-servidora STELLA MARIA DE CORDOVA PINTO, matrícula n.º 03.573-4, Professora, Nível 03, 40 horas, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens do artigo 2º, § 1º da Lei n.º 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei n.ºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979 e 2.153, de 24 de julho de 1984, e incluir a Classe Única do cargo de Professor, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.010.357/97

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 12 de julho de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 134, de 13 de julho de 1995, o ato que concedeu pensão vitalícia a MARIA TEREZINHA TIAGO, viúva do ex-servidor CARIVALDO PEREIRA DA SILVA, matrícula n.º 01.513-X, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: viúva; LEIA-SE: companheira, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.005.187/95.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 15 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 42, de 01 de março de 1993, que concedeu pensão vitalícia a FRANCISCA DIONISIA DE JESUS RIBEIRO, viúva e, temporária a ANTONIO CARLOS NAZÁRIO RIBEIRO JÚNIOR, JULIO CÉSAR DE JESUS RIBEIRO e ANA CLÁUDIA DE JESUS RIBEIRO, filhos do ex-servidor ANTONIO CARLOS NAZÁRIO RIBEIRO, matrícula n.º 06.303-7, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir o artigo 217, item I, alínea "a", item II, alínea "a" e 224, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo diploma legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 050.000.136/93.

1-RETIFICAR a Portaria de 17 de fevereiro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 36(Suplemento), de 20 de fevereiro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a MARIA IRIS DE CARVALHO, viúva, e temporária a IRATAN CARVALHO CAVALCANTE DE MELO e JACIARA CARVALHO CAVALCANTE DE MELO, filhos do ex-servidor NATALINO CAVALCANTE DE MELO, matrícula nº 03.421-5, Professor Nível 03, Classe Única, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 5º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", e Parágrafo Único, da Lei n.º 3.373, de 12 de março de 1958, e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerar os efeitos a contar de 16 de fevereiro de 1991, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 24 de março de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 57, de 25 de março de 1998, o ato que excluiu MARIA IRIS DE CARVALHO, viúva do ex-servidor NATALINO CAVALCANTE DE MELO, matrícula nº 03.421-5, Professor Nível 03, Classe Única, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, como beneficiária da pensão vitalícia
3-REVER a pensão vitalícia a MARIA IRIS DE CARVALHO, viúva, e temporária a IRATAN CARVALHO CAVALCANTE DE MELO e JACIARA CARVALHO CAVALCANTE DE MELO, filhos do ex-servidor NATALINO CAVALCANTE DE MELO, matrícula nº 03.421-5, Professor Nível 03, Classe Única, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada pela Portaria de 17 de fevereiro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 36(Suplemento), de 20 de fevereiro de 1992, para excluir o artigo 5º, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 3.373, de 12 de março de 1958, bem como a beneficiária da pensão vitalícia, MARIA IRIS DE CARVALHO, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 219 e 220, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 21 de dezembro de 1995. Processo n.º 030.001.867/91.

RETIFICAR a Portaria de 22 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 103, de 25 de maio de 1992, que concedeu pensão vitalícia a ISAURA JOSÉ DO NASCIMENTO PAULA, viúva do ex-servidor ANTONIO FERREIRA PAULA, matrícula n.º 15.702-3, Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na 2ª Classe, Padrão IV, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.004.072/92
1-RETIFICAR a Portaria de 11 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 92(Suplemento), de 11 de maio de 1992, que concedeu pensão especial temporária a FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA, MARIA ELISANA OLIVEIRA DA SILVA, MARIA ELIZA OLIVEIRA DA SILVA, MARIA ELOIZA OLIVEIRA DA SILVA e MARIA ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA, filhos do ex-servidor GONÇALO GOMES DA SILVA, matrícula n.º 02.569-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir GONÇALO JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA, filho do ex-servidor como beneficiário da pensão temporária, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-REVER a pensão especial temporária concedida a FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA, MARIA ELISANA OLIVEIRA DA SILVA, MARIA ELIZA OLIVEIRA DA SILVA, MARIA ELOIZA OLIVEIRA DA SILVA e MARIA ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA e GONÇALO JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA filhos do ex-servidor GONÇALO GOMES DA SILVA, matrícula n.º 02.569-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada pela Portaria de 11 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 92(Suplemento), de 11 de maio de 1992, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei n.º 8.112, de

11 de dezembro de 1990, e no § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.002.646/92.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 30 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 250, de 31 de dezembro de 1999, o ato que concedeu pensão vitalícia a ROSA AMELIA PEREIRA DOS SANTOS, companheira, e temporária a ELIZABETE PEREIRA DA SILVA, BRUNA PEREIRA DA SILVA E BARBARA DA SILVA RODRIGUES, filhas do ex-servidor WILSON RODRIGUES DA SILVA, matrícula n.º 64.367-X, Auxiliar de Atividades Rodoviárias, 3ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: Quadro de Pessoal do Distrito Federal; LEIA-SE: Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 113.036.953/99

1-RETIFICAR a Portaria de 06 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 139 (Suplemento), de 10 de julho de 1992, que concedeu pensão vitalícia a ANA MARIA ALMEIDA FALCÃO, viúva, e temporária a WALDIRENE APARECIDA DOS SANTOS, CARLOS EDUARDO DOS SANTOS, VALÉRIA APARECIDA ALMEIDA FALCÃO, BALDUINO ALMEIDA FALCÃO e JOSÉ FRANCISCO FALCÃO DOS SANTOS, filhos do ex-servidor JOSÉ BISPO DOS SANTOS, matrícula nº 00.483-9-X, Auxiliar Operacional de Serviço Diversos, Código NM-806.A, referência NM-01, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir VALÉRIA APARECIDA ALMEIDA FALCÃO e BALDUINO ALMEIDA FALCÃO filhos do ex-servidor, como beneficiários da pensão temporária, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-REVER a pensão especial vitalícia concedida a ANA MARIA ALMEIDA FALCÃO, viúva, e temporária a WALDIRENE APARECIDA DOS SANTOS, CARLOS EDUARDO DOS SANTOS, e JOSÉ FRANCISCO FALCÃO DOS SANTOS, filhos do ex-servidor JOSÉ BISPO DOS SANTOS, matrícula nº 00.483-9-X, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 06 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 139 (Suplemento), de 10 de julho de 1992, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.006.214/92

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 31 de maio de 1996, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 106, de 03 de junho de 1996, o ato que reviu a Portaria Coletiva de 12 de julho de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 134, de 13 de julho de 1995, que incluiu ROSANGELA DOS SANTOS, companheira do ex-servidor JOÃO NUNES, matrícula nº 00.753-6, Técnico de Orçamento, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o artigo 219, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar 08 de fevereiro de 1996, ficando ratificados os demais termos da revisão. Processo n.º 040.011.002/95.

REVER a pensão temporária concedida a SIMONE GOMES ALVARENGA, PEDRO VERÍSSIMO GOMES ALVARENGA e ÍTALO MATHEUS GOMES ALVARENGA, filhos do ex-servidor SIMÃO PEDRO DO NASCIMENTO ALVARENGA, matrícula nº 60.571-9, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, efetivada através do Decreto Coletivo de 16 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 93, de 19 de maio de 1991, para incluir nos termos do artigo 217, item I, alínea "c", da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, FRANCISCA GOMES DE OLIVEIRA, companheira do ex-servidor, como beneficiária da pensão vitalícia, a contar de 07 de fevereiro de 2000, conforme Parágrafo Único do artigo 219, do mesmo dispositivo legal. Processo n.º 094.000.280/97.

1-RETIFICAR a Portaria de 23 de julho de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 149, de 26 de julho de 1993, que reviu a Portaria de 16 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 13, de 18 de janeiro de 1990, e retificada pela Portaria de 12 de março de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 50, de 14 de março de 1990, que concedeu pensão vitalícia a ADELAIDE DOURADO DA SILVA, viúva, e temporária a LAURA HOLANDA JABER, ALEXANDRA HOLANDA JABER, RENATO HOLANDA JABER e ROSÁLIA HOLANDA JABER, filhos do ex-servidor WADIH NASSIF JABER, matrícula nº 05.597-2, no cargo de Analista de Finanças e Controle, Classe "B", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir a data de 14 de agosto de 1989, e considerar a data da concessão inicial de 04 de dezembro de 1989, ficando ratificados os demais termos da revisão.
2-REVER a pensão especial vitalícia concedida a ADELAIDE DOURADO DA SILVA, viúva, e temporária a LAURA HOLANDA JABER, ALEXANDRA HOLANDA JABER, RENATO HOLANDA JABER e ROSÁLIA HOLANDA JABER, filhos do ex-servidor WADIH NASSIF JABER, matrícula nº 05.597-2, no cargo de Analista de Finanças e Controle, 2ª Classe, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da a Portaria de 23 de julho de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 149, de 26 de julho de 1993, que reviu a Portaria de 16 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 13, de 18 de janeiro de 1990, e retificada pela Portaria de 12 de março de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 50, de 14 de março de 1990, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.Processo n.º 030.015.987/89.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 06 de agosto de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 150, de 07 de agosto de 1997, o ato que concedeu pensão vitalícia a ERÇA LOCATELLI ROSA, viúva do ex-servidor JOSÉ VIDEIRO ROSA, matrícula n.º 04.099-1, Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na Classe Especial, Padrão III, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.003.701/97

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 11 de janeiro de 2000, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 08, de 12 de janeiro de 2000, o ato que reviu a pensão especial vitalícia concedida a MARIA LÚCIA MONTEIRO BASTOS, viúva, e temporária a PATRÍCIA MONTEIRO BASTOS e MÔNICA MONTEIRO BASTOS, filhas do ex-servidor ANTONIO RANGEL BASTOS, matrícula nº 08.451-4, Auditor Tributário, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no cargo de Auditor Tributário, 1ª Classe, Padrão III, ficando ratificados os demais termos da revisão. Processo n.º 030.012.969/90

RETIFICAR a Portaria de 03 de setembro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177(Suplemento), de 09 de setembro de 1991, que concedeu pensão especial vitalícia a LEONIDAS LEITE MAROCLO, viúva, e temporária a ELENILDA LEITE MAROCLO, filha do ex-servidor GILBERTO MIRANDA MAROCLO, matrícula nº 12.431-1, Técnico de Administração Púbica, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.010.175/91.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA DE SOUZA PERES, viúva, e temporária a LILIAN DE SOUZA PERES, filha do ex-servidor JOSÉ PERES FRAUZINO, matrícula nº 11.164-3, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da a Portaria de 14 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 160(Suplemento), de 16 de agosto de 1991, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.007.240/91.

RETIFICAR a Portaria de 10 de outubro de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 204, de 16 de outubro de 1991, que concedeu pensão especial temporária a LUANA CORIOLANO PEREIRA, EDUARDO CORIOLANO PEREIRA e JOSÉ HENRIQUE CORIOLINO, filhos da ex-servidora CÍCERA MIGUEL PEREIRA, matrícula n.º 30.304-6, no Cargo de Chefe do Serviço de Administração do Gama, Símbolo DF-10, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.008.911/91.

RETIFICAR a Portaria de 29 de abril de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 86(Suplemento), de 30 de abril de 1992, que concedeu pensão vitalícia a MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA, companheira do ex-servidor BASILIO RODRIGUES DE SOUZA, matrícula nº 14.651-X, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 5º, § 3º, da Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962, e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerar os efeitos a contar de 21 de setembro de 1991, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.002.031/92.

RETIFICAR a Portaria de 30 de outubro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 224, de 04 de novembro de 1992, e no Decreto Coletivo de 31 de julho de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 146, de 01 de agosto de 1997, os atos referente a pensão vitalícia de MARIA SILVA, genitora do ex-servidor ABILIO JOSÉ NETO, matrícula n.º 14.849-0, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na 2ª Classe, Padrão IV, ficando ratificados os demais termos. Processo n.º 030.010.115/92.

RETIFICAR a Instrução de 12 de abril de 1999, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 72, de 15 de abril de 1999, que concedeu pensão temporária a EVANDRO DE MIRANDA GOUVEIRA, filho da ex-servidora MARIA JULIA DE MIRANDA GOUVEIA, matrícula n.º 01.132-0, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na 1ª Classe, Padrão II, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 081.000.461/99.

REVER a pensão vitalícia concedida a MARIA DE FÁTIMA DE CASTRO, separada judicialmente com percepção de pensão alimentícia e, temporária a SUELI RODRIGUES FERREIRA PAULO ROBERTO RODRIGUES FERREIRA e ANA PAULA RODRIGUES FERREIRA, filhos do ex-servidor MANOEL ALEMAR FERREIRA, matrícula nº 20.488-9, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto Coletivo de 15 de abril de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 71, de 16 de abril de 1998, para incluir como beneficiária de pensão vitalícia SEBASTIANA RODRIGUES DE LIMA, companheira, nos termos dos artigos 215, 217, inciso I, alínea "c" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 03 de janeiro de 2000. Processo n.º 052.000.397/98.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 02 de setembro de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 169, de 03 de setembro de 1997, o ato que reviu a pensão vitalícia de MARIA ROSA DA SILVA, viúva, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor SINOBILINO VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 12.650-0, Auxiliar de Artífice, Classe Auxiliar de Artífice, Código ART-506, referência NM-01, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, ficando ratificados os demais termos da revisão. Processo n.º 030.007.390/91.

REVER a pensão especial temporária concedida a MARIA DA GLORIA MOTTA, filha do ex-servidor THEOPHILO FERREIRA DA MOTTA, matrícula nº 11.283-6, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada pela Portaria de 20 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 170(Suplemento), de 21 de agosto de 1992, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos 215 e 248 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e incluir o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.009.049/92.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a WÊNYA KARLA ROSA GOULART, companheira do ex-servidor ABELARDO BARRETO JUNIOR, matrícula nº 40.166-8, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 7º, da Lei n.º 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto n.º 17.182, de 06 de março de 1996, a contar de 25 de agosto de 1997. Processo n.º 030.010.420/1999

RETIFICAR a Portaria de 17 de maio de 1991, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 95, de 20 de maio de 1991, que concedeu pensão especial vitalícia a ELISA AUGUSTO BRANDÃO, viúva, e temporária a MARIA AUGUSTO DE SOUSA, filha do ex-servidor VICENTE PAULINO DE SOUSA, matrícula nº 17.576-6, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, e ainda, considerar o ex-servidor no Padrão V, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.004.767/91.

RETIFICAR a Portaria de 03 de janeiro de 1994, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 21, de 31 de janeiro de 1994, que concedeu pensão especial vitalícia a SEBASTIANA RODRIGUES DA SILVA, viúva, e temporária a MARLY RODRIGUES DA SILVA e MADALENA RODRIGUES DA SILVA, filhas do ex-servidor DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 15.333-8, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.010.396/93.

RETIFICAR a Portaria de 26 de fevereiro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 42, de 28 de fevereiro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a MARIA OLIVEIRA SARAIVA, viúva, e temporária a EURICO JORGE OLIVIERA SARAIVA, filho do ex-servidor EURICO SANTIAGO SARAIVA, matrícula nº 09.452-8, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 5º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 3.373, de 12 de março de 1958, e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 28 de setembro de 1991, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.000.866/92.

REVER a pensão vitalícia concedida a JUREMA RIBEIRO BAPTISTA, viúva, e temporária a REGINA CÉLIA RIBEIRO BATISTA e EDNA ANGÉLICA RIBEIRO BATISTA, filhas do ex-servidor JOÃO BAPTISTA, matrícula nº 01.321-8, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada pela Portaria de 12 de abril de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 71, de 16 de abril de 1990, para considerar na sua fundamentação legal nos termos dos 215 e 248 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e incluir o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.005.025/90.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 07 de agosto de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 150, de 10 de agosto de 1998, o ato que concedeu pensão vitalícia a KIKUYO NAKAZATO, viúva do ex-servidor TOSHIO NAKAZATO, matrícula n.º 16.328-7, Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 2º, § 1º, da Lei n.º 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei n.ºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e incluir o artigo 7º, da Lei n.º 1.004, de 09 de janeiro de 1996, e os artigos 4º, da Lei n.º 1.141, de 10 de julho de 1996 e 4º, Parágrafo Único, da Lei n.º 1.864, de 19 de janeiro de 1998, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 030.005.340/98-0)

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 14 de março de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 51, de 17 de março de 1997, o ato que concedeu pensão vitalícia a MARIA DE LOURDES CRUVINEL BRANDÃO, viúva do ex-servidor JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, matrícula n.º 16.591-3, Subprocurador Geral do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei n.º 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei n.ºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e incluir o artigo 7º, da Lei n.º 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto n.º 17.182, de 06 de março de 1996, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo n.º 020.000.086/97.

REVER *a pensão temporária concedida a* ELIÉZER RODRIGUES DE ARAÚJO e WESLEY DONATO SILVA PEREIRA, filhos do ex-servidor CARLOS JOSÉ PEREIRA, matrícula nº 09.169-3, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria Coletiva de 19 de setembro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 183, de 21 de setembro de 1995, e do Decreto Coletivo de 05 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236, de 08 de dezembro de 1997, para incluir nos termos do artigo 217, item I, alínea "c", da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ADENISIA GARCIA FERREIRA, companheira do ex-servidor, como beneficiária da pensão vitalícia, a contar de 05 de janeiro de 2000, conforme Parágrafo Único do artigo 219, do mesmo dispositivo legal. Processo n.º 030.009.019/97.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a TEREZINHA DE JESUS NUNES DA SILVA, viúva, e temporária a DAIANA DA CRUZ NUNES DA SILVA, filha do ex-servidor JOÃO FELIPE DA SILVA, matrícula nº 12.014-6, Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 30 de dezembro de 1999. Processo n.º 030.000.229/2000.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a ANDREIA DE OLIVEIRA CAVALCANTI, LUCIENE DE OLIVEIRA CAVALCANTI, MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAVALCANTI e CRISTIANO OLIVEIRA CAVALCANTI, filhos do ex-servidor MAURO SOARES CAVALCANTI, matrícula nº 10.864-2, Fiscal de Concessões e Permissões, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 192, item I, do mesmo dispositivo legal, a contar de 28 de agosto de 1999. Processo n.º 030.000.353/2000.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

DESPACHOS DO GOVERNADOR
Em 9 de março de 2000

PROCESSO: 052.000.175/00; **INTERESSADO:** Jurema Aparecida Pereira de Moraes; **ASSUNTO:** Afastamento do País - Dispensa de Ponto.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do País, com dispensa de ponto, da servidora **JUREMA APARECIDA PEREIRA DE MORAES**, matrícula n.º 48.126-2, Papiloscopista Policial, da Polícia Civil do Distrito Federal, a fim de participar do **I Simposio Iberoamericano de Criminalística y Criminología de Montevideo - Uruguay**, no período de 16 a 18 de fevereiro do ano corrente, em Montevidéu, Uruguai, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção dos vencimentos normais e demais vantagens fixas, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 097.000.119/2000; **INTERESSADO:** Cláudio César Corrêa de Faria e Tiago José Botelho, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. AUTORIZO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de Belo Horizonte - MG, no período de 19 a 21 março de 2000, dos empregados da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, **CLÁUDIO CÉSAR CORRÊA DE FARIA**, matrícula n.º 273-9, Chefe da Divisão de Manutenção de Via Permanente / Edificações, e **TIAGO JOSÉ BOTELHO**, matrícula n.º 813-3, Chefe da Divisão de Manutenção de Sistemas Fixos, a fim de participarem do **Curso de Gestão Estratégica da Manutenção**, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 150.000.183/2000; **INTERESSADO:** Jarbas Silva Marques e Outro; **ASSUNTO:** Autorização de despesa para participação em curso.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de Fortaleza - CE, dos servidores **JARBAS SILVA MARQUES**, Diretor do Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal, matrícula n.º 96.796-3, e **WILSON MENDES DE ANDRADE FILHO**, Assessor do Pólo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal, matrícula n.º 96.303-8, no período de 28/02/2000 a 03/03/2000, a fim de efetuar visita ao Pólo de Cinema e Vídeo do Ceará, com ônus referente a passagens aéreas e diárias.
2. Publique-se.

PROCESSO: 030.001.901/2000; **INTERESSADO:** Secretaria de Governo, **ASSUNTO** : Autorização de viagem a serviço

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de Belo Horizonte - MG, no dia 05 de janeiro de 2000, do Secretário de Governo do Distrito Federal, **BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ**, em viagem a serviço do Distrito Federal, com ônus referente a passagem aérea.
2. Publique-se.

PROCESSO: 030.000.354/99; **INTERESSADO:** Secretaria de Administração; **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento para participação em evento.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de Salvador - BA, dos servidores da Secretaria de Administração do Distrito Federal, **DALMO S. MEIRELES**, matrícula n.º 96.620-7, Coordenador de Modernização e Organização Administrativa e **HILDRIA DE SANTANA LIMA SIMPLÍCIO**, matrícula, 96.620-7, Assessora da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, no período de 10 a 12 de novembro de 1999, a fim de participarem do **Encontro Nacional de Atendimento ao Cidadão**, com ônus referente a passagens aéreas e diárias.
2. Publique-se.

PROCESSO: 097.000.097/2000; **INTERESSADO:** Cairo Ramos, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 21 a 22 de fevereiro de 2000, do Diretor Financeiro da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal, **CAIRO RAMOS**, em viagem de serviço, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 030.000.391/2000; **INTERESSADO:** Secretaria de Administração; **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento para participação em evento.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de Teresina - PI, do Secretário de Administração do Distrito Federal, **MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO**, no período de 20 a 21 de janeiro do corrente ano, a fim de participar do **XXXVII Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração**, com ônus referente a passagens aéreas e diárias.
2. Publique-se.

PROCESSO: 114.000.046/2000; **INTERESSADO:** Carlos Frederico Finholdt e Paulo Roberto Rodrigues de Amorim, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de São Paulo - SP, no período de 21 a 23 de fevereiro de 2000, dos servidores da Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal, **CARLOS FREDERICO FINHOLDT**, Engenheiro Eletricista, matrícula n.º 80.358-8 e **PAULO ROBERTO RODRIGUES DE AMORIM**, Técnico em Eletrônica, matrícula n.º 371-9, em viagem de serviço, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 114.000.028/2000; **INTERESSADO:** Ornel Costa de Azevedo, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 26 a 28 de janeiro de 2000, do servidor da Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal, **ORNEL COSTA**, matrícula n.º 80.377-4, Consultor, em viagem de serviço, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 050.000.065/00; **INTERESSADO:** José de Jesus Filho; **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento com destino à cidade de São Paulo - SP, no dia 01.02.2000, do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, **JOSÉ DE JESUS FILHO**, e dos servidores **Ten. QOPM MARCELO CASIMIRO VASCONCELOS RODRIGUES**, matrícula n.º 94.321-5 e **Cel. QOPM JAIR TEDESCHI**, matrícula n.º 94.176-X, a fim de participarem do **IV Seminário Brasileiro do Projeto Polícia e Sociedade Democrática**, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 191.000.857/99, **INTERESSADO:** Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento para participação em evento.

1. Em virtude do constante do presente processo, RATIFICO para 16 a 17 de março de 2000, o período de afastamento constante do despacho de 25 de janeiro de 2000, publicado no DODF n.º 18, de 26 de janeiro de 2000, que autorizou, nos termos do Decreto n.º 20.011, o deslocamento à cidade de Goiânia - GO, do Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, **ANTÔNIO LUIZ BARBOSA**, e da Superintendente do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, **MARILIA DE BARROS SANTOS**, a fim de participarem do **Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia**, com ônus referente a passagens e diárias.
2. Publique-se.

PROCESSO: 097.000.051/2000; **INTERESSADO:** Inácio Armando Teodoro Neves, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento para participar de evento.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de São Paulo - SP, no período de 26 a 28 de janeiro de 2000, do empregado da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ, **INÁCIO ARMANDO TEODORO NEVES**, matrícula n.º 268-2-9, Técnico em Eletrônica, a fim de participar da **6ª Reunião Ordinária da Subcomissão Técnica de Vagões e Componentes e da 7ª Subcomissão Técnica de Carros e Componentes do Setor Metro-Ferroviário**, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 114.000.052/2000; **INTERESSADO:** Marcelino Monteiro de Andrade e Valdeci Soares Lima, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade de São Paulo - SP, no período de 21 a 25 de fevereiro de 2000, dos empregados da Coodenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal, **MARCELINO MONTEIRO DE ANDRADE,** Engenheiro Eletricista, matrícula n.º 80.359-6 e **VALDECI SOARES LIMA,** Técnico em Eletrônica, matrícula n.º 304-2, em viagem de serviço, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

PROCESSO: 097.000.047/2000; **INTERESSADO:** Romir Gonçalves, **ASSUNTO:** Autorização de deslocamento em viagem de serviço.

1. HOMOLOGO, nos termos do Decreto n.º 20.011, de 20 de janeiro de 1999, o deslocamento à cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 26 a 28 de janeiro de 2000, do empregado da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ, **ROMIR GONÇALVES,** matrícula n.º 314-0, Chefe do Departamento de Recursos Humanos, em viagem de serviço, conforme consta do presente processo.
2. Publique-se.

Processo nº : 030.001.932/99 - Interessado: José Olinda da Silva – Assunto: Transposição de Cargo.

Nos termos do pronunciamento da Consultoria Jurídica deste Gabinete, indefiro o pedido formulado pelo interessado. Publique-se.

Processo nº : 050.000.924/99 - Interessado: Francisco de Souza Carvalho – Assunto: Revisão Processo Disciplinar nº 028/69 – CPD/SSP.

Nos termos do pronunciamento da Consultoria Jurídica deste Gabinete, não conheço do pedido de revisão apresentado pelo interessado. Publique-se.

REFERÊNCIA : Processo nº 050.000.152/99
ASSUNTO : Revisão de Enquadramento
INTERESSADO : ADEMAR BARREIRA E REIS

Nos termos do pronunciamento da Consultoria Jurídica deste Gabinete, indefiro o pedido do requerente.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
Em exercício

RETIFICAÇÃO

No Decreto , publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 30, de 11 de fevereiro de 2000, à página 82, que exonerou KÁTIA CILENE SOARES DE MACEDO, do Hospital Regional da Asa Norte:

ONDE SE LÊ: "...do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal."
LEIA-SE: " ...do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 14.01.2000."

No Decreto , publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 250, de 31 de dezembro de 1999, à página 34, que nomeou MARIA CRISTINA SCHIAVON DE SOUZA, matrícula 128.499-1:

ONDE SE LÊ: "...de Encarregada de Enfermagem em Ambulatório da Seção de Enfermagem do Hospital Regional da Asa Norte."
LEIA-SE: " ... de Encarregada de Enfermagem por Área de Internação da Seção de Enfermagem do Hospital Regional da Asa Norte."

No Decreto de 23 de fevereiro de 2000, publicado no DODF nº 39, de 24 de fevereiro de 2000, página 24, que exonerou **SANDRA REGINA GONÇALVES DE MENDONÇA**, matrícula nº 1257-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe da Seção de Registro e Licenciamento de Veículos, da Divisão Regional de Trânsito I, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal:

Onde se lê: Exonerar **SANDRA REGINA GONÇALVES DE MENDONÇA**, matrícula nº 1257-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe da Seção de Registro e Licenciamento de Veículos, da Divisão Regional de Trânsito I...,

Leia-se: Exonerar **SANDRA REGINA GONÇALVES DE MENDONÇA**, matrícula nº 1257-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Serviço de Atendimento às Entidades Públicas e Conveniadas, da Divisão de Controle de Veículos, da Diretoria de Controle de Veículos e de Condutores, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

No Decreto de 15 de fevereiro de 2000, publicado no DODF nº 33, de 16 de fevereiro de 2000, página nº 20, da Administração Regional de Brasília,

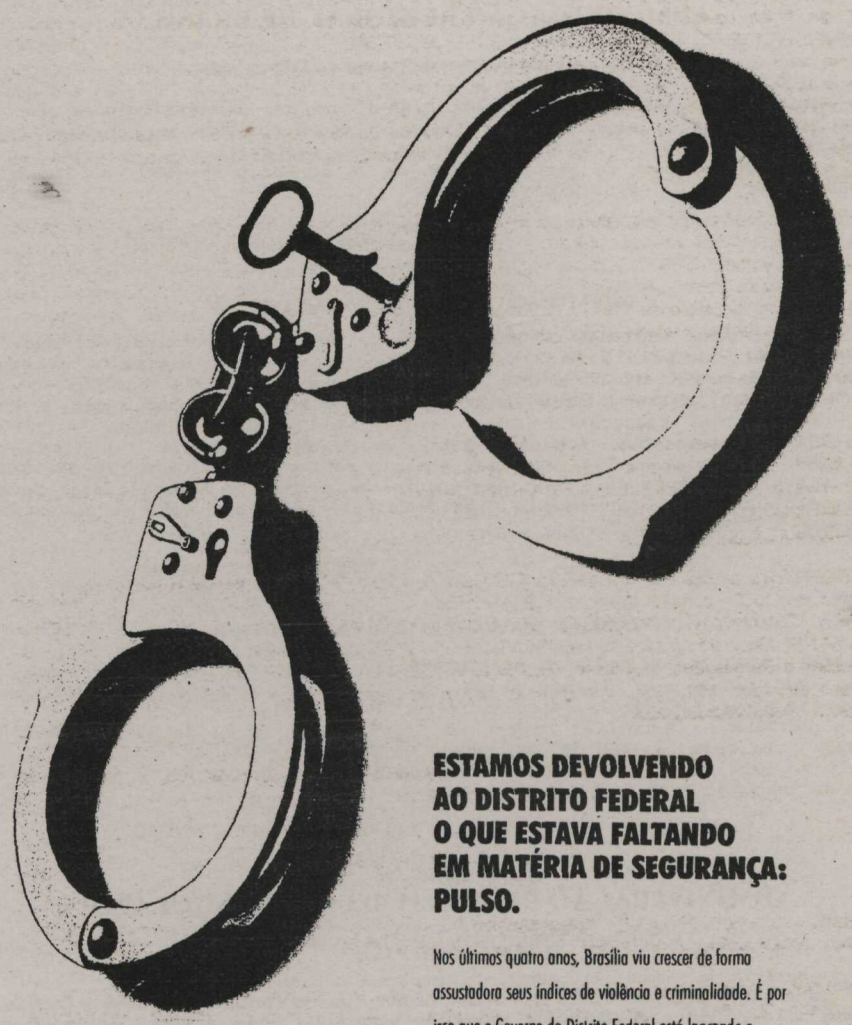
ONDE SE LÊ : NOMEAR MARIA SUELY FRAGA...

LEIA-SE : NOMEAR MARIA SUELI DA SILVA FRAGA...

No Decreto de 07 de outubro de 1999, publicado no DODF nº 195, de 08 de outubro de 1999, página nº 24, da Administração Regional de Brasília,

ONDE SE LÊ : EXONERAR LUCIENE CECÍLIA DE MACEDO...

LEIA-SE : EXONERAR, a partir de 27 de setembro de 1999, LUCIENE CECÍLIA DE MACEDO...



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocam e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeiros.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 24, DE 9 DE MARÇO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA/RA-I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo do Artigo 64, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
I - REVOGAR a Ordem de Serviço nº 68 de 06 de abril de 1999, publicada no DODF nº 66, de 07.04.99 à páginas 06.

EURÍPEDES LEÔNCIO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 25, DE 9 DE MARÇO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA/RA-I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item XXXIII, do artigo 64, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
I - DESIGNAR, os servidores PAULO ROBERTO FARIAS VIEIRA, matrícula 32.803-0, Técnico de Finanças e Controle, EMILTON MENDES BRANDÃO, matrícula 64.894-9, Assistente Administrativo (NOVACAP), ANACLIDES OLIVEIRA DE FARIAS, Matrícula 25.704, Auxiliar Administrativo III - ICS e IVO FELICIANO DA SILVA, matrícula 95.505-1, Assistente da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFA - 05, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão Permanente de Licitação.

EURÍPEDES LEÔNCIO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 26, DE 9 DE MARÇO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA/RA-I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo do Artigo 64, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
I - REVOGAR as seguintes Ordens de Serviço: OS nº 99 de 30 de abril de 1999, publicada no DODF nº 90, de 12.05.99 às fls 23, OS nº 123 de 31 de maio de 1999, publicada no DODF nº106 de 04.06.99 às fls 06, e OS nº 130 de 10 de junho de 1999, publicada no DODF de 11.06.99, às fls. 10.

EURÍPEDES LEÔNCIO CARNEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 16, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

A Administradora Regional Substituta da Candangolândia, no uso de suas atribuições regimentais resolve:
Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar de 01 de março de 2000, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, da Administração Regional da Candangolândia, referente à apuração das irregularidades constantes no Processo n.º 147.000.027/2000.

VERA LÚCIA E. DE FARIA LIRA
Substituta

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE MARÇO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIII, do artigo 53, do Regimento Interno da Administração Regional do Cruzeiro, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
Designar os servidores JOSÉ EUSTÁQUIO ALVES MOREIRA, matrícula nº 93.890-4, Assessor de Gabinete, JOSÉ MAURO LINHARES VITAL, matrícula nº 4060-6, Assessor de Planejamento, JOÃO SOARES JÚNIOR matrícula nº 22.720-X, Diretor da Divisão Regional de Elaboração, Aprovação e Elaboração de Projetos e JOSÉ BERNARDES DA SILVA, matrícula nº 95.776-3, Chefe do Serviço de Elaboração de Projetos, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de Sindicância para apuração dos fatos constantes dos Processos nºs 139.001.253/96 e 139.000.307/99.

Designar os servidores JOSÉ EUSTÁQUIO ALVES MOREIRA, matrícula nº 93.890-4, Assessor de Gabinete, JOSÉ MAURO LINHARES VITAL, matrícula nº 4060-6, Assessor de Planejamento, JOÃO SOARES JÚNIOR matrícula nº 22.720-X, Diretor da Divisão Regional de Elaboração, Aprovação e Elaboração de Projetos e JOSÉ BERNARDES DA SILVA, matrícula nº 95.776-3, Chefe do Serviço de Elaboração de Projetos, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de Sindicância para apuração dos fatos constantes do Processo nº 139.000.558/95.

FRANCISCO PIRES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 15, DE 2 DE MARÇO DE 2000

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto nos incisos V, XXX e XXXIII, do Artigo 53, do Decreto nº 16.247, de 29/12/94, referente ao Regimento Interno da Administração, combinado com o inciso III, do Art. 145 e Art. 146, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, resolve:

DESIGNAR os servidores AGNALDO ARAÚJO NEVES - mat. nº 94.898-5, Gerente de Planejamento, PETRONÍLIO TADEU TORES DE OLIVEIRA, mat. nº 96.174-4, Diretor da Divisão Regional de Agricultura, como membro; LUCIANA RODRIGUES DA ROCHA - mat. nº 94.339-8, Assistente da Divisão de Administração Geral, para sob a Presidência do Primeiro, comporem Comissão de Tomada de Contas Especial, para no prazo de 30 (trinta, a contar da publicação desta Ordem de Serviço, apurar os fatos constantes do Processo nº 131.000.691/99.

MARIA DO SOCORRO LUCENA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 38, DE 3 DE MARÇO DE 2000

A Administradora Regional do Núcleo Bandeirante, no uso das atribuições Regimentais que lhe confere o Artigo 53, do Decreto nº 16.247, de 29.12.94, combinado com o Artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23.12.93 e Artigo 1º, do Decreto nº 18.445, de 15.07.97, resolve:

Designar o servidor **CESAR OLIVEIRA MARTINS**, Inspetor de Obras, matrícula n.º 91.554-8, para substituir **MARCELLO SAYEGH**, Diretor da Divisão Regional de Obras, Símbolo DFG-12, da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, no período de 09.03.2000 à 07.04.2000, pôr motivo de férias do titular;

SANDRA CAVALHEIRO DE MIRANDA
Substituta

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 30, DE 2 DE MARÇO DE 2000

ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO / RA-XIV, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 144.000.079/2000, resolve:
DESIGNAR o Diretor Regional de Cultura, símbolo DFG-12, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar os serviços constantes da Nota de Empenho n.º 063/2000, referente a atender despesas com contratação de empresa especializada na realização de eventos carnavalescos compreendendo: palco, iluminação, sonorização, decoração e banda. Caberá ao executor a observância do artigo 13, inciso II, parágrafo 3º, inciso I a VII, do Decreto n.º 16.098, de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

JOSÉ CARVALHO PEREIRA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 31, DE 2 DE MARÇO DE 2000

ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO / RA-XIV, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 144.000.079/2000, resolve:
DESIGNAR o Diretor Regional de Cultura, símbolo DFG-12, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar os serviços constantes da Nota de Empenho n.º 064/2000, referente a atender despesa com contratação de empresa especializada na realização de eventos carnavalescos compreendendo: palco, iluminação, sonorização, decoração e banda. Caberá ao executor a observância do artigo 13, inciso II, parágrafo 3º, inciso I a VII, do Decreto n.º 16.098, de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

JOSÉ CARVALHO PEREIRA JÚNIOR

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDENS DE SERVIÇO DE 23 DE JANEIRO DE 2000

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o constante do Processo N.º 132.000.373/98 resolve: DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas, de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n.º 16.098 de 29 de novembro de 1994, e a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Artigo 73, parágrafo 2º, **ALLIED GONÇALVES TONIN**, Engenheiro, matrícula n.º 91.261-1, **ALEXANDRE DE FREITAS**, Engenheiro, matrícula n.º 95.306-7, e **CLAUDENOR DE BARROS LOPES** , matrícula n.º 91.385-5 para comporem Comissão incumbida do recebimento DEFINITIVO do Convite n.º 002/98 (Construção da Praça QSF 09, em Taguatinga – DF) celebrado entre a Administração Regional de Taguatinga RA-III e a Firma **GERIN CONSTRUTORA LTDA**. Publique-se e encaminhe-se a DAG para providências complementares.

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o constante do Processo N.º 132.002.458/98 resolve: DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas, de Execução Orçamentária. e Financeira, aprovadas pelo Decreto n.º 16.098 de 29 de novembro de 1994, e a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Artigo 73, parágrafo 2º, **ALEXANDRE DE FREITAS**, Engenheiro, matrícula n.º 95.306-7,**ANA BEATRIZ DE LIMA BERNARDES,** Engenheira, matrícula n.º 94.835-7, e **CLAUDENOR BARROS LOPES** ,Engenheiro, matrícula n.º 91.385-5 para comporem Comissão incumbida do recebimento DEFINITIVO do Convite n.º 045/98 (Serviço de extensão de reforma do Edifício Sede da RA-III, em Taguatinga – DF) celebrado entre a Administração Regional de Taguatinga RA-III e as Firmas **C&A REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA E ALTERNATIVA CONSTRUÇÕES LTDA**. Publique-se e encaminhe-se a DAG para providências complementares.

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o constante do Processo N.º 132.003.496/98 resolve: DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas, de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n.º 16.098 de 29 de novembro de 1994, e a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Artigo 73, parágrafo 2º,**RAIMUNDO NONATO BEZERRA FILHO**, Engenheiro, matrícula n.º 22.730-7, **ALDRIN SANTANA DE ANDRADE**, Engenheiro, matrícula n.º 92.114-9, e **REINALDO RODRIGUES** ,Engenheiro, matrícula n.º 65.540-6 para comporem Comissão incumbida do recebimento DEFINITIVO do Convite n.º 035/98 (Recuperação das Praças da QNG 18/31 e QNG 32/43 e Urbanização das EQS 08/23, 23/24 e 24/37, em Taguatinga – DF) celebrado entre a Administração Regional de Taguatinga RA-III e a Firma **ALTERNATIVA CONSTRUÇÕES LTDA**. Publique-se e encaminhe-se a DAG para providências complementares.

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o constante do Processo N.º 132.002.745/98 resolve: DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas, de Execução Orçamentária. e Financeira, aprovadas pelo Decreto n.º 16.098 de 29 de novembro de 1994, e a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Artigo 73, parágrafo 2º,**ANA BEATRIZ DE LIMA BERNARDES,** Engenheira, matrícula n.º 94.835-7, **ALLIED GONÇALVES TONIN,** Engenheiro, matrícula nº 91.261-1, e **REINALDO RODRIGUES**, Engenheiro, matrícula n.º 65.540-6 para comporem Comissão incumbida do recebimento DEFINITIVO do Convite n.º 047/98 (Reforma do Conjunto esportivo Ginásio Sereginho , em Taguatinga – DF) celebrado entre a Administração Regional de Taguatinga RA-III e as Firmas **GERIN CONSTRUTORA LTDA**. Publique-se e encaminhe-se a DAG para providências complementares.

VALDEMAR DA SILVA AGUIAR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 2 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 20.149, de 13 de abril de 1999, resolve:

1 – O Grupo de Trabalho constituído pela Portaria-SEA, de 27 de janeiro de 2000, publicada no DODF nº 20, de 28 de janeiro de 2000, passa a ser composto pelos seguintes servidores: LEANDRO TEIXEIRA, matrícula nº 40.152-8; DIONÍSIO SILVESTRE F. JÚNIOR, matrícula nº 8.402-6; NIRALDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 01.252-0; PAULO RENATO CORRÊA VIEIRA, matrícula nº 14.714-1; AÍRTON RIBEIRO DE SOUSA, matrícula nº 30.432-8; JORGE DORNELLIS FRANCISCO DE SOUSA, matrícula nº 05.680-4; CARLOS ALBERTO SOUSA SANTOS, matrícula nº 25.644-7; COSMO CARNEIRO NOBRE, matrícula nº 30.433-6; ELISÂNGELA DE LIMA RIBEIRO, matrícula nº 95.945-6; ELSON VILAS BOAS, matrícula nº 129.478-4; ERICHSON DIAS NORONHA, matrícula nº 28.476-9; FLÁVIA DOS SANTOS GALAS, matrícula nº 55.464-2; HÉLIDA GUIMARÃES DE SOUSA, matrícula nº 31.250-9; JOSUÉ MENDES DO AMARAL, matrícula nº 182-1; LUANA GONÇALVES LOPES, matrícula nº 133.033-1; LUIZ ANTÔNIO DOS REIS, matrícula nº 979-2; LUIZ OTÁVIO DE N. BRITO, matrícula nº 80.138-0; MARIA DAS GRAÇAS GOMES, matrícula nº 8.556-0; MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA, matrícula nº 96.787-4; MARIA CLOEMI DE OLIVEIRA FREITAS, matrícula nº 55.272-0; MARIA LÚCIA DE O FEITOSA, matrícula nº 64.433-1; NATAL REGINO, matrícula nº 93.153-5; NEIDE COSTA SILVA DE OLIVEIRA, matrícula nº 94.250-2; PAULO EDUARDO DA SILVA, matrícula nº 30.940-0; PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA, matrícula nº 31.081-6; SÉRGIO DE SOUSA MARQUES, matrícula nº 133.402-6; SÍLVIO DE MORAIS VIEIRA, matrícula nº 26.039-8; TÂNIA CAETANO DA SILVA, matrícula nº 94.095-X; TÂNIA PEREIRA ALVES MONTEIRO, matrícula nº 32.936-3; VALDECI PEREIRA DAMASCENO, matrícula nº 30.472-8; MAINÁ JACOB DOS ANJOS, matrícula nº 77.700-5.

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3 - Revogam-se as instruções em contrário.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

PORTARIA DE 9 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 20, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do artigo 15, Parágrafo Único, do Decreto Nº 14.648, de 23 de março de 1993, resolve:

- HOMOLOGAR o resultado final da avaliação do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores de que trata o artigo 4º, do Decreto Nº 14.648, de 23 de março de 1993.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
40.704-6	RUBENS DO AMARAL	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	19.02.1998	19.08.1999
46.988-2	RÔMULO ANDRADE DE OLIVEIRA	INSP.OBRAS	6,73 Excelente	20.02.1998	20.08.1999
91.199-2	MARIA DEL CONSUELO LEMOS	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	06.02.1998	06.08.1999
91.201-8	MARCONE MARTINS SOUTO	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	06.02.1998	06.08.1999
91.240-9	IRENE BAZACAS CORREA	ANA.ADM.PUB.	6,80Excelente	09.02.1998	09.02.1999
91.343-X	PAULA REGINA GOMES	ANA.ADM.PUB.	6,07 Excelente	13.02.1998	13.08.1999
91.379-0	ANA CARLA DE ANDRADE MATOS	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	16.02.1998	16.08.1999
91.420-7	TATIANA CELLIERT OGLIARI	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	18.02.1998	18.08.1999
91.424-X	IZABEL MIRANDA P. OLIVEIRA	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	18.02.1998	18.08.1999
91.427-4	MARIA MARTA SILVEIRA COELHO	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	18.02.1998	18.08.1999
91.443-6	MARA SOUTO MARQUEZ	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	19.02.1998	19.08.1999
91.467-3	JOSÉ RICARDO CUNHA FERREIRA	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	20.02.1998	20.08.1999
91.510-6	KELLY MARIA RESENDE BORGES	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	03.03.1998	03.09.1999
91.543-2	FERNANDO SAMPAIO BEZERRA	ANA.ADM.PUB.	6,33 Excelente	06.03.1998	06.09.1999
91.547-5	ANDRÉ MARTINS DE SOUZA	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	06.03.1998	06.09.1999
91.553-X	SELENA ZAMPRONA MORAIS	INSP.OBRAS	5,93 Excelente	02.03.1998	02.09.1999
91.567-X	SAVIO DE LIMA IVO	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	05.03.1998	05.09.1999
91.680-3	LUIZ ALBERTO QUEIROZ	FISC.OBRAS	6,33 Excelente	18.03.1998	18.09.1999
40.926-X	MÔNICA FERNANDES BURKARDT	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	18.02.1998	18.08.1999
92.022-3	MARIA SALETE ATAIDE BRAGA	AUX.ADM.PUB.	6,34 Excelente	18.05.1998	18.11.1999

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.329-4	CLÉRIA MARIA A. CALDERON	INSP.OBRAS	5,60 Excelente	12.02.1998	12.08.1999
91.640-4	IANE RUAS ALMEIDA	FISC.POSTURAS	5,38 Excelente	10.03.1998	10.09.1999
91.395-2	LUCIANA C. A. DE CARVALHO	ANA.ADM.PUB.	7,00 Excelente	17.03.1998	17.08.1999
91.428-2	MOSAILTON PEREIRA DE SOUSA	TÉC.ADM.PUB.	6,58 Excelente	25.02.1998	25.08.1999
45.000-6	PAULO ROBERTO M. BARBOSA	TÉC.ADM.PUB.	6,60 Excelente	24.02.1998	24.08.1999
91.389-8	SERGIO SOARES PEDREIRA	INSP.OBRAS	5,41 Excelente	18.02.1998	18.08.1999

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.688-9	JOSEBIAS TOD SANTOS	FISC.OBRAS	5,46 Excelente	18.03.1998	18.09.1999

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
45.128-2	MARCELLO SAYEGH	INSP.OBRAS	7,00 Excelente	13.05.1998	13.11.1999
91.497-5	JOSÉ R. ALVES PINTO	TÉC.ADM.PUB.	6,59 Excelente	04.03.1998	04.09.1999

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.242-5	WALQUÍRIA FORTUNATO FERREIRA	TÉC.ADM.PUB.	6,60 Excelente	10.02.1998	10.08.1999

SECRETARIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.503-3	VERA JANE REGIS PIRES	ANA.ADM.PUB.	6,46 Excelente	26.02.1998	26.08.1999
91.575-0	CASSEMIRO SILVA DE SOUZA	ANA.ADM.PUB.	6,86 Excelente	02.03.1998	02.09.1999

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.203-4	RUTH ALVES LIMA	TÉC.ADM.PUB.	7,00 Excelente	06.02.1998	06.08.1999
91.204-2	JOAO GONZAGA TEIXEIRA	TÉC.ADM.PUB.	6,46 Excelente	06.02.1998	06.08.1999
91.214-X	VALDIVINO RUBENS PINTO	TÉC.ADM.PUB.	6,46 Excelente	06.02.1998	06.08.1999
91.249-2	ROBERTA DIAS DE SOUZA	TÉC.ADM.PUB.	5,60 Excelente	09.02.1998	09.08.1999
91.254-9	AGNALDO ROGERIO A. SILVA	TÉC.ADM.PUB.	6,46 Excelente	10.02.1998	10.08.1999
91.265-4	AFONSO NERCI SILVERIO	TÉC.ADM.PUB.	6,46 Excelente	11.02.1998	11.08.1999
91.274-3	IVANILDO ALVES DE OLIVEIRA	TÉC.ADM.PUB.	6,59 Excelente	11.02.1998	11.08.1999
91.304-9	ANTONIO SOARES LEITE	TÉC.ADM.PUB.	6,46 Excelente	12.02.1998	12.08.1999
91.305-7	RODRIGO DOS S. PEREIRA	AUX.ADM.PUB.	6,87 Excelente	12.02.1998	12.08.1999
91.326-X	ROBERTO RIVA R. MESQUITA	FISC.POSTURAS	4,86 Bom	12.02.1998	12.08.1999
91.356-1	CARLOS RODRIGUES DE SOUZA	TÉC.ADM.PUB.	6,59 Excelente	16.02.1998	16.08.1999
91.362-6	JOSEFA ELIZETE ALVES BONFIN	FISC.POSTURAS	4,86 Bom	16.02.1998	16.08.1999
91.465-7	PAULO ROBERTO DA SILVA	TÉC.ADM.PUB.	7,00 Excelente	25.02.1998	25.08.1999

- RETIFICAR, na Portaria de 24 de novembro de 1999, publicada no DODF nº 225, de 25 de novembro de 1999, pág. 28, o ato de homologação do resultado final no Estágio Probatório da servidora LURDES BALBINA CATUNDA, da Administração Regional da Candangolândia, para que:

ONDE SE LÊ:

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.709-6	LURDES BALBINA CATUNDA	TÉC.ADM.PUB.	7,00 Excelente	18.02.1998	18.08.1999

LEIA-SE:

MAT.	NOME	CAT.	CONCEITO	DATA ING.	DATA HOM.
91.409-6	LURDES BALBINA CATUNDA	TÉC.ADM.PUB.	7,00 Excelente	18.02.1998	18.08.1999

- TORNAR SEM EFEITO, na Portaria publicada no DODF nº 190, de 01 de outubro de 1999, pág. 39, o ato de homologação do resultado final no Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, da Secretaria de Obras:

MAT.	NOME
91.244-X	ANTONIO FERREIRA SENA
91.340-5	JOSE JURACI SOARES BEZERRA
91.376-6	EDSON DE OLIVEIRA JUNIOR

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA Nº 54, DE 8 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no art. 1º, do Decreto n.º 15.623, de 05 de maio de 1994 e o art. 51, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

I - Designar como membros: MÁRIO SOUSA SILVA, matrícula n.º 96.768-8, LUIZ EDUARDO MELO matrícula n.º 32.311-X, ROSEMEIRE TAVARES LIMA, matrícula n.º 25.214-X e MARLY YOSHIDA CAVALCANTE, matrícula n.º 73.835-2/NOVACAP, para sob a presidência do primeiro e, secretariado pelo último titular, integrarem a Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, para procedimentos de aquisição de bens móveis para esta Secretaria, bem como, reforma, ampliação e adequação das agências de atendimento da Subsecretaria da Receita/SEF, (dentro do programa PROMOTEC).

II - O Presidente da Comissão de que trata o inciso anterior, será substituído pelo membro ROSEMEIRE TAVARES LIMA, matrícula n.º 25.214-X, nas suas faltas e impedimentos legais.

III - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

IV - Revogam-se as disposições em contrário e a Portaria N.º 047, de 23 de fevereiro de 2000.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 56, DE 9 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e o que consta do processo nº 040.003.684/1999 resolve:

CONCEDER, nos termos do artigo 75 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Adicional Noturno, no período de 01 a 31 de janeiro de 1999, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	HORAS TRABALHADAS	VALOR EM R$ RECEBIDO
35.119-9	ABENIL AIRES CAVALCANTE	24	32,44
26.914-X	ADÉLIO DA SILVA GAMA	56	95,02
35.051-6	ADRIANO AMARO DE OLIVEIRA	64	86,50
32.348-9	ALEXANDRE GONÇALVES FERREIRA	56	188,47
35.073-7	ANDRÉ MARTINS LIRA	56	75,69
32.327-6	ANTÔNIO DE JESUS MACHADO OLIVEIRA	40	172,35
32.377-2	ANTÔNIO JOAQUIM DE MORAES FILHO	24	81,96
35.389-2	ANTÔNIO PEREIRA FILHO	16	21,63
21.922-3	ANTÔNIO RIBEIRO DA SILVA	56	112,30
32.412-4	ANTÔNIO ROBERTO CORREA VINHOTE	24	94,43
95.057-2	BALTAZAR GONÇALVES BORGES	56	66,48
36.837-7	CARLA DE SOUZA GOUVEIA	40	130,92
35.256-X	CARLOS ALBERTO GOMES	56	75,69
34.730-2	CECÍLIO ELIAS DE ALMEIDA	56	78,50
32.407-8	CELSO JÚLIO DA SILVA	56	186,74
25.244-1	CELSO SIMÕES ALVES	08	84,21
32.363-2	CHERLY SILVA	56	186,74
30.232-5	CLAUDSON H DE AGUIAR FERNANDES	56	205,27
32.342-X	CLEONICE LOURENÇO	40	133,39
35.507-0	DELMIRO PEREIRA DA SILVA	56	75,57
39.075-5	DENER AUGUSTO DE SOUSA CARVALHO	56	72,65
32.352-7	DENISE PACHECO SANDIM	24	80,03
44.205-4	DIVINO AVELINO RODRIGUES	56	69,75
32,316-0	EDILENE B. AZEVEDO MENEZES	16	53,35
34.708-6	EDUARDO GOMES RODRIGUES	56	88,23
31.884-1	EDVANDO ELIAS DE SALES	56	90,08
35.226-8	ÉRICO DANTAS DE OLIVEIRA JÚNIOR	56	80,55
36.762-1	ÉSIO VIEIRA DE ARAÚJO	56	188,47
35.113-X	EURIPEDES DE ARAÚJO LEITE	56	75,69
33.167-8	EUSICO ANDRE DE OLIVEIRA	56	78,63
35.114-8	EVERALDO ELIAS DE SALES	56	76,06
39.796-2	EZEQUIAS PEREIRA BARROS	56	72,65
30.198-1	FÁTIMA APARECIDA DAS NEVES C. SILVA	56	193,66
33.646-7	FLORISBERTO FERNANDES DA SILVA	56	188,65
31.291-6	FRANCISCO ALVES DA SILVA	56	87,25
32.398-5	FRANCISCO DE ASSIS PIRES	56	186,74
32.309-8	FRANCISCO F MARTINS VIEIRA	08	30,01
31.189-8	FRANCISCO HERMANO DE SOUZA	16	24,93
35.311-6	FRANCISCO MARCOS FREIRE	56	75,69
30.525-1	FRANCISCO OSMAR DE HOLANDA SILVA	56	87,25
32.329-2	GABRIEL DE BRITO CAMPOS	56	217,04

33.674-2	GENER BORGES DE JESUS	24	81,94
36.763-X	GERALDO DE ALEMAR SANTANA	56	183,28
36.990-X	GERALDO SALES SANTOS	56	191,93
33.792-7	GUALBERTO DE S BARBOSA GOMES	48	158,58
36.832-6	HAROLDO BATISTA BORGES DA SILVEIRA	08	28,41
35.240-3	HELANIAS LACERDA RODRIGUES	56	75,69
35.097-4	HÉLIO ALVES DE OLIVEIRA	24	32,44
35.468-6	HERMENEGILDO CAMPOS	56	76,18
32.427-2	IRENE BORGES DA SILVA	56	186,74
33.628-9	IRON TELES ZORZIN	56	185,01
40.770-4	ITAMAR DE OLIVEIRA E SILVA	56	69,75
43.562-7	IVANILDO ROBERTO DA SILVA	56	68,58
39.973-6	JEFERSON GOMES NEVES DE JESUS	24	31,14
35.317-5	JEOVÁ JAMES PEREIRA DE OLIVEIRA	56	78,63
35.254-3	JOACI NASCIMENTO DA SILVA	16	21,63
32.382-9	JOÃO CARLOS REZENDE	40	133,39
32.339-X	JOÃO FELIPE BELLO	40	133,39
30.168-X	JOÃO MOREIRA DE CARVALHO	56	193,66
25.097-X	JOÃO SIMEÃO NETO	56	99,53
35.465-1	JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA	56	75,69
25.029-5	JOEL NEVES DE SOUSA	56	109,26
33.168-6	JOSÉ DE ARIMATÉIA CARNEIRO	56	94,59
23.890-2	JOSÉ EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA	56	99,91
34.414-1	JOSÉ SÉRGIO MATIAS	16	21,80
35.309-4	JOSUÉ DE SOUZA BRASILEIRO	56	75,93
32.367-5	JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA SILVA	48	167,26
32.399-3	KÉLIA FERNANDES SANTOS MOREIRA	32	106,71
33.696-3	KLÉBER ARAÚJO SANTANA	56	185,01
32.380-2	KLÉBER DUARTE DE MORAES	08	26,68
34.649-7	LEÔNCIO DE JESUS CREPALDI	56	75,69
34.579-2	LUÍS ALVIM LIMA	56	69,92
35.125-3	MAEDSON SANTANA JORDÃO	56	75,81
32.374-8	MARCELO DE SOUZA MONTEIRO	56	186,74
32.324-1	MÁRCIA PACHECO LABOISSIERE	16	54,77
31.205-3	MÁRCIO ANTONIO F. DAS CHAGAS	16	24,93
32.362-4	MARCO ANTÔNIO DE COSTA	56	186,74
36.757-5	MARCO ANTÔNIO FEITOSA MACHADO	56	183,28
32.386-1	MARCOS ALBERTO GONÇALVES BORGES	56	190,38
32.310-1	MARIA DAS DORES DE MIRANDA	56	186,74
32.394-2	MARIA DE F DUTRA VARGAS	08	34,66
36.827-x	MARIA DE FATIMA MIRANDA	56	197,99
30.538-3	MÁRIO JOSÉ MARQUES	48	74,79
23.145-2	MÁRIO ZAN MENDES BORGES	56	120,75
32.360-8	MARISTELA FREIRE SILVA FRANÇA	56	186,74
36.794-X	MAXIMIANO RODRIGUES LOUREIRO	48	157,10
25.196-8	MIGUEL VAUIRES CORREIA MOURA	16	33,97
33.165-1	MOIZÉS BERNARDO DA COSTA	56	81,06
32.390-X	NAURA LÚCIA VIEIRA	48	170,44
34.709-4	NILVAR FERREIRA MENDES	56	78,12
32.354-3	OTÁVIO RUFINO DOS SANTOS	24	80,03
32.358-6	PAULO BRUNO R. DE OLIVEIRA	56	186,74
30.177-9	RICARDO JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA	16	57,46
36.749-4	ROSEMARY CARVALHO SALES RAMIRES	16	52,37
35.257-8	SALOMÃO QUERUBINO DOS SANTOS	56	75,69
32.850-X	SANDRA MARIA DE BARROS	48	163,03
49.672-3	SEBASTIÃO BRUN FILHO	56	69,86
32.385-3	SEVERO BENÍCIO DOS SANTOS	56	186,74
35.050-8	SIDINEI TAVARES	56	75,93
32.436-1	SORAYA C.M. LEAL BERTIOLI	56	174,60
95.055-6	WALDEMAR GONÇALVES FILHO	56	141,29
22.738-2	WANDERLEY LUIZ GOMES	56	121,22
95.056-4	WILSON MACEDO	56	70,42
35.216-0	ZEFERINO BARBOSA DA SILVA	56	75,69

TOTAIS

Nº DE SERVIDORES	Nº DE HORAS	VALOR EM R$
105	4.784	11.196,09

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

BANCO DE BRASÍLIA

PORTARIA Nº 90, DE 1º DE MARÇO DE 2000

O Diretor-Presidente do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, e considerando a decisão tomada pela Diretoria Colegiada em sua 1771ª Reunião, de 01.03.2000, com base no expediente C.DIRAD/CPLIC Nº 2000/084, de 01.03.2000, resolve: I) Designar os empregados a seguir relacionados, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação do BRB no período de 13 de março a 31 de dezembro de 2000: **Membros Efetivos**: 1) LEVINA ALMEIDA VIEIRA FERREIRA - Presidente; 2) DAGOBERTO FARIA GOMES - Membro e 3) REGINA GONÇALVES LEITE VASCONCELOS - Membro; **Membros Suplentes:** 1) APARECIDA ROSALDA COSTA - Membro; 2) HUMBERTO EUSTÁQUIO MOREIRA SERAFIM - Membro e 3) BÁRBARA BRANDÃO BASTOS DE QUEIROZ - Membro; II) Determinar que o Presidente, nos seus impedimentos eventuais seja substituído por um dos membros efetivos.

TARCÍSIO FRANKLIM DE MOURA
Em exercício

UTILIDADE PÚBLICA

Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193	CAESB	195
Defesa Civil	314-8214	CEB	196
Polícia	190	Detran	1514
Procon	1512	Farmácia de Plantão	132

Alcoólicos Anônimos 226-0091

PRONTO SOCORRO 192

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 9 DE MARÇO DE 2000

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 12.740/90, artigo 2º, inciso IV, resolve:

Aposentar LENITA VALÉRIA DA SILVA, matrícula n.º 60.946-3, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, classe única, padrão XIX, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, inciso I e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I e § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil, alterado pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998. Processo nº 082.014659/99.

Conceder aposentadoria a RITA DE CÁSSIA DE SOUZA BARROS, matrícula n.º 53.991-0, no cargo de Professor, nível 03, classe única, Padrão 22F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, artigo 1º , § 3º da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998, e artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 20, de 16 de dezembro de 1998.Processo n.º 082.017027/98.

Conceder aposentadoria a VERA LUCIA BARROS, matrícula n.º 63.625-8, no cargo de Professor, nível 03, classe única, Padrão 16I, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e artigo 1º, § 3º da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998, e artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 20, de 16 de dezembro de 1998 .Processo nº 082.007333/98.

Conceder aposentadoria a SUELI DA SILVA AGUIAR FELIX, matrícula nº 50.289-8, no cargo de Professor, nível 03, classe única, Padrão 23F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, artigo 1º, § 3º da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n.º 20, de 16 de dezembro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, da artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989,com as vantagens previstas no artigo 1º da Lei nº 1.004, de 11 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996 e artigo 4º da Lei nº 1.141 de 10 de julho de 1996.Processo n.º 082.015874/98.

Conceder aposentadoria a MARIA VALENÇA GOMES, matrícula n.º 98.496-5, no cargo de Professor, nível 03, classe única, padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "c", e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal , e artigo 1º, § 3º da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n.º 20, de 16 de dezembro de 1998, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o artigo 30 da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único do artigo 13 da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. .Processo n.º 082.018434/98.

Conceder aposentadoria a VILMA FERNANDES MOTA, matrícula n.º 48.318-4, no cargo de Professor, nível 01, classe única, Padrão 16D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 8º, incisos I,II, IIIa, IIIb, e § 4º da Emenda Constitucional n.º 20, de 16 de dezembro de 1998 e do artigo 40, § 8º da Constituição de República Federativa do Brasil .Processo n.º 082.018450/98.

Conceder aposentadoria a EVA COSTA SOARES, matrícula nº 65.809-X, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, classe única, Padrão XVII, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso III, alínea "a", e 189, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n.º 20, de 16 de dezembro de 1998.Processo n.º 082.017592/99.

MARISTELA DE MELO NEVES

DESPACHO DA DIRETORA (*)

PROCESSO Nº:082.003282/98; INTERESSADO: ROBSON LUIZ MARTINS RODRIGUES; ASSUNTO: SINDICÂNCIA.
Considerando a documentação acostadas nos autos APROVO, o relatório da Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina inserido às fls. 158 a 164 dos autos, sugerindo pena disciplinar de 05 (cinco) dias de SUSPENSÃO ao servidor ROBSON LUIZ MARTINS RODRIGUES, matrícula nº 26.963-8, com espeque no artigo 127 e 130 por ter infringido o artigo 116, incisos I, II, III, todos da Lei nº 8.112/90.

MARISTELA DE MELO NEVES

(Republicado por ter sido publicado com incorreção, do original, do DODF nº 32 de 15/02/2000).

DESPACHOS DA DIRETORA

PROCESSO Nº 082.020395/99 INTERESSADO: ADALGISA FERREIRA LOPES; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
AUTORIZO a reversão de Carga Horária, ao regime anterior de trabalho, relativo a servidora ADALGISA FERREIRA LOPES, matrícula nº 25.292-1, Auxiliar de Educação/Agente de Cozinha, lotada na Escola Classe 314 Sul/Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, nos termos do Decreto nº 19.920, de 17/12/98 a partir de 10/02/2000.

PROCESSO Nº 082.020396/99 INTERESSADO: ROSÁLIA ALVES PEREIRA; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
AUTORIZO a reversão de Carga Horária, ao regime anterior de trabalho, relativo a servidora ROSÁLIA ALVES PEREIRA, matrícula nº 24.603-4, Auxiliar de Educação/Agente de Cozinha, lotada na Escola Parque 210 Norte/Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, nos termos do Decreto nº 19.920, de 17/12/98 a partir de 10/02/2000.

PROTOCOLO Nº 051350/2000; INTERESSADA: VALDECI DA CONCEIÇÃO PEREIRA; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
AUTORIZO a reversão de Carga Horária da servidora VALDECI DA CONCEIÇÃO PEREIRA, matrícula nº 60.813-0, Agente de Educação/Serviço de Cozinha, lotada na Divisão Regional de Ensino de Brazlândia, ao regime anterior nos termos do Decreto nº 19.920, de 17/12/98 a partir de 07/02/2000.

PROTOCOLO Nº 133455/99; INTERESSADA: TERESA CRISTINA DOS SANTOS; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
AUTORIZO a reversão de Carga Horária da servidora TERESA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula nº 68.253-5, Agente de Educação/Serviço de Cozinha, lotada na Escola Classe 501 da Divisão Regional de Ensino de Samambaia, ao regime anterior, nos termos do Decreto nº 19.920, de 17/12/98 a partir de 07/02/2000.

PROTOCOLO Nº 129312/99; INTERESSADA: VALÉRIA MARIA RIBEIRO DA SILVA; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
AUTORIZO a reversão de Carga Horária da servidora VALÉRIA MARIA RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 30.009-8, Agenté de Educação/Serviço de Cozinha, lotada na Divisão Regional de Ensino de Samambaia, ao regime anterior nos termos do Decreto nº 19.920/98, de 17/12/98 a partir de 07/02/2000.

REFERÊNCIA: REG Nº 051989/2000; INTERESSADO: UILSON CARVALHO GRANGEIRO; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
AUTORIZO a reversão de Carga Horária do servidor UILSON CARVALHO GRANGEIRO, matrícula nº 24.559-3, Agente de Educação/Cozinha, lotado na Divisão Regional de Ensino de Samambaia, ao regime anterior nos termos do Decreto nº 19.920, de 17/12/98 a partir de 07/02/2000.

REFERÊNCIA: REG Nº 053138/2000; INTERESSADA: EDNEY NUNES DIAS DA COSTA; ASSUNTO: REVERSÃO DE CARGA HORÁRIA.
Autorizo a reversão de carga horária do servidor EDNEY NUNES DIAS DA COSTA, matrícula nº 43.524-4, Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, ao regime anterior nos termos do Decreto 19.920/98, de 17.12.98, a partir de 01.02.2000.

PROCESSO Nº:082.003282/98; INTERESSADO: ROBSON LUIZ MARTINS RODRIGUES; ASSUNTO: SINDICÂNCIA.
DETERMINO que a penalidade de 05 (cinco) dias de SUSPENSÃO ao servidor ROBSON LUIZ MARTINS RODRIGUES, matrícula nº 26.963-8, seja convertida em multa na base de 50% (cinqüenta por cento), por dia de vencimento, conforme parágrafo 2º, artigo 130 da Lei nº 8.112/90, ficando obrigado a permanecer em serviço.

PROCESSO Nº:082.003975/99; INTERESSADO: MARIA NÚBIA DOS SANTOS; ASSUNTO: ABANDONO DE EMPREGO.
Considerando a documentação acostada aos autos APROVO o relatório da Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina inserido às fls. 61 a 67 dos autos bem como a sugestão, aplico a pena disciplinar de DEMISSÃO à servidora MARIA NÚBIA SANTOS, matrícula nº 69.553-X, por ter incorrido em ABANDONO DE EMPREGO previsto no artigo 138 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº:082.014688/99; INTERESSADO: RIZOLANGE NASCIMENTO DE CASTRO; ASSUNTO: SINDICÂNCIA.
Considerando a documentação acostada aos autos NÃO APROVO o relatório da Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina inserido às fls. 59 a 64 dos autos sugerindo a pena disciplinar de ADVERTÊNCIA, com espeque no artigo 129, por ter infrigido os artigos 116, Incisos III e X, todos da Lei nº 8.112/90 à servidora RIZOLANGE NASCIMENTO DE CASTRO, matrícula nº 57.563-1.

MARISTELA DE MELO NEVES

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE PESSOAL
SEÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

A CHEFE DA SEÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Instrução nº 726 de 31 de janeiro de 2000, resolve:
- Conceder a parcela autônoma nos termos da Lei 771 de 28 de setembro de 1994, aos professores abaixo relacionados, nos percentuais e datas especificadas:

MAT.	NOME	PROCESSO	PERCENTUAL	DATA
20.608-3	MARIA NAZARE LIMA DOS SANTOS	082.0001971/00	12%	14/02/00
200.430-5	JACIRENE PEREIRA LIMA SANTOS	082.0007590/99	12%	24/01/00
200.454-2	LAURECY GONÇALVES DE OLIVEIRA	082.0001229/00	05%	27/01/00
200.944-7	ANA CLAUDIA MOTA CORREA	082.0007468/99	12%	09/02/00
22.880-X	GLAUCIA SUZY DE ARAUJO FARIAS	082.0001746/00	05%	09/02/00
23.233-5	KATIA SIMONE DA SILVA	082.0019014/99	12%	06/12/99
23.390-0	MARIA APARECIDA SILVEIRA BRAGA	082.0002088/00	05%	16/02/00
23.555-5	LETÍCIA PIRES DOS SANTOS	082.0003303/99	12%	02/02/00
23.848-1	JAYME JOSE PIRES JUNIOR	082.0001354/00	12%	31/01/00
24.031-1	LINDON JOHNSON LEITE DIAS	082.0017215/99	12%	09/02/00
24.237-3	REJANE OLIVEIRA VELOSO	082.0001888/00	12%	11/02/00
24.889-4	ZULENE MARTINS FARIAS	082.0001577/00	05%	04/02/00
25.000-7	LUCIANA PAES DE OLIVEIRA	082.0000665/00	05%	18/01/00
25.764-8	MARIA APARECIDA PORFIRIO	082.0000787/00	05%	19/01/00
25.794-X	FRANCISCO JOSE ZAGARI FORTE	082.0001978/00	05%	14/02/00
26.121-1	CLAUDIO PINTO DE MELO	082.0001805/00	05%	10/02/00
26.135-1	MARCIA PEREIRA VENTURA	082.0001810/00	05%	26/04/95
26.214-5	LUCIENE DA COSTA AMORIM	082.0002039/00	05%	11/02/00
26.862-3	LAURA VIEIRA MACIEL	082.0001904/00	12%	10/02/00
26.978-6	JÚLIA APARECIDA DE LIMA R. SILVA	082.0017960/99	05%	27/06/95
27.327-9	MARISTHER MOREIRA DA SILVA	082.0001770/00	05%	09/02/00
27.398-8	JOSELITA FRANCO DA SILVA	082.0001777/00	05%	09/02/00
27.581-6	EIKA LOBO JUNQUEIRA	082.0001568/00	12%	04/02/00
27.947-1	TATIANE DE SOUZA SILVA	082.0002021/00	05%	14/02/00
29.895-6	MARGARIDA MOREIRA DE SOUZA	082.0002037/00	12%	14/02/00
30.454-9	EDILSON GONZAGA DE SOUZA	082.0001844/00	05%	10/02/00
31.349-1	KATIA MILENE PEREIRA CAIXETA	082.0001808/00	12%	08/02/00
31.655-5	ELIANA LISBOA VERAS	082.0016792/98	12%	03/02/00
31.741-1	MARINA T. MENDES DE SOUZA	082.0001536/00	05%	03/02/00
31.818-3	APARECIDA ALVES ROSA	082.0008687/98	12%	07/02/00
32.067-6	IVA CARMEM DE Q. F. TEIXEIRA	082.0001645/00	12%	07/02/00
32.235-0	DANIELA PINHEIRO ALVES POTI	082.0000459/00	05%	14/01/00
32.243-1	CLEZIA RODRIGUES RAMOS	082.0016188/99	05%	15/02/00
33.172-4	PATRICIA AMARO PIGNATA	082.0002038/00	05%	14/02/00
33.532-0	JOSE BARROS SOBRINHO	082.0001059/00	05%	24/01/00
33.849-4	EDNA MARA PORTO A. ALMEIDA	082.0001641/00	05%	07/02/00
34.433-8	CRISTIANO DA SILVA SANTOS	082.0017586/99	05%	13/01/00
34.574-1	ELISANGELA RODRIGUES DA COSTA	082.0001811/00	12%	10/02/00
34.647-0	TEREZINHA MADALENA F. CIRIACO	082.0001247/00	05%	27/01/00
34.654-3	HELOISE REGINA MARTINS	082.0001920/00	05%	11/02/00
34.714-0	CRISTIANE ALMEIDA BARBOSA	082.0001678/00	12%	08/02/00
34.721-3	EDILEUZA PAULA PINHEIRO	082.0001281/00	05%	28/01/00
35.065-6	JACQUELINE PIRES DE ALMEIDA	082.0001570/00	05%	04/02/00
35.182-2	CHRISTIANA VIEIRA DE OLIVEIRA	082.0001778/00	05%	09/02/00
35.275-6	SUELI DE FREITAS MAIA	082.0001419/00	05%	02/02/00
35.307-8	MARIA APARECIDA ROSA MARTINS	082.0001492/00	12%	09/01/98
35.642-5	ROSA MARIA DE CAMPOS	082.0001566/00	12%	04/02/00
35.716-2	LUCIANA LOBO BARRETO	082.0001567/00	12%	04/02/00
35.728-6	GERALDO EUSTÁQUIO MOREIRA	082.0007155/99	12%	08/02/00
35.843-6	CRISTIANE MOREIRA ALMEIDA	082.0001369/00	05%	31/01/00
36.021-X	CRISTIANO SAMPAIO BRIGIDO	082.0000799/00	05%	19/01/00
36.226-3	MICHELLE F. CARVALHO TENÓRIO	082.0001460/00	05%	02/02/00
36.809-1	ANA VALERIA ANDRADE NOGUEIRA	082.0001648/00	12%	07/02/00
36.866-0	REGINA A. REIS B. DE FIGUEIREDO	082.0001796/00	12%	15/02/00
36.984-5	DEBORA SANTOS BORGES DE SOUSA	082.0001698/00	05%	08/02/00
36.986-1	LUIZA DE MARILAK M. M. FREITAS	082.0001647/00	05%	07/02/00
37.604-3	FERNANDA BRITO CAMPOS	082.0018055/99	12%	01/02/00
37.685-X	EDOSN DOS REIS TORRES	082.0001385/00	05%	01/02/00
37.685-X	EDSON DOS REIS TORRES	082.0001385/00	05%	01/02/00
38.011-3	GABRIELA GALVÃO	082.0001544/00	05%	01/02/00
38.022-9	DIJACI DAVID DE OLIVEIRA	082.0019824/99	25%	17/12/99
38.343-0	REGINA CELIA SANTOS PERES	082.0000662/00	12%	18/01/00
38.474-7	EDUARDO TEODORO	082.0001806/00	12%	09/02/00
38.543-3	ANGELINA MENDES CARDOSO MINEIRO	082.0001048/00	12%	24/01/00
38.721-5	ERBENE DE CASTRO LUNA	082.0001258/00	05%	27/01/00
39.096-8	CARLOS WELLINGTON F. DOS SANTOS	082.0001985/00	25%	14/02/00
39.742-3	CARLOS EDUARDO MARTINS SOARES	082.0001479/00	12%	02/02/00
39.859-4	REGINALDO SALLES MIRANDA	082.0001800/00	12%	10/02/00
40.055-6	EDILEUZA FELIX DE MELO	082.0055110/00	05%	08/02/00
40.902-2	LUIS DIONISIO PAZ LAPA	082.0001763/00	12%	09/02/00
41.538-3	SANDRA MENDES G. VIEIRA	082.0001604/00	12%	07/02/00
43.355-1	CYNTHIA A. Z. DE P. LACKMAN	082.0006882/96	12%	03/02/00
43.865-0	ADRIANA VIEGAS ROSA	082.0001628/00	05%	07/02/00
43.958-4	ELIANE BARBOSA DAMACENO	082.0000992/00	12%	21/01/00
44.538-X	CLEMENI KATIA COSTA G. SANTOS	082.0001391/95	12%	18/01/00
44.956-3	IEDA BATISTA DE LIMA	082.0001477/00	12%	02/02/00
45.724-8	LIHUDSON FORMIGA MARIZ	082.0001663/00	12%	08/02/00
46.152-0	VERA LUCIA RIBEIRO	082.0001970/00	12%	14/02/00
47.143-7	REGINA LUCIA TORRES DE ALMEIDA	082.0001565/00	12%	04/02/00
48.218-8	MARCIO MARQUES REZENDE	082.0001532/00	25%	03/02/00
48.223-4	PATRICIA DAMASCENO SILVA	082.0010481/98	12%	02/02/00
49.440-2	SONIA MARIA DE M. MOUTINHO	082.0002113/00	05%	16/02/00
49.730-4	CLEONICE PEREIRA DO NASCIMENTO	082.0012106/99	12%	02/02/00
49.887-4	KARINE XAVIER SOARES SILVA	082.0002105/00	12%	16/02/00
52.645-2	ORLANDO LEITE FILHO	082.0001607/00	05%	07/02/00
54.018-8	MARIA DE F. R. DE A. DOS ANJOS	082.0001426/00	05%	02/02/00
54.240-7	ANGELA VALÉRIA LEVAY LEHMANN	082.0021132/94	25%	08/02/00
55.257-7	ROSILEA DA SILVA REIS	082.0001915/00	05%	01/06/94
58.893-8	DENISE LUCINDA FARAGE	082.0001816/00	12%	10/02/00
59.130-0	CLEIDE CAMARGO BARROS BATISTA	082.0000243/00	05%	11/01/00
59.945-X	MARLENE MARTINS DE MORAIS	082.0001610/00	05%	01/02/00
60.064-4	MARISA ARAUJO CORDEIRO	082.0028131/94	25%	24/01/00
62.254-0	CARLOS ALBERTO JESUS DE OLIVEIRA	082.0001357/00	05%	01/06/94
64.371-8	MARIA DE JESUS FERREIRA AMORIM	082.0015536/99	12%	21/01/00
68.699-9	DEJANIRA MENDES ROSSI	082.0001058/00	05%	24/01/00
69.712-5	DAYSY EUGENIA DO CARMO VIEIRA	082.0001367/00	05%	31/01/00
69.739-7	MARIA IZABEL SOARES DA SILVA	082.0001644/00	05%	01/02/00
69.960-8	CRISTINA ALVES COUTO	082.0008945/95	05%	16/02/00
69.977-2	DENISE MARLI DE CASTRO	082.0001830/00	05%	10/02/00
74.697-5	ELVIRA VIEIRA DE MELO ALMADO	082.0001171/00	05%	01/06/94
77.463-4	DORACI GOMES TRINDADE	082.0001646/00	05%	07/02/00
77.908-3	MIGUEL RAMIREZ SOSA	082.0017463/99	12%	01/06/94
99.260-7	ADELMO CASTRO DE JESUS	082.0001254/00	05%	01/06/94

MARIA CLOEMI DE OLIVEIRA FREITAS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ

ORDENS DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Instrução nº 726, de 31.01.2000, e tendo em vista o disposto na Lei nº 197 de 04 de dezembro de 1991 e Lei nº 356 de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413 de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM à Professores abaixo relacionados:
Teresa C. C. do Nascimento, matrícula 20.755-1, MG3Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5371/2000-SLMP;
Fabiane Reis, matrícula 24.753-7, MG2Q-GT3, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5372/2000-SLMP;
Máres Thaíse Rennó Silva Negreiras, matrícula 26.635-3, MG3Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5576/2000-SLMP;
Cláudia N. A. de Magalhães Santos, matrícula 30.626-6, MG1Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5384/2000-SLMP;
Saletti de Souza Cardoso Baris, matrícula 31.762-4, MG1Q, Chesp. a partir de 07.02.00, por meio do Memorando nº 5385/2000-SLMP;
Kátia Christina dos S. Batista, matrícula 36.330-8, MG3Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5380/2000-SLMP;
Janette Mafra Suda, matrícula 35.861-4, MG2Q-GT3, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5378/2000-SLMP;

Aluísio Lopes Braga, matrícula 45.832-5, MG3Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5381/2000-SLMP;
Maria Iva Moura de Oliveira, matrícula 47.325-1, MG2Q-GT3, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5374/2000-SLMP;
Antônia Fernandes Paiva Silva, matrícula 64.627-X, MG2Q-GT3, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5375/2000-SLMP;
Maria Darcy E. Fernandes, matrícula 64.280-0, MG3Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5382/2000-SLMP;
Maria Augusta de Almeida Brum, matrícula 65.304-7, MG3Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5383/2000-SLMP;
Daniela Lúcia Salazar, matrícula 69.251-4, MG1Q, Chesp. a partir de 07.02.2000, por meio do Memorando nº 5386/2000-SLMP;
Renata Maciel Machado, matrícula 39.879-9, MG1Q, Chesp. a partir de 24.12.99, por meio do Memorando nº 440/2000-SLMP;

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 726, de 31.01.2000, e tendo em vista o disposto na Lei nº 197 de 04/12/91 e Lei nº 356 de 20/11/92, regulamentada pelo Decreto 14.413, de 25/11/92, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO -TIDEM, aos Professores abaixo relacionados:
Adão dos Reis Magalhães, matrícula 27.355-4, MG3V, Chev. nº 2600/2000-SLMP, pelo período de 07.02.2000 a 21.12.2000;
Jany Gonçalves N. Amaral, matrícula 33.219-4, MG2V-GT3, Chev. nº 5020/2000-SLMP, pelo período de 10.02.2000 a 21.12.2000;
Joice Gonçalves D. Pereira, matrícula 33.659-9, MG2V, Chev. nº 6990/2000-SLMP, pelo período de 17.02.2000 a 21.12.2000;
Diana Almeida A. Lima, matrícula 38.844-0, MG3V, Chev. nº 7232/2000-SLMP, Pelo período de 17.02.2000 a 21.12.2000;
Rosemary Pimentel de Castro, matrícula 39.067-4, MG3V, Chev. nº 4249/2000-SLMP, pelo período de 07.02.2000 a 21.12.2000;
Meire Alexandra J. Leão, matrícula 39.748-2, MG3V, Chev. nº 5024/2000-SLMP, pelo período de 10.02.2000 a 21.12.2000;
Jivaneide B. Cordeiro, matrícula 44.098-1, MG2V-GT3, Chev. nº 2601/2000-SLMP, pelo período de 07.02.2000 a 21.12.2000;
Lauriston G. de Freitas, matrícula 38.634-0, MG3V, Chev. nº 2602/2000-SLMP, pelo período de 07.02.2000 a 21.12.2000.

JANDIR ALVES TEIXEIRA

CENTRO ENSINO ESPECIAL DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO CENTRO ENSINO ESPECIAL DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 726, de 31.01.2000, e tendo em vista o disposto no artigo 97, item III, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Gala a Professora Rosimar Alves da Costa, matrícula 66.677-0, pelo período de 23.02.2000 a 01.03.2000.

MARIA TERESA CHENDES PAIVA

CENTRO EDUCACIONAL 04 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

O Diretor do Centro Educacional 04 do Guará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 726, de 31/01/2000, e tendo em vista o disposto no artigo 97, item III, alínea "B", da Lei n.º 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo a Professora Ana Patrícia Soares dos Santos, matrícula 27.038-5, pelo período de 12.02.2000 a 19.02.2000.

MÁRIO LÚCIO

ESCOLA CLASSE 05 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

A Diretora da Escola Classe 05 do Guará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 726, de 31.01.2000, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, item XIX, da Constituição Federal do Brasil, combinado com o Artigo 10º, alínea "B", Parágrafo 1º dos ADCT, resolve:
Conceder Licença Paternidade ao servidor André Luiz Alves Soares de Teves, matrícula 42.435-8 pelo período de 11.02.2000 a 19.02.2000.

RENATA LOPES CORDEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO DE 1º GRAU 01 DO NÚCLEO BANDEIRANTE no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 726 de 31 de janeiro de 2000 e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III B da lei 8.112/90,
resolve:
Conceder Licença nojo a Ida Pereira Moutinho de Araújo, matrícula 20.145-6 no período de 17/01/2000 a 24/01/2000.

ROBERVAL DE JESUS BARBOSA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DA REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ , no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto n.º 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução n.º 726 de 31.01.2000, resolve:
Conceder o **REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM**, aos professores abaixo relacionados:

1. ALEXANDRE BRITO DOS SANTOS, matrícula nº 200.283-3, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 28.02.2000;
2. ANA RUTH NOGUEIRA FERREIRA, matrícula nº 27.236-1, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
3. ARLETE ALVES DUTRA, matrícula nº 300.177-6, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000;
4. ÁUREA REGINA PIMENTEL, matrícula nº 200.869-6, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 22.02.2000;
5. CARMENIZE ALVES DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 300.181-4, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000.
6. CLAUDIA LACERDA F. ARÃO, matrícula nº 200.920-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 23.02.2000;
7. CLEOCI BARBOSA DE ALMEIDA, matrícula nº 300.175-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 28.02.2000;
8. CONCEIÇÃO MARIA ALVES DE ARAÚJO, matrícula nº 38.979-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 22.02.2000;
9. ELGINAR CAVALCANTE DE SOUZA, matrícula nº200.626-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 24.02.2000;
10. ELMADAM FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 300.171-7, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
11. HELENA CRISTINA ARAGÃO DE SÁ, matrícula nº200.797-5, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
12. ISABEL RODRIGUES L. GUIMARÃES, matrícula nº 300.200-4, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 23.02.2000;
13. IVETE AMARAL DE OLIVEIRA BARRETO, matrícula nº 39.051-8, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000.
14. JOELMA SILVA DE OLIVEIRA, matrícula nº 37.328-1, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 28.02.2000;
15. JORGE ALVES MONTEIRO, matrícula nº 39.689-3, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 17.02.2000;
16. JOSÉ MOREIRA PORTELA, matrícula nº 38.686-3, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
17. JULIANA GONÇALVES DIAS, matrícula nº39.289-8, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 29.02.2000;
18. KÊNIA DE ASSIS OLIVIERA, matrícula nº 200.249-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 10.02.2000;
19. LAÉRCIO ALAIM BORGES, matrícula nº200.282-5, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
20. LÍDIA OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº200.740-1, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de29.02.2000;
21. LUCIANA AMONICA CARNEIRO, matrícula nº 300.157-1, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 28.02.2000;
22. LUCIANA GONÇALVES RIOS, matrícula nº35.218-7, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000;
23. MARA LUCIANE BATISTELLA, matrícula nº 200.790-8, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
24. MÁRCIO MELLO NÓBREGA SOARES, matrícula nº 39.680-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 24.02.2000;
25. MARIA DE FATIMA C. DINIZ, matrícula nº 200.900-5, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000;
26. MARIA FRANCISCA BANDEIRA, matrícula nº 200.845-9, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
27. MARIÁGUIDA SIQUEIRA VERAS, matrícula nº 300.023-0, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 28.02.2000;
28. RAQUEL BATISTA RIBEIRO, matrícula nº 300.180-6, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 24.02.2000;
29. RUI CARLOS MAYER, matrícula nº 300.072-9, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 17.02.2000;
30. SILVIA DE CASSIA SPÍNDOLA, matrícula nº 39.284-7, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 07.02.2000;
31. VANDA DO CARMO B. FERREIRA, matrícula nº 200.278-7, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 24.02.2000;
32. VANESSA AMORIM MELO, matrícula nº 200.691-X, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000;
33. VANJA MARA CAMILO BATISTA, matrícula nº 39.749-0, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 21.02.2000;
34. VERA JORGE HEGNER, matrícula nº 27.193-4, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 24.02.2000;
35. WALÉRIA AZEVEDO DA SILVA, matrícula nº 300.310-8, a pedido do professor, uma vez que passou a ser exclusivo(a) da FEDF, a partir de 25.02.2000;

JADIR SOARES DOS REIS.

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista a lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 555 de 04.03.96, resolve:

DESIGNAR MARCILENE CIRQUEIRA RODRIGUES, matrícula nº 30.488-3, TP 602, para substituir o Chefe de Secretaria Escolar, Símbolo DFG-06, do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Agrovila São Sebastião, pelo período de 21.02.2000 a 21.03.2000, por motivo de férias do titular.

JADIR SOARES DOS REIS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE FEVEREIRO DE 2000

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VIII/IX do Regimento das Divisões Regionais de Ensino, aprovado pela resolução nº 4.050 de 1993 - Conselho Diretor - FEDF e instrução 619, de 08 de agosto de 1997, considerando os fatos relacionados no processo nº 082.01644/99 - Divisão Regional de Ensino de Samambaia, referente à conduta do servidor ALBERTO SIDNEY RIBAS, matrícula nº 31.961-9, ex vice-diretor do Centro de Ensino 312 de Samambaia, da servidora CLÁUDIA MORAES DA COSTA, matrícula nº 66.576-2, ex diretora do Centro de Ensino 312 de Samambaia e da servidora MARIA LAUDICÉIA NUNES DE

FREITAS, matrícula nº 10100105-CT, professora do Centro de Ensino 312 de Samambaia, resolve:

Aplicar a pena disciplinar de ADVERTÊNCIA, ao Servidor acima qualificado com fulcro nos itens I e X do artigo 116 da lei 8.112/90.

ANA MAGALY CIRQUEIRA NOGUEIRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar a servidora abaixo relacionada, para substituir o titular do cargo em comissão a seguir especificado:
LÉA ALICE SANTOS TEIXEIRA, matrícula 55.397-2, Especialista de Assistência a Educação / Secretária Escolar, Chefe de Secretaria do CAIC Professor WALTER JOSÉ DE MOURA, Símbolo DF-06, por motivo de férias do titular no período de 09/03/2000 a 07/04/2000.

GILMAR JOSÉ DA ROCHA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar a servidora abaixo relacionada, para substituir a titular do cargo em comissão a seguir especificado:
MARIA DE JESUS CARVALHO BARROS, matrícula 68.234-9, Especialista de Assistência a Educação/Apoio Técnico Administrativo, Chefe de Secretaria da Escola Classe 39 de Taguatinga, Símbolo DF-02, por motivo de férias da titular no período de 09.03.2000 a 07.04.2000.

GILMAR JOSÉ DA ROCHA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO CENTRO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 726 de 31 de janeiro de 2000, resolve:
Conceder Licença Nojo à servidora Marly Domingos dos Reis, matrícula nº 69.564-5, Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, no período de 23/02/2000 a 01/03/2000.

OSMAR NINA GARCIA NETO

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º do Decreto nº 17.603, de 15.08.96 com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 18.445, de 15.07.97, resolve:
Designar FLÁVIA GODINHO FONSECA, matrícula nº 42.000-X, Inspetor de Saúde, 3ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir FRANCISCO DAS CHAGAS G. MARQUES, matrícula nº 26.197-1, Chefe da Inspetoria de Saúde de Taguatinga Norte do Departamento de Fiscalização de Saúde, Símbolo DFG-10, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no período de 27.12.99 a 25.01.00, por motivo de férias.

JOFRAN FREJAT

PORTARIA DE 2 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 32, inciso XVIII do Regimento da Secretaria de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 19.08.75, resolve :

Art. 1º - Criar a Comissão Permanente de Sindicância da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Art. 2º - Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão em referência, na qualidade de Membros efetivos.

- RUI MEDEIROS DE ARAUJO, Auxiliar de Administração Pública – Mat: 41.924-9;
- STANLEY PINHEIRO PORTO, Técnico de Administração Pública – Mat: 43.352-7;
- CÉLIA MARIA DA SILVA SANTOS, Técnico de Administração Pública – Mat: 31.269-X;
- EDILSON EUFRÁZIO SOBRINHO, Analista de Administração Pública – Mat: 30.713-0, para o Cargo de Secretário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

PORTARIA DE 3 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais prevista no inciso XVII, artigo 32, do Regimento Interno da Secretaria de Saúde, aprovado pelo Decreto nº. 2.976, de 19.08.75; resolve:

Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, redesignada através da Portaria de 30 de setembro de 1999, publicada no DODF nº 05, de 07 de janeiro de 2000, processo nº 060.001.966/99.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais, e considerando o contido na alínea "d", artigo 23 do Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº 4.643, de 02.05.79 e,

Considerando a necessidade de atualizar o Manual de Normas e Procedimentos do Centro de Material de Esterilização;

Considerando a necessidade da implementação de técnicas novas, bem como a racionalização de recursos humanos, resolve:

Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro e no prazo de 90 (noventa) dias, comporem o Grupo de Trabalho visando a atualização do Manual de Normas e Procedimentos do Centro de Material e Esterilização da Fundação Hospitalar do Distrito Federal:

- MARIA SONEIDE NUNES DE OLIVEIRA, matrícula nº 123.704-7
- CIRLENE MARIA BARBOSA BORGES, matrícula nº 129.484-9
- FERNANDA VIANA PEREIRA DA LUZ, matrícula nº 136.425-1
- MARGARETH KALIL SPHAIR, matrícula º 125.838-9
- TAKECO IKEDA, matrícula nº 118.002-9
- MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO, matrícula nº 117.150-0
- HELOÍSA DOS SANTOS VIEIRA, matrícula nº 117.511-4

Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

INSTRUÇÕES DE 9 DE MARÇO DE 2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e considerando o contido na alínea "d", artigo 23 do Estatuto da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº 4.643, de 02.05.79, resolve:

Designar CLAUDETH LEMOS RIBEIRO, executora dos Convênios nºs 2098/99, 2095/99 e 1539/99, firmados entre o Ministério da Saúde e a Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Autorizar Licença sem Vencimentos para Trato de Interesses Particulares à servidora **MARCIA CRISTINA SIMIONI,** matrícula 118.861-5, Assistente Superior de Saúde, (Médico - Sanitarista), Classe Especial, Padrão II, lotada no CSB-13/DRSAN, por um período de 02 (dois) anos, a contar de 01.06.2000, nos termos do artigo 91, da Lei 8.112/90, alterada no âmbito do Distrito Federal pelo artigo 5º da Lei nº 1.864 de 19 de janeiro de 1998, conforme autos do processo nº 061.039035/2000.

Autorizar Licença sem Vencimentos para Trato de Interesses Particulares ao servidor **CARLOS GERALDO MEGALE,** matrícula 117.471-1, Assistente Superior de Saúde, (Médico - Sanitarista), Classe Especial, Padrão V, lotado no CSB-13/DRSAN, por um período de 02 (dois) anos, a contar de 01.06.2000, nos termos do artigo 91, da Lei 8.112/90, alterada no âmbito do Distrito Federal pelo artigo 5º da Lei nº 1.864 de 19 de janeiro de 1998, conforme autos do processo nº 061.039036/2000.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a IV do artigo 2º, do Decreto 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com base no Art. 34 (caput) da Lei 8.112/90, a servidora **CERES NUNES DE RESENDE,** Assistente Superior de Saúde, Médico-Ginecologista e Obstetrícia, 3ª Classe , Padrão I, Matrícula nº 137.286-6, lotada na Direção Regional de Saúde de São Sebastião, declarando vago o referido cargo, a partir de 17/02/2000, nos termos do Art. 33, Inciso I da supramencionada Lei, conforme processo nº 061.001877/2000.

Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com base no Art. 34 (caput) da Lei 8.112/90, a servidora **MARIA BENAUREA SANTOS,** Assistente Intermediário de Saúde II, Agente Administrativo, 3ª Classe, Padrão VII, Matrícula nº 132.809-3, lotada no Hospital Materno Infantil de Brasília, declarando vago o referido cargo, a partir de 07/02/2000, nos termos do Art. 33, Inciso I da supramencionada Lei, conforme processo nº 061.022168/2000.

Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com base no Art. 34 (caput) da Lei 8.112/90, a servidora **LINDALVA MATOS RIBEIRO,** Assistente Intermediário de Saúde II, Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão IV, Matrícula nº 125.994-6, lotada no Hospital Regional da Asa Norte, declarando vago o referido cargo, a partir de 16/02/2000, nos termos do Art. 33, Inciso I da supramencionada Lei, conforme processo nº 061.039085/2000.

JOFRAN FREJAT

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições regimentais e considerando o disposto no item 1 e subitem 1.10, da Instrução nº 05, de 11 de fevereiro de 1999, resolve:

1) Retificar em parte a Ordem de Serviço de 07/05/99, publicada no DODF de 10/05/99, por ter saído com incorreção no original.
2) Conceder Progressão Funcional nos Termos do Artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25/03/93, a servidora **JÚLIA ABREU OLIVEIRA NETA**, matrícula nº 120.806-3, Enfermagem, passando da referencia AIS-04-II (Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão IV), para a referencia AIS-05-II (Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V), a partir de 05/05/98, conforme processo nº 061.002.014/2.000.
3) Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta ordem de Serviço retroagem à data em que se completou o interstício na forma mencionada no item 1.
4) Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO FERREIRA DA SILVA

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE MARÇO DE 2000

A DIRETORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE - CEDRHUS, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução de 26 de março de 1999, resolve:
Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de Preceptores de Residência Médica, para o ano de 2000:
Ortopedia e Traumatologia/HRS: Esdras Galland de Sousa Rosa, mat. 118.930-1.
Clínica Médica/HRG: Cecílio Sepúlveda Monteiro Teixeira, mat. 128.874-1.
Cirurgia Geral/HRC: José Guilherme Filho, mat. 350.750-3; José Juvenal Araújo, mat. 117.623-4; Sergio Barbosa Fernandes, mat. 118.906-9.
Ginecologia e Obstetrícia/HRS: Adilson Candido de Oliveira, Mat. 115.991-7.
Cirurgia Geral/HRS: Aloísio Oliveira de Queiroga, Mat. 120.070-4.

Exonerar os servidores Dalton Lustosa de Figueiredo, mat. 353.156-2 e Lúcio Lucas Pereira, mat. 353.165-2 de exercerem a função de Preceptores de Residência Médica de Cirurgia Geral do Hospital Regional de Ceilândia.

Designar o servidor André Luis de Aquino Carvalho, mat. 131.465-3 para exercer a função de Preceptor Coordenador de Residência Médica de Cirurgia Geral do Hospital Regional do Gama, para o ano de 2000. Exonerar o servidor Sergio Hitoshi Miyazaki de exercer a função de Preceptor Coordenador de Residência Médica de Cirurgia Geral/HRG.
Designar o servidor Lucio Marques da Silva, mat. 137.710-8, para exercer a função de Preceptor de Ensino de Residência Médica de Cirurgia Plástica do Hospital Regional da Asa Norte, para o ano 2000.
Designar o servidor José Lindolfo Pacheco, mat. 128.082-1 para exercer a função de Preceptor Presidente da COREME/HRT e exonerar o servidor Arquimedes Tolentino da Silva, mat. 127.566-6 de exercer a mesma função, permanecendo como Preceptor de Ensino do Programa de Residência de Cirurgia Geral.
Designar o servidor Mario Resende Bitar, mat. 128.729-0 para exercer a função de Preceptor de Ensino do Programa de Residência de Ginecologia/Obstetrícia do Hospital Regional de Taguatinga.

ROSANGELA CONDE WATANABE

HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 06 de 28 de abril de 1980, do Senhor Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
Designar os servidores, MARIA APARECIDA RODRIGUES, Assistente Superior de Saúde(Técnico em Comunicação Social), matrícula 116485-6, MARIA EDNA FRIAS XAVIER, Assistente Superior de Saúde(Enfermeiro), matrícula 131533-1, MARIA DE FÁTIMA CASTRO DE A. BARROS , Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 133443-3, como membros efetivos e MARILANDI FERREIRA DOS SANTOS, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 118380-0 e VICENTE DE PAULO PINTO DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde(Agente Administrativo), matrícula 111937-1, como suplentes, para, sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão Permanente de Sindicância, com vista a apuração de fatos e irregularidade administrativas ocorridas ou que vierem a ocorrer no âmbito da Coordenação Regional de Saúde da Asa Sul, conforme determina a Instrução nº 03, de 06 de março de 1992, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Esta Ordem de Serviço torna sem efeito a anterior datada de 29 de novembro de 1995, publicada no DODF do dia 07 de dezembro de 1995.

MÁRIO ANTÔNIO A HORTA BARBOSA

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 35, DE 1º DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – ISDF, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 30, XXXII do Regimento do ISDF, aprovado, pelo Decreto 7.612 de 25/07/1983, resolve:
ELOGIAR o servidor JOSÉ MARCUS SÓCRATES TEIXEIRA, matrícula 100.011-0, pelo espírito de equipe, cooperação e dedicação às atividades do Núcleo de Virologia da Gerência de Biologia Médica-GBM/ISDF.

ANTONIO CARLOS SILVA PEIXOTO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

INSTRUÇÕES DE 3 DE MARÇO DE 2000

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições estatutárias e conforme Memo nº 30-CDS/Brasília, resolve:
Designar a servidora ALESSANDRA ROCHA EVANGELISTA, matrícula nº 8883-8, Assistente II, Símbolo DFA-09, para substituir CELVORA MADELENE DE CASTRO DA COSTA, matrícula nº 3532-7, Diretora do CDS/Brasília, símbolo DFG-12, desta Fundação, por motivo de férias no período de 13/03 a 11/04/2000, com base no Decreto nº 17.603 de 15.08.96, alterado pelo Decreto nº 18.445 de 15.07.97.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições estatutárias e conforme Memo nº 23-CDS/Brazlândia, resolve:
Designar a servidora ROSALI DA CONCEIÇÃO COSTA, matrícula nº 5411-9, Assistente Social, para substituir ORLANDO BRAZ DA CRUZ FILHO, matrícula nº 8769-6, Diretor do CDS/Brazlândia, DFG-12, desta Fundação, por motivo de férias no período de 01/02 a 01/03/2000, com base no Decreto nº 17.603 de 15.08.96, alterado pelo Decreto nº 18.445 de 15.07.97.

GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO

SECRETARIA DE OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 9 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 66, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20-12-93, resolve:
DESIGNAR os servidores SAMUEL DIAS JUNIOR, matrícula nº 94.253-7, MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE OLIVEIRA, matrícula nº 94.318-5, FERNANDA BATISTA PINHEIRO, matrícula nº 94.399-1, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Julgadora Permanente, encarregada de promover ao que determina o artigo 51, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Nos impedimentos dos componentes da Comissão, os mesmos serão substituídos pelos servidores EMIVAL JOSÉ DE PAULA, matrícula nº 91.871-7, MANOEL DOS SANTOS, matrícula 90.663-8, CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL, matrícula nº 93.532-8.
Nos impedimentos do presidente da Comissão, substituirá o mesmo, a membro MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE OLIVEIRA, matrícula 94.318-5.
Para secretariar a Comissão, o servidor ROGÉRIO CESAR PEREIRA, matrícula 93.359-7, no impedimento deste, a servidora EVANILDA LEITE DE FREITAS, matrícula 94.122-0.
Os membros, integrantes da Comissão, terão a duração de seus trabalhos correspondentes ao período de 01 (um) ano, a contar do dia 13/03/2000.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 6, DE 2 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL - DMTU/DF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, incisos V e XV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 14.451, de 04 de dezembro de 1992, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 096.000302/2000, resolve:

1. Substituir a presidente da Comissão de Sindicância, instituída pela Instrução de Serviço nº 003, de 10 de fevereiro de 2000, ADRIANA ALVES PRADO, matrícula nº 53.860-4, pela servidora MÁRCIA ENES SILVA GONDIM, matrícula nº 92.193-9.
2. Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ADALBERTO QUEIROZ DE ROURE
Substituto

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PORTARIA Nº 2, DE 9 DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 4º, § 3º, do Decreto Nº 18.058, de 4 de março de 1997, resolve:
I – Designar Membros do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural da Região Administrativa de Sobradinho/DF, os seguintes representantes dos órgãos, entidades e regiões adiante citados:

- Paulo Cavalcanti de Oliveira	Adm. Regional de Sobradinho, que o presidirá
- Cremildo Martins Paião	Administração Regional de Sobradinho
- Marconi de Souza Pereira	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Luiz Carlos Guimarães Trois	Secretaria de Agricultura
- Marcos Lara Lima	Secretaria de Agricultura/EMATER/DF
- Ivonete Fonseca P. dos Santos	Colônia Agrícola Córrego do Ouro
- Mércia Ferreira da Silva	Colônia Agrícola Catingueiro
- Milton Ribeiro dos Santos	Colônia Agrícola Contagem
- Messias Francisco da Silva	Colônia Agrícola Boa Vista
- Sebastião Caetano Gomes	Colônia Agrícola Palmital
- Ildenice Alves da Silva	Colônia Agrícola Lobeiral
- Alessandra Morales Momesso	CAESB
- Rubens Dutra Filho	Hospital Regional de Sobradinho
- Cátia Fernandes Praxedes	Divisão Regional de Ensino de Sobradinho.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO LÉLIS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 9 de março de 2000

PROCESSO Nº : 030.000.9793/99
INTERESSADO : Mario Sergio Boaventura de Sá
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida-Diárias
À vista das instruções contidas no presente processo e do disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16098/94, e de acordo com o que estabelece o inciso I do artigo 38 combinado com o inciso II e IV do artigo 39, do citado Diploma Legal RECONHEÇO A DÍVIDA, por delegação de competência contida na Portaria nº 04 de 10/06/99 autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Previsão de Pagamento no valor de R$ 348,68 (trezento e quarenta e oito reais e sessenta e oitos centavos), em favor do Chefe de gabinete Mario Sergio Boaventura de Sá, referente a duas dirias à cidade do Rio de Janeiro para participar do Forum Nacional de Secretários de Agricultura dias 09 e 10/12/99. Publique-se e encaminhe-se o processo ao DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, a conta da Dotação Orçamentária - Natureza da Despesa 34.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores do Orçamento desta Secretaria.

PROCESSO Nº : 030.000.8816/99
INTERESSADO : Mardoqueu Gomes de Carvalho
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida-Diarias
À vista das instruções contidas no presente processo e do disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16098/94, e de acordo com o que estabelece o inciso I do artigo 38 combinado com o inciso II e IV do artigo 39, do citado Diploma Legal RECONHEÇO A DÍVIDA, por delegação de competência contida na Portaria nº 04 de 10/06/99 autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Previsão de Pagamento no valor de R$ 493,98 (quatrocentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos), em favor do Secretário Adjunto Mardoqueu Gomes de Carvalho, referente a três dirias à Maceió-AL para participar do Forum Nacional de Secretários de Agricultura dias 17 e 19/11/99. Publique-se e encaminhe-se o processo ao DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, a conta da Dotação Orçamentária - Natureza da Despesa 34.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores do Orçamento desta Secretaria.

MARDOQUEU GOMES DE CARVALHO
Adjunto

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 119, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 81, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto 19.788 de 18 de novembro de 1998, e ainda, acatando ao que está previsto no art. 143, da lei n. 8.112/90, resolve: designar CLÁUDIA DIÉGUES MEUREN, matrícula 68.961-0, MARIA LUÍSA LOPES BATISTA AGUIAR, matrícula 1.161-4 e ADRIANA CORAZZA MIGUEL, matrícula 1.297-1, todos lotados na COPER para sob a presidência do primeiro, comporem comissão de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR com a finalidade de apurar o objeto constante no processo n. 055-015.800/99, além de outros fatos que venham a surgir com relação ao mesmo assunto.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 120, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 81, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto 19.788 de 18 de novembro de 1998, e ainda, acatando ao que está previsto no art. 143, da lei n. 8.112/90, resolve: , designar CLÁUDIA DIÉGUES MEUREN, matrícula 68.961-0, MARIA LUÍSA LOPES BATISTA AGUIAR, matrícula 1.161-4 e ADRIANA CORAZZA MIGUEL, matrícula 1.297-1, todos lotados na COPER para sob a presidência do primeiro, comporem comissão de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR com a finalidade de apurar o objeto constante no processo n. 055-015799/99, além de outros fatos que venham a surgir com relação ao mesmo assunto.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 121, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 81, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto 19.788 de 18 de novembro de 1998, e ainda, acatando ao que está previsto no art. 143, da lei n. 8.112/90, resolve: , designar, CLAUDIA DIÉGUES MEUREN, matrícula 68.961-0 (COPER), ADRIANA CORAZZA MIGUEL, matrícula 1.297-1 (COPER), e ANA PAULA RIEDERER ROCHA, matrícula 1173-8 (COPER), para sob a presidência do primeiro, comporem comissão de TOMADA DE CONTA ESPECIAL com a finalidade de apurar o objeto constante no processo n. 055-023.598/99, além de outros fatos que venham a surgir com relação ao mesmo assunto.

ALMIR MAIA RIBEIRO

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2000

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

I - Dispensar o Agente de Polícia RONALDO VASCONCELOS PIMENTEL, matrícula nº 19.782-3, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Sèção de Vigilância/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 07.02.2000.

II - Dispensar o Agente de Polícia JAMES DEAN DO NASCIMENTO BARBOSA, matrícula nº 23.568-7, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Apoiò Administrativo/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 07.02.2000.

III - Dispensar o Agente de Polícia HORÁCIO FERREIRA RÊGO, matrícula nº 26.444-X, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Investigações Criminais/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 07.02.2000.

IV - Designar o Agente de Polícia JAMES DEAN DO NASCIMENTO BARBOS, matrícula nº 23.568-7, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 07.02.2000.

V - Designar a Agente de Polícia TEREZINHA CORTES DA SILVA, matrícula nº 57.084-2, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Apoio Administrativo/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 07.02.2000.

VI - Designar o Agente de Polícia RONALDO VASCONCELOS PIMENTEL, matrícula nº 19.782-3, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Investigações Criminais/2ª DP/CPC/PCDF, a partir de 07.02.2000.

ERTE RODRIGUES DE BESSA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Ordem de Serviço de 2 de janeiro de 1996, bem assim pelo Item 1 da Instrução Normativa nº 10, de 7 de abril de 1997, e, em conformidade com o que dispõe a Ordem de Serviço de 31 de março de 1999, resolve:

DESIGNAR o servidor ADÃO JESUS GONDIM DE OLIVEIRA, Perito Criminal, matrícula 27.117-9, para desempenhar as funções de Executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil, e o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA - CREA, objeto do processo 052-001.417/99, que dispõe sobre taxas para regularização de projetos junto ao GDF e anotação de responsabilidade técnica junto ao CREA para PCDF, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº.10/97, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 88, de 12 de abril de 1997 e no Decreto nº. 16098, de 29 de novembro de 1994, que define as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CELSO MOREIRA FERRO JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Ordem de Serviço de 2 de janeiro de 1996, bem assim pelo Item 1 da Instrução Normativa nº 10, de 7 de abril de 1997, e, em conformidade com o que dispõe a Ordem de Serviço de 31 de março de 1999, resolve:

DESIGNAR o servidor VENÍCIO ANTÔNIO MARTINS DA SILVA, Agente de Polícia, matrícula 34.138-X, para desempenhar as funções de Executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil, e a empresa CASA DA MOEDA DO BRASIL., objeto do processo 052.000.013/2000, que dispõe sobre a aquisição de formulário de cédula de identidade para a PCDF, cujas atribuições estão previstas na Instrução Normativa nº.10/97, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 88, de 12 de abril de 1997 e no Decreto nº. 16098, de 29 de novembro de 1994, que define as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CELSO MOREIRA FERRO JÚNIOR

DIVISÃO DE PESSOAL

APOSTILAMENTO
Em 3 de março de 2000

O Diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração Geral, da Polícia Civil do Distrito Federal, no uso das suas atribuições, autoriza que nos valores percebidos a título de pensão instituída pelo ex-servidor OLINTO GOMES DOS SANTOS, matrícula nº 21.040-4, Agente de Polícia, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, sejam excluídos do rol de beneficiários de pensão temporária, KEILA CRISTINA LINO GOMES e ÉRICA PATRICIA LINO GOMES, a partir de 09 de outubro de 1992 e 18 de dezembro de 1993, respectivamente, por terem contraído matrimônio. Processo nº 050.000385/85.

WELLIGTON JOSÉ RIBEIRO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO POLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 3 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 1.813 de 30 de dezembro de 1997, resolve:

Designar Simone Antunes Santos, matrícula nº 80.137-2, como responsável pela prestação de contas dos vales transportes no âmbito da Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, a quem compete o cumprimento dos incisos I a VI, artigo 98 do Decreto nº 15.400 de 30 de dezembro de 1993.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 25, DE 3 DE MARÇO DE 2000

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – IDHAB-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 804, de 08 de dezembro de 1.994, e de acordo com o disposto nos Decretos nºs 16.234 e 20.537, de 20 de dezembro de 1.994 e de 30 de agosto de 1.999, respectivamente, e em conformidade com parecer da Douta Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal, resolve: Conceder Incorporação de Décimos, nos termos da Lei 1.004, de 09 de janeiro de 1996, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	REQ. Nº	MATRÍCULA	SÍMBOLO	DÉC.
JAIME PEREIRA DA SILVA	073572	10.757-3	ASSISTENTE	10/10
GIVALDO FRANCISCO DA COSTA	073911	10.814-6	ASSISTENTE	04/10
GIVALDO FRANCISCO DA COSTA	073911	10.814-6	DFG-10	04/10
SÔNIA LETÍCIA DA COSTA FRADE	074053	11.017-5	DFA-08	01/10
MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO E ARAÚJO	073571	11.174-0	DFG-08	10/10
ANA LÚCIA DE ARAÚJO MELO	074052	11.494-4	ASSISTENTE	02/10
ANA LÚCIA DE ARAÚJO MELO	074052	11.494-4	DFG-10	04/1C
ANTÔNIO PIMENTA DE PÁDUA	074872	11.621-1	AUXILIAR	06/10
IZOÉ CALIXTO DE OLIVEIRA	073908	11.705-6	DFA-10	04/10
SOLON PEREIRA DE OLIVEIRA SANTOS	073879	12.050-2	ASSISTENTE	10/10

Dê-se ciência e cumpra-se.

JOÃO CARLOS C. DE MEDEIROS

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 5/2000

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal comunica que o resultado do julgamento da licitação em epígrafe, processo nº 001-02.993/98, que tem por objeto a ***"aquisição de fitas para vídeo cassete"***, encontra-se afixado no quadro de aviso da CPL. Maiores informações na Comissão Permanente de Licitação, Sala D03 (Edifício da Emater/CLDF), SAIN, Parque Rural, ou pelo telefone 348.8650 ou fax 348.8651.

Brasília, 2 de março de 2000
ROBSON CRISPIM COSTA
Presidente

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 6/2000

A Administração Regional do Cruzeiro torna público a abertura de licitação, na forma que se segue:
Objeto: Contratação de serviços fotográficos(revelação com fornecimento de filmes), conforme especificado no Anexo Único do Edital.
Processo: 139.000.522/99.
Data de recebimento e abertura das propostas: 17/03/2000.
Horário:9 horas.
Cópia do Edital encontra-se a disposição dos interessados na Divisão de Administração Geral, Área Especial C, lote 3 no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

JOSÉ EUSTÁQUIO ALVES MOREIRA
Presidente da Comissão

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2000 (*)
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 1/96

O Distrito Federal, por meio da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, representado por DIVINO ALVES DOS SANTOS, na qualidade de ADMINISTRADOR, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária Financeira e Contábil do Distrito Federal, representado por HENRIQUE MACHADO BORGES, na qualidade de PROCURADOR. partes: MF/RA-X e TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.; objeto: LOCAÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA; convite 011/99, valor R$ 22.932,00 (vinte e dois mil , novecentos e trinta e dois reais). Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 10112; II- Programa de Trabalho: 04122010026040001; III- Natureza da Despesa: 349039; IV- Fonte de Recusos: 100. O contrato terá vigência de 12 meses, a contar da data de sua assinatura.e, deverá ser publicado no DODF, às expensas desta Administração.

(*)Republicado em face de erro no numero do termo padrão de 13/96 para 01/96.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/99.
APRESENTAÇÃO DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ DESPESA REFERENTE AO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2000 a 23 de FEVEREIRO DE 2000.

PROCESSO Nº 149.000.931/98 – PARTES: DF/RA-XVIII X TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. OBJETO: apresentar o crédito pelo qual correrá a despesa referente ao período de 1º de Janeiro de 2.000 a 23 de Fevereiro de 2000, no valor R$ 1.250,00 (hum mil, duzentos e cinqüenta reais). Da Dotação Orçamentária: A despesa correrá a conta do orçamento da Administração Regional do Lago Norte, para o corrente exercício aprovado pela Lei Nº 2.514, de 30 de dezembro de 1999, UO:10.120, PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0100.2449-0001, NATUREZA DE DESPESA: 34.90.39, FONTE DE RECURSOS: 100, sendo empenhada a importância de R$ 1.250,00 (hum mil, duzentos e cinquenta reais). O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura. Signatários: Pelo Distrito Federal: MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS LIMA – Administrador Regional do Lago Norte. Pela Contratada: GILBERTO ANTÔNIO BORGES, Diretor da Tecnolta.Brasília, 03 de Março de 2000. Oficio Nº 036 /2000.

EXTRÁTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/99.
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº001/99, CELEBRADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1999 E, APRESENTAÇÃO DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA REFERENTE AO PERÍODO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2000 a 31 de DEZEMBRO DE 2000.

PROCESSO Nº 149.000.931/98 – PARTES: DF/RA-XVIII X TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. OBJETO: Prorrogar o contrato Nº 001/99, celebrado em 23 de Fevereiro de 1999, e apresentar o crédito pelo qual correrá a despesa referente ao período de 24 de Fevereiro de 2.000 a 31 de Dezembro de 2000, no valor R$ 600,00 (seiscentos reais) Da Dotação Orçamentária: A despesa correrá a conta do orçamento da Administração Regional do Lago Norte para o corrente exercício, aprovado pela Lei Nº 2.514, de 30 de dezembro de 1999, UO:10.120, PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0100.2449-0001, NATUREZA DE DESPESA: 34.90.39, FONTE DE RECURSOS: 100, sendo empenhada a importância de R$ 600,00 (seiscentos reais). O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura. Signatários: Pelo Distrito Federal: MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS LIMA – Administrador Regional do Lago Norte. Pela Contratada: GILBERTO ANTÔNIO BORGES, Diretor da Tecnolta.Brasília, 03 de Março de 2000. Oficio Nº 037 /2000.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2000
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do disposto no parágrafo 2º do artigo 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal e, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 172, de 31 de dezembro de 1998, o Governo do Distrito Federal, através da Administração Regional do Lago Sul, convoca a população desta Região Administrativa para ampla AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 10 (dez) de abril de 2000, às 15:00 (quinze) horas no Auditório desta Administração Regional, sita na Área Especial n.º 1 da SHIS QI-11 Lago Sul, para apreciação prévia e deliberação do interesse público, visando à desafetação de 17.132,48 m2 (dezessete mil, cento e trinta e dois metros e quarenta e oito centímetros quadrados) de área pública de uso comum do povo, localizada entre o Conjunto 8 da Quadra QL-08 e o Conjunto 1 da Quadra QL-10, do Setor de Habitações Individuais Sul - SHIS, nesta região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, que fica destinada ao uso residencial, para a implantação de um conjunto de lotes, com as mesmas dimensões e índices urbanísticas dos demais conjuntos residenciais existentes no SHIS.

Brasília, 8 de março de 2000
MARCELO AMARAL

SECRETARIA DA FAZENDA

CENTRAL DE COMPRAS

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 51/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: MATERIAL PARA SINALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL (lacres, óculos de segurança, protetor auditivo, etc); Grupo: 18. Abertura: 20/03/00 às 09:30. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, á SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 52/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: MATERIAL PARA USO EM HOSPITAIS, CLINICAS ODONTOLOGICAS, LABORATÓRIOS E DE PRIMEIROS SOCORROS, MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO, MATERIAL PARA AGROPECUÁRIA, COUDELARIA E ZOOTECNIA (algodão, lã de vidro, acepran, pomada de arnica, seringa, dipirona, etc); Grupos: 10, 12 e 19. Abertura: 20/03/00 às 10:30. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 53/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (mangueiras e conexões); Grupo: 20. Abertura: 20/03/00 às 15:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 54/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: MAQUINAS, MOTORES E APARELHOS PARA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE (gerador); Grupos: 64. Abertura: 20/03/00 às 17:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 55/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: MOBILIÁRIO EM GERAL (poltronas, cadeiras, sofá, etc.); Grupos: 68. Abertura: 21/03/00 às 09:30. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 56/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: MAQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS E PARA ESCRITÓRIO (relógio datador); Grupos: 56. Abertura: 21/03/00 às 11:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 57/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: MEDALHAS, DIPLOMAS E PRÊMIOS (conjunto de medalhas); Grupos: 98. Abertura: 21/03/00 às 15:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 58/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (fonte para impressora, colar de embreagem, etc.); Grupo: 20. Abertura: 21/03/00 às 17:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 59/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: MATERIAL PARA SINALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL (lacres); Grupo: 18. Abertura: 22/03/00 às 09:30. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 60/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (rolamento para caneta); Grupo: 20. Abertura: 22/03/00 às 11:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 61/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: MATERIAL PARA EXPEDIENTE E ENSINO (carimbo); Grupo: 14. Abertura: 22/03/00 às 15:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente..

CONVITE Nº 62/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS (pneus e câmara e ar); Grupo: 21. Abertura: 22/03/00 às 17:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 63/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE: MAQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS E PARA ESCRITÓRIO (guilhotina); Grupos: 56. Abertura: 23/03/00 às 09:30. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 64/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: MATERIAL PARA AGROPECUÁRIA, COUDELARIA E ZOOTECNIA, MATERIAL PARA ALFAIATARIA E CAPOTARIA (arame farpado, corda de sisal e lona); Grupos: 12 e 13. Abertura: 23/03/00 às 11:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 65/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES (gás liquefeito); Grupo: 05. Abertura: 23/03/00 às 15:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

CONVITE Nº 66/00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: IMPRESSOS (carteira de identidade funcional); Grupo: 08. Abertura: 23/03/00 às 17:00. O respectivo Ato Convocatório poderá ser retirado mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Governo do Distrito Federal ou Certificado equivalente, expedido por órgão ou entidade pública, que estará a disposição dos licitantes no Núcleo de Licitação da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06 lote 2.310 sala 05, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do envelope de proposta de preços, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico: http://www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações, e no dia da abertura do envelope contendo a proposta de preços, trazer o Certificado de Registro Cadastral ou certificado equivalente.

Brasília, 9 de março de 2000
CLAUDIO LUIZ DE SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Convite

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/00

Objeto: Aquisição de Material para Expediente e Ensino (caixa de arquivo, tinta para carimbo, prancheta, clips, fita adesiva, cartolina, fita polietileno e corretiva para máquina IBM 6783, fita para relógio numerador, cartucho de tinta, toners, etiquetas, garra para encadernação, papel para cópia, reveladores e etc ..); Abertura: 29/03/00 às 09:00 horas. O respectivo edital poderá ser retirado mediante a apresentação do comprovante de recolhimento pago em qualquer agência bancária, através de DAR, código 357-3, no valor de R$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), que estará a disposição dos licitantes na Secretaria do Núcleo de Licitações da Central de Compras do Distrito Federal, à SIG Qd. 06, lote 2.310, sala 05, das 09:00 às 18:00 horas, ou pelo endereço eletrônico:

www.sefp.df.gov.br. As empresas e ou representantes que adquirirem o edital via internet se obrigam a acompanharem o Diário Oficial do Distrito Federal à possíveis alterações.

Brasília, 9 de março de 2000
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Materiais

SUBSECRETARIA DA RECEITA

GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - NÚCLEO BANDEIRANTE

EDITAL Nº 1 – AGBAN/GEATE/SUREC/SEF, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2000

A CHEFE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE DA GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e de suas atribuições regimentais, **DECLARA SUSPENSAS**, com fundamento no art.28, inciso I, alínea "c", item 2 do Decreto nº 18.955, de 22/12/97, as inscrições no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, dos contribuintes abaixo relacionados, por constatar a cessação de suas atividades no local para os quais foram inscritos, bem como dá conhecimento que as inscrições que permanecerem suspensas por *período superior a 90 (noventa) dias, contados do 10º (décimo) dia da publicação do presente Edital*, serão canceladas, na forma do art. 29, inciso II, alínea "d", do mesmo diploma legal.

CF/DF	RAZÃO SOCIAL
07.313.377/002-35	ULTRAKOLOR DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
07.394.848/001-24	BSBCOR CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS LTDA
07.382.823/001-90	ATLANTICA GRAFICA E EDITORA LTDA
07.330.533/001-82	BARÃO MOVEIS LTDA
07.316.541/001-49	BSB BOMBAS HIDRAULICAS LTDA
07.388.114/001-09	ECPAVA EMPRESA DE CONSTR.CIVIL .E PAVIMENT.ASFALTICA LTDA
07.383.767/001-83	FREEBOM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
07.369.819/002-03	HOME STAR PRESENTES LTDA
07.318.201/002-98	IRMÃOS TELES LTDA
07.349.883/001-83	L & C SISTEMA COMERCIAL LTDA
07.320.383/002-09	KAFURI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
07.339.196/001-16	KARIB VIDEO FOTO LTDA
07.384.979/002-13	PAVFORT O PAVIMENTO FORTE LTDA
07.355.066/001-70	SUPORTE ENTREPOSTO DE ALIMENTOS LTDA
07.385.869/001-89	VMS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
07.354.920/001-63	SÃO LOURENÇO GRAFICA E EDITORA LTDA
07.369.303/001-79	MICRO-CHIPS INFORMATICA LTDA
07.317.711/001-02	LOURISVALDO LOPES DE MOURA ME

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

EDITAL Nº 2 – AGBAN/GEATE/SUREC/SEF, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2000

A CHEFE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DO NÚCLEO BANDEIRANTE DA GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 16, inciso IV, da Lei nº 657, de 25.1.94, TORNA PÚBLICA A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 074/99 - DRSIA, de 24/11/99, contra o contribuinte a seguir denunciado, de domicílio tributário incerto e desconhecido: **LU & LIA LTDA,** inscrição no CF/DF Nº 07.380.113/002-15, com a seguinte descrição: Deixou de recolher aos cofres do GDF, o ICMS nos valores originários de I - R$ 4,67, referente a imposto lançado e recolhido a menor no mês de dezembro/97; II - 847,63, referente a notas fiscais de vendas não escrituradas no período de janeiro/98 à setembro/98. Os valores exigidos foram atualizados monetariamente, acrescido de juros de mora, multa principal e multa acessória no valor de 345,30, *perfazendo um crédito tributário de R$ 2.384,37. Tudo conforme demonstrativos em anexo, inclusive* termo de início de fiscalização (processo de baixa nº 043.002246/99 e conclusão fiscal. INFRINGÊNCIA LEGAL: Infração Art. 70, I e §1º, III do Dec. 16.102/94, de 30/11/94, art.46 da Lei nº1254/96, art.74 - I - "a" do Dec.18.955/97. Multas art.465, II, "a" do Dec. 16.102/94, de 30/11/94, art.65 - II - "a" da Lei1254/96, art.362 - II - "a" do Dec.18.955/97, art.369.- I - do Dec.18.955/97.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	R$
1 – PRINCIPAL	852,30
2 – CORREÇÃO MONETÁRIA	14,11
3 – JUROS DE MORA	308,63
4 – MULTA SOBRE O PRINCIPAL	864,03
5 -MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	345,30
TOTAL (R$)	**2.384,37**
TOTAL POR EXTENSO: (Dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos).	

INTIMAÇÃO PARA RECOLHER OU IMPUGNAR A EXIGÊNCIA, NO PRAZO DE 20 DIAS, A CONTAR DESTA DATA (INCISO VIII): Fica o contribuinte intimado a recolher o Crédito Tributário discriminado acima, ou, se preferir, apresentar impugnação por escrito à Divisão de Receita de sua Circunscrição Fiscal, sob pena de REVELIA. Se optar pelo recolhimento, no prazo estipulado, a multa sobre o principal será reduzida em 75% (Setenta e cinco por cento), conf. Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996. (Auditor Autuante: Jorge Furusho, mat.: 28.545-5).

ALCINA CARNEIRO NETA FERREIRA

BANCO DE BRASÍLIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 44/99

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público a Revogação da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 044/99, por razões de interesse público. Os autos do Processo 041.000.386/99 estão com vista franqueada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, no horário de 10 às 16 horas.

A COMISSÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 5/2000

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o julgamento das propostas comerciais do Convite DIRAD/CPLIC nº 005/2000. Empresa vencedora: MICRO SWITCH ELETRO ELETRÔNICA LTDA. Os autos do processo 041.000.056/2000 encontram-se com vista franqueada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, no horário das 10 às 16 horas, nos dias de atendimento bancário.

A COMISSÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O BRB Banco de Brasília S.A., para a contratação dos serviços de consultoria de otimização do sistema de comunicação normativo do BRB com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS ESTADUAIS E REGIONAIS - ASBACE, pelo valor de R$ 49.578,00 (quarenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais), de acordo com o inciso XIII do Art. 24 da Lei 8.666/93, torna público que a Diretoria Colegiada, ratificou o ato de dispensa de licitação em 01.03.2000. Processo nº 071/2000.

FRANCISCO DE ASSIS GOMES
Pela Gerência

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 11/99

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público que os imóveis a seguir relacionados, referentes à Concorrência DIRAD/CPLIC-011/99 foram alienados às seguintes pessoas: item 28 - INFORBRÁS INFORMÁTICA DE BRASÍLIA LTDA. - R$ 19.630,00; item 83 - JÚLIO CÉSAR NUNES - R$ 32.950,00 e item 155 - LENINE JOSÉ ADORNO GODINHO - R$ 388.000,00, nos termos do art. 24, V, da Lei 8.666/93.

FRANCISCO DE ASSIS GOMES
Gerente de Processos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RELAÇÕES DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
JANEIRO/2000

A Seção de Orçamento e Finanças/DAG/SE em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 938/95 - DF e Decisão n.º 3427/96 - TCDF, torna público a relação de compras, obras e serviços realizados durante o mês de janeiro/2000

INEXIGÍVEL						
NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
0004	Banco de Brasília S/A.	Despesa c/ aquisição de vales-transporte, referente ao mês de jan/2000.	01	U	2.427,60	2.427,60
0005	Viação Anapolina Ltda.	Despesa c/ aquisição de vales-transporte, referente ao mês de jan/2000.	01	U	60,90	60,90

FEVEREIRO/2000

A Seção de Orçamento e Finanças/DAG/SE em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 938/95 - DF e Decisão n.º 3427/96 - TCDF, torna público a relação de compras, obras e serviços realizados durante o mês de fevereiro/2000

INEXIGÍVEL						
NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
0018	Lex Editora S/A	Despesa c/ aquisição da Legislação Federal e Marginália, coleção de 1997 a 1999.	01	U	1.780,00	1.780,00
0028	Banco de Brasília S/A.	Despesa com aquisição de vales-transporte referente ao mês de fevereiro/2000.	01	U	3.234,20	3.234,20
0029	Viação Anapolina Ltda.	Despesa c/ aquisição de vales-transporte referente ao mês de fevereiro/2000.	01	U	60,90	60,90
0031	Telebrasília – Telecomunicações de Brasília.	Despesa c/ serviços telefônicos desta Secretaria p/ o corrente exercício.	01	U	70.000,00	70.000,00

0032	Telebrasília Celular S/A	Despesa c/ serviços telefônicos desta Secretaria p/ o corrente exercício.	01	U	10.000,00	10.000,00
0033	Telebrasília – Telecomunicações de Brasília.	Despesa c/ serviços telefônicos ref. a exercícios anteriores.	01	U	142,24	142,24

CONVITE

NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
0013	Brasconnect Telecomunic. e Informática Ltda.	Despesa c/ prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de uma central telefônica período de 01 ano.	01	U	6.480,00	6.480,00
0014	Capri Turismo Passagens e Excursões Ltda.	Despesa c/ serviço de fornecimento de passagem aérea e rodoviária regional, nacional e interestadual a ser utilizado durante o corrente exercício.	01	U	10.000,00	10.000,00
0019	Nastec – Serviços, Mat. e Máquinas Ltda.	Despesa c/ aquisição de cilindro p/ máquina copiadora Mita.	01	U	562,00	562,00
0034	Type Máquinas e Serviços Ltda.	Despesa c/ locação de 04 máquina copiadora, marca Mita, uma modelo DC- 6090 e três modelo DC-1460 .		U	57.530,00	57.530,00

DISPENSA

NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
0015	Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.	Despesa para atender prestação de serviços na aérea de informática.	01	U	5.000,00	5.000,00
0016	Transcon Eletrônica Ltda.	Despesa c/ conserto de um fac simele, marca TCÊ.	01	U	93,00	93,00
0020	Micro Service Serviços e Informática Ltda.	Despesa p/ atender conserto de monitor, impressoras e microcomputador.	01	U	3.618,00	3.618,00
0021	Type Máquinas e Serviços Ltda.	Despesa p/ face a Contrato de manutenção preventiva e corretiva em uma máquina copiadora mita.	01	U	1.068,00	1.068,00

CONCORRENCIA

NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
0036	Vandro Helal Cliver	Despesa c/ aquisição de cartucho de toner p/ impressora HP 720C.	20	U	46,78	935,60
0037	Cassia P. da Anunciação-ME	Despesa c/ aquisição de cartucho de toner p/ impressora a jato de tinta HP 720.	10	U	62,10	621,00
0038	Type Máquinas e Serviços Ltda.	Despesa c/ aquisição de toner preto marca KTN p/ copiadora Mita.	12	U	116,00	1.392,00

SUPRIMENTO DE FUNDOS

NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
0012	João Jose Pereira Rocha	Despesa c/ suprimento de fundos n. 01/2000.	01	U	3.000,00	3.000,00

A SEÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA
CONCORRÊNCIA Nº 4/1999

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que a abertura de Propostas da Concorrência Nº 04 /1999 - FEDF , será dia 10/03/2000 às 10:00 horas na sala de reuniões nº 300.

Brasília, 9 de março de 2000
ACHILLES DA SANTANA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 69/00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a licitação em epígrafe, processo nº 061.000902/96, objetivando a aquisição de armário modular deslizante, confeccionado em chapa de aço com espessura aproximada de 2mm e furos oitavados a cada 25mm, prevista para o dia 14/03/00, às 09:30 horas, foi adiada **SINE DIE** para melhores especificações do PPS.

Brasília, 9 de março de 2000
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CONVITE Nº 558/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que a abertura da licitação na modalidade de Convite nº 558/99, proc. 061.012426/99, prevista para o dia 09/03/00 às 17:15 horas, foi prorrogada para o dia 17/03/00 às 15:00 horas. O Edital com as alterações estará à disposição dos interessados a partir do dia 10/03/00 na Secretaria da Comissão.

Brasília,9 de março de 2000
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 65/00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL , comunica aos interessados na licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 065/00, Proc. 061.011619/99, que o resultado de habilitação das empresas foi o seguinte: **FIRMAS HABILITADAS: 01** – MADAV MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E SERV. LTDA-ME; 02 – CAVALHEIRO MATERIAIS DE CONST. LTDA; 03 – ARGOS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA; 04 – PONTUAL E PONTUAL LTDA; 05 – MS REPRESENTAÇÕES MONTALVÃO E SIQUEIRA LTDA E SIQUEIRA LTDA; 06 – HIDROCOR COMERCIAL DE TINTAS LTDA; 07 – PISORAMA PISOS, REVEST. E DECORAÇÕES LTDA; 08 – ATTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; 09 – SAVANA TINTAS E FERRAGENS; 11 – FAROL MATERIAIS P/CONSTRUÇÃO LTDA – EPP; 13 – ESTRUTURA CENTER COM. DE MÀT. DE CONSTRUÇÃO LTDA; 14 – EQUIMAF EQUIPAMENTOS MÁQUINAS FERRAMENTAS LTDA; 15 – L.M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; 16 – MP MADEIREIRA PLANALTO LTDA. **FIRMAS INABILITADAS**: 10 – REAL FERRAGENS LTDA, por descumprir ao item 4.1 "c" do edital (Dívida Ativa) e 12 – MADEIREIRA FORTALEZA COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, por descumprir ao item 4.1 "b" falências e Concordata (vencidas) do Edital.

CONVITE Nº 102/00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL , comunica aos interessados na licitação aberta na modalidade de Convite nº 102/00, Proc. 061.012324/99 que o resultado de habilitação das empresas foi o seguinte:

FIRMAS HABILITADAS: 01 – BUENO ENGENHARIA LTDA; 02 – L.M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; 04 – SÓ VIDROS COM. DE VIDROS ESPELHOS LTDA EPP; 05 – CVP COMÉRCIO DE VIDROS E PERSIANAS LTDA. **FIRMAS INABILITADAS**: 03 – TEMPERBOX COMÉRCIO E REP. DE VIDROS LTDA, por descumprir ao item 4.1 "e" do edital.

Brasília,9 de março de 2000
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADO DE RECURSO
CONCORRÊNCIA Nº 3/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **NEGADO** provimento ao recurso interposto pela empresa CTI – COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, contra o resultado do julgamento da licitação aberta na modalidade de Concorrência nº 03/99, proc. 061.010372/99.

Brasília, 9 de março de 2000
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONVITES

EDITAL Nº 035/00 - PROC. 061.012117/99

Vencedoras/Itens
PHILIPS DO BRASIL LTDA – 01,02 – R$29.325,00
UNIVERSO ELÉTRICO LTDA-ME – 03,04 – r$106.740,00
SILVINO MONTEIRO DE CARVALHO – 05,06 – R$28.470,00
Desclassificada/Itens
PHILIPS DO BRASIL LTDA – 03,04,05,06

EDITAL Nº 59/00 - PROC. 061.008501/99

Vencedoras/Itens
MICROMEDICAL MAT. MÉDICO HOSP. LTDA – 01 R$ 3.760,00
WHITE MARTINS GASES IND. S/A – 02 R$ 1.128,00
Desclassificadas/Itens
PAULO CESAR FLEURY DE OLIVEIRA – todos os itens
ALERGO HOSPITALAR LTDA – todos os itens
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 02
FOTOBRÁS FOTOSSENSÍVEIS DO BRASIL IND. E COM. LTDA – 02
SCHINKOETH EQUIP. MÉDICO HOSPS. LTDA – 02
SAÚDE COMÉRCIO DE PRODS. HOSPS. LTDA – 02

EDITAL Nº 094/00 - PROC. 062.000376/99

Vencedoras/Itens
L.M COM. E SERV. LTDA – 01 R$ 7.278,00
S.V.M PRODUTOS HOSP. LTDA – 02 R$ 2.198,00

EDITAL Nº 098/00 - PROC. 061.011806/99

Vencedora/Item
MICROMEDICAL MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – 01 R$ 39.895,50
Desclassificada/Item
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – 01
AVL INSTRUMENTOS MÉDICOS LTDA – 01

EDITAL Nº 103/00 - PROC. 062.000172/99

Vencedora/Item/Valor
EMBU CIENTÍFICA IND. E COM. LTDA – 01- R$ 49.800,00

EDITAL Nº 113/00 - PROC. 061.012388/99

Vencedora/Item
MALLINCKRODT DO BRASIL LTDA – 01 R$ 48.000,00
Desclassificada/item
PRONTO HOSPITALAR COM.DIST. LOCAÇÃO REP. LTDA – 01

EDITAL Nº 116/00 - PROC. 061.012141/99

Vencedora/Itens
TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA – 01,02 R$ 11.043,50
Desclassificada/Itens
MONNA HOSPITALAR LTDA – todos os itens

Brasília, 9 de marçode 2000
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO Nº 4/96

PROCESSO: 101.000.555/97; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e 0 INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE; OBJETO: prorrogar o prazo da vigência até 29/02/2000 e suplementar recursos no valor de R$ 300.227,30 (trezentos mil, duzentos e vinte e sete reais e trinta centavos); ASSINATURA: 31/12/99; VIGÊNCIA: da data da assinatura até 29/02/2000; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FSSDF: Paulo César Carvalho Olivieri; P/ENTIDADE: Ronan Batista de Souza.

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BR/

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP:112.007.602/99. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 002/2000-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Contrato de Empreitada Obra Engª D.U. ASJUR/PRES nº 508/00. OBJETO: Execução total, sob o regime de empreitada por preço unitário, da obra de serviços de fresagem, recapeamento asfáltico e meios-fios, na via L4 Sul (trecho Palácio da Alvorada/Ponte Costa e Silva - RA - I - Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma SETA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TERRAPLENAGEM E ADMINISTRAÇÃO LTDA. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para conclusão dos serviços será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do 5º (quinto) dia do recebimento da correspondente Ordem de Serviço Externa, e a vigência do contrato será de 150 (cento e cinqüenta) dias corridos contados à partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. VALOR: R$ 1.284.512,71 (hum milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e doze reais e setenta e um centavos). RECURSOS: Correrão por conta do Contrato 220/2000-Secretaria de Obras, publicado em 21.02.2000, vigente até 18.07.2000, conforme Nota de Empenho nº 02190.0002/00, emitida em 28.02.2000, pela Diretoria Financeira da NOVACAP. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 28.02.2000. PELA CONTRATADA: JOSÉ BONIFÁCIO DE OLIVEIRA. PELA CONTRATANTE: ELMAR LUIZ KOENIGKAN e CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT´ANNA. TESTEMUNHAS: MARCELO RODRIGUES SILVA e ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS.

COORDENADORIA ESPECIAL DO METRÔ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 114.000.047/94-MC/NOVACAP. CONTRATANTE: NOVACAP através da Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal. CONTRATADO: Consórcio ISOTECH. ESPÉCIE: Termo Aditivo "H" ao Contrato 014/94-MC/NOVACAP. OBJETO: Adequação da Planilha de Quantidades e Preços referentes aos serviços a serem executados até 28/02/2001; Complementação do fornecimento de equipamentos e prestação de serviços; Adequação do cronograma físico-financeiro; Aprovação de preços novos; Adequação da Planilha de Quantidades e Preços ao Decreto nº 20.949, de 11.01.2000; Alteração do texto dos itens 24.1 e 24.2, do Edital de Concorrência nº 001/94-CEL/MC/NOVACAP; Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Principal; Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato principal; Inclusão de recursos de orçamento aprovados para o ano 2000 para a implantação do Sistema de Transportes Ferroviário Metropolitano. VALOR TOTAL: R$ 4.697.768,80 (quatro milhões seiscentos e noventa e sete mil setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa de trabalho: 26.453.2800.1169-0001; Natureza da Despesa: 451351; Fontes de Recursos 100 e 132, Partes; Pela Contratante: PAULO VICTOR RADA DE REZENDE e LUIZ GONZAGA RODRIGUES LOPES; Pela Contratada: BRUNO BARBOSA MOURA ROCHA, CARLOS ALBERTO VIANNA e JEAN LUC TREFF.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

A COORDENADORIA ESPECIAL DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL, através da Comissão Especial de Licitação – CEL, torna público que realizará licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO, cujo OBJETO é a Construção de 01 (um) conjunto de Terminais de Integração Metrô – Ônibus, destinado ao Sistema Integrado de Transporte do Distrito Federal em Brasília, Distrito Federal. Fornecimento de Edital: a partir de 14/03/2000, das 09:00 às 12:00 horas e das 14:30 às 17:00 horas, no Edifício Sede do Complexo Administrativo e Operacional do METRÔ-DF, Av. Jequitibá, nº 155 – Águas Claras- Brasília-DF. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima e será franqueado ao preço de R$ 700,00 (setecentos reais), pagáveis no Banco de Brasília S/A – BRB, Agência 130, Conta 835.001-2. A sessão pública para recebimento da documentação e propostas, e abertura dos invólucros 1 "Documentação", dar-se-á no dia 14 de abril de 2000, às 9:00 horas, no local acima. Maiores informações através dos telefones 353-7158 e 353-7155.

IRACEMA MARQUES DA LUZ
Presidente da Comissão Especial de Licitação

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 032/2000-P.PJU/CEB; PARTES: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e DIAMANTE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.; DATA DA ASSINATURA: 08/03/2000; OBJETO: Construção civil de 11 (onze) subestações de distribuição de 13.800/380-220V, 60 HZ, do tipo F-2 e F-3, localizadas no Guará II, Setor Sudoeste, Águas Claras e Asa Norte. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 259.020,15 (duzentos e cinqüenta e nove mil, vinte reais e quinze centavos); PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias; PRAZO DE VIGÊNCIA: 150 (cento e cinqüenta) dias; PROCESSO Nº 093.002.282/99-CEB; DESPESA DE PUBLICAÇÃO: CEB; ASSINATURA PELA CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO e SÍLVIO QUEIROZ PINHEIRO e pela DIAMANTE: MARCUS VINÍCIUS DE ANDRADE; DEMAIS CONDIÇÕES: Em conformidade com o Contrato acima.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 5862. ASS.: 09.03.2000. PROCESSO: 092.006861/99. PARTES: CAESB X OLIDIO DOS SANTOS PEREIRA FILHO - ME (SOBRATEL). Tendo em vista a inexigibilidade de licitação. OBJETO: prestação dos serviços de arrecadação de receita de Notas Fiscais/Faturas de fornecimento de água e ou coleta de esgotos emitidas pela CAESB, através de sua sede e escritórios. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. As despesas correrão à conta da rubrica 12.233.303.329-6-SPCO. VALOR: R$ 0,26 (vinte e seis centavos), por Nota Fiscal/Fatura de Água e Esgoto/Serviços. VIGÊNCIA: Os prazos de execução e vigência do presente ajuste é de 12 e 13 meses, respectivamente, contados a partir da publicação de extrato do DODF. ASSINANTES: P/ CAESB: Jorge da Motta e Silva - Diretor Financeiro e Comercial. P/ OLIDIO DOS SANTOS PEREIRA FILHO - ME (SOBRATEL): Olidio dos Santos Pereira Filho.

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público que realizará a Concorrência nº CP - 001/2000-CAESB para venda do imóvel e sua locação temporária, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nºs 67/97, em Brasília - Distrito Federal. Tipo de licitação: Maior Oferta (Art. 45 da Lei Nº 8.666/93).
Data de abertura da licitação: 20 de abril de 2000, às 15:00 horas.
Data limite para aquisição do edital: 14 de abril de 2.000.
Data limite para recolhimento da caução de participação: 19 de abril de 2.000, no valor de R$ 190.000,00.
Data de realização da visita ao prédio: últimos dias 17 ou 18 de abril de 2.000.
O edital poderá ser adquirido na Assessoria de Licitações a partir do dia 14 de março de 2.000 no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 20,00, na Tesouraria da CAESB, localizada no térreo. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (61) 325-7122 e do fax (61) 325-7340.

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2000

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços nº TP - 014/2000-CAESB para contratação de serviços de mobilização comunitária para implantação de ramais condominiais de esgotos sanitários em diversas localidades do Distrito Federal, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário. Tipo de licitação: técnica e preço.
Data de abertura da licitação: 20 de abril de 2000, às 09:00 horas.
Data limite para aquisição do edital: 13 de abril de 2000
Data limite para recolhimento da garantia de participação: 18 de abril de 2000, no valor de R$ 14.500,00
Data de realização de vistoria técnica: 14 ou 17 de abril de 2000
O edital poderá ser adquirido na Assessoria de Licitações a partir do dia 13 de março de 2000 no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R$ 20,00, na Tesouraria da CAESB, localizada no térreo. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (61) 325-7122 e do fax (61) 325-7340.

Brasília, 8 de março de 2000
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE ADIAMENTO

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público que a abertura das Propostas de Preços referente à Concorrência nº CP - 008/99-CAESB para execução dos serviços de recuperação do maciço de concreto e fundações da Barragem do Rio Descoberto visando eliminar as percolações da água pelo corpo da barragem e fundações, no Distrito Federal, anteriormente marcada para o dia 10 de março de 2000, às 09 horas, no Auditório no sexto andar do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, fica adiada *SINE DIE*, por razões administrativas. As licitantes serão comunicadas oportunamente da nova data de abertura das Propostas de Preços.

Brasília, 9 de março de 2000
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 4/2000

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CVO - 004/2000-CAESB, da forma que se segue: CBR ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, vencedora com o valor total de R$ 72.059,34.

CONVITE Nº 11/2000

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 011/2000-CAESB, da forma que se segue: firma **JUNDILAB PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA.**, vencedora do item único, perfazendo o Valor Total de R$ 17.940,00 (dezessete mil e novecentos e quarenta reais).

CONVITE Nº 13/2000

A Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 013/2000-CAESB, da forma que se segue: firma AFFIANCE REPRESENTAÇÃO COM. E CONSULTORIA LTDA., vencedora dos itens 01, 19, 22 e 27, perfazendo o valor total de R$ 15.408,30 (quinze mil, quatrocentos e oito reais e trinta centavos); firma INTRAB COM. PROD. SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA., vencedora dos itens: 15, 23, 24 e 25, perfazendo o valor total de R$ 4.276,66 (quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos); firma KAPITÃO

AMÉRICA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COMÉRCIO INDÚSTRIA E REP. LTDA., vencedora dos itens: 16, 17, 18 e 20, perfazendo o valor total de R$ 1.077,44 (um mil e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos); firma PRIMEIRA LINHA COMÉRCIO DE ROLAMENTOS LTDA., vencedora dos itens: 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, perfazendo o valor total de R$ 15.016,91 (quinze mil e dezesseis reais e noventa e um centavos). Os itens 02, 03, 04, 05, 06 e 07 foram cancelados

Brasília, 9 de março de 2000
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 6/2000

Tornamos público o resultado de habilitação referente ao Convite supracitado. Ficam habilitadas todas as empresas participantes do certame em 03.03.2000, e marcada a data de abertura das propostas de preços para o dia 15.03.2000 às 9:00 horas, caso não seja interposto recurso.

CONVITE Nº 7/2000

Tornamos público o resultado de habilitação referente ao Convite supracitado. Ficam habilitadas todas as empresas participantes do certame em 03.03.2000, e marcada a data de abertura das propostas de preços para o dia 15.03.2000 às 10:30 horas, caso não seja interposto recurso.

Brasília, 9 de março de 2000
COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 3/2000

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas de preços referente ao Convite supracitado. *1ª classificada* – CPL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA; 2ª classificada - CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA e *3ª classificada* - TRISA ENGENHARIA LTDA. *Empresa vencedora:* CPL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA no valor de R$ 115.813,42 (cento e quinze mil, oitocentos e treze reais e quarenta e dois centavos).

CONVITE Nº 5/2000

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas de preços referente ao Convite supracitado. *1ª classificada* – STRATA ENGENHARIA LTDA; *2ª classificada* - CPL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA e *3ª classificada* - TRISA ENGENHARIA LTDA. *Empresa vencedora:* STRATA ENGENHARIA LTDA no valor de R$ 48.027,96 (quarenta e oito mil, vinte e sete reais e noventa e seis centavos).

Brasília, 9 de março de 2000
COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 12/99

1) Segundo Termo Aditivo ao Contato nº 012/99 - TCB/INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE; 2) Processo nº 095.001386/99; 3)Data Assinatura 21/12/17/02/2000; 4) Objeto: Prorrogação de viggência do contrato original por um período de 30 (trinta) dias, a contar de seu vencimento, mantidas inalteradas as demais cláusulas; 5) Assinantes: P/TCB MANOEL NETO e MAURO COSTA MENDES CATEB e P/ICS RONAN BATISTA DE SOUSA.



AGORA
O GDF
QUER OUVIR
VOCÊ. LIGUE.

FALACIDADÃO
0800-611516
Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 13/99

O Presidente da EMATER/DF, torna pública a **ADJUDICAÇÃO** referente a Concorrência nº 013/99, Processo nº 030.8239/99 da Central de Compras do GDF, relativa a aquisição de combustíveis, nos moldes do art. 38, inciso VII da Lei 8.666/93, art. 3º do Decreto 20.375/99 e art. 5º da Lei nº 938, de 20/10/95, conforme tabela abaixo :

Item	Especificação	Valor/KG R$	Prazo de entrega	Fornecedor
01	GASOLINA.	0,9232	48H-APÓS PEDIDO	COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
02	ÁLCOOL	0,6052	48H-APÓS PEDIDO	COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA
03	ÓLEO DIESEL	0,5260	48H APÓS PEDIDO	COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA

Brasília, 29 de fevereiro de 2000
PAULO MENICUCCI CASTANHEIRA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2000

Objeto: contratação de empresa especializada na impressão de dados variáveis em 400.000 (quatrocentos mil) documentos de segurança, Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos CRLV/2000, custódia de estoque-base em ambiente de segurança, conferência, separação, manuseio, manipulação de documentos. A Comissão Permanente de Licitação do Detran/DF comunica o resultado de julgamento referente a fase de proposta da licitação em referência. Empresa vencedora: ATP Tecnologia e Produtos S.A.

Brasília, 2 de março de 2000
ISABEL CRISTINA DA SILVA GUTHIER
Presidente

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2000

Objeto: contratação de empresa especializada na construção de cerca com elementos pré-moldados, na área frontal esquerda do depósito de veículos do Detran/DF. A Comissão Permanente de Licitação do Detran/DF comunica o resultado de julgamento referente a fase de habilitação. Empresas habilitadas: Bueno Engenharia Ltda, GW Construções e Incorporações Ltda e Pimar Pirâmide Engenharia e Comércio Ltda. Empresas inabilitadas: Construtora Nova Época Ltda, Construtora Ipê Ltda, Organização Floresta Dedetização e Reformas Ltda, Construtora Pollo Comércio e Incorporações Ltda, Construtora Atlanta Ltda, MC Engenharia Ltda e Alacon Engenharia Ltda. O parecer de julgamento encontra-se à disposição dos interessados na sala 211 do Ed. Sede Detran/DF.

Brasília, 2 de março de 2000
ISABEL CRISTINA DA SILVA GUTHIER
Presidente

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO/98

PROCESSO: 053.000.775/98. TOMADA DE PREÇO N.º 006/98, com base no Art. 25, Inciso II da Lei 8.666/93. PARTES: CBMDF X DANKA DO BRASIL LTDA. OBJETO: Prorrogar o Contrato padrão/98, com base na Cláusula Décima Terceira, celebrado em 27/11/98, PRAZO; 01/01/2000 a 31/12/2000. DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: JAN 2000. SIGNATÁRIOS: BENJAMIN FERREIRA BISPO, na qualidade de Comandante Geral do CBMDF e pela Contratada DANKA DO BRASIL LTDA. representada pelo Sr. Antônio Saulo Vieira, na qualidade de Procurador Legal.

DIRETORIA DE PESSOAL

EDITAL Nº 13, DE 8 DE MARÇO DE 2000

O Diretor de Pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em conformidade com o artigo 19, combinado com o artigo 49, do Decreto 16.036 de 04 de novembro de 1994 torna público o resultado da Fase I – com o argumento final, o resultado da fase III de candidato sob liminar judicial, o resultado final do concurso.

1 – Resultadoda fase I – Exame Intelectual, com argumento final:

a) Bacharelado em Incêndio e Pânico – Masculino

INSC.	NOME	IDENTIDADE	ARGUMENTO FINAL
03370	Daniel Virgilio de Carvalho	2100864-DF	321,43
09332	Marcelo Cesar de Sousa	1028035982-MA	297,14
14188	Victor Fernando de Oliveira Spagnolo	2058777-DF	290,43
03302	Daniel Mendonca Correia	1969762-DF	280,67
18118	Antonio Henrique Souza Lopes Frota	1441273-DF	280,22
22831	Japhet Alves Pereira Leite	2059881-DF	278,10
21367	Rui de Araujo Lobo Junior	1472709-DF	269,14
16680	Everton Luiz Dias Moreira	518488 6-RJ	261,28
06015	Guilherme Blumm Matsuda	1139814345-DF	253,51
00650	Allysson de Oliveira Noronha	1713134-DF	246,84
10904	Omar Oliveira Guedes Neto	1895348-DF	246,27
14255	Vinicius Santos Silva	1926950-DF	243,50
19229	Francisco Lima de Oliveira Junior	1886204-DF	228,85
09059	Luiz Henrique Borges de Azevedo Silva	4000622-GO	225,37
11693	Rafael Fernandes Conti	1974444-DF	219,49
15963	Ricardo Nogueira Rodrigues	1682141-DF	218,41
01270	Andre Luiz Sellani de Oliveira	1883160-DF	216,37
10349	Mauro Azevedo Viana Junior	1138324346-DF	214,14
09696	Marcos Rangel de Almeida	1138604648-DF	213,39
01155	Anderson Lino do Nascimento	34669877120192-GO	209,50
11871	Raphael de Souza	1830693-DF	206,92
00681	Alysson Kruger Figueira	1022165-ES	203,47
17673	Adilon Martins da Silva	1568976-DF	202,70
07602	Julius Caesar Augustus F R Bernardo	26704270-SP	201,20
21920	Werner Araujo Miquelino da Silva	2017687-DF	193,65
04926	Felicio Massahiro Sonoda	1912004-DF	189,17
13687	Thiago Almeida Paiva	1897572-DF	183,65
22188	Antonio dos Santos Filho	3331-DF	182,25
10903	Olmar Fontoura Campos da Silva	1658822-DF	183,33
01602	Antonio Leopoldo Nogueira Neto	1677739-DF	180,95

b) Bacharelado em Incêndio e Pânico –Feminino

INSC.	NOME	IDENTIDADE	ARGUMENTO FINAL
12072	Renata Costa de Moura	1139065245-DF	314,72
05321	Flavia Costa Tarchetti	1793658-DF	309,90
20420	Marcia de Castro Botelho	2010245-DF	207,56
03972	Dulce Helen Lim	1922473-DF	191,71
00546	Aline Chaves da Silva	1903245-DF	170,27
07725	Karla Regina Barcellos Alves	0111541140-DF	144,48

2 - O Diretor de Pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em conformidade com o artigo 19, combinado com o artigo 49, do Decreto 16.036 de 04 de novembro de 1994 e em atenção ao Mandado de Segurança n 2000.01.1.009985-0, torna público que o candidato Antonio Henrique Souza Lopes Frota, inscrição 18118, CPF nº 602.475.681-04, foi avalido na Fase III – INSPEÇÂO DE SAÙDE, do Concurso Público para o Curso de Formação de Oficial Bombeiro Militar do Distrito Federal/Engenharia de Incêndio e Pânico obtendo o conceito "APTO".

3 – Resultado Final:

a) Bacharelado em Incêndio e Pânico – Masculino

INSC.	NOME	CPF	ARGUMENTO FINAL
09332	Marcelo Cesar de Sousa	690.495.721.20	297,14
14188	Victor Fernando de Oliveira Spagnolo	718.443.251.72	290,43
22831	Japhet Alves Pereira Leite	714.260.271.68	278,10
16680	Everton Luiz Dias Moreira	708.714.181.34	261,28
10904	Omar Oliveira Guedes Neto	697.157.771.04	246,27
11693	Rafael Fernandes Conti	721.208.351.87	219,49
09696	Marcos Rangel de Almeida	834.744.471.49	213,39
01155	Anderson Lino do Nascimento	820.989.991.00	209,50
11871	Raphael de Souza	709.388.651.53	206,92
00681	Alysson Kruger Figueira	080.666.517.32	203,47
07602	Julius Caesar Augustus F R Bernardo	267.093.938.44	202,70
21920	Werner Araujo Miquelino da Silva	713.987.321.68	201,20
13687	Thiago Almeida Paiva	714.806.251.91	183,65
22188	Antonio dos Santos Filho	805.493.491.20	182,25
10903	Olmar Fontoura Campos da Silva	691.631.111.87	181,33
01602	Antonio Leopoldo Nogueira Neto	688.999.471.04	180,95

b) Bacharelado em Incêndio e Pânico –Feminino

INSC.	NOME	CPF	ARGUMENTO FINAL
12072	Renata Costa de Moura	723.249.701.63	314,72
05321	Flavia Costa Tarchetti	689.209.201.25	309,90
03972	Dulce Helen Lim	858.521.801.06	191,71
07725	Karla Regina Barcellos Alves	715.053.691.34	144,48

c) Candidato sob Liminar Judicial – Mandado de Segurança nº 2000.01.1.009985-0.

INSC.	NOME	CPF	ARGUMENTO FINAL
18118	Antonio Henrique S. L. Frota	602.475.681.04	280.02

4 – Candidatos habilitados dentro do número de vagas previstas no Edital nº 8, de 3 de setembro de 1999 – publicado no DODF n º 21, de 31JAN2000 :

a) Bacharelado em Incêndio e Pânico – Masculino

INSC.	NOME	CPF	ARGUMENTO FINAL
09332	Marcelo Cesar de Sousa	690.495.721.20	297,14
14188	Victor Fernando de Oliveira Spagnolo	718.443.251.72	290,43
22831	Japhet Alves Pereira Leite	714.260.271.68	278,10
16680	Everton Luiz Dias Moreira	708.714.181.34	261,28
10904	Omar Oliveira Guedes Neto	697.157.771.04	246,27
11693	Rafael Fernandes Conti	721.208.351.87	219,49
09696	Marcos Rangel de Almeida	834.744.471.49	213,39
01155	Anderson Lino do Nascimento	820.989.991.00	209,50
11871	Raphael de Souza	709.388.651.53	206,92
00681	Alysson Kruger Figueira	080.666.517.32	203,47

b) Bacharelado em Incêndio e Pânico –Feminino

INSC.	NOME	CPF	ARGUMENTO FINAL
12072	Renata Costa de Moura	723.249.701.63	314,72
05321	Flavia Costa Tarchetti	689.209.201.25	309,90

5 – Em conseqüência convoco os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2, do Edital Normativo, publicado no DODF nº 21 de 31JAN2000, do Concurso Público para o Curso de Formação de Oficial Bombeiro Militar do Distrito Federal/Engenharia de Incêndio e Pânico e o candidato Antonio Henrique Souza Lopes Frota, inscrição 18118, CPF nº 602.475.681-0, sob liminar judicial - Mandado de Segurança n 2000.01.1.009985-0, para

apresentação/inclução na Academia de Bombeiros Militar do Distrito Federal(SAIS Qd – 04 Lt – 05) no dia 13 de março de 2000 às 9:00 horas.

Brasília, 8 de março de 2000
OSCAR SOARES DA SILVA – CEL QOBM/Comb

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 5/2000

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de retífica de motores em veículos de passeio e transporte de carga, movidos a álcool, gasolina e diesel, da frota da Polícia Civil do Distrito Federal, para o exercício de 2000. A CPL/PCDF informa que a licitação acima foi revogada por interesse público.

Brasília, 9 de março de 2000
DENISE DE ALMEIDA NERY ABOUD
Presidenta da CPL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 67, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2000

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 20.460 de 29 de julho de 1999, torna público o presente Edital de Retificação, contendo a relação das firmas/empresas cujos endereços constantes no Edital nº 049 de 11 de fevereiro de 2000, publicado no DODF nº 39 de 24 de fevereiro de 2000, foi alterado na forma a seguir:

PROCESSO	*EMPRESA*	*ONDE SE LÊ*	*LÊIA-SE*
160.000.043/2000	César Transportes de Cargas Ltda	Trecho 05 Conjunto 07 Lote 05	Trecho 05 Conjunto 07 Lote 03
160.000.046/2000	Quavis Transportes Modernos Ltda	Trecho 05 Conjunto 07 Lote 10	Trecho 05 Conjunto 07 Lote 12
160.004.191/1999	Artefatos de Concreto Brasília Ltda	Trecho 05 Conjunto 05 Lote 05	Trecho 05 Conjunto 05 Lote 07
160.004.084/1999	Terroarte Terraplenagem e Obras de Arte Ltda	Trecho 05 Conjunto 06 Lote 07	Trecho 05 Conjunto 05 Lote 08

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 73, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na alínea "b", inciso I, artigo 19, do Decreto nº 20.460, de 29 de julho de 1999, torna público o cancelamento da pré-indicação da empresa **DROGARIA SANTA MÁRCIA LTDA**, referente a área situada na Quadra 600, Conjunto 02, Lote 06, da Área de Desenvolvimento Econômico de Recanto das Emas/DF, processo nº **160.001.570/99** indicada pelo Edital nº 215 de 03/12/99, publicado no DODF nº 232 de 07/12/99, e o conseqüente arquivamento do referido processo.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 78, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, que lhe é conferida pela alínea b, inciso I, art. 19 do Decreto nº 20.460, de 20 de julho de 1999, torna público o acolhimento das Cartas-Consulta apresentadas pelas empresas identificadas no anexo único deste Edital e sua aprovação pelo Comitê de Consulta Prévia, com pleito de incentivo econômico no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ/DF, mediante as seguintes condições e critérios:

I – a empresa habilitada deverá apresentar o Projeto de Viabilidade Econômica junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da publicação deste Edital, para fins de apreciação junto a Câmara competente e homologação do CPDI:

II – a aprovação da Carta-Consulta de que trata este Edital será declarada nula de pleno direito nos casos de:
a) Utilização, verificada em qualquer fase do processo, de documentos ou informações com dolo, fraude ou simulação, para habilitação;
b) renúncia expressa do interessado;
c) interrupção do funcionamento do estabelecimento, em qualquer fase do processo, constatada administrativa ou judicialmente;
d) apuração de débitos em processos administrativo-fiscal;
e) incompatibilidade da atividade a ser desenvolvida pela empresa e o respectivo zoneamento, constante das normas de uso do solo definidas pelo os órgãos competentes.

III – a empresa que se considerar prejudicada com a aprovação do pleito deverá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificada , ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, com endereço no SBN – Quadra 2 - Bloco "K" – 2º Subsolo, no prazo de 30 dias, contado da data da publicação deste Edital, em horário de 09:00 às 12:30 e de !4:30 às 19:00.

LAZARO MARQUES NETO

ANEXO ÚNICO

NOME: ATACADISTA DINIZ LTDA	**Nº DO PROCESSO:**	160.000.259/2000
	INSCRIÇÃO CF/DF:	07.396.587/001-03
	ATIVIDADE:	comércio atacadista de calçados, bolas, cintos, malas, confecções, gêneros alimentícios, secos e molhados.
	INCENTIVO PLEITEADO:	ECONÔMICO – Aquisição de Terreno
	IMÓVEL:	QS 09, Rua 100, Lotes 03 e 05, Bairro Águas Claras.
	EMPREGOS ATUAIS:	18
	EMPREGOS A GERAR:	40
	EMPREGOS A SEREM MANTIDOS:	58
NOME: CORBEL COMÉRCIO E REPRESENT. DE BEBIDAS LTDA	**Nº DO PROCESSO:**	160.001.586/94
	INSCRIÇÃO CF/DF:	07.330.762/001-33
	ATIVIDADE:	exploração do comércio atacadista de bebidas, refrigerantes e água mineral.
	INCENTIVO PLEITEADO:	ECONÔMICO – Aquisição de Terreno
	IMÓVEL:	Conjunto 07, Lote 27, da Área de Desenvolvimento Econômico de Águas Claras.
	EMPREGOS ATUAIS:	14
	EMPREGOS A GERAR:	22
	EMPREGOS A SEREM MANTIDOS:	36

EDITAL Nº 79, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 20.460 de 29 de julho de 1999, torna público o presente Edital de Retificação, contendo a relação das firmas/empresas cujos endereços constantes do Edital nº 215, de 03 de dezembro de 1999, publicado no DODF nº 232, de 07 de dezembro de 1999, foram retificados na forma a seguir:

PROCESSO	*EMPRESA*	*ONDE SE LÊ*	*LÊIA-SE*
160.001.534/99	LÍDER FORTE MAT. P/ CONSTRUÇÃO LTDA	QD. 200 CONJ. 05 LT. 40	QD. 402 CONJ. 05 LT. 19
160.001.291/99	SIQUEIRA CAMPOS SHOPPING CAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	QD. 402 CONJ. 04 LT. 08	QD. 200 CONJ. 05 LT. 40

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 80, DE 1º DE MARÇO DE 2000

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 20460, de 20 de julho de 1999, e com fundamento legal no que estabelece o inciso II, do artigo 15, da Portaria nº 51, de 24 de junho de 1999, publicada no DODF de 25/06/99, torna público a exclusão da empresa abaixo relacionada do processo de seleção para o Setor Residencial, Indústria e Abastecimento – SRIA – Guará II – Pólo de Moda do DF de que trata a portaria acima mencionada:

PROCESSO	INTERESSADO
160.000.961/1999	CONFECÇÕES RAMALHO LTDA

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 81, DE 1º DE MARÇO DE 2000

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 20460, de 20 de julho de 1999, e com fundamento legal no que estabelece o inciso II, do artigo 15, da Portaria nº 30, de 08 de junho de 1999, publicada no DODF de 09/06/99, torna público a exclusão da empresa abaixo relacionada do processo de seleção para a Área de Desenvolvimento Econômico de Recanto das Emas de que trata a portaria acima mencionada:

PROCESSO	INTERESSADO
160.001.688/1999	LAJES TRIUNFO LTDA

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 82, DE 1º DE MARÇO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, que lhe é conferida pela alínea b, inciso I, art. 19 do Decreto nº 20.460, de 20 de julho de 1999, torna público o acolhimento das Cartas-Consulta apresentadas pelas empresas identificadas no anexo único deste Edital e sua aprovação pelo Comitê de Consulta Prévia, com pleito de incentivo econômico no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ/DF, mediante as seguintes condições e critérios:
I – a empresa habilitada deverá apresentar o Projeto de Viabilidade Econômica junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da publicação deste Edital, para fins de apreciação junto a Câmara competente e homologação do CPDI:
II – a aprovação da Carta-Consulta de que trata este Edital será declarada nula de pleno direito nos casos de:
a) Utilização, verificada em qualquer fase do processo, de documentos ou informações com dolo, fraude ou simulação, para habilitação;

b) renúncia expressa do interessado;
c) interrupção do funcionamento do estabelecimento, em qualquer fase do processo, constatada administrativa ou judicialmente;
d) apuração de débitos em processos administrativo-fiscal;
e) incompatibilidade da atividade a ser desenvolvida pela empresa e o respectivo zoneamento, constante das normas de uso do solo definidas pelo os órgãos competentes.

III – a empresa que se considerar prejudicada com a aprovação do pleito deverá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificada , ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, com endereço no SBN – Quadra 2 - Bloco "K" – 2º Subsolo, no prazo de 30 dias, contado da data da publicação deste Edital, em horário de 09:00 às 12:30 e de !4:30 às 19:00.

LAZARO MARQUES NETO

ANEXO ÚNICO

NOME: CASA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA	**Nº DO PROCESSO:**	160.000.111/99
	INSCRIÇÃO CF/DF:	07.369.467/001-04
	ATIVIDADE:	comércio varejista e atacadista de produtos, embalagens e gêneros alimentícios.
	INCENTIVO PLEITEADO:	ECONÔMICO – Aquisição de Terreno
	IMÓVEL:	Quadra 04, Conjunto H, Lotes 02 e 04, do Setor de Oficinas Norte – SOF/NORTE.
	EMPREGOS ATUAIS:	06
	EMPREGOS A GERAR:	07
	EMPREGOS A SEREM MANTIDOS:	13
NOME: FEDERAL LOCADORA LTDA ME	**Nº DO PROCESSO:**	160.004.120/99
	INSCRIÇÃO CF/DF:	07.389.230/001-45
	ATIVIDADE:	prestação de serviços de locação de veículos, motocicletas, jet sky e embarcações em geral.
	INCENTIVO PLEITEADO:	ECONÔMICO – Aquisição de Terreno
	IMÓVEL:	Quadra 04, Conjunto F, Lote 19, do Setor de Oficinas Norte – SOF/NORTE.
	EMPREGOS ATUAIS:	02
	EMPREGOS A GERAR:	02
	EMPREGOS A SEREM MANTIDOS:	04

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL convida a todos os interessados para a Audiência Pública destinada à apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI, concernente à implantação do POLO 2, LOTE 05, PROJETO ORLA.
DATA DA REALIZAÇÃO: 10 de abril de 2.000 - Segunda-Feira.
HORÁRIO: 15:00 horas.
LOCAL: Auditório da SEMATEC.
SEPN, Quadra 511, Bloco A, Edifício Bittar II, 5º andar
Brasília - DF.
Informa, ainda, que o RIVI está à disposição do público para consulta até a data da realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN QD. 511, Bloco "A" Ed. Bittar II - Brasília, CEP: 70.750-901 (1º andar - Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA
Secretário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do DF, convida a todos os interessados para Audiência Pública destinada à apresentação e discussão do relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, concernente à implantação do Polo 2, lote 05, projeto Orla. Data da realização : 10 de abril de 2.000 – Segunda – feira. Horário 15:00 hs no local Auditório da SEMATEC, situada SEPN Qd. 511 bloco A Ed. Bittar II 5° andar Brasília – DF. Informa ainda que o RIVI está a disposição do público para consulta até a data de realização da audiência, nesta Secretária, no local SEPN Qd. 511 bloco A Ed. Bittar II Brasília – DF CEP. 70.750-901 (1° andar – Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca)., no horário de 14:30 às 18:30 horas.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA
Secretário

DAR 1397/00

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE RECURSOS
CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a ata de deliberação de fls. retro, da Comissão Especial de Licitação, designada pela Instrução de Serviço "SLU" nº 107, de 09/03/1999, alterada pelas Instruções de Serviço "SLU" nºs 262, de 29/11/1999 e 036, de 02/03/2000, que adoto como razões de decidir, conheço, vez que tempestivas, da impugnação formulada pela empresa Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda, ao edital da Concorrência nº 001/2000-CEL/SLU/DF, negando-lhes provimento no mérito

CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a ata de deliberação de fls. retro, da Comissão Especial de Licitação, designada pela Instrução de Serviço "SLU" nº 107, de 09/03/1999, alterada pelas Instruções de Serviço "SLU" nºs 262, de 29/11/1999 e 036, de 02/03/2000, que adoto como razões de decidir, conheço, vez que tempestivas, das impugnações formuladas pelas empresas SPL Construtora e Pavimentadora Ltda, Fóssil Saneamento Ltda, Capital – Construção e Limpeza Ltda, ao edital da Concorrência nº 001/2000-CEL/SLU/DF, negando-lhes provimento no mérito

CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a ata de deliberação de fls. retro, da Comissão Especial de Licitação, designada pela Instrução de Serviço "SLU" nº 107, de 09/03/1999, alterada pelas Instruções de Serviço "SLU" nºs 262, de 29/11/1999 e 036, de 02/03/2000, que adoto como razões de decidir, conheço, vez que tempestivas, da impugnação formulada pela empresa Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda, ao edital da Concorrência nº 001/2000-CEL/SLU/DF, negando-lhes provimento no mérito

CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a ata de deliberação de fls. retro, da Comissão Especial de Licitação, designada pela Instrução de Serviço "SLU" nº 107, de 09/03/1999, alterada pelas Instruções de Serviço "SLU" nºs 262, de 29/11/1999 e 036, de 02/03/2000, que adoto como razões de decidir, conheço, vez que tempestivas, da impugnação formulada pela empresa HOPE – Hollanda Oliveira Participações e Empreendimentos Ltda, ao edital da Concorrência nº 001/2000-CEL/SLU/DF, negando-lhes provimento no mérito

Brasília, 9 de março de 2000
DINÍSIO ANTÔNIO DA CRUZ
Presidente da CEP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratificamos a inexigibilidade de licitação para aquisição de vales-transporte a serem distribuídos aos servidores do IDHAB-DF no mês de março/2000, com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.
Publique-se e encaminhe-se a DIORF para as demais providências.
Brasília, 09 de março de 2000.

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 13

A SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, criada com fim específico de planejamento, execução e implementação da Política Fundiária, e com vistas à regularização de Terras Urbanas e Rurais no Distrito Federal, com observância da Lei Federal n.º 6.766/79 e as alterações constantes da Lei n.º 9.785, de 29 de janeiro de 1999, e das Leis n.º 954/95, n.º 992/95, n.º 1.477/97 e Lei Complementar n.º 017/97, notifica o PROPRIETÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL DOS PARCELAMENTOS RELACIONADOS, para comparecer no endereço abaixo:

SRTV/Sul, Quadra 701, Bloco "K", Térreo, Ed. Embassy Tower (em frente ao Parque da Cidade), na ASSESSORIA JURÍDICA, a partir do dia 13 de março de 2000 até o dia 24 de março de 2000, das 9:00 às 12:00 e das 14: às 17:00, com a finalidade de promover o andamento dos respectivos processos de regularização, com observância das obrigações e dos prazos previstos na legislação específica.

RA - V SOBRADINHO

CONDOMÍNIO	PROCESSO
Mansões Bougainville	020.000.504/89
Recanto dos Colibris	030.004.527/90

RA - VI PLANALTINA

CONDOMÍNIO	PROCESSO
Parque das Amoreiras	030.017.619/92
Cachoeira	030.017.587/92
Portal do Amanhecer I	030.017.585/92
San Sebastian	030.017.590/92
Nosso Lar	020.000.794/85

RA - VII PARANOÁ

CONDOMÍNIO	PROCESSO
Privê Residencial San Marino	030.011.528/90

RA - XIII SANTA MARIA

CONDOMÍNIO	PROCESSO
Parque Céu Azul	020.000.724/89
Mansões Meireles	020.000.834/85

RA – XIV SÃO SEBASTIÃO

Vivendas Del Rey	020.000.721/89

ODILON AIRES
Secretário

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO TERMO DE RERRATIFICAÇÃO
DO CONTRATO Nº 1/00

PROCESSO Nº 020.003.638/99 - PARTES: DISTRITO FEDERAL/PROCURADORIA GERAL X XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. OBJETO: - Da Retificação: 1) – A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação: "O Contrato tem por objeto a locação de máquinas copiadoras ampliadoras e redutoras, com fornecimento de suprimentos, consoante especifica a Justificativa de Dispensa de Licitação de fls. 02/03 e a Proposta de fls. 33/34. 2) - A Cláusula Quinta passa a ter a seguinte redação: "O valor total do Contrato é de R$ 26.400,00 (VINTE E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS), procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente lei orçamentária anual." VIGÊNCIA: A partir da assinatura. ASSINATURA: 01/03/2000. SIGNATÁRIOS: PELO DISTRITO FEDERAL: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral em exercício. PELA CONTRATADA: LUIZ CLÁUDIO MACHADO ALVES, Gerente de Mercado.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 6/2000

PROCESSO Nº 141.005.648/98 - PARTES: DF/PRG X EDNALDO ALVES DE FARIA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 2.946,0697 UFIR's. VIGÊNCIA: 23 (vinte e três) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 24/02/00. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e EDNALDO ALVES DE FARIA, Beneficiário. Brasília-DF, 08 de março de 2000. Of. nº 016/00–CCCL/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 7/2000

PROCESSO Nº 141.007.775/99 - PARTES: DF/PRG X LAURO DA SILVA DE AQUINO. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1506,8805 UFIR's. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 17/02/00. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e LAURO DA SILVA DE AQUINO, Beneficiário. Brasília-DF, 08 de março de 2000. Of. nº 016/00–CCCL/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 8/2000

PROCESSO Nº 132.002.464/86 e 132.001.392/89 - PARTES: DF/PRG X EMILIANA CARDOSO DA SILVA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1431,1747 UFIR's. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 29/02/00. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e EMILIANA CARDOSO DA SILVA, Beneficiária. Brasília-DF, 08 de março de 2000. Of. nº 016/00–CCCL/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 9/2000

PROCESSO Nº 139.000.291/92 - PARTES: DF/PRG X FRANCISCA BARROS DE ALENCAR. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1.178,19 UFIR's. VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, contados da data de publicação. ASSINATURA: 29/02/00. SIGNATÁRIOS: JOSÉ LUCIANO ARANTES, Procurador-Geral Adjunto e FRANCISCA BARROS DE ALENCAR, Beneficiária. Brasília-DF, 08 de março de 2000. Of. nº 016/00–CCCL/PRG/DF.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 6/2000

Objeto: contratação de seguro total para 02 veículos FIAT MAREA ELX 99/00. Recebimento dos envelopes: 20/03/2000 às 10:00 horas. Edital encontra-se à disposição na Seção de Compras, 4º andar do Ed. Anexo, fone 314.2149, fax 314.2219, mediante apresentação de Certificado de Registro Cadastral.

Brasília, 9 de março de 2000
FÁBIO BORGES DE MOURA
Chefe Substituto

INEDITORIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE OFICINAS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES DO SETOR "M" NORTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente ficam convocados os Associados para participarem da Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 10/3/2000, a partir das 19 horas, na FACITA-QI 25 Área Especial - Taguatinga, com a seguinte pauta: 1.Mudança do Estatuto; 2.Recomposição da Diretoria; 3. Assuntos Gerais. Taguatinga, 29/2/2000. Francisco Carlos de Sá Freitas-Presidente.
DAR-1410/00

AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A

CGC/MF Nº 40.281.347/0001-74
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos senhores acionistas da AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A, que se acham a disposição os documentos a que se refere o art. 133 da Lei Nº 6.404/76, referentes ao exercício findo em 31.12.1999, adiante relacionados: 1. relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício; 2. cópia das demonstrações financeiras; 3. parecer dos auditores independentes. Os acionistas interessados poderão obter cópia dos documentos acima relacionados na sede da companhia, situada no Campus Universitário da Universidade de Brasília, Setor Sul (parte), Edifício AUTOTRAC, Asa Norte, Brasília/DF, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas, nos dias úteis de 2ª a 6ª feira.

Brasília, 8 de março de 2000
A ADMINISTRAÇÃO

DAR-1399/00

COOPEHART – COOPERATIVA HABITACIONAL DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA TELEBRASÍLIA

EDITAL PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A diretoria da COOPEHART - Cooperativa Habitacional dos Associados da Associação Recreativa Telebrasília, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os seus associados para Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme dispõe o artigo 43 parágrafo único do estatuto, a ser realizada no dia 18/03/2000 (Sábado) às 10:00h, em 1ª convocação e 2ª convocação às 10:30h, na Obra da COOPEHART, na Quadra 203 Lote 09, Águas Claras/DF, para tratar da seguinte pauta: 1) Aprovação do Balanço, exercício de 1999; 2) Formação de Chapas para Eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal da COOPEHART; 3) Definir valor do terreno a ser comercializado; 4) Modificação das características físico-financeiras do empreendimento habitacional; 5) Aprovação dos serviços extras prescindíveis ao empreendimento habitacional; 6) Prestação de Contas; 7) Posição da Obra; e 8) Assuntos Gerais.
Ariovaldo José da Silva - Diretor Presidente

DAR 1435/00

CREDIFECOMÉRCIO – COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO SISTEMA FECOMÉRCIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Sistema Fecomércio – Credifecomércio, convoca os associados para assembléia geral ordinária e extraordinária a ser realizada no 1º andar do Ed. Presidente Dutra, sito SCS Qd. 02 Sala 05, na cidade de Brasília-DF, no dia 22/03/2000, às 17:30horas em primeira convocação de 2/3 e em trinta minutos após em segunda chamada com 50% +1 e em terceira e última chamada com número mínimo de 10 servidores associados presentes, para deliberarem sobre o seguinte: ORDEM DO DIA: Assembléia Extraordinária - a) Re-ratificar as deliberações da AGO/E de 05/02/1999 e retificar todos os atos das AGE de 12/07/1999 e de 27/09/1999; Assembléia Ordinária – a) Prestação de Contas do exercício de 1999; b) Assuntos Gerais de interesse dos associados. Brasília-DF, 09 de março de 2000. José Ramos, CPF 182.713.241-87, Presidente da CREDIFECOMÉRCIO

DAR 1427/00

MARCOS PEREIRA LOMBARDI

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal - IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de posto de gasolina na Quadra 107, Alameda dos Eucaliptos, lote 09, Bairro Águas Claras Taguatinga/DF. Foi determinada a elaboração de Relatório de Controle Ambiental - RCA. Marcos Pereira Lombardi, proprietário.

DAR 1437/00

ODAIR RODRIGUES DE SOUSA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal - IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de posto de gasolina na QS 09, Rua 123, lotes 06,08,10, 12 e 14, Bairro Águas Claras Taguatinga/DF. Foi determinada a elaboração de Relatório de Controle Ambiental - RCA. Odair Rodrigues de Sousa, proprietário.

DAR 1437/00

POSTO ESTRADA PARK LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal - IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de posto de gasolina da QNL 30, Conjunto "A", lote 12, Taguatinga/DF. Foi determinada a elaboração de Relatório de Controle Ambiental - RCA. Marcos Pereira Lombardi, representante da empresa.

DAR 1437/00

POSTO DO PARK DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal - IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de posto de gasolina na Quadra 01, Conjunto "A", lotes 05 e 07, Centro Metropolitano de Taguatinga/DF. Foi determinada a elaboração de Relatório de Controle Ambiental - RCA. Marcos Pereira Lombardi, representante da empresa.

DAR 1437/00

REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO GARANTIA LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal - IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de posto de gasolina na QI 07, lotes 01,02,03, 04 e 05, Setor de Industria, Taguatinga/DF. Foi determinada a elaboração de Relatório de Controle Ambiental - RCA. Divino Gomes de Souza, representante da empresa.

DAR 1437/00

TELEBRASÍLIA CELULAR S.A.

COMPANHIA ABERTA – CNPJ Nº 02.320.032/0001-08

OFERTA PÚBLICA DE COMPRA DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO DA TELEBRASÍLIA CELULAR S.A.
POR CONTA E ORDEM DE SEU ACIONISTA CONTROLADOR
TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

BOAVISTA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, abaixo qualificada, doravante designada INTERMEDIADORA, por conta e ordem de acionista controlador, TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., abaixo qualificado, doravante designado COMPRADOR, vem a público dirigir aos titulares de AÇÕES ordinárias e preferenciais de emissão da TELEBRASÍLIA CELULAR S.A., abaixo qualificada, doravante designada EMISSORA, a presente "Oferta pública de compra de ações em circulação no mercado", visando ao cancelamento do registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76, observados os termos da Instrução CVM nº 229/95 e as seguintes condições:

1. DA OFERTA PÚBLICA

Dispõe-se a INTERMEDIADORA, por ordem e conta do COMPRADOR, na forma do deliberado pela ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da EMISSORA, realizada no dia 10 de janeiro de 2000, doravante designada ASSEMBLÉIA GERAL, a adquirir a totalidade das ações ordinárias e preferenciais representativas do capital social da EMISSORA, em circulação no mercado. Esse total, representativo de 13,19% do capital social da EMISSORA, monta a 105.045.098 (cento e cinco milhões, quarenta e cinco mil e noventa e oito) ações ordinárias e 163.231.007 (cento e sessenta e três milhões, duzentos e trinta e um mil e sete) ações preferenciais classe B, doravante designadas, isoladas ou conjuntamente, AÇÕES.

1.1. O preço de compra é de R$ 148,42 (cento e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos) por lote de mil ações, mediante pagamento à vista, reajustado pela Taxa Referencial - TR, calculada pro rata temporis do dia 10 de janeiro de 2000 (data da ASSEMBLÉIA GERAL) até a data da liquidação financeira da OFERTA ESPECIAL (abaixo definida). O referido preço representa o valor patrimonial da ação apurado em 30 de novembro de 1999. A INTERMEDIADORA informará o preço final, por lote de mil ações, assim que conhecido o índice de atualização.

1.2. A PRESENTE OFERTA ESTÁ CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS INCISOS II E III DO ARTIGO 1º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 229/95, RELATIVOS AO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMISSORA JUNTO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM COMO COMPANHIA ABERTA. Até a abertura do pregão em que se realizará a operação, a INTERMEDIADORA informará se foram ou não atendidos os requisitos para cancelamento do registro da EMISSORA como companhia aberta.

1.3. Durante o prazo de 16.03.2000 a 17.04.2000, os acionistas que aceitarem vender suas AÇÕES, nos termos da presente Oferta Pública, deverão habilitar-se, pessoalmente ou através de procuradores devidamente constituídos, junto às sociedades corretoras de sua livre escolha ou através da BOAVISTA.S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Praça Pio X, nº 118 - 10º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. OS ACIONISTAS QUE ACEITAREM VENDER SUAS AÇÕES ESTARÃO AUTOMATICAMENTE CONCORDANDO COM O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMISSORA COMO COMPANHIA ABERTA, conforme deliberado na ASSEMBLÉIA GERAL. As sociedades corretoras representando os acionistas vendedores, deverão observar o disposto no item 1.5. abaixo.

1.4. A operação de compra e venda das AÇÕES será realizada através de OFERTA ESPECIAL, a ser realizada no Sistema de Negociação da SOMA (Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A.) no dia 18 de abril de 2000, às 15:30 horas, doravante designada OFERTA ESPECIAL.

1.5. No dia da realização da OFERTA ESPECIAL, as corretoras representantes dos acionistas vendedores deverão, até as 12:00 horas, entregar as ofertas firmes e irretratáveis de venda diretamente ao Diretor do Sistema ou registrá-las na SOMA. Para o registro na SOMA os códigos serão 1BRCON e 1BRCBN, para as ações ordinárias e preferenciais classe B, respectivamente.

1.6. Será permitida a livre interferência de corretoras representando terceiros compradores na OFERTA ESPECIAL, desde que para compra da totalidade das AÇÕES ofertadas à venda, por se tratar de Oferta Pública destinada ao cancelamento do registro da EMISSORA como companhia aberta. É CERTO QUE, TENDO SIDO ATINGIDOS OS REQUISITOS PARA O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMISSORA COMO COMPANHIA ABERTA, O MESMO PROCEDER-SE-Á JUNTO À COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, INDEPENDENTEMENTE DE HAVER OU NÃO INTERFERÊNCIA POR PARTE DE TERCEIROS.

1.7. A liquidação será realizada de acordo com as normas da CÂMARA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA (CLC), correndo a corretagem de venda por conta dos vendedores e a de compra por conta do comprador.

1.8. A sociedade corretora encarregada de realizar a compra de AÇÕES, por conta e ordem do COMPRADOR, será a BOAVISTA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, membro da SOMA, sediada na Praça Pio X, 118 - 10º andar, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 33.894.445/0001-11.

2. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Durante a ASSEMBLÉIA GERAL, acionistas representando mais de 51% do capital social da EMISSORA aprovaram o cancelamento do registro da EMISSORA como companhia aberta, pelas seguintes razões:

2.1. A EMISSORA não tem mais interesse em captar recursos por meio de emissão pública de ações e outros valores mobiliários; 2.2. As AÇÕES da EMISSORA possuem liquidez restrita; e

2.3. Os custos de manutenção da EMISSORA como companhia aberta são elevados, e apresentam retorno baixo, uma vez que a EMISSORA não utiliza as possibilidades que o referido registro coloca à sua disposição.

3. DAS INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

3.1. A TELEBRASÍLIA CELULAR S.A., está sediada no Setor Comercial Sul Quadra 02, Bloco C, nº 226, Edifício Telebrasília Celular, 7º andar, em Brasília - DF, inscrita no CNPJ nº 02.320.032/0001-08 e tem como objeto social a prática de exploração dos serviços de telefonia móvel celular e afins, bem como das atividades necessárias ou úteis à exploração desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas, definidas em lei.

3.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA EMISSORA EM 31.12.1999:

ACIONISTAS	ON	%	PREF. A e B	%	TOTAL	%
Tele Centro Oeste	816.958.487	88,61	948.224.259	85,31	1.765.182.746	86,81
Ações Conselheiros	0	0,00	5	0,00	5	0,00
Ações em Tesouraria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	105.045.098	11,39	163.231.007	14,69	268.276.105	13,19
Total	922.003.585	100	1.111.455.271	100	2.033.458.856	100

3.3. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA EMISSORA EM R$ MIL:

ESPECIFICAÇÃO	DEZ./1997	DEZ./1998	NOV./1999
Capital Social (R$)	245.690,00	245.691,00	245.691,00
Patrimônio Líquido (R$)	245.690,00	274.241,00	301.818,00
Res. Br. da Int. Financ. (R$)	100.938,00	115.373,00	125.390,00
Resultado Operacional (R$)	72.137,00	44.386,00	41.294,00
Lucro Líquido (R$)	72.137,00	51.366,00	51.390,00
Exigível Total (R$)	33.654,00	77.170,00	123.545,00
Nº de Ações (Qtde. mil)	2.033.458	2.033.458	2.033.458
Lucro p/ mil Ações (R$)	35,4750	25,2604	25,2722
Vr. Patrimonial por mil Ações (R$)	120,82374	134,86407	148,42542
Dividendos (R$)	0,00	28.600,00	25.116,00
Lucro Líq ./Patrimônio Líq. (%)	0,2936	0,1873	0,1703
Lucro Líq. / Res. Br. da Int. Financ. (%)	0,7147	0,4452	0,4098
Lucro Líq. / Cap. Social (%)	0,2936	0,2091	0,2092

3.4. EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMISSORA:

ESPECIFICAÇÃO	DEZ./1997	DEZ./1998	JUN./1999
Capital Social Inicial (R$ mil)	245.691,00	245.691,00	245.691,00
Aumento de Capital (R$ mil)	0,00	0,00	0,00
Capital Social Final (R$ mil)	245.691,00	245.691,00	245.691,00

3.5. QUADRO DEMONSTRATIVO DA NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES DA EMISSORA NOS ÚLTIMOS 12 MESES, NA SOMA:

		AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREF. Classe B	
MÊS	ANO	PREÇO MÉDIO NOMINAL R$/MIL	PREÇO MÉDIO ATUALIZADO - TR R$/MIL	PREÇO MÉDIO NOMINAL R$/MIL	PREÇO MÉDIO ATUALIZADO - TR R$/MIL
Março	/1999	-	-	-	-
Abril	/1999	-	-	-	-
Maio	/1999	-	-	-	-
Junho	/1999	-	-	-	-
Julho	/1999	-	-	-	-
Agosto	/1999	119,20	121,12	119,55	121,48
Setembro	/1999	110,00	111,14	110,39	111,83
Outubro	/1999	-	-	112,58	113,78
Novembro	/1999	150,00	151,36	123,89	125,01
Dezembro	/1999	-	-	121,72	122,48
Janeiro	/2000	-	-	128,40	128,93
Fevereiro	/2000	-	-	128,48	128,67

3.6. Informações adicionais sobre a presente Oferta Pública, incluindo cópia das demonstrações financeiras da EMISSORA devidamente auditadas, com base no qual foi definido o preço de compra das AÇÕES, poderão ser obtidas na sede da EMISSORA, Telebrasília Celular S.A., situada no SCS Quadra 02, Bloco C, nº 226, Edifício Telebrasília Celular, 7º andar, em Brasília - DF, na INTERMEDIADORA, Boavista S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, sediada na Praça Pio X, nº 118, 10º andar, no Rio de Janeiro - RJ, ou ainda na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, à Rua Sete de Setembro, 111 - 27º andar, Rio de Janeiro - RJ.

3.7. O registro da EMISSORA junto à CVM de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76, está devidamente atualizado.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O COMPRADOR

4.1. O COMPRADOR, TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., é uma sociedade anônima, sediada no SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 226, Edifício Telebrasília Celular, 7º andar, em Brasília - DF, inscrito no CNPJ nº 02.558.132/0001-69. Seu objetivo social é a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as respectivas carteiras autorizadas de acordo com a legislação em vigor.

4.2. O COMPRADOR e a INTERMEDIADORA declaram que desconhecem a existência de qualquer fato ou circunstância, não revelados ao público, que possam influenciar de modo positivo e relevante os resultados da EMISSORA.

4.3. O COMPRADOR obriga-se a pagar aos acionistas que aceitarem a presente oferta a diferença a maior, se houver, entre o preço ora pago, acrescido de TR - Taxa Referencial até a data do efetivo pagamento, e o preço que o COMPRADOR vier a obter numa eventual alienação do controle da EMISSORA, se esta vier a realizar-se dentro do prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da data da operação.

5. MANIFESTAÇÃO SOBRE O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMISSORA COMO COMPANHIA ABERTA.

5.1. OS ACIONISTAS QUE ACEITAREM VENDER SUAS AÇÕES ESTARÃO AUTOMATICAMENTE CONCORDANDO COM O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMISSORA COMO COMPANHIA ABERTA, DEVENDO PROCEDER CONFORME O ESTIPULADO NO ITEM 1.3. ACIMA, NÃO HAVENDO A NECESSIDADE DE NENHUM PROCEDIMENTO ADICIONAL, INCLUINDO A MANIFESTAÇÃO DE QUE TRATA O ITEM 5.2. ABAIXO.

5.2. Ficam os senhores acionistas detentores de AÇÕES convocados a se manifestar concordando ou discordando com o cancelamento do registro da EMISSORA como companhia aberta nos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 229/95. Sem prejuízo do disposto no sub-item 5.1. acima os acionistas que desejarem se manifestar, deverão preencher formulário próprio em 04 (quatro) vias concordando, ou não, com o referido cancelamento, e tornando suas AÇÕES indisponíveis para a negociação até o dia da realização da OFERTA ESPECIAL, inclusive. O formulário de manifestação poderá ser solicitado por correio ou fac-símile endereçado à BOAVISTA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, sediada na Praça Pio X, nº 118, 10º andar, no Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20091-040 Fax: nº (021) 849 1559, bem como por e-mail, no endereço bcorretora@boavista.com.br. O formulário deverá ser preenchido por completo e assinado, com firma reconhecida, pelo respectivo acionista ou procurador devidamente autorizado. Após devidamente preenchido por completo, o formulário deverá ser entregue até as 18:00 horas do dia 17 de abril de 2000 na BOAVISTA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, no endereço acima, ou enviado por correio por carta endereçada à BOAVISTA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS, contendo o envelope os dizeres "OFERTA PÚBLICA - TELEBRASÍLIA CELULAR S.A.".

6. ALIENAÇÃO DE AÇÕES APÓS O CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMISSORA COMO COMPANHIA ABERTA.

6.1. Findo o prazo da presente Oferta Pública e obtido o cancelamento do registro da EMISSORA como companhia aberta, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 229/95, o COMPRADOR compromete-se a adquirir, nas condições aqui estipuladas, as AÇÕES oferecidas pelos acionistas não aceitantes desta Oferta Pública, pelo prazo de até 06 (seis) meses, contados a partir da data da realização da ASSEMBLÉIA GERAL que aprovar as Demonstrações Financeiras do primeiro exercício social posterior ao referido cancelamento. O preço de aquisição das AÇÕES durante este período será aquele referido no item 1.1. acima, reajustado pela Taxa Referencial - TR calculada pro rata temporis do dia 10 de janeiro de 2000 (data da ASSEMBLÉIA GERAL) até a data do efetivo pagamento. O prazo para o pagamento das AÇÕES nestas condições será de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data em que o acionista contatar a EMISSORA no sentido de proceder à referida alienação das AÇÕES, para o que este deverá comparecer à sede da EMISSORA.

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1. A INTERMEDIADORA não é acionista da EMISSORA, bem como não administra, sob qualquer forma, AÇÕES da EMISSORA.

7.2. O presente Edital foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários conforme OFÍCIO/CVM/GEA-4/Nº022/2000, datado de 01 de março de 2000, tendo inclusive a SOMA autorizado a realização da respectiva operação em público pregão.

7.3. Encontram-se à disposição dos acionistas minoritários, na sede da EMISSORA, nos escritórios da INTERMEDIADORA e na Comissão de Valores Mobiliários, cópias das peças de avaliação do preço das AÇÕES procedida pela INTERMEDIADORA.

7.4. A INTERMEDIADORA permanece à disposição dos interessados para prestar maiores informações no telefone (021) 849 1611.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2000
INTERMEDIADORA
BOAVISTA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO
E VALORES MOBILIÁRIOS

DAR 1439/00

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 20944-*, 30-12-1999 1
.DECRETO EXECUTIVO 21057, 09-03-2000 21
.DECRETO EXECUTIVO 21058, 09-03-2000 25
.DECRETO EXECUTIVO 21059, 09-03-2000 25
.DECRETO EXECUTIVO 21060, 09-03-2000 25
.DESPACHO-R, 09-03-2000 25
.RESOLUCAO 7-*, CPDI/DF, 24-02-2000 30
.RESOLUCAO 9-R, CPDI/DF, 24-02-2000 29

VICE-GOVERNADORIA

.DESPACHO-*, SUCAR/RA-VI-PLANALTINA, 29-02-2000 30

SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHO-*-R, SECRETARIO, 02-03-2000 31
.DESPACHO, SECRETARIO, 09-03-2000 31
.DESPACHO-R, SECRETARIO, 23-02-2000 31

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

.DESPACHO-*, CHEFE DE GABINETE, 28-02-2000 31
.DESPACHO, CHEFE DE GABINETE, 09-03-2000 31
.DESPACHO-*-R, SECRETARIO, 28-02-2000 31

SECRETARIA DE FAZENDA

.ATO, SUREC, 23-02-2000 32
.DESPACHO, CODEPLAN, 02-03-2000 32
.DESPACHO-*, SECRETARIO, 29-02-2000 32
.DESPACHO-R, SECRETARIO, 09-03-2000 32
.PORTARIA 55, SECRETARIO, 08-03-2000 31

SECRETARIA DE SAUDE

.INSTRUCAO 2, FHDF, 25-02-2000 32
.PORTARIA, SECRETARIO, 03-03-2000 32

SECRETARIA DE OBRAS

.DECISAO 3245, NOVACAP, 01-03-2000 33

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.RESOLUCAO 3, DMTU/DF-JARI, 09-03-2000 33

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.DESPACHO-R, DETRAN/DF-DG, 09-03-2000 33

POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

.DESPACHO-R, CMDO GERAL, 01-03-2000 33

SECRETARIA DE CULTURA

.DESPACHO-R, SECRETARIA, 02-03-2000 34

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, SECRETARIO, 23-02-2000 34

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

.PORTARIA 49, SECRETARIO, 03-03-2000 34
.PORTARIA 51, SECRETARIO, 03-03-2000 34

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO



AGORA O GDF QUER OUVIR VOCÊ. LIGUE.

FALACIDADÃO
0800-611516
Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

D&M

VOCÊ TEM O DIREITO DE RECLAMAR. E O GDF QUER OUVIR.

Toda vez que você quiser ser ouvido pelo Governo do Distrito Federal, ligue sem cerimônia para a **Ouvidoria Geral**. Você vai poder encaminhar suas opiniões, idéias e reclamações tranqüilamente. E mais do que isso, sua participação vai ajudar a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a toda a população. Participe ligando para a **Ouvidoria**. Uma iniciativa que começa a mudar a relação entre a população e seus governantes.



FALACIDADÃO

0800-611516

Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

A GENTE FALA, A GENTE FAZ.